



José Plácido de Castro, Comandante da Revolução Acreana, em 1908.

.....

O ESTADO INDEPENDENTE DO
ACRE E J. PLÁCIDO DE CASTRO:
EXCERTOS HISTÓRICOS



Mesa Diretora
Biênio 2005/2006

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Antero Paes de Barros
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Senador João Alberto Souza
2º Secretário

Senador Paulo Octávio
3º Secretário

Senador Eduardo Siqueira Campos
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Álvaro Dias

Senador Papaleo Paes
Senador Aelton Freitas

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 56

O ESTADO
INDEPENDENTE DO ACRE
E J. PLÁCIDO DE CASTRO:
EXCERTOS HISTÓRICOS

Genesco de Castro



Brasília – 2005

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 56

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2005

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Castro, Genesco de.

O Estado independente do Acre e J. Plácido de Castro : excertos históricos / Genesco de Castro. --
Brasília : Senado Federal, 2005.

334 p. (Edições do Senado Federal ; v. 56)

1. Castro, Plácido de, 1873-1908. 2. Acre, história.
I. Título. II. Série.

CDD 981.12

.....

.....

Sumário

APRESENTAÇÃO

Senador Tião Viana

pág. 9

NOTA AOS LEITORES

pág. 17

DEDICATORIA

pág. 19

Hymno do Acre

pág. 21

Bosquejo historico do Acre

pág. 23

Traços biographicos

pág. 29

Ponderações e explicações necessarias

pág. 35

Apontamentos sobre a Revolução Acreana

pág. 51

Os principaes combates da campanha do Acre

pág. 81

Decretos de Plácido de Castro

pág. 111

Occupação do Acre pelo Governo Federal

pág. 115

Plácido reconhecido belligerante
pág. 149

Suprema injuria
pág. 157

Prefeitura do Alto Acre
pág. 161

“O espirito revolucionario de Plácido”
e seus esforços em prol da paz
pág. 221

Provocações
pág. 243

O assassinato de J. Plácido de Castro
pág. 257

Palavras alheias
pág. 271

Accuso
pág. 289

“Os inimigos do Coronel Plácido de Castro”
pág. 315

“A Fortuna do Coronel Plácido de Castro”
pág. 323

Em conclusão
pág. 327

Lista incompleta dos Officiaes
do Exercito acreano
pág. 331

.....

Apresentação

Senador TIÃO VIANA

A REEDIÇÃO de Estado Independente do Acre – Excertos Históricos *acontece num momento muito especial do Acre, quando, no dizer impecável do grande filósofo brasileiro da atualidade, Leonardo Boff, assistimos a criação da “verdadeira mística de reinvenção do Acre, que se apoderou das mentes e corações de seus operadores”, quando “irradia-se uma aura benfazeja que impregna a todos, num despojamento exemplar dos símbolos de poder em função dos ideais de cuidado com o bem comum e de aproximação à realidade crua do povo”.*

Estamos dando início às comemorações do centenário da Revolução Acreana, que ocorrerão ao longo de todo o ano de 2002, e datas como essa oferecem uma rara oportunidade para revisitarmos nossa História e redirmo-nos dos erros perpetrados contra nossos heróis.

A história do Acre, tão jovem e tão viva, ainda está sendo escrita e é preciso ressuscitar Plácido de Castro para que nela ocupe o lugar de destaque que lhe é devido. Ignorar a dimensão de seus feitos é assassiná-lo uma segunda vez. O retrato do jovem Comandante da Revolução Acreana merece ser pintado com as cores fortes dos depoimentos daqueles que viveram ou ouviram de seus antepassados a narrativa da gloriosa aventura.

Decantar a bravura e determinação, traços marcantes dos episódios que culminaram com a anexação do Acre ao Brasil, é dever de justiça, sobretudo para com aqueles a quem Plácido comandou: migrantes nordestinos destemidos, albeios às doenças e intempéries da floresta gigante, fustigados pela seca e seduzidos pelo “ouro negro”, que ousaram aportar seus sonhos onde o preço a pagar significava dizer sim à luta. Ambos, líder e liderados, embalados pelo ritmo das vazantes e das cheias, viram crescer em seus corações o orgulho de ser brasileiro e o amor pela terra que os acolheu, exigindo-lhes coragem.

O movimento revolucionário, capitaneado por Plácido, traduzia dois anseios: frustrar os projetos do imperialismo anglo-americano para a região amazônica e promover a incorporação definitiva do Acre ao Brasil.

Com a constituição do Bolivian Syndicate, foi dado o alerta máximo. A iniciativa boliviana escamoteava a pior das formas de colonialismo e servia aos interesses escusos dos investidores estrangeiros, sobretudo ingleses e americanos. Ao Sindicato seriam atribuídos poderes de polícia, arrecadação fiscal e tarifária, administração portuária e alfandegária. Apesar da relutância do Governo Federal em admitir, o episódio tinha nítidos contornos de uma questão internacional e não reagir significava, incontestavelmente, cometer um acinte contra brasileiros cujo penoso e arriscado trabalho de exploração do látex, naquele momento, impulsionava decisivamente a economia do país e, sobretudo, a dos Estados amazônicos.

Foi à revelia do Governo brasileiro que Plácido de Castro e os seringueiros, ofendidos em seus bríos, bateram-se para ampliar as fronteiras nacionais. Com eles pegou em armas e, dignamente, enfrentou, por terra e água, o Exército boliviano, não obstante sua convicção de que a verdadeira luta era travada contra magnatas oportunistas, os quais não hesitariam em sacrificar os interesses da Bolívia em proveito próprio.

Plácido era muito jovem, contava 27 anos quando iniciou-se a Revolução Acreana. Combinando seu tirocínio militar e sua experiência de agrimensor, profissão que o trouxera àqueles rincões e lhe ajudara a conhecer os segredos da região amazônica, traçou a estratégia que condu-

ziria à vitória, onde outros fracassaram. O jovem gaúcho foi o único capaz de organizar a resistência às investidas bolivianas visando retomar aos brasileiros o território que apenas lhes pertencia de direito, mas não de fato.

Nos inúmeros relatos aqui reunidos, fica patente o tratamento respeitoso, digno e generoso que dispensava aos seus comandados, aos quais referia-se, constantemente, como abnegados. Com os inimigos não agia diferente. Portava-se com a honradez de um verdadeiro cavalheiro. Pautado pela conduta humanitária, que distingue corações valentes de reles sanguinários, recusou-se, categoricamente, a considerar a humilhação dos vencidos como atributo de seu galardão ao final dos combates. Entretanto, nessa obra, fica igualmente evidente que a ética que habitava as trincheiras da revolução não encontrou eco nas primeiras linhas dos cadernos onde começava a ser escrita a História do Estado do Acre.

Derrotado o inimigo externo, foi preciso enfrentar as artimanhas do próprio Exército brasileiro, que veio não em socorro dos revolucionários, mas sim para solapar-lhe os méritos e apontar-lhe o destino. Nessa oportunidade, Plácido, mais uma vez, surpreendeu a todos com a força de suas convicções e de seus ideais. Demonstrando compreender os vacilos da alma humana, respondeu com altivez e galhardia quando foi destrutado pelo General Olympio da Silveira. Nas palavras do Coronel Raphael Augusto da Cunha Mattos, Governador Militar Interino do Acre Setentrional e Comandante-em-Chefe das Forças de Ocupação, o General que o antecederá fora “antipolítico, menos conveniente e inoportuno” e era forçoso “reconhecer e manter no Governo do Território Meridional do Acre e no Commando em Chefe das mesmas Forças Acreanas o Sr. Coronel Plácido de Castro”. Contrafeito, rendia-se o Governo brasileiro às evidências de que se tratava de um líder investido de autoridade por aclamação popular.

A causa acreana granjeou a simpatia e o respeito dos jornais da capital da República, Rio de Janeiro, que findaram por ecoar em suas páginas a trajetória do conflito, lançando luz a muitos personagens, cujos interesses eram variados e nem sempre coincidentes.

À época, Rui Barbosa encarnava o espírito de nossa tímida política de fronteira, enquanto o Barão do Rio Branco, homem de visão, reconhecia a legitimidade do movimento revolucionário acreano, identificava suas virtudes e vislumbrava benefícios econômicos que a anexação acarretaria para o país, donde seu empenho em mediar uma solução definitiva para os novos marcos do território brasileiro. Todavia, é fundamental que a História registre a verdade dos fatos: o Brasil só incorporou o Acre depois que os valorosos acreanos já o tinham conquistado, sob a liderança de Plácido.

Quero ressaltar a esta altura a acuidade da análise das origens da organização do Estado do Acre que encontramos na obra de Genesco de Castro. A própria descrição dos acontecimentos e a organização temporal dos documentos mostram a efervescência daqueles tempos. Ela nos traz o substrato da classe política acreana, registra a insatisfação dos barões da borracha no novo contexto e os desmandos praticados pelos prepostos do Governo Federal, que ali acudiram em total ignorância da realidade local. Contudo, a maior justificativa para esta reedição é que temos aqui o perfil do estadista no qual Plácido de Castro se transformaria se não lhe tivessem tirado a vida em tão tenra idade.

Plácido não se limitou a afrontar as pretensões imperialistas quanto aos destinos da indústria da borracha. Sagazmente advogava ser necessário promover a anexação em duas etapas. No seu entender, para o bem do Acre, primeiro viria a Independência e só depois seriam discutidos os termos da integração, pois temia que, do contrário, o futuro do Estado ficaria comprometido, à mercê dos interesses dos burocratas da Capital Federal, como de fato ocorreu.

Se não lhe tivesse faltado apoio de muitos seringalistas, que mesquinhamente limitaram-se a defender seus próprios interesses, aquinhoados pelos altos lucros do ciclo do “ouro negro”, ele teria mudado as feições do Acre desde logo.

Dotado de extraordinária capacidade de gestão pública e de gerenciamento urbano, esboçou as diretrizes de um plano diretor para Rio Branco quando foi prefeito interventor. Tal registro encontra-se em

seus relatórios e é um legado valioso para historiadores e homens públicos comprometidos com a melhoria da qualidade de vida do povo acreano.

Tinha convicção de que para dinamizar a economia acreana, balizada, até então, pelos ditames da indústria do látex, era preciso diversificá-la. Deu mostras de seu espírito empreendedor mandando buscar na Capital, Rio de Janeiro, mudas do capim-colonião para difundir o seu plantio e promover a pecuária local. Daí também seu empenho para que fosse assegurada uma via de acesso à Bolívia que permitisse o fluxo de animais de corte e leite. Demonstrou ter um projeto para a região com forte contorno sul-americano, atraindo a ferrovia para o Estado.

Homem de vanguarda, no despertar do século XX, já propugnava a premente necessidade de garantir a alfabetização e o ensino de noções básicas de matemática para todos os seringueiros, bem como a reforma agrária para que cada seringueiro tivesse assegurado o direito à posse de seu quinhão de terra. Questões como navegabilidade dos rios e aproveitamento das margens agricultáveis eram, igualmente, objeto de suas preocupações. Enfim, Plácido foi além. Comandante de um movimento armado, agiu todo o tempo como um autêntico visionário, alargando sobejamente as fronteiras de seu próprio tempo.

Esta peça da literatura acreana, escrita por Genesco de Castro, irmão e companheiro, muito mais significativa pelo conteúdo do que pela forma, constitui talvez o registro histórico mais preciso da pessoa de Plácido de Castro, traduzindo, com fidelidade, a indescritível dor que se abateu sobre sua família após o brutal e covarde assassinato de que foi vítima.

Nesta obra estão, igualmente, expostas as feridas morais da Velha República. Fica patenteada a omissão de Afonso Pena, que, mesmo tendo sido alertado inúmeras vezes, por correspondências oficiais, negou-se a tomar para si a responsabilidade de intervir na política local e evitar o trágico desfecho. Com sua anuência tácita foram desconsideradas as provas materiais do bárbaro crime e ficaram impunes os verdadeiros traidores da Revolução Acreana, tais como o ex-Combatente José Alexandrino, o ex-Prefeito Interventor Gabino Besouro e outros.

Genesco de Castro foi sábio em conter sua pena e só escrever essas memórias em 1924, decorrida, portanto, mais de uma década após os trágicos acontecimentos que culminaram na morte do irmão. Diminuída a emoção, o texto trata o tema com a isenção possível. Porém, nem assim sua obra deixou de sofrer a censura dos detratores de Plácido e teve de esperar alguns anos para que viesse suprir as lacunas da História da Revolução Acreana.

Sinto-me hoje profundamente emocionado, honrado e feliz por me ter sido dada a oportunidade de fazer a apresentação desta reedição comemorativa ao centenário da Revolução Acreana. O Brasil peca por tratar com descaso o registro e, ainda mais, a revisão dos fatos que fazem a sua História. Tenho a firme convicção de que Plácido de Castro um dia será lembrado como alguém que expressa o heroísmo e a grandeza humana, uma figura histórica do mesmo quilate de Simón Bolívar, José Martí, Che Guevara, Mahatma Gandhi e Martin Luther King. Com a palavra as atuais e futuras gerações.

É preciso romper com o velho e limitado olhar colonial-extrativista com que o mundo e a outra metade do Brasil têm, ao longo do tempo, contemplado nosso Estado. Plácido é o nosso maior aliado nessa missão: temos um herói para dar a conhecer a todos os brasileiros! Temos uma história para contar. Como dizia Carlos Drummond de Andrade, “há muitas razões para duvidar e uma só para crer”. No Acre vivem milhares de brasileiros que exibem, a gerações e gerações, um mérito indiscutível: eles resistiram, e isso começou naquele tempo...

O meu mandato de Senador da República, gentilmente outorgado pela população acreana, permitiu-me fazer outras homenagens a Plácido de Castro: a inclusão, por projeto de lei, de seu nome no livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade, na Capital Federal; um projeto de lei para criação da Semana Comemorativa da Revolução Acreana, com o lançamento de um selo comemorativo da revolução; a condecoração de Plácido de Castro com o título post mortem de doutor honoris causa, a ser outorgado pela Universidade Federal do Acre; um documentário realizado pela TV Senado sobre o centenário da Revolução Acreana e um

CD-ROM feito pela Rádio Senado, retratando, em drama musical e em apresentação teatral de rádio, cada dez anos do centenário da Revolução Acreana.

Por fim, é uma enorme satisfação falar do centenário da revolução, esse nostálgico e inesquecível elo entre o passado, o presente e o futuro do Acre e poder prestar essa homenagem ao povo acreano ao lado de figuras queridas como: Geraldo Mesquita, Geraldinho Mesquita, Jorge Viana, Antônio Alves, Marcos Afonso, Edilson Martins, Marcus Vinicius, Arquilau de Castro Melo, Valdir Calixto, Eduardo Marques de Oliveira, Lourival Marques de Oliveira, Aníbal Diniz, Wildy Viana, Joaquim Macedo, Padre Luiz Seppi, Ruyter Duizit Colin e de tantos outros. O Acre que um dia, se Deus quiser, será capaz de gerar os filhos e as filhas da alegria, da justiça, da liberdade e da solidariedade.

[O Senador Tião Viana (PT/AC)
é membro do Conselho de Notáveis do
Centenário da Revolução Acreana]

.....

Nota aos Leitores

*Foi conservada a ortografia da época da 1ª edição,
quando da publicação no ano de 1930.*

.....

Dedicatoria

ESTA alentada monographia historica é dedicada aos humildes trabalhadores que inventaram o Acre, particularmente áquelles que succumbiram em meio da jornada e que dormem á sombra da floresta que desbravaram e defenderam sem haver deixado o nome na Historia, nem nas arcas do Thesouro Nacional.

É dedicada a Urbano da Encarnação — o descobridor do Acre — e á obscura phalange de heroes emigrados do N.E. brasileiro, que lhe seguiram as pegadas. E é em torno do nucleo cearense que concentro essa legião de bravos que viveram esquecidos e que ignorados morreram, na execução de um trabalho cyclopico, comparavel ás formações madreporicas que protegem o litoral dos estados, d'onde saíram para descobrir, explorar e povoar a terra que lhes serviu de tumulo. Os polypeiros, cujos esqueletos calcareos formam a colossal barreira que guarnece tão longa extensão da nossa costa oriental, são indubitavelmente, os mais modestos obreiros do nosso globo, como o cearense é o mais obscuro constructor da Amazonia brasileira, sobretudo do Acre, onde “cada seringueira representa a vida de um homem”.

Em torno de Urbano da Encarnação gravitam os que morreram na conquista pacifica do Acre, em decennios de luctas contra as endemias, os

selvícolas, os insectos e reptis peçonhentos e as fêras, e afrontando todas as incertezas do ignoto.

É, igualmente, dedicada ao Sargento José de Barros, morto sobre os parapeitos das trincheiras bolivianas de Porto-Acre, representados nesse bravo, todos os que tombaram nas luctas separatistas contra a Bolivia.

É tambem dedicada a todos os propugnadores da autonomia do Acre, que, como o Dr. Baptista de Moraes e o Coronel José Brandão, obscuramente desappareceram, depois de terminada a ultima campanha, sem haverem amargado a desillusão de vêr escravizada a terra por cuja liberdade tão devotadamente combateram.

É, finalmente, dedicada a José Plácido de Castro, em quem synthetiso, desde os miseraveis deportados mortos a vergastadas no quartel da força publica, em Empresa — todas as victimas do bando sanguinario que o Governo Federal mandou para o Acre, com o direito de vida e de morte sobre os seus habitantes, isto é, sobre os brasileiros que, de armas na mão, separaram da Bolivia a região de seus lares para incorporal-a ao Brasil.

O Ceará parece não ter ainda comprehendido a gloria de haver sido o Sol irradiador de todas as energias crystallizadas na grande obra da conquista do Acre, e por isso tem sido indifferente á sorte, ao captivoiro dos seus mais lidimos filhos.

E o Rio Grande do Sul ainda não aplacou de todo o odio politico para avaliar a gloria de haver sido o berço de Plácido de Castro...

Ceará, redime teus filhos ! ...

Rio Grande do Sul, não renegues as tuas glorias !...

G. DE CASTRO.

.....

Hymno do Acre

Que este sol a brilhar soberano
Sobre as mattas que o vêm com amor,
Encha o peito de cada acreano
De nobreza, constancia e valor...
Invenciveis e grandes na guerra,
Imitemos o exemplo sem par
Do amplo rio que briga com a terra,
Vence-a e entra brigando no mar.

Fulge um astro na nossa bandeira
Que foi tinto no sangue de heróes,
Adoremos na estrella altaneira
O mais bello e o melhor dos pharóes.

Triumphantes da lucta voltando,
Temos n'alma os encantos do céo
E na frente serena radiando,
Immortal e sagrado trophéo.

O Brasil a exultar acompanha
Nossos passos, portanto é subir,
Que da gloria a divina montanha
Tem no cimo o arrebol do porvir.
Fulge um astro na nossa bandeira

Etc.

Possuimos um bem conquistado
Nobremente com armas na mão...
Se o afrontarem, de cada soldado

Surgirá de repente um leão.
LIBERDADE – é o querido thesoiro
Que depois do lutar nos seduz:
Tal o rio que rola, o sol de oiro
Lança um manto sublime de luz.
Fulge um astro, etc.

Vamos ter como premio da guerra
Um consolo que as penas desfaz,
Vendo as flores do amor sobre a terra
E no céu o arco-iris da paz.
As esposas e mães carinhosas
A esperar-nos nos lares fieis
Atapetam a porta de rosas
E, cantando, entretecem lauréis.
Fulge um astro, etc.

Mas se audaz estrangeiro algum dia
Nossos brios de novo offender,
Luctaremos com a mesma energia,
Sem recuar, sem cair, sem tremer...
E ergueremos então destas zonas
Um tal canto vibrante e viril
Que será como a voz do Amazonas
Echoando por todo o Brasil.
Fulge um astro na nossa bandeira
Que foi tinto no sangue de heróes.
Adoremos na estrella altaneira
O mais bello e o melhor dos pharoes.

Acampamento em Capatara, 5 de Outubro de 1903.

(a.) *Francisco Mangabeira.*

.....

Bosquejo historico do Acre

É

FORA de duvida que theoreticamente, isto é, baseados em tratados, convenções, etc. só o Perú e a Bolivia teem o direito de pretender ou discutir a soberania do Acre e terras circumjacentes.

O Acre e as terras que o envolvem faziam parte do Alto-Perú, integrante do Vice-Reinado de Lima.

Foi em 1782 que o Alto-Perú se desligou desse Vice-Reinado e passou a fazer parte do Vice-Reinado de Buenos Aires, que sob o nome generico de La Plata comprehendia a vasta região que hoje constitue a Republica Argentina, o Uruguay, o Paraguay e a Bolivia.

A Bolivia foi creada por um decreto de Simão Bolivar, datado de 26 de maio de 1825, com o nome de “Republica do Alto-Perú” e só a 6 de agosto do mesmo anno constituiu um governo independente com o nome de Republica de Bolivia, nome dado em homenagem ao seu fundador.

O Alto-Perú era constituido pela antiga “Presidencia de La Plata” ou Chuquisaca; a Intendencia de Potosi, a Intendencia de La Paz, a Intendencia de Santa Cruz; o Governo de Mojos e o Governo de Chiquitos.

As antigas sub-divisões territoriaes do “Alto-Perú” que limitavam com a actual Republica do Perú, eram as de Apolobamba, Laurico-

cha, Umasuyos, Pacajes e Laranjas, da Intendencia de La Paz, e as de Lipéz e Atacama, da Intendencia de Potosi.

O Perú contesta o trabalho de José Maria Dalance intitulado – “Bosquejo Estadístico de Bolivia”, refutando “la demarcacion antojadiza y caprichosa”... da fronteira boliviana peruana estabelecida por aquelle publicista.

A fronteira adaptada por Dalance é a seguinte: Da confluença do Sararé com o Itenes, que toma successivamente os nomes de Marmoré e Madeira, ate 7°30' de latitude Sul e desse ponto por uma linha geodesica que vae ter a nascente principal do Javary, que desemboca no Amazonas a 4°42' de latitude Sul e a 4°11' de longitude do meridiano de *Chquisaca*. Do Javary segue a linha divisória pelo S.O. da bocca do *Inambary*, que naquella região se chama *Benipara*.

A “Relacion Historica del Viaje a la America Meridional”, de Jorge Joan e de Antonio Ulloa; a “Ephemeride do anno de 1770”, pelo Dr. Cosme Bueno, e outras obras que se referem á Provincia de *Capolican* e ás Missões de Apolobamba, discordam de Dalance nessa fronteira com o Perú.

Cosme Bueno diz que a Provincia de *Capolican* começa na latitude de 14°50' extendendo-se 400 kilometros na direcção S.D. – N.E., projectando-se esta linha sobre o meridiano numa extensão de 2°50', fazendo crer que o limite ao Norte seja de 12° e não de 7°30' como estabelece Dalance.

Allegam os peruanos que a Provincia de Apolobamba não se entendia para o N. ate transpor o *Madidi*, não podendo, portanto, alcançar o Madre de Dios, que atravessa a Provincia de *Paucartambo*. Appellam elles para uma exposição historico-geographica que José de Santa Cruz Villavicencio, Sub-Delegado de Capolican e de Missões de Apolobamba, fez ao governador da cidade e da Provincia de La Paz, em 1798, cumprindo a determinação contida em officio de 18 de Dezembro de 1787, como foi scientificado ao Vice-Reinado de Buenos-Aires em 15 de Outubro tambem de 1787. Os peruanos dão grande valor a esse documento, mas recorrem ainda á obra de A. Humboldt e B. Bompland, intitulada – “Viajens ás Regiões Equinociaes do Novo Continente”, Capitulo XXVI, quer occupando-se dos limites do Perú com o Vice-Reinado de Buenos Aires, considera como peruano todo o territorio situado ao E. de

Cuzco, attribuindo-lhe, portanto, direitos que se entendem muito ao sul do rio Madeira, até o Mamoré.

Os peruanos evocam ainda o testemunho de uma carta geographica do Vice-Reinado de Buenos Aires, datada de 1810, mandada confeccionar pela Metropole e que estabelece como limite entre o Vice-Reinado de Buenos Aires e o Perú o rio Tequeje, o que faz suppor que a Hespanha considerava peruana toda a vasta região comprehendida entre o rio Tequeje e a linha da então fronteira do Brasil, sendo que as cartas geographicas e mais documentos que serviram de base ao desenho dessa, eram tambem de origem hespanhola e só podiam ser de data anterior áquella, isto é, anteriores á Guerra da Independencia.

Foi apoiado no trabalho de Dalance que o dictador boliviano Melgarejo considerou como pertencentes á Bolivia todas as terras disputadas pelo Perú, até a linha geodesica que partindo do Madeira passa pelo Lebrea no Medio-Purús, e vai ter á nascente principal do Javary, cedendo ao Brasil uma vasta região cuja riqueza seringueira tem sacrificado milhares de vidas. (Tratado de 1867).

A Bolivia affirma que a sua fronteira é o Inambary e, recentemente, já avança até Sandia; considera como limite com o Perú a linha do Inambary, desde a sua origem até o Sina, e do ponto em que o Inambary desemboca no Madre de Dios, uma linha pela cumiada dos Andes, naquella região, até a nascente principal do Javary; isto é, reconhece como limites os das antigas Provincias de Cuzco e de Puno.

O Perú reclama a fronteira estabelecida pelas ultimas “cedulas reales de España”, até 1810, data do *uti possidetis*, pelo qual os governos das repúblicas sul-americanas acceitaram aquella demarcação hespanhola. E aquellas cedulas dão como limites entre o Vice-Reinado do Perú e o de Buenos Aires, cuja parte septentrional constitue hoje a Bolivia, – os rios Tequeje, Iacuma e Mamoré, até á fronteira do Brasil. Em synthese, o Peru disputa a soberania de toda a vasta região ao sul do Madidi.

Das informações de José de Santa Cruz Villavicencio, antigo Delegado da Provincia de Apolobamba, sobre os limites da sua jurisdicção, ao Vice-Rei das Provincias de Buenos Aires; da informação do Intendente de Tarma, Urrutia Las Casas, ao Vice-Rei do Perú, em 1808; e de muitos outros trabalhos mais recentes; – resaltando sobre

todos um do Intendente de Huamanga, datado de 14 de Agosto de 1804, de todos esses documentos, repito, parece fóra de duvida que no terreno da *documentação* os direitos do Perú estão bem amparados e que a Bolivia nunca teve direitos historicos sobre as terras situadas ao N.O. do rio Madidi e que insustentavel é a pretensão de estender a sua soberania até a linha estabelecida pelo Tratado de S. Ildefonso, de 1777, isto é, até á linha geodesica que partindo da nascente principal do Javary passa pela Lábrea e prolonga-se até encontrar o Madeira. E pelo tratado de 5 de novembro de 1863, a Bolivia se obrigou com o Perú a reconhecer os limites existentes naquella época, que eram os constantes das cartas geographicas espanholas.

A Audiencia de Charcas se desligou do Perú em 1782 para incorporar-se ao Vice-Reinado de Buenos-Aires; logo não parece razoavel que a Bolivia depois de constituir-se um pais independente venha reclamar para aquella audiencia limites differentes daquelles que trouxe, por assim dizer, quando entrou a fazer parte do Vice-Reinado de Buenos-Aires. E quando em 1808 se deram os primeiros levantes contra a Metropole, foram elementos do Vice-reinado de Lima que subjugaram as quatro provincias rebeldes, reincorporando aos seus dominios todo o Alto-Peru.

Vê-se, pois, que o Perú disputa a soberania de toda a vasta região de N.O. de Bolivia comprehendida entre os rios Tequeje, Beni, Madeira e a linha a que se refere o Tratado de S. Ildefonso, de 1777, isto é todo o Alto-Juruá e o Alto-Purús, até Lábrea, etc., absorvendo completamente o Acre.

“O Madidi é inteiramente nosso”, dizem os peruanos, e foi na sua confluência com o Beni que o padres encarregados em 1808 das Missões do Beni e do Madre de Dios fundaram o Collegio de Moquegua e que fundaram, tambem, Cavina, Missão de Pacaguaras, parte de Isiamas e de Biata, no rio do mesmo nome, a de Carmen de Toromonas, na margem esquerda do Madre de Dios, Inambary e Tambopata.

Até o presente temos pairado sobre documentos históricos, sobre narrativas de viajantes, etc., sem apreciar as origens immediatas ou mediatas que lhes devem emprestar a idoneidade que se lhes attribue ou contesta.

O Perú, que *mais papeis apresenta em seu favor* occupa, de facto, de toda a região que reclama, apenas uma infima parte: o Manu, o Alto-Madre de Dios, vertentes do Acre, Alto-Purús e Alto-Juruá.

A Bolivia occupa todo o N.O. do Madidi até o Abunan e Alto-Acre; especialmente o Madre de Dios, o Beni e o Orton.

Os immigrants cearenses occupam o territorio comprehendido entre o Abunan e a linha “Cunha Gomes”, que exploraram e povoaram á custa de muitos milhares de vidas em cerca de meio seculo de penoso labor. O Brasil estende a sua soberania até á linha “Cunha Gomes”, graças aos tratados que assignou procurando legitimar as explorações levadas a effeito pelos seus filhos do Norte naquellas regiões, por seculos esquecidas e abandonadas.

Ora, si a traição, o assassinio e a pilhagem do filho expurgo de Gonzalo Pizarro entregaram á Hespanha o vasto Imperio dos Incas, com o direito de vida e de morte sobre os seus habitantes e com a propriedade absoluta de suas terras; se as piratarias de Francisco Pizarro, de Hernando Luca, de Almagro e de outros legitimam os titulos com que se apresenta Perú para reivindicar a soberania de terras exploradas e povoadas por outros povos, unicamente porque faziam parte do Vice-Reinado de Lima, fructo da traição, do assassinio e da pilhagem – forçoso é admittir que bem mais ponderosos são os titulos dos acreanos sobre as terras que exploraram e povoaram, em trabalho pacifico, quando ellas estavam esquecidas, abandonadas, ou mesmo desconhecidas dos que hoje disputam a sua soberania.

Pode-se sem exaggero dizer que cada seringueira do Acre representa a vida de um audaz trabalhador. O Acre é um pedaço do Ceará, embutido entre o Brasil, Perú e Bolivia. Pertence aos cearenses.

.....

Traços biographicos

JOSÉ Plácido de Castro era o primogenito do segundo matrimonio do Capitão Prudente da Fonseca Castro, com Dona Zeferina de Oliveira Castro. Tinha o nome de seu avô paterno, o Major José Plácido de Castro, covardemente assassinado em 1830.

Nasceu a 12 de Dezembro de 1873 na cidade de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul. Aos 9 annos de idade, por indicação do Sr. Victor Barreto, esteve por mais de um mez tomando conta de uma relojoaria em S. Gabriel, emquanto o seu proprietario, Ismael Mayer, se auzentava daquella cidade, a negocio; desempenhou-se perfeitamente do encargo que tomara.

Quando ficou orphão de pai tinha onze annos e estava empregado em uma casa de fazendas em São Gabriel, lugar que deixou para ir aprender o officio de relojoeiro em Bagé. Iniciava-se apenas nesse officio, quando o seu instructor resolveu mudar-se para a Republica Oriental do Uruguay, o que determinou o seu regresso ao lar materno.

Empregou-se então na casa commercial do Sr. Victor Barreto, e, quando a Republica foi proclamada, assentou praca no 1º Regimento de Artilharia de Campanha, como 2º cadete. Mezes depois, matriculou-se na “Escola Tactica do Rio Pardo”, cursando-a com o maximo aproveita-

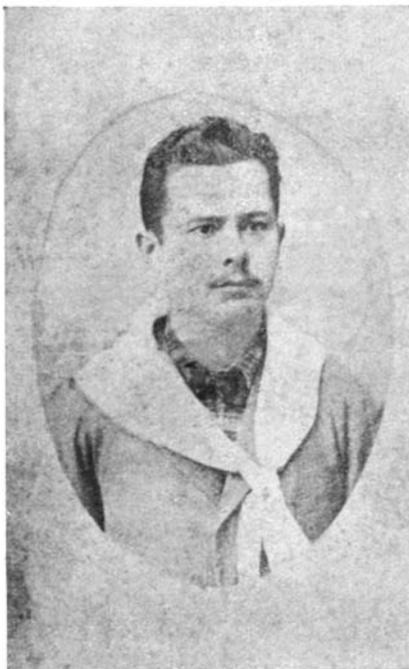
mento. Voltou ao seu regimento, onde serviu por algum tempo como 2º sargento.

Ao rebentar a *Revolução* de 1893, era aluno da “Escola Militar de Porto Alegre” e figurava entre os primeiros da sua classe. Quando um grupo de alumnos, officiaes e soldados, pediu o fechamento daquela escola, plácido não fazia parte dos signatarios do pedido e, por isso, ao ser fechada a escola, foi recolhido preso ao 13º Batalhão, donde seguiu para o Corpo de Transporte, que foi encorporar-se a “Columna do Marechal Isidoro Fernandes”. Ahi esteve privado do uso de arma de fogo até a vespera do combate do Rio Negro.

Na madrugada de 26 de Novembro, nomearam-no para rondar os piquetes e armaram-no convenientemente, pois já estavam em contacto com as avançadas inimigas. Assim que se viu montado e armado, resolveu bandear-se para os revolucionarios, e apressou-se em



J. Plácido de Castro, em 1881



J. Plácido de Castro, em 1893, quando Capitão do “Exército Revolucionário”, no Rio Grande do Sul.

realisar o seu intento afim de libertar um seu amigo Pedro Azevedo que na tarde anterior fôra preso por uma força revolucionaria, juntamente com um sargento *Antoninho*, que varias vezes dissera a Plácido que pelo seu gosto começariam matando os *maragatos* do Corpo de Transporte.

Chegando ás forças revolucionarias, ao mando do Coronel Barcellos, libertou o seu amigo, juntamente com o Sargento Antoninho, e voltou para o “Rio Negro” que já estava sendo teatro do combate com a gente do Marechal Isidoro Fernandes. Chegou a tarde, alistou-se no Batalhão Antonio Vargas e uma hora depois recebia o baptismo de fogo, como franco atirador, na varzea do rio Negro.

Já como official participou do cerco de Bagé, onde a haste da bandeira que plantou junto a trincheira principal das forças sitiadas foi cortada por um projectil.

Serviu á *Revolução* com extremo devotamento. Partilhou de muitos combates. Quando o Rio Grande do Sul foi pacificado, era major e tinha dirigido temerarias arremetidas no *Caverá* e na varzea do *Vacacahy*, em disputados combates.

Abandonou a carreira militar e o Rio Grande do Sul, transferindo-se para o Rio, onde se empregou como inspector de alumnos, no Collegio Militar. No anno de 1898, deixou esse lugar para ir occupar outro nas *Docas de Santos*.

Em 1899, seduzido pela remuneração que a agrimensura tinha no Amazonas, rumou para aquellas paragens, onde foi demarcar terras, associado a engenheiros e, por ultimo, por conta propria. Logo que começou a trabalhar, contraiu o palludismo e a sua vida na Amazonia foi uma lucta constante contra essa molestia.

Em uma demarcação, tomou agua envenenada pela folhagem do açacú, ficando em gravissimo estado de saude.

Em uma das suas peregrinações profissionaes, a lancha que o conduzia naufragou no Baixo-Purús e teria arrastado comsigo a *alvarenga* com todos os passageiros, si Plácido não tivesse cortado os cabos que ligavam as embarcações.

Estava elle com os companheiros de naufragio em uma praia aguardando a passagem de alguma embarcação que os tomasse, quando appareceu-lhe o Padre Manoel Laurindo, que regressava de sua terceira

expedição fracassada, á procura de uns campos que sabia existirem naquellas redondezas. Depois de algum tempo de palestra, o padre lhe mostrou um roteiro indicando a existencia dos campos que procurava e lhe propoz sociedade na procura e partilha do objecto em apreço. Plácido accitou com a condição de ser elle o dirigente da nova expedição. Partiram na manhã seguinte e no segundo dia encontraram a *joia* procurada. Na partilha, tocaram-lhe 21 kilometros quadrados de terras, que requereu ao Governo amazonense com o nome de *Carioacanga*.

Em meados de 1902, trabalhava no Alto-Acre, demarcando o seringal *Victoria*, de José Galdino de Assis Marinho, quando interrompeu o serviço para conflagrar o Acre contra a Bolivia e proclamar o “Estado Independente do Acre”.

Nunca se aclimatou áquellas regiões, e durante todo o periodo em que chefiou a Revolução Acreana a sua saude foi bastante precaria. Algumas vezes, durante violentos accessos febris, se fez conduzir em rêde, para em marcha forçada manter a iniciativa dos combates ou surprehender o inimigo.

A firmeza de resolução e a presteza de execução, unidos á mais alta comprehensão das suas responsabilidades, eram traços característicos da sua individualidade e faziam resaltar a coragem com que arrostava as situações.

Este livro é a continuação da sua biographia, mas a apotheose da sua vida publica teve lugar em *Riberalta*, em pleno coração da Bolivia e foi feita pelo generoso povo boliviano.

Alguns mezes depois de terminada a lucta com a Bolivia, Plácido foi a “Riberalta”, a negocio, tratar da legalisação das terras de que se havia apossado em territorio boliviano.

O chefe da “Revolução Acreana” tinha a convicção de que não seria hostilizado pelos seus inimigos da vespera, mas não podia esperar que aquelle povo heroico tivesse a grandeza d’alma que revelou, não podia prevêr que no paiz que elle tanto prejudicara fosse mais bem acolhido do que pela Patria que elle havia dilatado, enriquecido, á custa do paiz em que se encontrava.



J. Plácido de Castro, em 1908

Plácido foi recebido em Riberalta com as maiores demonstrações de carinho que pode um povo externar. E Don Nicolas Suarez, o grande patriota boliviano que organizou e manteve as forças irregulares que defenderam o Orton, cujas propriedades “Santa Rosa” e “Costa Rica” haviam sido transformadas em praças de guerra, e atacadas e incendiadas por Plácido, em violentos combates; e Don Nicolas Suarez, repito, a maior figura de patriota e o maior proprietario da Bolivia, foi quem encarnou todos os grandes pendores da sua nacionalidade para, á frente da sociedade riberaltense, agradecer ao inimigo da vespera, em nome do seu paiz, a fidalguia com que tratara os seus compatriotas bolivianos prisioneiros de guerra.

Don Nicolas, leaderando a manifestação de carinho que o povo de Riberalta fez a Plácido, elevou o seu país, a sua Pátria, acima do conceito que geralmente o mundo faz das republicas sul americanas – collocou a Bolivia na altura do Japão, que até hoje foi o paiz que mais se fez notar pela magnanimidade.

.....

Ponderações e explicações necessárias

A

POSIÇÃO que este capítulo occupa e o título que recebeu poderão fazer crer ao leitor que se trate de um prologo; mas não o é.

As *ponderações* teem por fim esclarecer áquelles que pela pouca idade ou por qualquer outra circumstancia deixaram de tomar conhecimento da parte deste livro que já foi objecto de discussões na imprensa do nosso paiz, principalmente na da Capital da República.

As *explicações* teem um character mais restricto, pessoal mesmo, visando restabelecer a verdade adulterada através do tempo e do espaço, ora propositalmente, ora por motivos difficeis de fixar com segurança, mas sempre com prejuizo da verdade ou, mesmo, da minha reputação.

No Brasil, o assassinato politico é uma instituição e só produz escandalo e é *reprovavel ou illegal*, quando attinge algum tuchaua¹ das situações dominantes. Quando alcança um adversario ou mesmo um sup-

¹ *Tuchaúa*, termo da lingua geral dos aborígenes, usual na América: significa o mesmo que cacique, chefe.

posto adversario politico do situacionismo, é tão justificavel como o linchamento de um negro nos Estados do Sul da patria de Washington. O povo já esta acostumado, familiarizado com essas execuções summarias e sabe que as completam algumas infamias que os algozes, os assassinos fazem em seguida circular nos jornaes contra as suas victimas, com o fim de as tornar antipathicas e de derimir o crime no espirito publico.

O assassinato de José Plácido de Castro foi um assassinato politico, um *linchamento á brasileira*, porque elle ousara em documento publico censurar a violencia, o assassinato e o roubo praticados no Acre pelas autoridades federaes e seus *chirimbabos*.² Foi um assassinato politico, uma execução summaria encomendada pelo Governo Federal e por isso prescreveu o crime sem que por decoro da justiça ou por hypocrisia ao menos se fizesse o mais ligeiro inquerito a respeito. Foi o resultado do conluio de uma quadrilha que revestida de autoridade federal, invadiu o Acre desde que este ficou pertencendo ao Brasil. Compunham-n'a perigosos assassinos de diversas origens, ladrões de todos os matizes, jogadores e libertinos, na sua grande parte oriundos da phalange de degradados sociaes que o Governo da União exportara para aquella infeliz terra. O assassino de Manoel Felicio e do desgraçado de que fala o Coronel Azcui na pagina 156 de seu livro "Campanhas del Acre", que é o satyro de que me occupo em capitulo especial, o ladrão de gado de que fala Plácido em seu relatorio e que foi consultor juridico dos Prefeitos Jesuino e Besouro; o mansissimo diplomata e impenitente jogador, o homem da *cagacite chronica* de que falo adiante, o estelionatario que o Coronel Besouro teve como delegado de policia e na defesa de cuja *pureza* brigou com as autoridades judiciaes do Acre – o mesmo que assassinou impunemente Oscar de Hollanda, em Manáos; o homem que escrevia cartas diffamatorias para os seus inimigos, passando-as para o copiador e rasgando-as em seguida, somente para que *os seus desaffectedos ficassem diffamados depois de sua morte*, que é o mesmo individuo que em fins do seculo passado fugiu para o Acre com 24 contos de réis dos Srs. Moraes, Tinoco & C. da praça do Rio de Janeiro; o individuo que assassinou o Comerciante Teixeira Jumento para roubar, como roubou; e tantos outros que fastidioso seria enumerar – eram os elementos que actuavam junto

2 *Chirimbabo*, idem, significa o animal selvagem que se apanha novo e cria desde pequeno.

ao Governo Federal e o do Amazonas e junto da imprensa, insinuando habilmente as maiores infâmias contra Plácido, e que se acercavam dos prefeitos do Acre, desde a nomeação até chegarem á séde da prefeitura, bajulando, metendo-lhes mil cousas nos ouvidos contra Plácido, isolando-os de todo o convívio que lhes podesse ser salutar no desempenho do cargo que iam occupar. Reforçando esse bando de foragidos da justiça de diversos estados, os prefeitos nomeados levavam sempre uma carga de parentes e de protegidos com o fim *único e louvável* de fazerem *economias*, carga que completavam com um grupo de celebridades nos annaes do crime, que rebanhavam durante a viagem e que eram chamados os “cabras de confiança do prefeito”. E tudo isso porque os seus *amigos*, os seus conselheiros, os bajuladores que os cortejavam convenciam-nos de que iam governar um povo de gente ruim, perversa, que sob a influencia de Plácido lhes ameaçava a segurança individual e perturbava a administração publica. Antes mesmo do Acre ser brasileiro, já o primeiro representante do Governo Federal que pisou no seu livre solo, o fez com o coturno gaulez, com a autocracia de um Brennus, que lançando a sua pesada *durindana* sobre o prato da balança contraria aos interesses acreanos, repetiu o *vae victis*, que fez tremer o povo romano cerca de quatro seculos antes de Cristo. Desde então o Acre passou a pagar pesado tributo para manter o *Exercito de occupação* e o povo foi reduzido ao captivo.

Do momento em que o “Estado Independente do Acre” passou a chamar-se “Territorio do Acre” até hoje, o *povo rebelde*, que se levantou contra a soberania boliviana para adoptar a brasileira, não teve mais direito a cousa alguma: até a sua opulenta industria desapareceu com a sua liberdade. Tratados como belligerantes enquanto era necessario disfarçar a conquista territorial, os acreanos passaram bruscamente a viver sob um férreo governo militar conducente a miséria que hoje campeia naquella região, porque os prepostos do Governo Federal *iam pobres para o Acre rico e voltavam ricos do Acre devastado*.

A pedido da representação amazonense, o Congresso Nacional passou a PROTEGER a industria da *borracha do Acre* com o *modico* tributo de 23% enquanto, mais tarde, *perseguia-se* o jogo nesta capital com o *pesado* imposto de 8%!...

A publicação deste livro ha de concorrer para que se dê a Cezar o que é de Cezar, porque ha de mostrar a conducta de Plácido para com Gregos e Troyanos; ha de pôr termo á conspiração de silencio, mantida pelos poderes publicos em torno da sua pessoa e da sua memoria, com o exclusivo intento de glorificar os pensionistas do Thesouro que encamparam pela *força e pela farça* a obra gloriosa da ultima revolução acreana.

Estigmatizando o assassinio, a violencia, o latrocinio, a farça e todas as miserias empregadas pelos representantes do Poder Executivo Federal como meios adequados ao Governo do Acre, tenho mais em vista denunciar o crime do que castigar os protegidos do Governo, os pensionistas do Thesouro, que só merecem censura quando contrariam a vontade dos soberanos. Quero rehabilitar a memoria ultrajada do abnegado brasileiro que arrancou o Acre á Bolivia para a unir ao Brasil e que por discordar do captivo a que logo depois o Governo da União submittera os seus gloriosos companheiros de jornada, foi punido com a pena de morte.

Pondo de parte algumas paginas apenas, este livro é uma collectanea de factos historicos irrefutaveis e certo estou de que só tem de fraco a parte de minha autoria que não pôde ser escripta por pessoa mais competente, mas que é tão verdadeira como a propria verdade.

Testemunha ocular dos factos que descrevo, e que julgo de grande importância para attingir ao fim que tenho em vista – não me é possivel deixar de os relatar, unicamente por não ser escriptor, porque me falem engenho e arte para desempenhar com os applausos de terceiros a tarefa que o destino me confiou. E si tantos annos durou o meu silencio sobre o monstruoso crime que constituí a nota predominante deste livro, foi porque o assumpto me empolgava de tal modo que me embalava a serenidade de animo e essa serenidade desejava eu presidisse á minha conducta, embebesse a minha penna na exposição de acontecimentos que, a meu ver, *farão de um livro de historia um livro de escandalos* e porque bem cedo me convenci de que o assassinato de Plácido fôra obra do Governo Federal e que, por isso, os assassinos ficariam impunes, como ficaram; bem mais felizes do que Manso de Paiva e do que Marcellino Bispo.

Depois que vi o *mandatario-mandante* – o Coronel Gabino Besouro – promovido a General e os seus numerosos cumplices – Gentil

Norberto, Leitão Gassella, Rodrigo de Carvalho, Antunes de Alencar, Simplicio Costa, etc., protegidos e cumulados de favores pelo Dr. Affonso Penna e pelos que lhe succederam na curul presidencial – poderia eu ter a veleidade de alguma cousa esperar da justiça do meu paiz?...

Quando o Dr. Affonso Penna, sustentaculo do Coronel Besouro e dos seus cumplices, entregou o corpo á sepultura, eu vim ao Rio de Janeiro, e minha velha mãe tambem, e juntos fomos á presença do Dr. Nilo Peçanha, pedir a punição dos assassinos de Plácido. Da mão de minha mãe, então apenas septuagenaria, o Presidente *recebeu diversos documentos originaes*, inclusive o inquerito do Juiz de Paz de Bemfica, com os depoimentos de Plácido e do nosso pagem Francisco de Mello (que reconheceram diversos dos assassinos componentes da emboscada, e que eram o Subdelegado do Coronel Gabino Besouro e pessoal da Prefeitura) – assegurando-nos que *promoveria* a punição dos culpados; e mezes depois, nas vespas de deixar o Governo, *promovia...* o principal assassino, a General... Quer isso dizer que quando o Dr. Nilo Peçanha prometia justicar os criminosos, falava com a mesma sinceridade do Dr. Freire Cavallo quando depois de assistir o assassinato a vergustadas de um *quebra-lampeão*, deportado, no quartel da forza publica do Acre – attestava que a victima daquella barbaridade cristalizada havia morrido de pneumonia! ...

Os homens que o Governo Federal *empregava no Acre* praticaram taes desatinos, violencias tão degradantes contra aquelle infeliz povo que deixam a perder de vista todas as phantasias desses viajantes estrangeiros sobre a nossa decantada civilização. E o unico crime desse povo era a ousadia de haver descoberto, explorado e povoado aquella feraz região e depois commettido a imperdoavel estupidez de haver repudiado a soberania boliviana para adoptar a brasileira.

O relatorio de Plácido fala muito laconicamente dos commensaes de todos os prefeitos, que não se afastavam daquella, então, farta gamela. E para mostrar que o criterio na escolha ou na *accepção* da gente empregada no Acre continua o mesmo, transcrevo a denuncia

dada contra um Chefe de Policia do Territorio do Acre, Salvador Augusto de Araujo Jorge, nomeado pelo Dr. Arthur Bernardes, e relato um dos mais innocentes actos de um juiz federal no exercicio da magistratura.

Os “inimigos do Coronel Plácido”, assim chamados pelos que teem interesse em justificar o seu covarde assassinato, são precisamente os que constituem o bando que assaltava os cofres da prefeitura, alguns dos quaes são citados em seu relatório, reforçados pelos Luiz Sombra, Antonio Maria Aranha, etc., que os prefeitos levavam para o Acre como socios nos crimes e nas *economias* que praticavam; eram os concessionarios de aberturas de picadas, de caminhos, de locações de cidades, de levantamentos de rios, etc., que Plácido *atrapalhou*, a bem da moralidade publica; – eram os parasitas do Acre. Entre elles não se contava um proprietário industrial. E ha poucos dias a União foi condemnada a pagar nove mil e tantos contos a um desses felizardos pela abertura de um caminho que “ninguém não viu”.

As notas de Plácido sobre a Revolução Acreana de 1902, os seus actos, como Governador do “Estado Independente do Acre”, e como Commandante-em-Chefe do Exercito acreano durante toda a campanha, o respeito e mesmo carinho com que os bolivianos que defenderam o Acre se referem ao seu bravo contendor, dão perfeita ideia do character do homem que o Governo Federal mandou assassinar pelo facto de embaraçar a ladroeira desenfreada que se praticava no Acre á sombra das mais altas autoridades federaes e do proprio Presidente da República.

Em abono da conducta de Plácido e para mostrar como o Governo da União o tratava emquanto necessitava de um pretexto para forçar a Bolivia a *vender* o Acre, e o Perú a recuar do avanço que fez sobre terras occupadas por brasileiros no Purus e Yaco – tenho cartas de diversas origens que deixo de publicar porque são mais prejudiciaes ao Brasil do que uteis á causa que viso.

Recolhel-as-ei a um archivo publico. São centenas de cartas dos seus *amigos*, muitas das quaes compromettedoras do Governo Federal, sendo as mais numerosas as do Coronel que perdeu *sus anteojos* no combate de Porto Acre; do engenheiro que *lloró á lagrima viva*, quando prisioneiro dos bolivianos; do homem da *cagacite aguda* de que fala Plácido, etc.

O libreto intitulado “Os Assassinos do Coronel Plácido e o Correio da Noite” que em 1916 dei a publicidade, sendo constituído puramente de artigos daquelle vespertino sobre o assassinato de Plácido, contém alguns topicos que prejudicam a minha reputação e que não obstante inclui no livro para não me privar de outras noticias veridicas; e porque não me julguei com o direito de mutilar aquelles artigos em meu proveito, arrotei o inconveniente de dar curso ás inverdades contra mim ali estampadas. Ha, entretanto, uma noticia que só foi publicada porque não a li: – é a contida na pagina 108, como sendo uma entrevista dada pelo Dr. Barros Campello a um jornal de Manáos; – é uma publicação aleivosa e estúpida que custa a crer tenha sido inspirada em dados fornecidos por um advogado, muito embora o entrevistado tenha deixado o Acre desgostoso com a minha pessoa. Do rosario de sandices publicadas a responsabilidade do Dr. Campello, ou como tendo sido ditas por elle, destaco esta, pela perversidade, pelo *veneno* que contem: “... esvaindo-se em sangue, vendo seu irmão saltar do cavallo, gritara: Não, Genesco! Monta de novo. Vamos ao encaço do inimigo!... etc.”

Querendo fazer crêr que tentei fugir, o entrevistado vem com um amontoado de sandices, entre as quaes esse “Vamos ao encaço do inimigo!...”

Não creio que o Dr. Campello estivesse em condições de ser entrevistado sobre a tragédia que presenciou, tal foi o terror de que ficou possuído. Si elle estivesse em condições de relatar o que viu e ouviu, teria dito o que eu digo noutro ponto deste livro e ainda mais que *elle chorava tanto e chamou por tantos santos*, que quando eu lhe pedi que ficasse amparando Plácido enquanto eu cortava uma vara para supportar a rêde, para transportar o ferido, e que lhe quiz deixar a Winchester de que eu estava armado, foi meu irmão quem empunhou a arma porque elle, o Dr. Campello, estava visivelmente incapaz do menor acto de virilidade.

Quando o Dr. José Alves Maia diz em seu depoimento que eu me queixei ao Coronel Besouro das *provocações de Alexandrino*, não diz precisamente a verdade. O que eu fui dizer ao Coronel Besouro foi que o Delegado de Policia de Xapury – o Sub-Prefeito Simplicio Costa, ha-

vendo tentado contra a vida do Juiz, Dr. Sylvio Gentio de Lima, á noite, quando o reconheceu pediu desculpa, dizendo havel-o confundido com o Coronel Placido; que o seu Subdelegado Alexandrino havia tentado, igualmente, contra a vida do Sr. Octavio de Gusmão Fontoura, *tambem* por engano, dizendo *tambem* que o havia confundido com o “Coronel Placido” a quem pretendia matar porque o prefeito lhe dissera que Placido o queria assassinar para tomar conta do Acre. Disse-lhe mais, que o Subdelegado Alexandrino, completamente embriagado, havia atacado o meu pagem na rua, naquelle dia, agredindo-o com palavras insultuosas e promettendo espancal-o e que eu considerava isso como uma provocação. Fiz-lhe ver a estranheza que nos causara a ida para o Acre do conhecido assassino Antonio João de Barros Alencar e o pasmo que nos causava a sua recente nomeação de delegado de policia, porque estavam avisados de que na prefeitura tramava-se o assassinato de Placido, dizendo-se mesmo que o Coronel Besouro havia recebido *severas instruções do Governo sobre o Coronel Plácido, por causa da attitude do Correio da Noite*, cuja propriedade era attribuida a Plácido.

E foi impressionado pelas evasivas com que o machiavelico preposto do Governo Federal respondeu aos meus argumentos e ponderações – que escrevi ao Dr. Affonso Penna a carta que faz parte deste livro.

Leitor, eu não sou *valente*, mas tenho vergonha, e até hoje Deus ainda não consentiu que eu tivesse o procedimento que esses eunucos me querem emprestar. Póde ser que futuramente eu venha a deshonrar o passado, mas até hoje ainda posso agradecer a Deus a facilidade, a quasi indiferença com que tenho exposto a vida em repetidas occasiões.

As publicações a que me reporto contem algumas cousas mais contra mim; por exemplo, sou *tambem* censurado por não ter assassinado o Coronel Besouro, cedendo assim aos impulsos do odio, da vingança, e pondo-me em harmonia com a mentalidade do meu paiz e com a nossa *cultura*. Confesso ao leitor que só não me tornei assassino porque os encargos que automaticamente cahiram sobre mim não o permitiram. Com uma divida assustadora a pagar, com a industria quasi paralizada pela fuga dos trabalhadores que ficaram apavorados com o assassinato de Plácido; conhecedor dos individuos

que mais despudoradamente haviam influido nesse assassinato, percebendo logo a necessidade que tinha de viver e de me livrar de tudo o que pudesse dar motivo a um processo com que os meus inimigos pudessem livrar-se de mim ou neutralizar ou perturbar a minha ação – resolvi agir inteligentemente, tanto no que dizia respeito ao pagamento das nossas obrigações commerciaes, como em relação á vingança que pretendia exercer, como um direito.

O meu insuccesso, porém, no terreno do crime, onde eu ficava dependendo da *honestidade dos profissionaes*, foi tal que um dia um dedicado e modesto amigo que alguns favores me devia, desapontado com a maneira por que eu fôra ludibriado por um *profissional*, quiz emprestar-me o seu braço generoso para ajudar-me no crime como me ajudaria no trabalho. Fiz-lhe ver que só eu poderia executar semelhante empresa com a justificativa da vingança e como estivesse impedido, lançava mão do assassino profissional, sujeitando-me aos ludibrios delle conhecidos – mas que sem deshonra eu não poderia acceitar o sacrificio de um amigo.

Era preciso que eu me livrasse do crime e dos criminosos ainda mesmo nas situações extremas, porque quando o Governo manda matar alguém, a victima fica entre alternativas tremendas, sempre favoraveis ao algoz: si o assassinato é consummado, *desapparece o inimigo* e o caso está liquidado; si a victima reage e tem a infelicidade de matar o aggressor, esta liquidado, porque o processo com todos os ff e rr o reduzirá á miseria e á impotencia, si não for assassinado no carcere.

A nitida comprehensão da situação em que me via e o dominio quasi absoluto que cheguei a exercer sobre mim mesmo explicam o facto de, logo após o assassinato de Plácido, quando ao sair da papelaria de Sr. Domingos de Queiroz, em Manãos, defrontando-me com Gentil Norberto e este, nervosamente procurando o revolver – haver eu fingido que não percebera os seus evidentes apuros, filhos do medo e da consciência do crime.

Quando o procedimento infame do Dr. Nobrega, ex-juiz do Coronel Besouro, me forçou a exigir a sua retractação deante do Sr. Aprigio e demais pessoas da Casa Luiz de Mendonça & C., de Manãos, foi porque o miserável, que ignorava que eu estivesse a poucos passos, occulto para evitar-lhe a presença – me colocou, sem o saber, na situação de não poder evitar o que aconteceu. E a gargalhada satanica com

que respondi á presença do seu revolver – gargalhada feroz que, parece, lhe congelou o sangue nas veias, chumbando-o ao solo, e immobilizando os assistentes boquiabertos – não lhe deixou a menor duvida sobre a minha disposição naquelle terrivel momento de provação para mim.

Deslizei sobre o terreno do crime como a salamandra sobre um braseiro, graças á misericórdia de Deus. Dizendo isso, peço ao paca-to leitor que me permita calar sobre os passos que dei nesse escabroso terreno. Basta que eu diga que tanto Alexandrino como a maioria dos seus companheiros de emboscada foram assassinados á minha revelia, por pessoas inteiramente estranhas para mim.

Quando terminei a minha principal tarefa, isto é, quando completei o pagamento das dividas que herdei e das que fui obrigado a contrair para restabelecer a nossa industria paralyzada, a minha mentalidade já estava profundamente modificada e os bandidos não mais tiveram em mim a *vingança* que por muito tempo lhes acompanhava cautelosa-mente os passos.

Tratando do assassinato de meu irmão, bem pouco me occupo dos individuos de que se serviu o Coronel Gabino Besouro para organizar a emboscada de “Flôr do Ouro”, porque eram typos inteiramente desclassificados, que assim como se alugaram para assassinar Plácido teriam feito o mesmo para eliminar o Coronel Gabino ou o Presidente Affonso Penna. Si nomeio alguns desses desgraçados, juntamente com o chefe da quadrilha que constituíam, é para frizar a culpabilidade do Coronel Gabino, porque não havia no rio Acre quem ignorasse que esse terrivel bando estava ao serviço do prefeito e era mantido pelos cofres da prefeitura. E na Empresa, ou Villa Rio Branco todos viram, assim que Plácido chegou, a sahida de vários delles que acompanhando o Subdelegado Alexandrino, seguiram para o lugar da emboscada donde só voltaram depois de consummado o crime, e tão certos estavam da impunidade de que gozavam que chegaram a disputar a gloria de ter dado o tiro que matou o “Coronel Plácido”.

O chefe dessa malta sinistra, o Sub-Delegado Alexandrino, o braço homicida do Coronel Besouro, era um grande criminoso, como

tal reconhecido em todo o Acre e Bolivia, mas era um perfeito irresponsavel que só vivia para o alcool, para o crime e para o jogo, onde se aco-tovelava com os seus comparsas e admiradores Gentil Norberto, Antonio Antunes de Alencar e outros. Esse monstro era inteiramente analphabeto, mas aprendeu a fazer umas garatujas que dizia ser o seu nome, e isso bastou para que occupasse o cargo de fiscal geral das obras publicas (“emprego de dôtô”, como elle dizia), na administração Jesuino que, entretanto, dispunha de alguns engenheiros militares. Na administração Besouro, elle foi tudo – dizem que até marido de Cezar... Como um estigma gravado na face dos prefeitos que se utilizaram das degeneradas aptidões desse criminoso da mais baixa classe social contra o “Povo Acreano” e contra Plácido, eu reproduzo neste livro o fac-simile da sua *assignatura*, que é o reflexo das suas baixas aptidões.

Atiro sobre o Governo Federal e particularmente sobre o Dr. Affonso Augusto Moreira Penna a responsabilidade desse monstruoso crime, porque não encontro outra explicação para as recompensas concedidas aos assassinos por aquelle presidente e seus successores e para a completa impunidade em que ficaram os criminosos de todos os matizes, *prescrevendo o crime sem que abrissem sobre o caso o mais mentiroso inquérito*.

Reformaram a constituição sem dar liberdade ao Acre, que até agora só existe para pagar impostos e dar empregos a forasteiros; mas algum dia virá a sua autonomia e nas paginas deste modesto trabalho, amarelladas pelo tempo, os acreanos de outras gerações hão de encontrar a historia do seu passado glorioso e do captivo a que foi reduzido o Acre pela traição de alguns e pela rapacidade de muitos.

Dir-se-á que o Governo já nomeou alguns acreanos para governarem o Acre, mas eu faço a corrigenda, accrescentando: Como successores de Gabino Besouro, nomeou individuos implicados no assassinato de Plácido, para que o delicto continuasse a ser *ignorado* pelo Governo Federal. Si fóra do Acre houvesse naquella occasião quem satisfizesse a condição de ter sido connivente no crime, cúmplice do Coronel Gabino, esse seria o nomeado.

Si eu soubesse escrever, este livro seria uma epopéa glorificando um povo de gigantes, que morre escravizado e de inanição, sob o guante de uma legião de pigmeus.

Só quem já partilhou dos rudes trabalhos do seringueiro nos longíquos centros virgens da floresta acreana, tiritando de frio e ardendo em febre sem abandonar o trabalho, sabe o que o Acre representa para o acreano, para a indomável energia do sertanejo cearense... pode avaliar o que foram os dois annos de guerra que aquelle pugillo de bravos sustentou contra a Bolivia, para vencer e depois cair na mais dura escravidão, sob a bandeira da patria que ajudaram a dilatar.

O bosquejo historico do Acre e terras circumjacentes, que encontrei no archivo de Plácido e que constitue um capitulo desta obra, bem como a carta que em 1900 elle escreveu ao Cel. Joaquim Victor da Silva suggerindo-lhe algumas providencias politicas tendentes ao reconhecimento do “Estado Independente do Acre” (ver adiante), então interinamente presidido por aquelle Senhor – mostram que Plácido sabia bem quaes os direitos que cada um dos interessados na posse daquella região podia invocar para defender a sua pretensão.

Esse conhecimento justifica plenamente o plano que traçou para annexar o Acre ao Brasil, sem que sua patria podesse tornar-se passivel da accusação de haver feito uma conquista territorial de um paiz mais fraco.

E quando elle chama a attenção do General Olympio da Silveira sobre as difficuldades que a conducta deste iria causar ao Brasil, é claro que se refere ao desaparecimento da causa que arrastou o Governo Federal a entrar na disputa de um territorio que pouco tempo antes havia peremptoriamente declarado pertencer á Bolivia.

Assim, também, ao communicar-me a decisão que tomára, Plácido disse que pretendia desligar da Bolivia toda a região habitada por brasileiros, proclamando-a independente, e mais tarde annexal-a ao Brasil.

Essa carta foi perdida, mas encontrei no archivo da *revolução* a carta que se segue, de autoria do Sr. Rodrigo de Carvalho, então membro da “Junta Revolucionaria”, que confirma o que venho de dizer.

Essa carta é de 10 de julho de 1902, já escripta em papel official, com os seguintes dizeres impressos:

“Estado Independente do Acre – Secretaria do Governo – cidade do Acre (Puerto Alonso”...)

Eil-a:

“Ao Sr. José Galdino Marinho – Illustre Concidadão. Em nome da Junta revolucionaria de que faço parte como o mais humilde membro, tomo a liberdade de por-vos ao par dos acontecimentos e das deliberações da mesma, embora pela rama.

Reunida a Junta revolucionaria e vários cidadãos acreanos de real merecimento, em 1º do corrente, ficou por ella deliberado com unanime approvação de todos, o seguinte: nomear o nosso concidadão José Plácido de Castro, para dirigir as operações militares, como Commandante-em-Chefe das mesmas, para o qual concorreremos com todo o nosso apoio moral e material; finda a guerra elle nos chamará a formarmos Governo, elegendo ou acclamando um Governador que seja pessoa residente no Acre, revolucionado e proprietario no mesmo.

O acclamado escolherá 4 secretarios para as pastas da Guerra, Industria, Justiça e Fazenda.

Notificará a formação do Governo ás nações americanas e pedirá ao Governo brasileiro a annexação á Patria Brasileira.

Pela distincção que mereceu da Junta Revolucionaria o Sr. Plácido, podeis ver que elle é da mais absoluta confiança e além da muita vida e mocidade ainda possui a decisão que requer o cargo que vai occupar.

Elle vos mostrará verbalmente como a questão do Acre é hoje uma questão nacional, e para cujo territorio a nossa cara patria tem hoje os olhos voltados.

No Baixo Acre o entusiasmo e indescriptivel: os recursos materiaes que acabam de nos chegar são valiosos, mesmo assim o chefe militar que nomeamos achou que devia possuir forças de todo o Acre e é a razão por que, em nome da Junta Revolucionaria, appello para o vosso nunca desmentido patriotismo e digna energia, para concorrerdes com os recursos ao vosso alcance.

A patria vos será immensamente grata pelo muito que concorrerdes para a sua integridade.

Em breve receberemos o baptismo de fogo no campo de combate que será tambem o campo da victoria.

O membro da Junta Revolucionaria.

(a) *Rodrigo de Carvalho.*”

“Antimary, 21 de Maio de 1900

Am^o Sr. Joaquim Victor.

Saudo-vos cordealmente.

Tenho o prazer de accusar o recebimento da vossa carta de hontem datada, fazendo-me sciente do recebimento da minha de 12 do corrente.

Muito folguei em saber que os habitantes desse risonho estado estão cheios de esperanças, e faço votos para que assim continue a acontecer, porque elle esta fadado a apparecer muito breve entre as nações, fazendo-se annunciar, não por um vagido de creança pedindo protecção, mas pelo choque das armas e pelo som do clarim, affirmando a virilidade de seus habitantes e fazendo

vêr ao mundo que está em condições de defender a sua causa, pelo valor de seus homens e vigor de sua fé.

A Independência dessa feraz região é, no meu vêr, uma fatalidade que se impõe á Bolivia, como a morte aos seres vivos. A Bolivia julgou, bem como o Perú e os demais povos de origem hespanhola neste continente, que seu povo não era o mesmo da Hespanha, que tinha outras aspirações, outro destino historico, etc., dahi a lucta que sustentou pela sua Independencia, dando lugar á formação da Confederação Perú-Boliviana, de ephemera existencia, pela mesma causa. E entre o Acre e a Bolivia essa razão por ella invocada em sua época gloriosa não será ainda a mesma ?...

Os acreanos, além daquelles motivos, são originarios de uma raça historicamente inimiga da hespanhola; falam outra lingua; teem aspirações mais alevantadas: – teem direito á sua autonomia!...

Sem ter o direito de roubar o vosso precioso tempo com dissertações, peço, entretanto, licença para emitir minha opinião sobre os negocios politicos desse estado.

Julgo que para fechar de vez a porta a qualquer intervenção do Brasil na politica acreana, esse Governo deve baixar um decreto declarando os limites dessa Republica, que devem ser ao norte, o paralelo de 10° 20' de latitude sul, que é o ponto máximo das pretensões brasileiras. Quanto aos outros limites, vós melhor do que eu sabeis estabelecer de accordo com a situação em que se encontram os vossos jurisdicionados, mas, na minha opinião, devem ser: ao sul, o paralelo de 14° 20' de latitude sul, a leste com o Brasil, pelo Mamoré e Guaporé e a oeste, com o Peru, pelos limites consignados entre esse paiz e a Bolivia. Em tal caso, o territorio desse estado abrangeirá uma vasta área banhada pelas nascentes do Purús, pelo Acre e pelos affluentes da margem esquerda do grande rio Madeira. O Acre, como sabeis, faz parte do departa-

mento boliviano do Beni, cuja capital é Trinidad, situada á margem esquerda do Mamoré, a cerca de 15° de latitude sul. Esse departamento, que é enorme e quasi despovoado, é irrigado pelos rios já citados e pelo Beni com os seus grandes affluentes. Esse grande rio nasce no Perú e atravessa toda a zona citada, de sudoeste para nordeste.

Acho tambem que esse Governo deve confiscar todos os papeis e materiaes trazidos pela commissão boliviana que fundou a Alfandega de Porto Acre.

É conveniente, tambem, mandar uma pessoa de confiança ao Rio de Janeiro protestar contra a intervenção do Brasil e dar publicidade comprobatoria tudo quanto a flotilha tem feito ahi, bem como da conducta criminosa do Governo do Amazonas que se tem servido da flotilha como de um instrumento seu para entrar em negociações com os revolucionarios, infelizmente representados por Galvez fazendo-lhes proposta, reconhecendo-os belligerantes, etc., exercendo assim, direitos privativos do Governo Federal.

O Orlando³ pretende tratar desse assumpto no Rio e na Europa, mas não está habilitado com poderes officiaes para representar esse Governo.

Constando-me que o Sr. Rodrigo de Carvalho desce o rio doente, autoriso-vos abrir a carta que lhe escrevi e a tomar conhecimento do seu conteúdo, enviando-a depois ao Cel. Braga.

Em casa do Sr. José Virginio, tenho uma carta do Amazonas, devidamente anotada por mim; que opportunamente vos sera enviada, não podendo ir na canoa para não se molhar.

Por esses 3 ou 4 dias subo o Antimary e quando regressar, em Julho, provavelmente, irei ate ahi.
— (a) *J. Plácido de Castro.*”

3 Dr. Orlando Corrêa Lopes, Engenheiro Civil.

.....

*Apontamentos sobre a Revolução Acreana*⁴

NOTAS INEDITAS DE PLÁCIDO DE CASTRO

N

O EXERCICIO da profissão de agrimensor, munido da indispensavel provisão, me achava eu no “Territorio de Colonias”, da Bolivia, em Junho de 1902, demarcando o seringal “Victoria”, de propriedade de José Galdino.

Os bolivianos, senhores da região que lhe havia sido entregue pelo Governo Brasileiro, tinham elevado à categoria de vila o povoado de Xapury, com o nome de Antonio Antunes de Alencar, que allí gozava de algum prestígio e que envidára esforços para conciliar os brasileiros com os bolivianos, em parte o conseguindo, tanto que se fez eleger intendente conjuntamente com o Dr. Magalhães. Continuava, entretanto, o desgosto dos brasileiros, sobretudo devido aos rumores que lá chegaram do arrendamento do Acre a uma companhia estrangeira.

Em 23 de Junho chegaram-me ás mãos alguns jornaes que noticiavam como definitivo o arrendamento do territorio acreano e es-

4 Escriptos a pedido de Euclides da Cunha quando com elle o autor viajava em 1906 de Manãos para o Rio. Pretendia aquelle escriptor occupar-se dos successos que trouxeram o Acre para o Brasil.

tampavam o teôr do contracto, então firmado entre a Bolivia e o “Bolivian Syndicate”.

Era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me á mente a idéa cruel de que a patria brasileira se ia desmembrar; pois, a meu ver, aquillo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear á navegação os nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistencia por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e a nossa desgraça em breve estaria consumada.

Guardei, apressado, a bússola de Casella, de que me estava servindo, abandonei as balisas e demais utensilios e sahi no mesmo dia para a margem do Acre.

Ha muito, prevendo esse resultado, havia fallado a varios proprietarios na possibilidade de uma resistencia, consultando-os se com elles poderia contar.

O Sr. José Galdino, incontestavelmente foi de todos quem demonstrou melhores disposições de auxiliar-me. Com elle accordei em que a revolução se faria: eu desceria até “Caquetá”, concitando á luta os proprietarios, devendo romper o movimento em “Bom Destino”, seringal de propriedade de Joaquim Victor da Silva, que era um grande entusiasta da revolução e a pessoa de maior prestigio no Baixo-Acre. Nessa conformidade desci a 25 do mesmo mez em uma canôa de José Galdino, passei a 29 em “Bagaço”, e a 30 cheguei a “Bom Destino”.

Depois de entender-me com o Coronel Joaquim Victor, que foi sem duvida o acreano que maiores sacrificios pecuniarios fez pela revolução, ficou acordado descermos até “Caquetá”, onde se achava o Director da Mesa de Rendas do Estado do Amazonas, que proclamava lhe haver remettido o governador deste estado grande copia de armamentos com destino á revolução.

Se me não falha a memoria, no dia 2 de julho, em “Caquetá”, nos reunimos: eu; o Coronel Joaquim Victor da Silva, proprietario deste seringal e de “Bom Destino” e ex-Vice-Governador do Acre em uma das malogradas revoluções, Domingos Leitão: homem de prestigio, residente no seringal “Esperanca”; Domingos Carneiro, residente em “Floresta” e ex-Vice-Consul do Brasil em “Porto Acre”; Rodrigo de Carvalho,

Director da Mesa de Rendas do Estado do Amazonas em “Caquetá”; e o Tenente Antonio de Carvalho.

Tratámos tão sómente da revolução e, por proposta minha, assentamos em que se formaria uma junta revolucionaria, que se comporia dos Coroneis Joaquim Victor da Silva, José Galdino de Assis Marinho e Rodrigo de Carvalho.

Não consegui, porém, que a revolução rompesse, como eu desejava, no Baixo-Acre, pelo que assentámos que o movimento romperia no Xapury.

Tendo ficado assentado que seria eu o commandante em chefe, accordou-se tambem que, em rompendo as hostilidades, ficaria extincta a junta revolucionaria, para que só ficasse em acção uma única autoridade – o Commandante-em-Chefe – a quem todos se deveriam submeter.

Voltei para Xapury incerto do exito da revolução, pois todos declaravam que empenhariam o melhor da vida, mas ninguém queria ser o primeiro.

A 4 de agosto era a primeira segunda-feira deste mez e dia que os acreanos consideram aziago, como aziagos seriam para elles os 365 do anno se a fome os não ameaçasse.

Um dos meus remadores, um velho ébrio, disse-me pela manhã, no momento em que o mandei puxar a sirga: “Patrão, eu hoje não trabalho; é a primeira segunda-feira de agosto e pôde haver algum desastre.”

Não havendo meio de convencel-o do contrario por outra forma, puxei do meu revólver e disse-lhe : “Se trabalhares, pode ser que te aconteça algum desastre, mas se não trabalhares é certo que morrerás já” – e com um tiro indiquei-lhe o caminho a seguir com a sirga.

O homem, que parecia se achar firmemente resolvido a não andar, rompeu immediatamente em marcha, com grande espanto meu, que ainda não conhecia bem aquelle meio em que ia agir.

Às dez horas da noite desse dia, em meio de profunda escuridão, passei junto á povoação do Xapury, sem ser percebido, pois tive o cuidado de advertir aos remadores de que não fizessem barulho com os remos na borda da canôa.

O velho ébrio ainda ahi portou-se mal, vendo-me obrigado a fazel-o comprehender que, se fossemos descobertos, elle perderia a vida no mesmo momento.

Ao passar pela povoação mandei por terra um homem a “Victoria” communicar ao Coronel José Galdino que eu ia por agua e que elle deveria reunir immediatamente todo o seu pessoal, pois, conforme ficára assentado, a essa hora todo o Baixo-Acre deveria estar conflagrado.

O *proprio* chegou á noite mesmo, eu porém, só cheguei ás nove horas da manhã do dia seguinte, apparentando uma alegria, que ainda não tinha e dizendo que a revolução quando muito duraria vinte dias, pois o entusiasmo no Baixo-Acre era indescrível (não devia fallar de outro modo).

O Coronel Galdino mandou effectivamente reunir o seu pessoal que estava muito espalhado, conseguindo o comparecimento de 33 homens, inclusive o seu filho Mattoso.

Com estes 33 homens, ao cerrar da noite, seguimos em canôas para Xapury, onde chegamos ás cinco horas da manhã do dia seguinte :

Sem que soubessemos, era 6 de agosto, dia de festa nacional na Bolivia; era o dia da sua Independencia, pelo que estava preparada uma grande festa. Na vespera haviam as autoridades dormido muito tarde, depois de abundantes libações e dos canticos patrioticos do costume, pelo que áquella hora da manhã dormiam ainda a somno solto.

As autoridades bolivianas eram poucas e estavam alojadas em tres casas – na de Alfredo Pires, na de Augusto Nunes, portuguez, instrumento dellas e tambem autoridade, e na intendencia, onde residia o proprio Intendente, D. Juan de Dias Bulientes, *que não gostava de beber...*

Ao saltar em terra, dividi a pequena força em tres partes, para atacar simultaneamente as tres casas, reservando para mim a do centro que era a Intendencia, a do Sr. Alfredo Pires para o Sr. José Galdino e a de Augusto Nunes, na outra margem, para Antonio Moreira de Souza.

Tudo correu como eu havia determinado. Penetrando na Intendencia, de lá retiramos umas carabinas e dous cunhetes de balas; em seguida chamei-os em voz alta. O intendente, mal acordado ainda, respondeu : “Es temprano para la fiesta”, ao que lhe retorqui: “Não é

festa, Sr. Intendente, é revolução”. Levantaram-se então o intendente e os demais, sobresaltados.

Deixei-os sob guarda e fui á casa do Sr. Nunes, onde Moreira nada havia feito.

Prendi-os todos. O Coronel José Galdino já vinha da casa de Alfredo Pires com muitos presos.

Assim começou a revolução.

Neste mesmo dia continuamos a reunir gente; os proprietarios tudo promettiam, mas em verdade mostravam-se receiosos: José Galdino era quem agia com mais desassombro.

Convoquei uma reunião para as duas horas do dia seguinte, que se realizou como eu desejava. Nella expuz as razões que determinaram a revolução, e, apparecendo o desejado enthusiasmo, fallaram com brilho maior os Srs. Dr. Albino dos Santos Pereira, Gastão de Oliveira e Manfredo Alvares Affonso.

Em seguida convidei-os a proclamarmos a Independencia do Acre, com o nome de “Estado Independente do Acre”, e, no acto de ser erguida a bandeira ao som da marcha batida, pois havia já um corneteiro entre nós, todos se descobriram respeitosaente.

Foi lavrada uma acta, de que mandei extrahir umas vinte copias, que mandei distribuir rio abaixo, immediatamente, enviando uma ao governador boliviano em Porto Acre, afim de que (pensei eu) com esta medida, se alguém fraqueasse, não pudesse recuar, visto se haver comprometido com a assignatura na acta.

Os prisioneiros foram expulsos do territorio, via Yaco, e eu descí á frente de 64 homens, ficando o Coronel Galdino no commando da guarnição do Xapury que se compunha de 150 homens, mais ou menos, com ordem de recrutar os que pudesse.

Um Sr. Falk (judeu francez), que no povoado gozava de alguma influencia, começou a fazer reuniões occultas com o fim de abafar a revolução, pois, não acreditava que o movimento triumphasse.

Ao embarcar com a força tive sciencia desse facto, pelo que mandei, acto continuo, prender “esse chefe”, levando-o em minha companhia, na minha propria canôa.

Todo o pessoal era de recrutas roubados ao serviço da *seringa*, um só não entendia de cousas militares, muito menos de guerra.

No terceiro dia de viagem de baixada, encontrei um *proprio* que me enviara o Coronel João do Monte, communicando-me que o batalhão boliviano, esperado em “Capatará”, alli havia chegado com grande effectivo.

Continuei a marcha, havendo mandado um officio ao commandante da guarnição do Xapury, communicando-lhe o factio e dizendo-lhe que, “a despeito da desproporção numerica, eu me sentia feliz por tão cedo haver chegado a occasião de pôr em pratica o que pregára pela palavra”.

Chegado a “Itú” mandei reconhecimentos a “Capatará”, por agua e por terra. Era falsa a noticia – ainda não se sabia nada do batalhão boliviano alli esperado.

Isso se passava mais ou menos a 30 de agosto.

A “Capatará” chegámos pela manhã. Á nossa chegada fugio para o matto um brasileiro de nome José Cavalcante, que estava ao serviço dos bolivianos.

Ahi *pousamos*, continuando a viagem ás dez horas da manhã do dia seguinte, sempre rio abaixo. *Pousamos* de novo em Bemfica, onde soube que com a minha demora (occasionada por molestia grave) muitos dos companheiros, que se achavam comprometidos, dando credito ao boato da minha morte, haviam desanimado e fugido para o Brasil, e outros se haviam deixado prender em suas casas pelos bolivianos, informados da nossa situação pelo nosso companheiro Joaquim Carneiro, que, desanimado da victoria, tudo lhes contou, o que, como é facil de imaginar, de grande prejuizo me foi.

Achavam-se presos os Srs. Pergentino Ferreira, proprietario de “Bagé”; Coronel Joaquim Victor da Silva, proprietario de “Bom Destino”, e emigrados para o Brasil os Srs. Francisco de Oliveira e Hyppolito Moreira com os seus irmãos – todos pessoas de prestigio, e ainda muitos outros.

Foi esta a situação que encontrei no Baixo-Acre e era preciso que no Alto nada se soubesse dessas miserias.

Que situação dolorosa aquella!

Os improvisados soldados começaram a se aprumar, a desobediência começou a lavrar, de modo que a autoridade do chefe teve de ser mantida pela espada e pelo revólver. Poucos compreenderão o quanto tem de horrível uma situação como aquella em que me encontrei, em que cada dia que passa é um anno de existencia que se nos rouba.

A 1º de setembro acampeí, á noite, no barracão “Panorama”, de Antonio Barbosa Leite, bello coração que infelizmente tão cedo se apagou.

Na manhã seguinte acampeí em “Liberdade”, onde me ocupei, até o dia sete do mesmo mez, em convocar os visinhos e reunir gente. Muitos foram agarrados, já em fuga, pelo pavor que lhes haviam causado a prisão e a fuga dos seus chefes.

Às dez horas da noite desse dia deixei o acampamento sob o commando de um official (o Tenente Antonio Coelho), e descí até “Caquetá”, onde me diziam se achavam os emigrados. Parti áquella mesma hora, em uma canôa tripulada, levando como companheiro o Sr. Augusto de Macedo.

O governador boliviano, não tendo mais noticias da revolução, além das que lhe déra o nosso companheiro Joaquim Carneiro (vejam o que são os carneiros dessa terra) soltou o Sr. Pergentino Ferreira e o Coronel Joaquim Victor da Silva.

Andamos toda a noite e ás dez horas do dia seguinte, oito, chegamos a “Bom Destino”, de onde, depois de almoçar, segui por terra para “Caquetá”, que alcancei no mesmo dia, á noite.

Em “Caquetá” já não encontrei os emigrados, que haviam voltado ao Acre por outro caminho.

Achava-se alli o Sr. Gentil Norberto, que havia trazido de Manaus 120 Winchesters, 100 encapados de farinha e 12 cunhetes de balas. Dizia-se encarregado pelo Governo do Amazonas de fazer guerra no Acre.

A ignorancia deste moço em assumptos de guerra era tão completa que se presumia bem armado. Não tinha noção alguma sobre cousas militares.

O Sr. Rodrigo de Carvalho, o homem mais medroso que tenho conhecido, também allí se achava e se dizia com a mesma incumbência do Governo do Amazonas.

Passavam ambos os dias em discussões estereis e em troca de insultos.

Voltei no dia seguinte a “Bom Destino”, onde encontrei o Coronel Joaquim Victor da Silva. Assentamos que elle faria reunir todo o seu pessoal e se entrincheiraria no barracão.

Rumei, em seguida, por terra para o “Bagaço”, onde cheguei na tarde do dia seguinte. Ahi accordei com o Sr. Basilio Gomes de Lyra a reunião do pessoal deste pequeno povoado e do seringal.

Dahi segui immediatamente para “Liberdade” e em caminho encontrei-me com o Tenente-Coronel Alexandrino José da Silva, individuo analphabeto, mas com prestigio entre os seringueiros. Encarreguei-o de proceder ao recrutamento. Chegando a “Liberdade” encontrei más noticias: em minha ausencia o pessoal se revoltára sob a direcção de um rapaz muito moço. Felizmente pude conciliar as cousas sem o emprego da força. Isto se passava mais ou menos a 15 de setembro.

Achando-me com cento e tantos homens, distribui-os no serviço do recrutamento e fiquei com 70 no acampamento, além de um piquete que fiz seguir para um lugar denominado “Missão”, por onde deveria passar o inimigo esperado.

Constando-me que um portuguez de nome Antonio, residente na “Empreza” iria ao encontro dos bolivianos para lhes servir de guia, mandei prendel-o.

Infelizmente, dentre muitos pedidos para soltal-o, recebi o do proprietario do seringal “Primavera”, pessoa conceituada, e accedi.

Na noite de 17 para 18 recebi um aviso do piquete, dizendo-me que o inimigo se achava em “Missão”, em grande numero e guiado por Antonio Portuguez, a quem em má hora eu havia soltado.

Tinha apenas commigo 63 homens, mas com elles marchei á meia noite na esperança de compensar a differença de numero com uma emboscada que lhes pretendia fazer, a uma hora de viagem da “Empreza” onde chegamos ás 5 ½ horas da manhã.

Contra a suposição de todos, inclusive a minha, os bolivianos, apesar de estarem em terreno completamente desconhecido, haviam marchado toda a noite, guiados por Antonio Portuguez, de forma que, ao romper do dia, se emboscaram no campo da “Volta da Empreza”, onde nós, ao entrarmos, recebemos em cheio a primeira descarga em pleno campo.

Apezar de serem todos recrutas, a confusão não se estabeleceu entre nós.

Com dificuldade, mas com alguma presteza, consegui estender linha, que difficilmente consegui manter devido á falta de pratica dos meus soldados, que a cada passo se agrupavam.

Cada soldado dos nossos tinha sómente 50 tiros, munição bastante para um revolucionario providente, insignificante, porém, para elles, que atiravam a torto e a direito, parecendo querer matar o inimigo com os estampidos.

Ainda assim o inimigo foi contido durante uma hora e cinco minutos, segundo observação dos visinhos.

Extincta a munição, a derrota pronunciou-se por nós, a despeito do esforço que fiz para evitar o desastre.

Vinte e dous mortos deixámos no campo, dez feridos recolhemos e uns seis fugiram. Esta foi a estréa.

Seguimos para a Empreza a reunir alguns companheiros dispersos. O inimigo, apesar de se achar a tiro de fuzil, não nos perseguio, pois tambem teve as suas arranhaduras – 10 mortos, inclusive um capitão, e oito feridos.

Depois do meio dia, deixei o prisioneiro José Maria da Rocha Neves com o pharmaceutico e algumas praças para descerem com os feridos e segui com o pessoal restante para “Liberdade”, onde encontrei tudo deserto; o proprio dono da casa, tomado de terror, fugira com a familia.

Recolhi a bagagem e viveres e desci com destino a “Bagaço”, onde pretendia reorganizar as minhas forças. Em caminho encontrei, de descida tambem, um reforço de 30 homens, reunidos ás pressas pelo Coronel Hypolito Moreira, Major Jose Antonio e Tenente Antonio Coelho.

À noite chegamos á “Baixa Verde”, onde pernoitamos, e no dia seguinte a “Bagaço”.

Observei que das minhas forças, parte estava vestida de azulão e parte de roupa clara e que no combate a mortalidade fora quasi que somente entre estes.

O caso era para ser levado em consideração, tanto mais que o fogo fora feito á queima roupa, a uma distancia de 50 a 120 metros, em que se distinguem as proprias physionomias.

Resolvi, por isso, vestir os soldados com uniforme azul e o consegui em poucos dias, graças á boa vontade de todos. Aboli tambem o galão dos punhos e do *bonet*, consistindo os distinctivos em botões de madreperola no logar da carcella.

Estas medidas diminuiam o alvo dos nossos soldados e ao inimigo impediam que delle fossem conhecidos os nossos officiaes. Praticamente verifiquei os resultados desejados.

A noticia da nossa derrota correu celere, apavorando os seringueiros e tornando a minha posição por demais difficil, pois por tudo se me responsabilizava. Os mais entendidos, ou que se julgavam tal, diziam que se eu conhecesse do assumpto não teria marchado com 63 homens apenas.

Mandei pelas matas dous portadores para o Alto Acre, com correspondência para ser entregue á primeira força que encontrassem de descida, o que deveria acontecer, conforme as ordens que havia dado ao Commandante da guarnição de Xapury.

Nessa correspondencia procurei illudir a situação, dizendo que o combate não tinha importância.

A 29 ou 30 de setembro, deixei “Bagaço”, marchando para Panorama com 180 homens, mais ou menos, que haviamos reunido. Pretendia com esta gente tentar um decidido assalto ao inimigo, que, segundo me constava, se estava entrincheirando.

Ao tempo em que eu marchava para Panorama chegava á “Boca do Riozinho” o Coronel Antunes de Alencar (pois já se havia apresentado á revolução, apesar da sua amizade com os bolivianos) com cento e tantos homens.

Ahi soube elle, de modo positivo, o desastre de 18 de setembro e desanimou completamente.

Reunindo os officiaes, lhes expoz os factos com as tintas mais negras, propondo-lhes por fim a dispersão das forças, pois considerava a revolução abortada, accrescentando: “Ainda não fizemos uso das armas e, por consequencia, não estamos comprometidos”.

O desanimo invadiu o coração de seus commandados e todos teriam fugido naquelle momento, se um energico protesto do Tenente-Coronel José Brandão e do Capitão Cervolo não os detivesse.

Logo após estas scenas, chegou ao acampamento do Coronel Alencar um *proprio* meu, que lhes contou que eu estava com as forças reorganizadas e em marcha para “Panorama”. Não foram acreditadas as informações do meu emissario, antes foram ouvidas com reserva. Offerceu-se, então, um moço, por nome Façanha, para ir pessoalmente até onde pudesse colher a verdade inteira, pedindo ao Coronel Alencar que não dispersasse a gente antes de sua volta.

Este rapaz foi descendo e, ao chegar a “Bagé”, soube do administrador deste seringal o Sr. João Donato, que os bolivianos estavam entrincheirados e que eu, tendo reorganizado as forças, devia talvez achar-me em Panorama. Para certificar-se disto, mandou Donato um “mateiro”.

Façanha voltou á “Bocca do Riozinho” e ahi, com a exposição do que soubera, deu um pouco de animo aos companheiros.

Pelo “mateiro” de João Donato inteirei-me do que se passava, e, incontinenti, mandei o Coronel Alexandrino e o Alferes Plinio, com 30 homens, ao encontro da força da “Boca do Riozinho”, com ordem de assumir o commando, se possível fosse, e de vir para “Nova Empresa”. Isto acontecia a 30 de setembro.

Nesse mesmo dia chegou ao “Riozinho” o Coronel Alexandrino, deixando o Alferes Plinio de observação em “Nova Empresa”, com 10 praças.

No dia seguinte regressou elle para “Panorama”, deixando na “Boca do Riozinho” todos animados e de marcha para “Nova Empresa”, dizendo-me, porém, que lá não ficaria. De matéria de disciplina ninguém entendia.

No dia seguinte, 2 de outubro, deixei-o em “Panorama” e fiz a mesma marcha com 25 homens, contornando “Empreza” e chegando á “Nova Empreza”, onde organizei a força que ali se achava. Fiz seguir comigo para “Panorama” todos aquelles cuja presença na força do Coronel Alencar embaraçava a disciplina.

Nessa ocasião, o Coronel Alencar e o Tenente-Coronel Gastão de Oliveira, tomando a palavra, em nome dos seus commandados, me acclamaram General.

Não acceitei tal aclamação, que, alem de inútil, creava um máo precedente de promoções por pronunciamentos.

Determinei que o ataque ás forças bolivianas na “Volta da Empreza” se faria a 5 de outubro e deixei em mão do Coronel Alencar o plano de combate, escripto e desenhado.

Regressei a “Panorama” e no dia cinco atacavamos a “Volta da Empreza”, simultaneamente pelo lado de cima e pela retaguarda.

Estando marcado o combate para as 10 horas da manhã, no momento em que o inimigo deveria estar descansando da formatura, tal não aconteceu, porque o Coronel Alencar mandou ás 9 ½ atirar em uma sentinella inimiga, o que muito alterou o resultado, pois não poude o inimigo ser colhido de surpresa.

Empenhou-se o combate, sendo em pouco tempo tomadas duas trincheiras inimigas.

Á tarde a nossa posição de sitiante já era bem definida, mas o inimigo estava bem defendido, pois, além das vallas, ainda tinha por fora uma cerca de arame farpado, que impedia qualquer assalto.

Por nossa parte estava em franca operação o trabalho de sapa, mas só depois de 11 dias de lutas pudemos, por meio de vallas abertas em curvas reversas contra os aramados, chegar junto das trincheiras inimigas e obrigar o Coronel Rojas a entregar-se com seus commandados, que seriam apenas 150. Os outros, em numero de 30, haviam morrido.

Neste combate verifiquei o optimo resultado do systema de fardamento que havia adoptado.

Em seguida fiz marchar para “Capatará” os Coroneis Alexandrino e José Brandão, com as forças; eu descí com 60 homens, conduzindo prisioneiros, que deveriam baixar para Manáos.

Em “Caquetá”, acima da linha Cunha Gomes, acampeí com elles e deixei que se correspondessem com os seus patricios de “Porto Acre”. Depois acompanhei-os até o Antimary. De regresso, em “Caquetá” á noite, recebi um officio do commandante da guarnição de “Bom Destino”, communicando-me que ali chegára o commandante da guarnição de “Xapury”, em companhia de varios officiaes.

Pela manhã do dia seguinte marcheí para “Bom Destino”, onde chegueí á tarde.

Soube do Coronel Jose Galdino que elle havia abandonado o seu posto em “Xapury”, em virtude de uma carta que recebera do Coronel Rodrigo de Carvalho, pedindo-lhe que viesse, porque o comandante em chefe se achava á morte e era preciso substituil-o.

Na verdade me achava muito doente, mas o caso era outro: entrara nelle a perfidia; pensavam que com a victoria da “Volta da Empreza” a guarnição boliviana de “Porto Acre” se entregaria e, nesse caso, eu, excluido por doença ou por morte, daria logar a que pleiteassem o Governo do Acre, que era o sonho do Coronel Alencar, estando compromettidos a isso o Coronel Rodrigo de Carvalho e o Sr. Gentil Norberto, que a esse tempo ainda andava por fóra, em dissidencia, José Galdino era apenas o instrumento do plano.

Fiz este subir novamente o Acre commigo, até “Capatará” e ahi lhe dei ordem para que fosse occupar o seu posto em “Xapury”.

Com a pequena força que trazia, reuni-me ás forças que se achavam no “Iquiry”.

Ali chegueí a 4 de novembro, e a 15, para commemorar o anniversario da Republica brasileira, enfeitámos o acampamento com as mais variadas palmeiras e parasitas, e marqueí uma parada para as 10 horas da manhã, para revista geral das forças.

Terminava a revista, quando me chegou um aviso urgente de que o inimigo vinha a, cinco horas de viagem, procedente de “Santa Rosa”, no Abunan.

Destaqueí immediatamente 100 homens e com elles marcheí, dando ordens para seguir o resto das forças por fracções.

Tres dias depois atacavamos a columna boliviana de “Santa Rosa” e com franco successo.

Nesse dia faziam dois meses que havíamos sido derrotados no primeiro combate, em “Volta da Empresa”.

Nesse mesmo dia, 18 de novembro, antes de começar o fogo, estando eu em um reconhecimento, acompanhado de quatro officiaes, uma sentinela inimiga emboscada deixou-me passar e a mais três officiaes, fazendo fogo contra o ultimo, que, apesar de minhas ordens, ainda não havia reformado o fardamento e tinha galões nos punhos. A sentinela o tomou pelo chefe.

O combate de “Santa Rosa”, que durou muitas horas (das 4 horas da tarde ás 9 horas da noite), terminou por um vasto incendio, que ateámos ás casas e trincheiras inimigas.

A vinte segui com toda a força reunida, quatrocentos homens, com destino á “Palestina”, no rio Orton. Dous dias depois, chegando ao Corichon-Vial, ali acampamos.

Momentos depois, uma dolorosa surpresa: chega-se a mim o Coronel Alexandrino que, em nome dos officiaes, me pede que não os leve assim para a Bolivia, onde não poderiam saber o fim que os aguardava e dizendo-me que a fome já se fazia sentir.

Cheio de esperança e de fé, eu não podia me conformar com a volta naquelle momento, pois na nossa marcha iam encontrar fatalmente a victoria da revolução.

Mais tarde soube que esse official mesmo era quem concitava os outros a voltarem, dizendo-lhes que morreriam todos, como se quem vai á guerra vá procurar abrigar-se da morte.

Entretanto, voltei, depois de destruir a ponte de Corichon-Vial e, rapidamente, marchei para “Iquiry”, fui a “Capatara”, de onde segui na mesma noite para dahi fazer seguir a força para Itú, ali chegando pela manhã.

Na tarde desse mesmo dia segui com uma força, por terra, para “Soledade”, e por água mandei outra, sob o commando do Coronel Alexandrino.

Com 72 horas de marcha cheguei a este porto. Dahi, unindo-me com a força que viera por água, segui para o “Xapury”, onde fizemos uma grande revista. No dia 4 de dezembro seguimos com trezentos homens para “Costa Rica”, no Thauamano.

A 10 demos combate ao inimigo, derrotando-o completamente. Este se compunha de 100 homens e o combate durou apenas 35 minutos, terminando com avultadas perdas nas forças contrárias.

Destruímos trincheiras e casas e regressámos a “Xapury”. Levámos em redes oito homens feridos, inclusive um capitão.

De “Xapury” marchamos com quatrocentos homens para o barracão Santa Cruz, no Alto Acre, onde diziam achar-se uma numerosa força boliviana.

Encontrando apenas vestígios do inimigo, resolvi a marcha novamente para o Thauamano, a fim de atacar “Porvenir”.

Só existia um pratico de tal caminho, um italiano, Ernesto, mas este homem tomou-se de tanto pavor que não conseguiu acertar o caminho.

Segui para o Igarapé do Bahia a fim de por ali entrar em “Porvenir”, mas em caminho recebi comunicação de “Bom Destino” dizendo que os navios mercantes já começavam a chegar a “Caquetá”. Urgia, portanto, descer, e assim o fiz.

Nos primeiros dias de janeiro, as nossas forças se achavam em “Bom Destino”, “São Jeronymo” e “Caquetá”. Neste porto fiz varias compras aos commandantes dos navios e iniciei o sitio de “Porto Acre”. Mandei abrir um varadouro contornando o terreno onde se deveria ferir o combate.

No dia 13, achando-se tudo prompto, marquei o combate para o dia seguinte, ás 10 horas da manhã.

Officiei ao Governador boliviano, em “Porto Acre”, offerecendo-lhe o nosso hospital de sangue para nelle serem recolhidos e tratados os feridos.

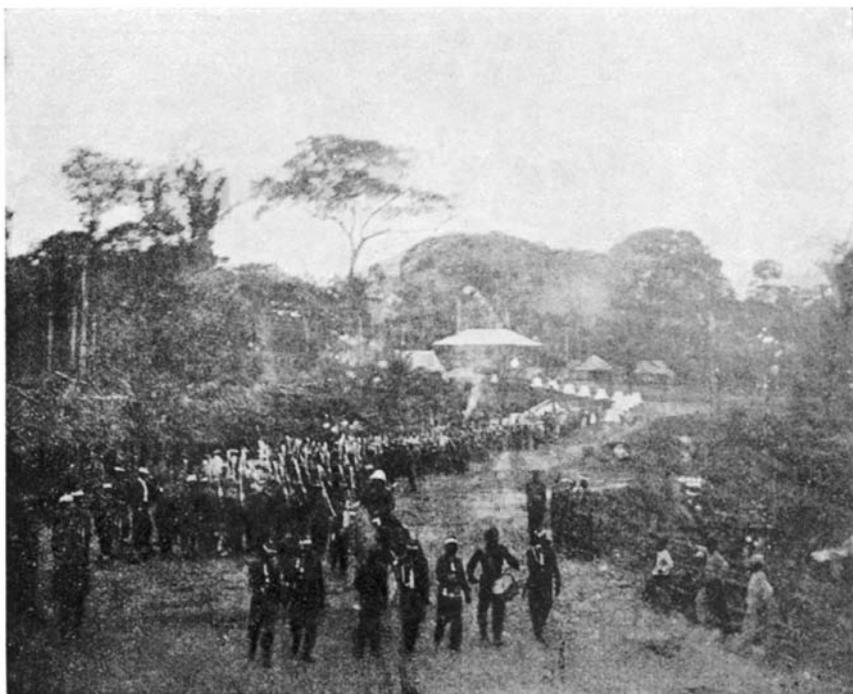
Respondeu-me em linguagem descortez, recusando o meu offerecimento.⁵

5 “Campañas del Acre” (Azcuí), pág. 205.

El día 14, Plácido tuvo la galantería de anunciar oficialmente al delegado Romero su próximo ataque al puerto y proponerle una sola ambulancia en la colecturía de Caquetá para la asistencia de los feridos de ambas partes. Lo que no aceptó Romero.



*J. Plácido de Castro à frente do Exército acreano em marcha
ao sair em um roçado*



Outro aspecto do Exército acreano em marcha. J. Plácido de Castro está montado

Às sete horas da noite ocorreu um desastre em nossas forças. Ao partir do ponto em que se achava o commando em chefe (ao sul da linha Cunha Gomes), uma lanchinha, rebocando um batelão com 60 homens, este adernou. Teriam todos morrido afogados se não fossem as providencias promptas que dei no momento e o auxilio que recebemos das tripulações dos navios ali fundeados. Felizmente a noite era de claro luar. Apenas morreram quatro homens.

Às 11 horas da noite suspendi a ordem do ataque que estava marcado para o dia seguinte.

A 14, em pessoa, distribui as forças nas posições que deveriam occupar, para partirem para o combate.

Acampei acima de “Porto Acre” com o batalhão “Independencia”, sob o commando do bravo e leal Coronel José Brandão.

Neste dia se me apresentou o Dr. Gentil Norberto, dizendo querer entrar em combate, disposto a cumprir todas as ordens que eu lhe dêsse. Colloquei-o como meu ajudante.

Às 9 horas do dia 15 de janeiro rompemos as hostilidades e ás 2 horas da tarde já occupavamos posições em campo aberto a 120 metros das trincheiras inimigas.

As nossas perdas nesse dia subiram a 50, entre mortos e feridos. A sêde nos devorava. Na noite de 15 para 16 foi tal o trabalho de sapa e de abastecimento às linhas, que, ao amanhecer, todas as nossas forças estavam entrincheiradas e abastecidas de viveres e água, sendo esta acondicionada em saccos “acauchados”.

Urgia que fizéssemos descer o navio “Independencia”, a cujo bordo tinhamos borracha, com a qual deviamos comprar munições.

O Coronel Alencar foi encarregado da missão de forçar a passagem de Porto Acre.

Os bolivianos, plagiando Humaytá, tinham collocado uma corrente para vedar a passagem. Uma das extremidades dessa corrente, porém, estava em terreno que já haviamos conquistado. Entretanto, foi difficilimo cortar essa corrente.

Não faltaram “entendidos” que dissessem ser impossivel a passagem do navio.

Isto muito impressionou o Coronel Alencar, que, devendo achar-se na véspera do dia marcado para a passagem em uma volta acima de Porto Acre, deixou-se ficar em “São Jeronymo”, pedindo-me dali dispensa do commando, por se achar doente do fígado e desconfiado de estar atacado de pneumonia.

A este conjuncto confuso de enfermidades nas ocasiões de grandes lances, eu costumeo chamar “cagacite-aguda”, não sei se com propriedade ou não.

Dispuz, então, as forças em terra e fui para bordo do “Independencia”, a fim de forçar a passagem na manhã do dia seguinte.

Levei commigo uma força de infantaria de cinquenta homens e a dispuz, 25 homens em um bordo e 25 no outro, commandados por dous subalternos. Estas forças ficaram bem entrincheiradas, assim como eu e o meu ajudante de ordens, Capitão Antonio de Souza Coelho, que ficámos no meio da praça de armas, no momento da passagem.

Pela madrugada vi, com grande espanto, a bordo, o Coronel Rodrigo de Carvalho.

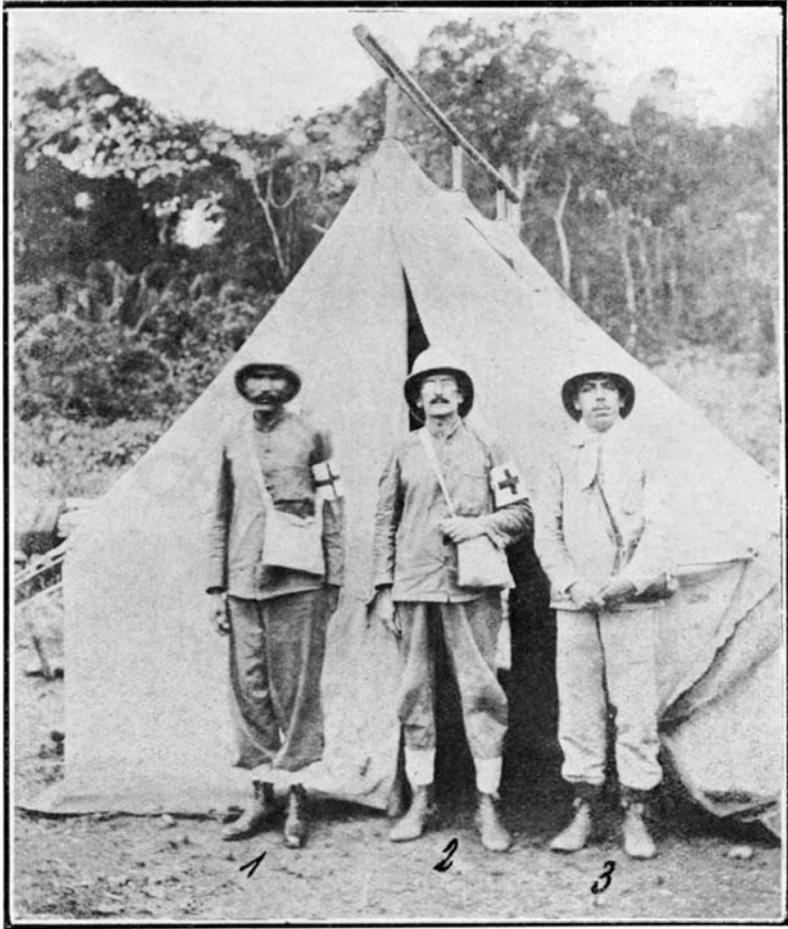
Perguntando-lhe o que fazia, respondeu-se: “Tambem quero glorias”.

Pensei commigo que alguma cousa de extraordinario se passava naquella criatura efeminada, que não podia ouvir o sibilo das balas e que ali estava para passar por entre um chuveiro dellas, pois o convés do navio seria varrido pela fuzilaria inimiga.

Ás 6 horas da manhã, collocados todos nos seus postos, verificado o entrincheiramento da casa das machinas, feito com 30.000kg de borracha, mandei suspender ferro. O Coronel Rodrigo de Carvalho não foi encontrado a bordo.

A passagem foi feita garbosamente, debaixo de uma estrondosa salva de balas. Bello aspecto apresentavam as linhas sitiadas e sitiadas, formando duas curvas concentricas de fumo.

Passado o perigo e quando o “Independencia” já navegava no “estirão” abaixo de “Porto Acre” sahiu o Coronel Rodrigo de Carvalho da casa das machinas, onde estivera durante toda a manhã, abrigado abaixo da linha dagua. E de bordo era quem mais esthusiasmado agradecia as saudações das nossas forças.



O Dr. Batista de Moraes, Chefe de Saúde do Exército acreano, entre seus auxiliares, Dr. Epaminondas Jácome, à direita, e Dr. Francisco Mangabeira, à esquerda. Todos já falecidos

Na manhã do dia 23 de janeiro foi hasteada a bandeira branca nas trincheiras bolivianas. Cessou o fogo, e ao acampamento do comandante em chefe acreano veio conferenciar o Sr. Moysés Santivañez, que, em nome de D. Lino Romero, Delegado do Governo da Bolívia, propoz a suspensão das hostilidades, a fim de serem enterrados os mortos.

Compreendendo que outra era a sua intenção, pois não se compreendia que estando entrincheirados, não pudessem enterrar os seus mortos, respondi-lhe: “Neste momento estamos discutindo a sorte dos vivos e mais tarde trataremos dos mortos, que não ficarão insepultos”.

O meu quartel-general era em um ponto muito acessível ás balas e distante das trincheiras inimigas apenas 300m. Acontecia, porem, que esse lugar estava mascarado por muitas bananeiras, e eu podia, sem ser visto, ver commodamente o inimigo de muito perto.

Durante a conferencia com o Sr. Santivañez, notei que elle examinava attentamente o local e olhava insistentemente para as suas trincheiras, talvez admirado de me achar ali a commodo, sem ser hostilizado.

Fracassada a sua missão, regressou elle ás suas trincheiras, mas apenas nos deu as costas fíz retirar dali o meu acampamento para outra posição bem abrigada.

Ao proseguirem as hostilidades, notei que não fora em vão que o Sr. Santivañez havia estudado a posição em que me achava, pois as bananeiras foram varridas a bala.

O fogo recrudescceu de parte a parte; era tão intenso como no primeiro dia do combate.

Cahiu a noite e com ella não se acalmaram os combatentes – as estrellas e a limpida lua, que tanto encanto nos dão, illuminavam as cabeças humanas acima dos bordos das trincheiras, descobrindo magníficos alvos.

Na manhã seguinte, novamente foi hasteada a bandeira branca no acampamento inimigo, pedindo momentaneo descanso.

Aquella bandeira branca aquella hora não podia enganar – era a rendição.

Apresentou-se-me novamente o Sr. Santivañez porém, desta vez, propondo-me a capitulação sobre as bases que em nome do delegado

do Governo boliviano, me apresentava. Era uma serie de clausulas inuteis e uma muito offensiva aos nossos brios, em que nos comprometteriamos a respeitar as familias.

Respondi-lhe offerecendo-lhe garantia de vida a todos os bolivianos e passagem até Manáos. Caso não lhes agradasse essa proposta, era inutil proporem outra; e podiam proseguir as hostilidades, pois não havia tempo a perder.

Veio, então, ao meu acampamento D. Lino Romero, que me declarou aceitar as condições que lhe propuzera. Offerecendo-me que escolhesse o local em que deveria ser lavrada a acta de capitulação, escolhi a sua trincheira principal.

Depois de dar as ordens aos meus commandados, para ali segui com D. Lino Romero, levando commigo apenas o meu corneteiro.

Ao penetrarmos as trincheiras bolivianas, fui apresentado por D. Lino Romero aos officiaes superiores e, no momento em que cumprimentei o Coronel Ruiz, disse-me este: “Pero V. es mui joven”, ao que lhe respondi delicadamente: “É a idade mais adequada ás aventuras da guerra”.

Dado começo ao trabalho, lavrei a acta em portuguez e o Dr. Santivañez a traduziu para o hespanhol e a deu ao delegado do Governo boliviano e aos officiaes superiores.

Perguntando D. Lino Romero ao Coronel Ruiz se tinha alguma cousa a accrescentar, disse este: “Hay que nombrar la bravura de ambas las partes”, ao que lhe respondi: “De nossa parte não houve bravura, mas estou prompto a aceitar a menção da bravura das forças inimigas”.

D. Lino Romero, porém, disse que julgava desnecessario, visto serem bastante eloquentes os dias da resistência.

Foi a acta por todos assignada.

A força boliviana formou toda e a entrega das armas começaria pelos officiaes superiores. Disse eu a D. Lino Romero que o nosso idéal era a emancipação do Acre e que a cerimonia da entrega da espada do vencido, comquanto fosse um acto muito appetecido pelos grandes exercitos, não nos confortava o coração, porque era um acto que aumentava o infortunio daquelles já infortunados pela derrota.

Tomou então a palavra o Dr. Lino Romero e agradeceu-me em nome de seus companheiros em bellissima oração.

Ao cair da noite, o “Independencia” tinha a bordo todos os prisioneiros.

Os combatentes que sobreviveram ao combate foram, entre militares e civis, bolivianos e estrangeiros, quatrocentos e poucos, e os sitiados 670 quando se iniciou o sitio. Não sei, de memória, quantos teriam, sobrevivido.

Havia nessa ocasião pouca agua para os navios subirem o Acre.

No dia 25 organizei a alfandega com pessoal da revolução. Despachamos nesse mesmo dia alguns navios.

A 26, por ocasião de uma revista geral passada ás nossas tropas, no planalto de “Porto Acre”, o Dr. Baptista de Moraes tomou a palavra da sacada de uma casa e, em nome de todos os officiaes combatentes da revolução e dos civis presentes, acclamou-me Governador do Acre e commandante em chefe das forças.

Nesse mesmo dia ficou o Governo organizado com tres ministerios – o da Fazenda, occupado pelo Coronel Rodrigo de Carvalho, que tinha grande pratica de assumptos aduaneiros, e os da Guerra e Justiça, accumulados pelo proprio governador.

O primeiro decreto, expedido nesse mesmo dia, adoptava a lingua portuguesa como a official do estado e reconhecia as propriedades e posses de terras occupadas.

Por decreto foram fixados os limites do novo estado, foi licenciada por trinta dias mais de metade da força, o que mais tarde verifiquei ter sido um grande erro.

Soubemos então que o Brasil mandara occupar o Acre, ao norte do paralelo 10°, 20.

Fiz seguir o Coronel Brandão com quatrocentos homens para “Xapury” no “Independencia”.

Atacado de violenta febre, fiquei em “Porto Acre”.

Em março segui para “Xapury” e me dispunha a ir novamente ao “Thauamano”, quando tive noticia de que por aquelles dias chegariam ao Acre as forças do Exercito brasileiro.

Deixando em “Xapury” o Coronel José Brandão, desci para “Porto Acre”, a fim de receber o General brasileiro, que era o Sr. Olympio da Silveira.

Recebi-o da melhor forma. Deu-me a ler alguns jornaes do Rio pelos quaes soube que vinha elle assumir o Governo do Acre por nós conquistado; entretanto, pessoalmente nada me disse. Passando por “Porto Acre” não se quiz deter, mas em data de 2 ou 3 de abril publicou uma proclamação, dizendo assumir o Governo daquella região.

Fingindo não comprehender o quanto aquelle acto offendia a minha autoridade, baixei um decreto entregando-lhe aquella parte do território, transferindo o meu Governo para “Xapury” e a alfandega para “Capatara”.

Todo o Exercito brasileiro alli estava raivoso contra mim; dia e noite murmuravam os officiaes, como bem ensaiadas carpideiras; uns diziam que por minha culpa estavam ali *soffrendo*, outros se queixavam por haver deixado as suas familias, outros ainda, como o Major Alcino Braga diziam: “Isto é ultraboliviano”. Transformaram-se em professores da *Constituição* e começaram sem o menor escrupulo, a implantar a indisciplina, que os caracterizava, entre os meus soldados, dizendo-lhes que eu era paizano (cidadão era para elles synonymo de cachorro) e, como tal, os não podia commandar e muito menos os obrigar ao serviço militar, e que se fossem queixar ao General Olympio, que daria providencias.

Entretanto, esse Exercito não tinha serviço de observação e reconhecimento. O seu acampamento era o attestado da ineptia dos seus chefes. As boccas de fogo estavam voltadas para o rio, que era navegado por embarcações nacionaes, e com as culatras para o *varadouro* que conduzia á Bolivia, distante apenas 50m.

Segui, pois, para “Xapury”, a fim de proseguir na campanha. Ao chegar á Empreza fui fallar ao General Olympio, visto me haver elle communicado que o General Pando atravessára o Abunan.

Não tinham fundamento as informações que lhe haviam dado.

Perguntou-me por que eu não esperava qualquer solução por parte do Governo brasileiro, ao que lhe respondi que, não tendo certeza dessa solução, eu ia invadir a Bolivia novamente pelo “Thauamano”,

para levar ao inimigo a perturbação que elle nos traria se invadissem o Acre meridional.

Estavamos em abril; nessa mesma noite segui viagem a bordo de um navio de Martins Ribas & C., que trazia carga para a revolução. Em “Bemfica” fil-o descarregar no dia seguinte (Sexta-Feira da Paixão), seguindo viagem em lancha da revolução.

Ao chegar a “Iracema” tive communições de “Caramano”, onde tinha força em observação sob o commando do Major Salinas. Fiz seguir o piquete que estava em “Iracema”, conjuntamente com outro postado allí perto e preparei-me para fazer a invasão por “Porto Rico”, onde eu previa deviam subir as forças do General Pando.

Parti a todo o vapor para o “Xapury”, fazendo baixar por “Boa-Fé”, proximo de “Iracema”, toda a guarnição de “Xapury” bem como o batalhão que se achava proximo ao Igarapé da Bahia (batalhão acreano, sob o commando do Tenente-Coronel Xavier).

Com esta força, que foi paga de viveres para cinco dias, acondicionados em *jamachis*⁶ e em alguns cargueiros, segui para “Gironda”, tendo feito seguir na frente o Major Daniel Ferreira com 50 homens, com ordem de assumir o commando da vanguarda.

Chegando eu á “Gironda” rompia a vanguarda fogo contra “Porto Rico”, que logo é sitiado com forças que enviei.

Fiz seguir tambem o piquete de descoberta para “Lisboa”.

Dispuz tudo e baixei com o resto das forças no dia seguinte, a fim de dar o assalto a “Porto Rico”.

Já estávamos com quatro dias de fogo e o inimigo começava a enfraquecer. Pela manhã, quando fazia o Coronel José Brandão seguir para “Porto Rico” com as forças, recebi communição do General Olymplo da Silveira, em officio que me entregou o Major Gomes de Castro, de que fora assignado o *modus-vivendi* entre o Brasil e a Bolivia, de cujo conteudo fui inteirado.

Durante todo esse dia a luta fora encarniçada em “Porto Rico”, prolongando-se pela noite a dentro.

6 Especie de mochila feita de cipó e de taquara; usada naquellas paragens.

Em presença do Major Gomes de Castro immediatamente dei contra-ordem ás forças do Coronel Brandão e mandei este descer a toda a pressa em canôa até “Porto Rico”, com ordem de suspender as hostilidades.

O Coronel Brandão chegou á noite a “Porto Rico”, e quando pela manhã do dia seguinte se dispunha a communicar ao inimigo o *modus-vivendi*, este levantou bandeira branca para o mesmo fim.

O General Pando fazia a mesma communicação em officio assim endereçado: “Al comandante de las tropas que atacan Puerto Rico – Banda del Rio”.

O Major Gomes de Castro regressou no dia seguinte, levando a minha resposta ao General Olympio.

Chegou ao meu acampamento tambem o Alferes Azevedo Costa, do 36º, que trazia um officio do General Olympio para o General Pando, officio em que, segundo informou o referido alferes, aquelle propunha a este uma conferencia.

O dito Alferes adiantou-se logo em communicar aos bolivianos que dentro de tres dias o General brasileiro ali estaria.

Regressando do acampamento inimigo o tal alferes se mostrou muito penhorado com o tratamento que recebera. Dizia que não pensava que o General Pando o tratasse tão bem, pois *até lhe tinha dado barraca*.

Seria possivel que este official, portador do officio do General brasileiro, pensasse em ser recebido a cacete? Não duvido.

Os bolivianos diariamente, desde então, me perguntavam pelo General brasileiro, que não vinha. Para furtar-me á vergonha daquellas perguntas, motivadas pelas informações do alferes, resolvi ir ao Acre falar ao General Olympio, o que fiz em menos de tres dias.

Em caminho encontrei um official boliviano que, passando pelos nossos acampamentos, se dirigia a “Porto Rico”. Perguntei-lhe com que licença ia elle atravessando um caminho estratégico que acabávamos de abrir, ao que um official acreano, que o acompanhava, respondeu-me que com ordem do General Olympio. (Grande perfidia!)

Ao chegar ao Acre, em “Boa-Fé”, não encontrei o General Olympio, que havia baixado para Empreza.

Estavam soffrendo fome as nossas forças no Thauamano, onde nos alimentávamos de milho secco e aipim, pelo que dei ordem ao ajudante General do Exercito acreano, que fizesse reunir todos os muelles existentes na visinhança e os enviasse com viveres para “Gironda”.

Um proprietario recusou-se a cumprir estas ordens, já estimulado pelos officiaes do 2º batalhão, que o General Olympio fizera acampar em “Boa-Fé”, minha base de operações. Esses officiaes estimularam os meus soldados á desobediencia.

Por minha ordem foi preso o tal proprietario, que era um João Costa, pelo ajudante-general e recolhido á guarda da força.

O General Olympio estava na “Empresa” e eu já no “Thauamano”, de regresso. Os officiaes do 27º batalhão do Exercito, sob o commando do Major Carneiro, foram tirar o preso, que na confusão se evadiu.

Os poucos soldados acreanos, feridos pela indisciplina que lhes suggeriam os officiaes do Exercito, dividiram-se.

Uma parte delles continuou a acatar as ordens dos officiaes acreanos e a outra parte passou para o acampamento do 27º batalhão.

O commandante do 27º immediatamente officiou ao General Olympio, relatando os acontecimentos da forma que lhe convinha.

O General Olympio chega e, sem se entender com o ajudante-general do Exercito acreano, manda formar incontinenti o 27º batalhão, e, com a brutalidade que lhe é peculiar, cercou a casa em que se achava, o meu ajudante-general e o quartel-mestre-general e os prendeu, injuriando-os com o epitheto de assassinos. Em seguida mandou tomar conta da flotilha acreana, cujas bandeiras foram arriadas.

Varios officiaes meus foram presos e mettidos em barraquinhas de campanha, sob a guarda de um sargento. O meu ajudante de ordens que estava licenciado, foi também conduzido a uma dessas barraquinhas e todos postos de sentinella á vista.

A covardia desses alferes de infantaria espalhou logo o boato disparatado de que eu ia atacar o acampamento do 27º e, ao que diziam, era preciso tomar os varadouros. Infelizes!

Um dos meus officiaes, Clynio Brandão, que assistio ao inicio de todas essas scenas, caminhando noite e dia a pé, chega a “Thauamano” e me avisa de tudo.

Recebi este official ás 12 horas da noite e á uma hora em ponto estava em marcha com trezentos homens, para o Acre, deixando o Coronel Brandão á frente das forças de “Porto Rico”. No dia 11 de Maio cheguei ao “Ina”, onde encontrei um comboio. Vi logo que o comboeiro sabia de muita cousa. Fil-o prender e o interroguei, confessando-me tudo que lá fóra se dizia.

Acampei para a refeição e seguimos á noite. Ás 6 horas, mais ou menos, o meu piquete da vanguarda assignalou a presença de força. Feito o reconhecimento, verificou-se ser uma força de infantaria comandada pelo Tenente Verissimo.

Parte dessa força era de linha e parte de acreanos que para ella se haviam passado.

O General Olympio, na supposição de que eu não viesse com força, mandou-o para me prender.

O Tenente não soube explicar-se e, em lhe dizendo eu qual a sua verdadeira comissão, negou peremptoriamente, sob a sua *palavra de official do Exercito*.

Á noite continuei a marcha, este official regressou tambem com os seus soldados.

Em chegando pela manhã a um ponto em que o varadouro se bifurca para “Boa-Fé” e “Iracema”, fiz a minha força seguir para este lugar e disse ao tenente que podia seguir para o seu acampamento, levando, porém, uma carta que nesse momento escrevi ao General Olympio, na qual lhe disse que, não comprehendendo as razões do seu procedimento, havia resolvido não sahir em “Boa-Fé”, minha base de operações, mas em “Iracema”, onde tomaria, com os meus companheiros, o destino que a situação excepcional, que elle havia creado, me aconselhasse, ficando, porém, elle certo de que quem se tinha assim sacrificado pela Patria, difficilmente se deixaria enxovalhar.

Os soldados acreanos que acompanhavam o tenente quizeram acompanhar-me; eu, porém, os fiz voltar com elle ao 27º batalhão, onde deveriam ficar por se haverem tornado indignos de nós.

Á tarde chegamos a “Iracema” e momentos depois alli aportava uma lancha trazendo um capitão do Exercito com este recado do General Olympio: “O Sr. General manda dizer que está de posse da sua carta e lhe envia esta lancha para que vá ter uma conferencia com elle, garantindo-lhe que não será desfeitoado”.

Respondi-lhe: “Diga ao Sr. General que estou de posse do seu recado, que não acceto a conferencia e que tambem não me deixarei desfeitear”.

O capitão regressou.

No dia seguinte publiquei uma ordem do dia, dissolvendo o Exercito acreano, visto o general brasileiro ter invadido o Acre meridional e assumido clandestinamente o seu Governo, que alias não estava acephalo.

Todos seguiram armados para as suas casas, e eu baixei com os meus officiaes que desejaram descer.

Em caminho vimos, desolados, os armazens da revolução entregues ao saque, por ordem do General Olympio.

Descemos para Manáos, encerrando desta fórma a parte mais proficua da revolução.

Plácido de Castro

.....

Os principaes combates da campanha do Acre

a) 1º COMBATE DA VOLTA DA EMPRESA, DE 18-9-1902

ESSE memoravel combate foi, não resta duvida, um grande desastre inicial para a “Revolução Acreana”, que esteve a ponto de *naufargar*, atingida em cheio pela repercussão da derrota com as suas desanimadoras consequencias. Mas foi uma lição proveitosa para o chefe da revolução, que ficou logo prevenido de que ia lidar em condições de meio diametralmente oppostas áquellas com que se familiarisara no Rio Grande do Sul.

Nesse combate, Plácido teve tudo contra si, mas só foi vencido depois de haver perdido, entre mortos e feridos, mais de 50% do seu *Exercito*: 22 mortos, 10 feridos e alguns prisioneiros, isso em uma força de 63 homens, que se media em campo raso, a peito descoberto e a queima-roupa, contra uma força *invisível*, emboscada, de 150 a 180 homens bem armados, o que é uma prova soberba de energia e de valor, que não deve ser esquecida, deve ser citada com orgulho, pelo esforço que representa.

Para todas as campanhas do Acre, a Bolivia teve um *historiador* que lhe cantasse as *grandes victorias*; desse combate, assim o fez o infavel Coronel Jose Aguirre Acha, que para enaltecer a gloria do seu paiz nao trepidou em sacrificar a verdade, em contrariar a palavra do Coronel R. Rojas, chefe das forças bolivianas, “...inda que fosse verdadeira”.

Que fale em primeiro lugar o vencedor do combate de 18 de Setembro de 1902:

“Comando en Jefe de las fuerzas expedicionarias del Acre.

Habitantes del rio Acre:

Una fraccion de las fuerzas que traigo para la guarnicion de este rio y que, venciendo las fatigas del viaje, venia pacificamente compartiendo de una amistad franca con vostros conciudadanos que se ocupaban en sus labores gomeros, en el trayeto del Abuña a esto ha sido atacada de una manera alevosa y cobarde el 18 del presente mes al llegar a esta barraca, por la faccion organizada forzosamente de pacificos trabajadores por el celebre cabecilla y caballero de industria Plácido de Castro y otros que en la forma mas ridicula y cobarde⁷ juraran ante el señor Delegado Nacional no mezclarse en ningun movimiento revolucionario. Esa faccion de mas de 150 hombres ha sido derrotado con muchas bajas y prisioneros, y los cobardes cabecillas que han expuesto las vidas de esos sencillos industriales, fueran los primeros en abandonar el campo vergonzosamente.

Con cargo de dar cuenta al Señor Delegado Nacional, he puesto en libertad a los prisioneros tomados, despues de cumplir el deber de sepultar a los compañeros muertos en la accion.

Pueden portanto gozar libremente de vuestros derechos de ciudadanos por que las fuerzas bolivianas que comando y las que estan en camino respetaran las garantias que la Constituicion Politica del Estado otorga á todo ciudadano mientras esteis sometidos a las autoridades bolivianas.”

7 O Coronel Azeni diz em seu livro “Campanhas del Acre” quem foram esses que juraram não pegar mais em armas contra a Bolívia, destacando o nome do Gentil Engenheiro que “lloro á lagrima viva”.

Volta de Empresa Sbre 21 de 1902.

(firmado – *Rosendo R. Rojas* – Coronel del Ejercito).

Leia-se agora a maneira por que o *historiador* José Aguirre Acha descreve o mesmo facto:

Depois de fixar o valor numerico da força commandada por Plácido em 250 homens e as do Cel. Rojas em 108, moidos pelo canção, diz:

“Despues de una noche insone y trasfadigosa marcha por el bosque, el 18 de Setiembre en la mañana la columna del Coronel Rojas no vaciló en avanzar resueltamente a *atacar las trincheras* enemigas, saltando las zangas auxiliares de la fortificacion y trepando agilmente a los parapetos, para luchar con la bayoneta calada, cuerpo a cuerpo, entre las habitaciones, depositos e cercas de caserio. La sorpresa y el desconcierto de los insurgentes no tuvieron limites...”

E com o mesmo trágico entusiasmo fantasioso continua a sua *narração*, terminando por dizer que as forças do Coronel Rojas tiveram a perda de um capitão, um tenente e sete soldados, ficando dois officiaes gravemente feridos, e que as forças de Plácido tiveram 32 mortos e nove prisioneiros, etc.

Antes de dar a palavra ao vencido, chamo a attenção do leitor para a radical discordância entre os dois *historiadores que acabam* de falar.

Agora, o que dizem Plácido e os documentos existentes.

O Coronel Benjamin Azcui⁸ ás paginas 149 e 150 de seu livro *Campañas del Acre*, diz, sobre o mesmo combate:

8 O livro do Coronel Benjamin Azcui, Intitulado “*Campañas del Acre*”, muitas vezes citado neste trabalho, e o “*De Los Andes Al Amazonas*”, de José Aguirre Acha, me foram gentilmente cedidos pelo General Alfredo Malan D’Angrogne, o que muito agradeço.

“Mientras tanto Plácido de Castro no había perdido su tiempo con los numerosos reclutas que te proporcionaram los distintos centros gomeros, organizó sus batalliones, formando un cuerpo escogido con cearenses y temibles capangas (bandidos) denominado Franco-Atiradores).

“El 18 Setiembre a horas 8 a.m. avistaronse ambas fuerzas en Vuelta de Empresa, el choque fué rudo. Los contendientes pugnaban con denodado valor por alcanzar los laureles de la victoria. Después de tres horas de encarnizado combate, las tropas bolivianas quedaron dueñas del campo en el que dejó el enemigo treinta y dos muertos y nueve prisioneros, 37 rifles Winchester y 4.000 tiros de dotacion, 22 Mannlicher con 500 tiros, viveres. conservas, licores”.

Diz mais o Cel. Azcui, que os bolivianos tiveram dois officiaes mortos e dois feridos e sete baixas na tropa, e que o Cel. Rojas não pôde perseguir o inimigo. Não fala do numero dos combatentes.

Diz Plácido sobre a força boliviana e sobre o combate, em officio de 29 de Agosto de 1902, dirigido ao Cel. José Galdino de Assis Marinho: “... pois sigo para “Capatará” com o fim de embargar o passo ao inimigo. Si por um lado tenho toda a probabilidade de fazer grande sacrificio de vidas, não deixo de me sentir feliz por aproximar-se o momento em que possa mostrar que sou capaz de fazer o que digo. E neste momento augusto de grandes resoluções, afago a esperança de cumprir o meu dever em quaesquer circunstancias”.

Ao chegar a “Capatará”, Plácido verificou que nada havia de positivo sobre a aproximação do inimigo, destacou um piquete para “Gavião” em serviço de reconhecimento e observação e desceu até Bagaço. Foi a “Iquiry” e a quasi todos os seringaes que marginam o Acre, em serviço de propaganda e recrutamento, encontrando particular bôa

vontade no Major Basilio Gomes de Lyra, proprietario de “Bagaço”. Durante essa excursão, desenvolveu uma actividade assombrosa, apesar dos fortes accessos de palludismo que o acomettiam.

Seu diário, no dia 17, diz: “Às 11 horas da noite recebi comunicação de que a força boliviana procedente de “Abunan” se encontrava a cinco horas de marcha da “Empresa”.

No intuito de fazer-lhe uma sortida, mandei tocar reunir e apromptar, e duas horas depois estava a força, que era de 65 homens, prompta para marchar. Antes das 2 horas da madrugada, segui com a pequena força e passando em batelão para a margem opposta, continuei por terra, indo amanhecer na “Empresa Velha”, onde encontrei o Capitão Costa que em companhia do Capitão Maia estava encarregado de observar vigorosamente a aproximação do inimigo. Esse official me affirmou que os bolivianos ainda estavam muito longe, porque as medidas por elle postas em pratica não podiam falhar. Mesmo assim, mandei um homem por dentro da matta, costeando o varadouro, em serviço de reconhecimento, – transpuz o rio e segui para a “Volta da Empresa”. Quando passavamos em frente da casa commercial do Leão Hirsch, a praça que eu mandára por dentro do matto vinha correndo ao nosso encontro e dizendo que o inimigo se achava emboscado no *acero* do campo (orla da matta). Fazendo alto, immediatamente procurei dispor a força para o combate, e havia chegado a separar apenas uma secção, quando recebemos a primeira descarga do inimigo emboscado. Procurando abrigar a força o mais possivel dos fogos inimigos, fiz deitar corpos, esforçando-me para que se mantivesse em ordem dispersa. Tomando em seguida um piquete de 10 homens avancei pela esquerda por dentro do matta a fim de atacar a direita inimiga.

O fogo tomou a intensidade de combate e cedendo á brutalidade numerica, a minha linha principal começou a recuar sem que eu percebesse, acabando por ceder o campo ao inimigo. Só então percebi que estava com a retirada cortada e que só restavam cinco homens do piquete que me acompanhava.

Retirei com grande difficuldade indo sair no varadouro aonde havia passado pouco antes, encontrando em caminho o meu secretario Vianna, que havia seguido pela esquerda. Ahi reuni alguns dispersos e segui para a “Empresa Velha” onde tambem outros foram ter. Dahi

segui por agua, em canôa tripulada, para “Liberdade” a fim de evitar o alarma, mandando por terra o Tenente Julio Pessôa com uns 15 homens.”

O officio que em data de 23 de Setembro, Plácido dirigio ao Cel. Rojas, respondendo a sua proclamação ao povo acreano, diz: “... Ainda dizeis que vos ataquei á frente de 150 homens; isso tambem seria uma calumnia si não fosse uma palhaçada pois bem deveis saber que vos batestes com um piquete de vanguarda, composto de 63 homens, que foram vistos e contados ahi, por quem quiz vêr e contar. Foi com esses 63 homens, tomados de surpresa pelo inimigo emboscado, que vos dei as baixas que encobris em vossa proclamação...”

Esse officio é uma peça extremamente violenta, fazendo apreciações sobre a Guerra do Pacifico, etc.; por isso deixo de transcrever-o integralmente, em attenção áquelle paiz generoso em cujo territorio, mesmo depois da guerra, meu irmão sempre encontrou mais garantias do que dentro da sua madраста patria.

Em carta dirigida ao Cel. Galdino a 27 do mesmo mez, diz Plácido: “O tiroteio que sustentamos a 18 deixou ao inimigo a impressão de que eramos 15 homens quando eramos apenas 63”.

O ligeiro desaccordo numerico que se nota entre o diario de Plácido e esses documentos é explicável com o extravio de dois homens durante a marcha nocturna ou em alguma diligencia; só Plácido poderia esclarecer.



Esse pequeno, mas sanguinolento combate em que Plácido teve 22 mortos, 10 feridos e deixou alguns prisioneiros em mãos do inimigo, e ainda conseguiu retirar sem ser perseguido, indo reconstituir a sua dizimada força a poucos passos do campo adverso; esse pequeno combate, em que a força acreana se vio atacada em campo raso, de surpresa, por uma força numericamente muito superior, muito mais bem armada (a Mannlicher) e inteiramente emboscada, na orla da matta, alvejando-a de uma distancia que variava entre 50 e 120 metros; esse combate sem igual nos annaes da Revolução Acreana mostrou huberantemente a

fibratura do moço que aos 27 anos, sem auxilio de governos, tomava sobre os hombros a tarefa de atear a fogueira da guerra separatista do Acre, sobre as cinzas de repetidas revoluções fracassadas.

Sobre o animo escarmentado da população acreana, a noticia dessa derrota foi de um effeito desolador, muito embora Plácido houvesse sem perda de tempo despachado correios rio acima levando correspondencias nas quaes procurava esforçadamente illudir a gravidade da situação em que se via.

Acostumados ao fogo de palha das outras revoluções, os que estavam compromettidos nesta logo consideraram tudo perdido, emigrando alguns para o Estado do Amazonas, outros deixando-se prender como Carneiro, e outros, como o Cel. Alencar, querendo immediatamente dissolver as forças que commandavam “visto não terem ainda feito uso das armas”, confiados na misericórdia dos bolivianos, como se vê das notas escriptas por Plácido.

Nunca o chefe acreano foi tão activo como durante os primeiros dias que succederam a esse desastre, porque conhecia a frouxidão da maioria dos proprietarios que o apoiavam e a necessidade de occultar a importancia da sua derrota. E quando lhe perguntaram o que ainda pretendia fazer, respondeu: “Atacar o inimigo na “Empresa” dentro de 15 dias e não repousar enquanto houver a quem combater”. E de facto, a 30 de Setembro elle já se encontrava em “Panorama”, á frente de cento e poucos homens aguardando um reforço para atacar o Coronel Rojas em suas posições fortificadas, na “Volta da Empresa”.

b) COMBATES DE “TELHEIRO” E “BOM DESTINO”

Acampamento das Forças Revolucionarias do Estado Independente do Acre, em Bom-Destino, 29 de Setembro de 1902.

Ex^{mo} Sr. Coronel José Plácido de Castro, M. D. Commandante em chefe do Exercito acreano.

Passo ás vossas mãos uma copia da ordem do dia nº 2, na qual vereis o historico do combate de 24 do corrente.

Quanto á superioridade numerica do inimigo, que parece exagerada, este commando baseia-se em informações fidedignas do cidadão

Joaquim Domingos Carneiro, que assistia á passagem de oito canoas e um batelão no porto de “Floresta” com soldados bolivianos, e de um dos presos de “Telheiro” que o inimigo trouxe como guia e que conseguiu evadir-se na occasião do combate. Esse homem chama-se Laurentino e acha-se doente no *centro*, devido ás torturas soffridas em Porto-Acre, garantio-me ter assistido á sahida de cem soldados, não incluindo officiaes, sob o commando do Coronel Manoel Canseco.

Procurei, portanto, ser consciencioso, nada adulterando.

Tomo a liberdade de recommendar á vossa justiça os officiaes e inferiores que mais se distinguiram no combate.

Quanto ao que falaes em vosso officio dirigido ao major fiscal sobre o ataque ao inimigo pela retaguarda, esse alvitre foi lembrado na occasião, mas impossivel de pôr em pratica, como vereis na parte referente da Ordem do Dia.

Apezar da retirada precipitada do inimigo, o que não era de esperar pela sua superioridade, os commandantes das trincheiras e quartel deixaram de perseguil-o para não desguarnecerem o acampamento, o que poderia dar máu resultado, caso o inimigo tivesse dado esse passo por estratagemma, como tem acontecido em casos identicos.

Faço votos pela vossa victoria ahi e ao mesmo tempo congratulo-me comvosco pela obtida aqui pelas forças sob o vosso commando em chefe.

Saúde e fraternidade. – (a) *Ladislau Ferreira da Silva*, Major-Commandante.

Acampamento das forças revolucionarias do Estado Independente do Acre, 25 de Setembro de 1902.

ORDEM DO DIA Nº 2

Camaradas:

Fostes testemunhas oculares do modo selvagem por que os bolivianos atacaram a casa do nosso patricio Pedro Martins Chaves, no dia 21 do corrente, sendo elle obrigado, a fim de salvar a existencia, a abandonar até a propria familia, fugindo para as mattas; vistes mais tarde que de nove homens que se achavam na referida casa e foram presas, elles assassinaram barbaramente, deixando na praia pouco abaixo do

porto de “Telheiro” os infelizes Manoel Alves Feitosa, Florencio Augusto e Alexandre Barroso, com as mãos atadas e expostos ás aves de rapina.

Os tiros foram ouvidos neste acampamento e este commando providenciou in-continenti, fazendo partir para o lugar “Telheiro” um piquete sob o commando do Tenente Livio Vieira de Queiroz, cuja missão desempenhou com bravura digna do soldado acreano, não conseguindo, entretanto, descobrir os cadaveres dos tres infelizes, porque soube por informação da familia de Pedro Martins que todos tinham sahido presos e mesmo porque não era de suppor que a selvageria daquelles barbaros chegasse ao ponto de assassinar homens inermes, que sem opor a menor resistencia se entregaram á sua ferocidade.

Mais tarde, porém, mandei outro piquete, sob o commando do 2º Sargento Eufrasino de Paula Maria para render o primeiro, e este nas pesquisas que procedeu, encontrou os tres cadaveres já em estado de decomposição, e que foram trazidos e sepultados com a decência a que faziam jús.

Tal procedimento, tão reprovavel quanto barbaro do inimigo foi praticado para intimidar-vos, mas, felizmente, produzia effeito contrario, incitando-vos a continuar com redobrado ardor e mais abnegação em prol da causa que defendemos.

Sedento de mais sangue dos nossos patricios, o inimigo voltou até este acampamento, procurando surprehender-nos, ás 10 horas da manhã, por ser esta a hora da refeição, mas não o conseguiu devido á vossa bravura e patriotismo.

Os bolivianos, desleaes e barbaros como sóem ser, affeitos a commetter actos de selvageria proprios da sua indole, tomaram chegada do nosso acampamento protegidos pela matta e ainda uma vez tentaram surprehender a sentinella que soube cumprir com o seu dever dando tres tiros de alarma, signal este combinado e posto em pratica, em Ordem do Dia, e em carreira vertiginosa, debaixo de grande tiroteio conseguiu chegar ás trincheiras sem a menor lesão.

In-continenti, o Major Fiscal André Pinheiro de Albuquerque Arcoverde, que se achava com o Tenente Livio Vieira de Queiroz na secretaria, correu acompanhado deste official e dos bravos soldados José de Miranda Costa, Floriano Joaquim de Oliveira, Balthasar de Britto Araujo, José Thomaz de Aquino, Raymundo Lourenço Barbosa e Tenente

Arsenio de Campos, debaixo de vivo fogo da fusilaria inimiga, e tomou posição nas trincheiras a fim de tolher o inimigo que avançava pela margem direita do rio para tomar posição no flanco esquerdo, enquanto occultos na matta outros entretinham vivo fogo sobre o quartel e trincheiras.

Cortado esse passo ao inimigo, elle recuou e tentou estender linha pela retaguarda, no que foi impedido pelo bravo Capitão Daniel Ferreira Lima que se achava no quartel com os não menos bravos Alferes José Ferreira Braga e José Atahyde, e os Soldados José Cassiano, João Correa, Benicio Manoel Guimarães, Clodomiro Pompeu, Pedro Martins Chaves, José Vieira, Francisco Corrêa, Amaro Antonio, Manoel Candido, Marques Evangelista, Guilherme Barreira Paz, José Soares de Araujo, Tenente Antonio Rodrigues Salles, Segundo Sargento José Candeira, José Firmino, Soldado João Martins Caxias, Alferes João Baptista, Soldados Francisco Antonio, Eleuterio Martins Jorge, Francisco Rodrigues Guimarães, José Miguel Costa, Antonio Augusto Lima, Cabo de esquadra Luiz Estevam Pereira, Soldado Manoel Corrêa de Mello, Felipe Rodrigues da Silva, Antonio Arruda de Souza, Francisco das Chagas Araújo, Francisco Miguel da Silva, Laurindo Fernandes Ribeiro, Adelino Alves de Souza, Raimundo Lourenço de Sant'Anna, Pedro Celestino de Amorim, Antonio João, Vicente Soares da Cunha, Joaquim Ricardo de Barros, Domingos Gomes dos Santos e Tenente Isidoro da Silva Santos.

Officiaes, inferiores e soldados mostraram bravura e abnegação condigna do soldado brasileiro, que não trepida em sacrificar a propria vida em defesa da patria ultrajada.

Torna-se preciso nomear o Tenente Coronel da Guarda Nacional do Estado Independente do Acre Abilio dos Santos Freire da Rocha que se achava fora do acampamento e correu a tomar parte no combate não levando em conta as balas inimigas que o perseguiram e uma vez dentro do quartel tomou lugar na primeira linha de atiradores, demonstrando muito valor.

O inimigo tentou avançar por duas vezes, mas os tiros certos das trincheiras e do quartel fizeram-no recuar e tocar retirada em bandada, deixando tres mortos no campo de combate, inclusive um official, em cujo cadaver foi reconhecido o Tenente Raña, do 3º Batalhão boliviano.

Apenas tivemos a lastimar um ferimento leve que soffreu o distincto Soldado Marcos Evangelista, que se acha em tratamento.

O inimigo, como presenciastes, correu vergonhosamente, abandonando no campo tres cadaveres que foram sepultados neste acampamento.

Abandonou mais cerca de 1.500 balas de Mauser, kepis, capas de borracha, calçados, talins, cobertores e armas (quatro das quaes em perfeito estado), dois revolveres, baionetas, etc.

Camaradas, é esta victoria a mais honrosa que se tem ganho no Acre!

Nunca os bolivianos abandonaram seus patricios mortos ou feridos em combate, nem tampouco as suas armas e munições.

Foi muito justa a punição devido as barbaridades commettidas por aquelles selvagens nos brasileiros surprehendidos e assassinados em “Telheiro”.

Camaradas, a vossa victoria foi dupla em virtude da superioridade numerica do inimigo:

Como sabeis, fomos atacados por cerca de 120 soldados bolivianos, sob o commando do Coronel Manuel Causeco, e somente a derrota deste official constitue uma victoria dupla, por isso que é considerado o Napoleão boliviano.

Dos 96 soldados sob o meu commando, somente 50 compareceram ao combate e apenas 22 puderam operar de accordo com as posições em que foram collocados, sendo 14 no quartel que previamente fôra entrincheirado, oito nas trincheiras, inclusive os respectivos commandantes e sete que se achavam commigo, e Capitão Martinho Francisco de Souza em serviço fôra do acampamento, com os quaes na occasião do ataque protegi a retaguarda do flanco esquerdo, em cujo serviço muito se distinguio este official, por quem mandei reconhecer o campo abandonado pelo inimigo meia hora depois de ter cessado o fogo.

Durante o combate, 38 soldados inclusive officiaes, abandonaram suas posições não levando em conta a vida de seus irmãos que tão heroicamente se batiam pela causa santa da patria.

Apezar de ser esta falta digna de punição severa, resolvo em attenção a terem voltado no mesmo dia ao acampamento e aos protestos

de arrependimento que fizeram, dispensal-os da falta commetida e consentir que continuem posando das mesmas prerogativas, exceptuando o ex-Alferes Antonio Camillo da Silva que por ordem superior foi destituído do posto.

Ficam desta data em deante promovidos ao posto de 1º Sargento, por actos de bravura verificados no combate de 24 do corrente o Soldado José Miranda da Costa e ao de 2º Sargento por merecimento os Soldados José Lindolpho da Silva e Manoel Corrêa de Mello, em cuja effectividade entrarão desta data em deante.

Camaradas, a patria agradecida continua a confiar nos vossos esforços e abnegação e eu, na qualidade de commandante, orgulhoso pela victoria obtida ao vosso lado, abraço-vos em nome della, certo de que os vossos nomes passarão á posteridade.

Viva o Estado Independente do Acre e o Exercito acreano!
Viva o Brasil!

(A) – *Ladislau Ferreira da Silva*, Major Commandante .

c) 2º COMBATE DA VOLTA DA EMPRESA

Volta da Empresa, 9 de Outubro de 1902.

Ao Cidadão Cel. Rosendo R. Rojas

Sua trincheira

Acabo de receber vossa carta em resposta ao meu officio. Com franquesa, não conheço casos de rendição em que os sitiantes consentam aos sitiados se corresponderem com os seus governos ou capitaes.

Si não tendes confiança em nos, apesar dos exemplos que julgo haver dado com prisioneiros, como incutir-vos essa confiança, si ella não se impõe, inspira-se?

Já vos disse o estado de Porto-Acre: – ainda existe, mas em sitio; tanto assim, que a vossa correspondencia tem sido apreendida.

Dizeis que, embora confiando na minha pessoa, não confiaes nos meus. Affirmo-vos que tenho absoluto mando sobre todos os que estão sob as minhas ordens, e entre elles posso citar alguns que são vossos

conhecidos e que não podeis duvidar das suas pessoas, como sejam o Coronel Antonio Antunes de Alencar, Ten. Cel. José Brandão, Coronel Carvalho e outros.

O Coronel Alexandrino, que muitos pensam não ser humanitario, foi o primeiro a concordar com a rendição sob as garantias que offereci.

Si não acceitardes a proposta que vos faço, appello ao menos para os vossos sentimentos de humanidade para deixar sairem as mulheres que ahi se encontram. Quanto aos vossos prisioneiros por mim tomados, de bom grado os mandaria para o vosso reducto, si quisessem ir pois me seria muito conveniente que para ahi fossem, dizer-vos de viva voz quem sou e como teem sido tratados; mas recusam-se a ir.

Talvez possaes julgar que os prisioneiros estão sendo constangidos, mas haveis de ter occasião de verificar.

Si quizerdes consentir na sahida das mulheres, mandar-me-eis dizer por um official, e se com este nada accordarmos, mandareis dar um tiro para cima, indicando estar encerrado o armisticio.

Desculpar-me-eis ter escripto a lapis, pois escrevi da trincheira.

Saúde e fraternidade.

Acampamento em combate na Volta da Empresa, 9-10-1902.

José Plácido de Castro. – Cel. Comte. em Chefe do E. Acreano.

Sobre esse combate, que foi uma das mais bellas provas da resistencia e do valor das forças bolivianas que guarneciam o Acre, nada encontrei além da correspondencia que transcrevo. O Coronel Rosendo Rojas tinha razão para temer os companheiros de Plácido. Elle ainda não conhecia as qualidades de disciplinador do chefe acreano, e conhecia bem as qualidades negativas de alguns dos chefetes brasileiros que o secundavam.

Obrigado Alexandrino José da Silva, Gentil Norberto e outros a procederem como gente, era uma tarefa bem mais penosa do que a de vencer os denodados filhos da Bolivia dentro dos seus reductos fortificados.

* * *

Commando em Chefe do Exercito do Estado Independente do Acre.

Ao Cel. Rosendo Rojas, M. D. Commandante das Forças bolivianas em “Volta da Empresa”.

Cidadão.

Vós, melhor do que ninguém, sabeis o estado penoso em que se encontram os vossos bravos companheiros de tão heroica defesa.

Considerando a impossibilidade absoluta em que vos achaes de sustentar por mais tempo a defesa das vossas trincheiras, que distam das minhas apenas seis metros; considerando o inutil sacrificio que sera feito ao escalar essas trincheiras, por mais facil que possa ser essa tarefa, pela aproximação em que nos encontramos, e como corolario a perda de muitos dos meus e a carnificina deshumana e inevitável dos vossos; considerando que somos nós os responsáveis pelo que venha a succeder, convido-vos a fazermos uma suspensão de armas para tratar deste assumpto sobre as bases que estabeleço ou sobre as que accordardes commigo, si com estas não vos conformardes:

1º – Suspensão de hostilidades por três horas.

2º – Durante a suspensão de hostilidades ambos os contendores não poderão fazer obra alguma de defesa nem movimento de tropa no sentido de abandonar ou trocar posições de defesa.

3º – Não se poderão abastecer de viveres de fora da linha das trincheiras, os sitiados, e de fora do acampamento os sitiantes.

4º – Os sitiados não poderão descer ao rio para tirar agua ou para outros fins.

5º – O Coronel Rojas determinará o lugar onde os parlamentares hão de conferenciar, sendo que tanto nas trincheiras dos sitiantes como nas dos sitiados os parlamentares penetrarão sem vendar os olhos.

6º – Meia hora antes de esgotado o tempo de suspensão de armas se resolverá se esse tempo é ou não sufficiente.

Tende a bondade de responder esse officio dizendo si estaes ou não de accordo com as condições que proponho, ou propondo outras que julgardes necessarias e que, porventura, tenham sido omittidas neste.

(A) Plácido de Castro.

* * *

Cidadão Coronel Rosendo Rojas

Sua trincheira.

Com esta se vos apresentará o vosso patricio e meu prisioneiro Luiz Pinedo, que vai entender-se comvosco.

Logo que o recebaes, tende a bondade de romper as hostilidades, pois não é necessária a suspensão de hostilidades durante o tempo que elle permanecer ahi.

Quando o Sr. Pinedo tiver de regressar, mandareis fazer signal para que nós o recebamos.

Vosso cr^o.

J. Plácido de Castro, Cel. Cte. em Chefe do E. acreano.

* * *

Commandancia de las fuerzas del Acre. Antimary, Octubre 29 de 1902.

Al Señor Coronel J. Plácido de Castro.

Commandante em jefe de las fuerzas revolucionarias del Acre.

Señor:

Tengo la satisfacion de dar respuesta a su atenta de fecha 26 del que fenece y al hacerlo me cabe la satisfacion de declarar lo seguinte: Las operaciones militares ejecutadas por las fuerzas de su mando han estado sujetas a la practica de la guerra civilizada inherente en ciertos casos, á evitar un esteril derramamento de sangre en una lucha por demais desigual que sustuvimos, desde el dia 5 al 14 de este mez de Octubre.

Se servió Ud. dirigirme varias comunicaciones afim de celebrar una capitulación honrosa para las fuerzas que comando; la qual se llevó a cabo el dia 15 en toda a forma, (ójala que esi continue la contienda para la garantia reciproca).

Los prisioneros depues de firmada la capitulacion y entregado el puesto de defensa, han sido tratados con las maiores consideraciones y atendidos en todas sus necesidades: sucediendo lo proprio con los heridos que han quedado en Empresa, mientras su sanidad.

Interprete de los sentimientos de mis camaradas de infortunio, doy a ud. y a los que te acompañan en esta campana mi agradecimiento, haciendole presente que á mi llegada á Bolivia haré presente al Gobierno que la rije, igual testimonio, asi como a mis conciudadanos.

Dios guarde a U. (A.) *Rosendo R. Rojas.*

* * *

Commando em Chefe do Exercito do Estado Independente do Acre.

Usando das attribuições de que me acho investido como Commandante em Chefe do Exercito acreano, resolvi promover a capitão por actos de bravura revelada no sitio e combate da Volta da Empresa, o Sr. Tenente João Vieira da Costa, pelo que passo a presente patente que assigno.

Volta da Empresa, 16 de outubro de 1902.

(Ass.) *J. Plácido de Castro*, Cel. Cte. em Chefe do Exercito acreano.

Al Señor Coronel Plácido de Castro

Puerto Acre.

* * *

A bordo del vapor Rio Purus, Febrero 8 de 1903

Señor:

Como honrado que fui por el Delegado Sr. Lino Romero, para representarlo y dirigir el grupo de expedicionarios que aun quedan en este territorio para ser trasladados á Manaos, me es mui grato dejar constancia de la lealdad y caballerosidad con que ha dado Ud. cumplimiento a lo estipulado en la capitulacion de 24 del mes ultimo concluida en Puerto Acre.

Me repito de Ud. obsecuente

Servidor

(A) – *Salvador Campero*

* * *

Acampamento em Panorama, 30 de setembro de 1902

Cidadão Coronel Alencar

Em mão

Pela vossa carta official de 28 do corrente fiquei sciente do numero da vossa tropa, bem como da permanencia em Xapury do Coronel José Galdino, bem contra a minha expectativa.

Pela minha ultima correspondencia com o Coronel João do Monte, soube que vos achaveis com o Capitão Macario Miquelino em *Amelia*, entretanto, em vossa carta, não me falaes nesse distincto official. Não dizeis a razão que vos determinou a descer por terra quando, penso eu, o poderieis ter feito por agua, E as minhas ultimas ordens determinavam que do Itú fossem feitos reconhecimentos completos em Capatará, Gavião, etc.

Nada me dizeis, tambem, sobre as observações que deveis ter feito do inimigo no *alto*. Peço, pois, que me forneçaes essas informações que me são de summa importancia neste momento.

Tive noticias da vossa presença ahi de maneira incompleta, pois me disseram ser o Coronel Galdino quem ahi estava, motivo por que escrevi como se a elle fosse.

Quanto ao que me dizeis sobre a falta de mercadorias no Riosinho, já sei que foram copiosamente retiradas d'ahi, onde as havia em abundancia quando passei. Em *Nova Empresa*, porém, onde deveis acampar, não faltam generos, segundo estou informado, sendo o proprietario um *Calabar* ao serviço dos bolivianos – podeis por minha ordem requisitar as mercadorias para o consumo da tropa.

Sendo que, como bem ponderaes, não tendes conhecimento do terreno, envio o Coronel Alexandrino para vos tirar dessa difficuldade, pois, dadas as explicações necessarias, vos fornecerá os praticos de que

necessitardes. Mando, tambem, uma companhia do Batalhão acreano, sob o commando desse official, para que mais vos facilite a execução do plano, pois quasi todas as praças que a constituem são conhecedoras do terreno. Essa companhia que vai sob o commando do Tenente Julio Cotta Pessôa, ahi passará a ser commandada pelo distincto Capitão Ser- volo que é effectivo do Batalhão acreano. Em troca das praças que vos mando, deveis mandar-me igual numero. Do pessoal excedente, deveis formar, de accordo com o Coronel Alexandrino, um só batalhão, de quatro companhias commandadas por subalternos, um ajudante e um fiscal, sob o vosso commando. Quanto aos officiaes superiores que, por ventura, fiquem, com esta organização, em disponibilidade, poderão prestar todo o concurso de que são capazes nos dias de combate, cada um á testa de uma companhia. O Tenente Coronel Sotero tambem vae para ahi e vos podera prestar grande auxilio porque é perfeito conhecedor do terreno e um revolucionario dedicado. Si o effectivo da vossa força com a do Coronel Gastão attingir a 250 homens deveis mandar para a curva opposta da casa do Leão, 50 homens, e não 30 como determinei. É necessario que tudo isso seja feito no minimo praso possivel, pois é indispensavel que não se deixem correr os dias para dar combate. Sei o motivo por que assim falo.

Soube que appareceu ahi em vossa força o Capitão Jatahy que é desertor desde o dia 18 do corrente, data em que fugiu do combate. Si ahi ainda estiver, remette-lo-eis preso á presença deste commando.

Acabo de receber noticias mais detalhadas sobre Bom-Destino. Os bolivianos tiveram alli officiaes mortos que não levaram do campo. Deixaram, tambem, armas, munições, etc., e até cordas que certamente levavam para amarrar os nossos patricios.

O Coronel Alexandrino poderá completar estas informações, caso não sejam bastantes.

Preciso que venham para cá o Coronel Gastão e o Sr. Victor Porto.

Saúde e fraternidade.

José Plácido de Castro, Comte.

Commando em Chefe do Exercito do Estado Independente do Acre.

Cidadão Coronel Antonio Antunes de Alencar, M. D.

Commandante das Guarnições de Capatará e Gavião.

Com prazer vos communico que o inimigo que combatiamos acaba de render-se ás nossas armas. Neste momento, seis horas da tarde, acaba de assignar commigo, em meu acampamento, a acta de rendição, o Coronel Rojas que para isso aqui veio com o seu ajudante, o Capitão Ruiz.

Por estes poucos dias para ahi seguem as forças aqui estacionadas que ahi ficarão sob o vosso commando até que eu chegue também ahi. É-me necessario chegar até Bom Destino em busca de recursos de guerra.

Ao receberdes esta, deveis communicar incontinenti a mesma occurrencia ás guarnições de Xapury e Soledade.

Saúde e fraternidade.

Acampamento na V. da Empresa, 15 de outubro de 1902.

(Ass.) J. Plácido de Castro, Cel. Commandante-em-Chefe do E. acreano.

* * *

d) COMBATES DE SANTA ROSA E COSTA-RICA

A 15 de Novembro do corrente anno marchei do Iquiry com 160 homens da guarnição alli estacionada, em perseguição a uma força inimiga que chegara ate “Gavião”.

Marchando forçadamente na retaguarda do inimigo, esse entrou na “Guarnição de Santa Rosa” a 17, a qual ataquei a 18 ás cinco horas da tarde, pela margem direita do Rio Abuña, sómente com 70 homens, visto ter sido o resto da força impossibilitado de passar o rio acima de Santa Rosa, como estava assentado.

Depois de quatro horas de lucta, foi a guarnição boliviana completamente derrotada pelo incendio e destruição de suas posições principaes, distinguindo-se no correr da acção o Tenente Coronel José

Brandão, os Capitães José Rufino e Miguel Moraes, os Tenentes Faustino e Salinas, e sobretudo, o Capitão Liberio. (Liberalino Alves de Souza).

A 20 marchamos com destino á “Palestina”, sendo, porém, forçados a retirar do “Curichon-Vial”, por falta absoluta de viveres. De regresso foram inutilizadas, como medida estrategica, todas as pontes existentes entre “Corichon” e Santa Rosa.

Chegando ao Iquiry, marchamos no dia seguinte para “Xapury”, onde chegamos, depois de marchas forçadas, a 1º do corrente.

A quatro empreendemos marcha sobre “Costa-Rica”, que ataquei a sete, ás dez horas da manhã.

Apezar do combate haver durado trinta minutos, apenas, o inimigo deixou no campo attestado de perdas notáveis, sendo a posição tomada por carga de infantaria.

Este combate decidido em tão curto tempo veio fortalecer-me a convicção de que me acho á frente de homens que não só abraçaram a revolução com ardor como a defendem com abnegação pouco vulgar.

A primeira descarga do inimigo emboscado foi feita quasi á queima roupa, mas foi respondida com tanta presteza que as detonações pareceram de uma só descarga.

A oito contramarchamos conduzindo armas, munições, arquivos, etc., da guarnição tomada e a 10 chegamos novamente em Xapury de onde proseguimos para o alto-Acre, fazendo um *raid* de 16 dias de marcha forçada, através de mattas e sob a acção de uma chuva quasi contínua, sem que tivéssemos a sorte compensadora de encontrar o inimigo.

O caminho agora é Porto-Acre. Para lá seguiremos impavidos, serenos e arrogantes.

Xapury, 28 de dezembro de 1902.

(A.) J. Plácido de Castro.

e) COMBATE DE PORTO-ACRE

Commando em Chefe do Exercito do Estado Independente do Acre.

ORDEM DO DIA Nº 1

Ao romper d'alva do dia 15 do corrente o Exercito revolucionario marchava de accordo com o plano de ataque previamente assentado, quando, ás oito e meia horas da manhã, uma descarga uniforme de fusilaria, pelo lado de baixo, inaugurou o ataque de Porto Acre, sendo incontinente secundada pela linha de atiradores da margem direita do rio, commandada dignamente pelo Coronel Hyppolito Moreira.

O inimigo préviamente preparado corôou de fuis a eminencia que dominava, dirigindo seus fogos para a linha de baixo e para a da margem direita, quando subitamente recebe uma saudação do batalhão revolucionario commandado pelo Tenente Coronel Brandão, que acabava de estender linha de atiradores pela parte de cima.

Nesse momento mandei executar o toque de carga para a brigada e confesso que senti passar por toda a linha revolucionaria uma corrente electrica, derramando em cada cidadão um enthusiasmo que só se aninha nos corações daquelles que, cégos ao proprio instincto de conservação, envolvem-se no manto das mais nobres e generosas utopias, delle fazendo, muitas vezes, a sua gloriosa mortalha.

A passo accelerado, o circulo de fogo dos nossos atiradores diminuia rapidamente de diametro, chegando com vinte minutos a avançar á minima distancia a que podia chegar em campo limpo diante das trincheiras inimigas, sem um grande sacrificio de vidas improficuo. Nesse ponto a linha inteira deitou corpos, esperando a noite para matar a sede ardente e a fome, que já nos opprimiam, e, sobretudo, pensar os feridos e sepultar os que haviam sacrificado a vida no sagrado altar da liberdade; figurando entre estes tres officiaes da fina flor do Exercito, os Tenentes José Faustino, João Ferreira e Leopoldo, todos feridos em cheio, na frente, como si a propria morte os quizesse ferir no lugar onde os heroes recebem a corôa.

A noite inteira foi consumida num trabalho insano, porém, na manhã seguinte todos se achavam entrincheirados. Até o dia 18 ás seis e meia da manhã, sitiados e sitiantes disputavam a palma da victoria. Nessa manhã, um tanto brumosa, forcei a passagem do porto, a bordo do vapor "Independencia", armado em guerra, cuja direcção nautica confiei ao

Senhor Piloto João Correia, assumindo eu em pessoa a direcção das baterias.

Á manobra da *volta* de “Porto-Acre”, succedeu a primeira descarga da fuzilaria de bordo que foi tambem signal aos sitiantes, já prevenidos, que romperam, a um só tempo, mortifero fogo sobre o inimigo.

Os vivas entusiastas irromperam por todas as nossas linhas com o luminoso rufar da fuzilaria. Os atiradores de bordo tanto atiravam como soltavam gritos de cego entusiasmo; o corneteiro tocava marchas de guerra; emfim, o navio apitando sem interrupção – formavam o conjuncto de uma verdadeira orchestra guerreira.

A perspectiva que apresentava Porto-Acre, circumscripto por uma grinalda de fumo, ornada aqui e alli pelas nossas bandeiras, parecia dar a nota mais bella desse quadro sublime que poucas vezes nos é dado apreciar e que, apesar de se nos apresentar empolgante, seria talvez apreciado com horror por um observador calmo e alheio ás paixões que nos levaram a levantar a bandeira separatista.

O vapor passou. Pela tarde de 23 de Janeiro foram erguidas pelos sitiados, bandeiras brancas em torno de suas trincheiras, sendo incontinenti suspensas as hostilidades por ambas as partes.

Como emissario do delegado boliviano, apresentou-se-me o Dr. Santivañez pedindo, em nome daquelle, uma suspensão de hostilidades para sepultar os mortos, ao que me neguei porque comprehendí que outra era a intenção do inimigo.

O emissario voltou, rompendo em seguida, novamente, as hostilidades.

Sem diminuir o valor e a dedicação de muitos, devo agradecer a abnegação de alguns officiaes que, como o Tenente-Coronel Brandão e Majores Daniel e Andreino, entraram para suas trincheiras e supportando a acção de um sol abrasador e noites chuvosas, só as abandonaram quando poderam erguer a nossa bandeira, já victoriosa. Decidido amor á revolução mostraram tambem outros, como o Tenente Coronel José Antonio e o Major Basilio de Lyra. Emfim, revelaram tambem notavel bravura o Capitão Salinas e os tres inditosos tenentes finados no primeiro dia de ataque, mas, sobre todos, o Sargento José Barros que encarnou em sua nobre alma toda a dedicação revolucionaria, indo

como que allucinado por sua fé, morrer sobre o parapeito das trincheiras inimigas, ficando o seu nome para nós como um synonymo de abnegação e bravura.

Longe iria a lista desses abnegados, si os tivesse de nomear um por um, mas, passemos adiante.

O sol de 24 de Janeiro appareceu atravez de espessa cerração, mostrando-nos innumeras bandeiras brancas circumdando as trincheiras inimigas.

Momentos apoz, sete horas da manhã, o mesmo emissario do inimigo vinha propor a rendição da praça, sob condições que este commando rectificou, reduzindo os oito artigos de que constava a dois sómente, que são os que constituem a acta de capitulação firmada algumas horas depois.

No momento em que o delegado boliviano me communicava que estava a força ás minhas ordens para a cerimonia da entrega das armas, fiz-lhe ver e aos officiaes superiores, que sendo o nosso intuito conseguir a Independencia do Acre, como uma condição da nossa liberdade, outra cousa não aspiravamos senão a sua realização e que, quanto ás apparatusas ceremonias em taes momentos usadas pelos principaes paizes do mundo, não satisfaziam o nosso espirito, visto que no meu pensar serviam mais para augmentar o infortunio dos já infortunados pela derrota, com os quaes o vencedor nobre devia ser generoso. Assim procedendo, pensei interpretar os sentimentos dos meus concidadãos e, sobretudo, dos meus commandados, que mais de uma vez teem demonstrado para com o vencido a grande delicadeza de seus nobres sentimentos.

Porto-Acre está tomado, e o mesmo sol que illuminou esta victoria ha de illuminar a victoria final, que será o reconhecimento da nossa soberania como Estado Independente do Acre.

Viva a revolução!

Viva a almejada Independência!

Porto-Acre, 30 de Janeiro de 1903.

(A) J. Plácido de Castro.

Á pagina 207, do “Campanhas del Acre”, diz o Sr. Azcui, tratando deste combate: El valor y serenidad de los contendores, caracteriza el seguinte pasaje. El 17 por la noche a horas 9 p.m., en un momento de tregua que sobrevino después de un continuo y incesante câmbio de fuegos entre las filas combatientes, uno de los nuestros, al saber que en grupo contrario estada el artista Avilio, empleado de Joaquim Victor, le grita en portu-guez: “Avilio,⁹ face el favor de tocar su flauta”.

– Bon, contesta el aludido, y les obsequia con la “Siciliana” ejecutada con maestria y sentimiento musical y escuchada por ambos contendores con silencioso recogimiento. Al finalizar, la bestia humana recobra sus brios y se reanuda el combate con mayor impeto.

* * *

No saque que as forças do General Olympio da Silveira deram aos bens da revolução e á bagagem de Plácido, muitos documentos foram extraviados ou tiveram o mesmo destino dos tropheus de guerra. Dahi a necessidade que tenho de transcrever a acta de capitulação publicada pelo Cel. Azcui, no que tem de essencial:

“1º El señor Delegado Nacional entrega el Puerto y la plaza de guerra, armas y municiones y demás articulos bélicos; además las oficinas públicas, en el estado em que se encuentran en este momento.

2º El jefe de las fuerzas revolucionarias se obliga a garantizar la vida y libertad de todos los ciudadanos que se encuentran en la guarnicion, dandoles medios de transporte hasta Manaos.

9 Abilio.

Habiendose leído la presente acta y aprobado-se enteramente fué firmado en quatro ejemplares del mismo tenor, dos le los cuales redactados en español y dos en portugués, para cada jefe respectivamente.

Puerto Acre, 24 de Enero de 1903.

Firmado: José Plácido de Castro. Comandante en jefe del Ejército revolucionario – Romero Delegado Nacional.

Atestiguamos: Teniente-Coronel José Brandon, Teniente-Coronel José Antonio Duarte. El Teniente Coronel Comandante en jefe José A. Ruiz, Manoel Causeco.”

O Coronel Azcui, adianta mais que as forças bolivianas eram de 241 homens, que não chegaram a queimar 120.000 cartuchos e que as revolucionarias eram vinte vezes mais numerosas e queimaram 600.000 cartuchos durante o combate.¹⁰

Tratando da repatriação dos vencidos de Porto Acre, diz o mesmo autor:

“El día 27 el delegado señor Romero con algunos expedicionarios embarcose en el vapor “Jaguaribe” con rumbo a Manaos, dejando a sus compañeros de infortunio sin recursos y a merced del enemigo, que por humanidad tenia que alimentarlos. Los soldados no contaban ni con un centavo com que satisfacer sus más premiosas necesidades, por que durante la Delegacion Romero, se les habia pagado sus haberes con *vales y certificados de depósito*.

La marcha de Don Lino Romero, fué acremente censurada por los que quedaban sufriendo los vejámenes de la marina mercante y en esta aflictiva situación solo tuvieran como protector al jefe enemigo, Plácido de Castro, quien acompañado de su Ayudante General, Gaston Oliveira, iba consolarlos y atender sus reclamaciones con el carino de un camarada. Este jefe en sus intimas confidencias, manifestó, segun refiére

¹⁰ Plácido, em seus apontamentos, diz que os sitiados eram em numero de 670, no começo do combate.

Aponte: “Que entonces tenia 28 anos cumplidos y contaba 42 combates en su vida de aventuras...” E diz mais: “*La gentileza con que trataba sus adversarios le captó el cariño de todos; a su presencia la tropa se cuadraba respetuosamente para salutar al enemigo de la véspera y su bienecor en la adversidad, etc*”.

* * *

Parece-me ser aqui o lugar apropriado á publicação das cartas trocadas entre Plácido e Don Lino Romero:

Don Lino Romero, Delegado de Bolivia en Porto-Acre.

Deveis ter assistido, sem perda de um incidente, á lucta que os meus concidadãos desta região travaram em prol de seus direitos, convencidos de que a guerra é o tribunal supremo para o qual devem appellar os povos opprimidos.

Como commandante em chefe do Exercito revolucionario, desde o primeiro dia de lucta, pensei com os meus compatriotas que a guerra devia ser feita pelos contendores de accordo com o gráo de civilisação de cada um, e por isso a temos feito humana, sem odios nem arrebatamentos: jámais fuzilamos nas praias individuos inermes tomados como prisioneiros; emfim, ainda não desfeiteamos um prisioneiro.

Hoje a “Columna Defensora del Acre”, vencida heroicamente no sangrento combate da “Volta da Empresa”, depois de 11 dias de sitio, se acha prisioneira, desde o seu illustre commandante até o mais humilde soldado.

Comprometti-me pela capitulação a lhes fornecer os meios de locomoção até Manáos, porém como a falta dagua não permite a subida de embarcação até este ponto, terão que ir á “Bocca do Acre” fazendo a mais penosa viagem por terra.

Tenho acima de Porto Acre batelões capazes de conduzir essa gente, tornando-lhes assim menos penosa a viagem, mas a passagem por esse porto depende exclusivamente da vossa vontade.

Sem pedir favor áquelles contra os quaes peguei em armas, tomo, comtudo, a liberdade de lembrarvos o nenhum prejuizo que vos causará a passagem de dois batelões para a conducção dos vossos patricios.

Assim, pois, si permittirdes a passagem de taes embarcações, vasia, deveis responder-me hoje mesmo.

Junto vos envio uma copia da acta de rendição assignada na “Volta da Empresa”, por mim e pelo Cel. Rojas.

Hontem eram as autoridades de Xapury, que cahiram em nossas mãos, tratados com toda a consideração e remetidas para o Consulado de Manáos.

Saúde e fraternidade – (A) *J. Plácido de Castro*.

Puerto-Acre; Octubre 24-1902

Señor J. Plácido de Castro

Caquetá

Doy respuesta a su oficio de fecha de hoy.

Quedo enterado de la capitulacion a que se sumetio la “Columna Defensora del Acre”, y agradezco á U. la hidalguia que manifesta en la manera de tratar á sus prisioneros.

Para que el Coronel Rojas y sus companeros prosigan su marcha hasta la boca del Acre, creo mejor que esperar las embarcaciones de “Buen-Destino”, remitir de este puerto un batelon y dos botes; si asi lo cree U. conveniente, dichas embarcaciones las enviaré mañana temprano con alguna mujeres que no pueden continuar acá.

Saluda á U. attentamente – (A) *Romero*.

* * *

Ao Sr. Dr. Romero, Delegado de Bolivia em Porto Acre.

Tenho em mãos o vosso officio de hoje agradecendo o tratamento que tenho dispensado aos vossos compatriotas prisioneiros e offerecendo-me um batelão e dois botes para a condução dos vossos patricios prisioneiros. Aceitando a vossa offerta, faco-vos vêr que o batelão deve ser bem grande, pois a bagagem, apezar de relativamente pequena occupa muito lugar.

Conforme fiz ver ao Dr. Santivañez, todo estrangeiro que quizer retirar-se de Porto Acre, pode passar pelas minhas linhas, bem como todo vosso patricio que o mesmo queira fazer por motivo de doença, ficando, porém, impedido de voltar a esse porto.

Saúde e fraternidade – (A) *J. Plácido de Castro.*

Puerto Acre, Octubre, 25 de 1902

Sr. Plácido de Castro.

Caquetá

En estas líneas me dirijo al amigo, no al enemigo revolucionario; respecto sus opiniones y la convicción que tiene en la justicia de su causa; me complazco a agradecerle por la hidalguia y nobleza con que ha tratado a mis compatriotas.

Ha sabido U. conducir-se como un jefe civilizado y como un militar valiente: me es satisfactorio felicitarlo por su elevada conducta, asi como a sus compañeros de campaña. No se traduzca estas mis frases como una manifestación de timidez, pues, pronto espero probar lo contrario.

Siento que estemos en encarnizada lucha entre seres de un mismo continente y de un mismo modo de pesar; questiones de forma nos han colocado en opuestos caminos y en los que el choque es imprescindible! Sigamos adelante!

Portador de esta carta és el Señor Moisés Santivañez, á quien me permito recomendarlo insinuandome con U. para que lo detenga y envíe con el Coronel Rojas. El no quiere de nengun modo abandonarnos; pero como és el unico apoyo de una familia pobre e numerosa, no me parece justo aceptar su sacrificio. En cambio me permito insinuar-me tambien con U. para que nos lo mande a Dr. Camacho, quien como elemento neutral actuará como miembro de la Cruz-Roja, en un lugar proximo a este puerto. Si el Dr. Camacho dejar venir le agradeceré mucho por su deferencia.

Le incluío dos cartas abiertas que deseo las lleve el Coronel Rojas: una és para el General Pando y otra para mi esposa. Le suplico me las deje pasar.

Saluda a U. atentamente su amigo y servidor. – (A) *Romero*.

Fronteira de Caquetá, 25 de Outubro 1902

Sr. Lino Romero

Porto-Acre

Accuso o recebimento da vossa carta particular de hoje e no mesmo caracter tambem escrevo esta.

Agradeço commovido as phrases que me dirigistes applaudindo a minha conducta, embora eu tivesse apenas cumprido com o dever imposto a todos nós em taes circumstancias.

Dizeis-me que não tradusa as vossas palavras como indicio de timidez. Não sou capaz de tal nem tenho motivo para avançar a essa supposição.

Apezar de sermos filhos do mesmo continente, como bem fazeis lembrar, estamos em lucta aberta, e apezar ainda de pensarmos até certo ponto da mesma forma, consistindo a nossa divergência em pensar eu em uma politica Sul-Americana.

Não li a carta que remettestes á vossa esposa, pois deve ser uma correspondência intima; li entretanto, a que dirigistes ao General Pando e confesso que os conceitos sobre politica que emittistes estão em completa harmonia com o meu modo de pensar. Si os destinos do vosso paiz estivessem neste momento em vossas mãos, o sangue dos vossos patricios não estaria correndo inutilmente, e a tranquillidade dos meus seria, talvez, uma verdade.

O Dr. Camacho está enfermo, palludado, parecendo-me inutil a sua permanencia aqui, e inutil o seu sacrificio.

Tenho varios medicos em meu Exercito, porei uns delles, o mais pratico, dirigindo o hospital e de accordo comvosco formarei um hospital de sangue fora do circulo de ferro em que vos achaes. Fornecereis

uma parte do pessoal para enfermeiros e eu a outra, todos desarmados. Si com isso concordardes, em tempo proporei um regulamento hospitalar.

Quanto ao que me pedis sobre o Dr Santivañez, estou prompto a satisfazer hoje mesmo, mas com a condicção de não descer para Manáos: pois embora por informações, colloco o seu talento na merecida altura, julgando que elle possa ser mais nocivo á revolução em Manáos ou Pará do que em Porto-Acre.

Não me illudo, sei que estaes por demais avisado para que possaes ser tomado de surpresa; por isso, antes de atacar as vossas posições, officiarei prevenindo a fim de que façaes sair os que não devem partilhar da lucta. Isso ainda demorará alguns dias, pois não quero atacar Porto-Acre para manter sitio como fiz na Empresa, isto é fatigante para ambos. Nessa occasião, sob qualquer pretexto, podereis fazer sair o Dr. Santivañez, que então poderá tomar o destino que lhe convier.

Campañas del Acre, pg. 205: El dia 14, Castro tuve la galanteria de anunciar oficialmente al Delegado Romero su proximo ataque ao puerto y proponerle establecer una sola ambulancia en la colecturia de Caquetá para la assistencia de los heridos de ambas partes. Lo que no aceptó Romero.

* * *

Puerto Acre, Octubre, 26 de 1902

Sr. D. Plácido de Castro

Caquetá

Una vez mas me permito molestar á U. insinuandome para que a mis adjuntas comunicaciones se digne darles curso.

Su ideia de una ambulancia comum es esplendida y altamente humanitária; espero el reglamento que U. me ofrece, en su conceptuosa y amable carta de fecha de ayer para fijar las bases difinitivas.

Saluda al noble adversário su amigo y servidor. — (A) *Romero*.

.....

Decretos de Plácido de Castro

ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE

DECRETO Nº 1

CIDADE DO ACRE (Porto-Alonso), 26 de janeiro de 1903.
José Plácido de Castro, Governador aclamado e Comman-
dante em Chefe do Exercito do Estado Independente do Acre,

Decreta:

Art. 1º A justiça civil, a criminal e a commercial do Estado Independente do Acre ficarão sujeitas ás disposições dos códigos, leis, decretos, etc, dos E. U. do Brasil até que seja promulgada a sua constituição.

Art. 2º Serão validos os titulos de propriedades definitivos ou provisorios até o presente expedidos pela Bolivia ou pelo Estado do Amazonas, antes da occupação do Acre por esta Republica.

Art. 3º Fica sendo a lingua official do estado a portugueza.

Art. 4º Fica considerado como typo monetario official do Estado Independente do Acre o mesmo dos E. U. do Brasil, sendo o papel moeda desse paiz válido aqui.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

J. Plácido de Castro.

* * *

DECRETO Nº 2

José Plácido de Castro, Governador e Commandante em Chefe do Exercito do Estado Independente do Acre,

Decreta:

Art. 1º Ficam creadas as Directorias de Fazenda, Justiça e Guerra.

Art. 2º A Directoria de Fazenda abrangerá a direcção de agricultura e vias terrestres e fluviaes.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Casa do Governo em Porto Acre, 27 de Janeiro de 1903. — *J. Plácido de Castro.*

* * *

DECRETO Nº 3

Cidade do Acre (Porto Alonso), 28 de Janeiro de 1903

José Plácido de Castro, Governador do Estado Independente do Acre e Commandante em Chefe do Exercito Acreano, decreta:

Paragrapho Unico. A area do Estado Independente do Acre fica encerrada nos seguintes limites:

Ao norte, a Republica brasileira, pela linha traçada da nascente do Javary á foz do Beni, ao sudeste, o rio Beni acima da foz até á foz do Orton, deste ponto acima pelo leito do Orton até a confluência do Manuripe com o Tauamano e dahi pelo leito do Manuripe até sua nascente principal; pelo sul, por uma parallela ao Equador, traçada da nascente do Manuripe á fronteira do Perú, ao oeste, finalmente, com a Republica do Perú; revogadas as disposições em contrario .

Casa do Governo em Porto Acre, 28 de Janeiro de 1903. — *J. Plácido de Castro.*

* * *

DECRETO Nº 4

José Plácido de Castro, Governador e Comandante-em-Chefe do Exercito acreano, decreta:

Artigo Unico. Fica nomeado director da fazenda e inspector da alfandega, effectivo, o cidadão Rodrigo de Carvalho, que exercia interinamente esse cargo.

Casa do Governo em Porto Acre, 28 de Janeiro de 1903. — *J. Plácido de Castro.*

* * *

DECRETO Nº 5

José Plácido de Castro, Governador e Commandante-em-Chefe do Exercito do Estado Independente do Acre,

Decreta:

Art. 1º Ficam creados tres juizados de casamentos, nascimentos e obitos; sendo um em Porto Acre, outro em Capatará e outro em Xapury.

Art. 2º Sejam nomeados para exercer interinamente os cargos de juizes de casamento, nascimento e obitos, em Porto Acre, o cidadão Tenente-Coronel Gastão de Oliveira; em Capatará, João de Araujo Coelho e em Xapury, o Sr. Francisco Simplicio Costa.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Porto Acre, 5 de Março de 1903. — *J. Plácido de Castro.*

* * *

DECRETO Nº 6

José Plácido de Castro, Governador e Commandante-em-Chefe do Exercito do Estado Independente do Acre,

Decreta:

Art. 1º Ficam creados dois tabellionatos no Acre, sendo um em Porto Acre e outro em Xapury.

Art. 2º Ficam nomeados tabelliães interinos, em Porto Acre, Jesuino Nunes Versosa e em Xapury, o Sr. Augusto S. Pereira, revogadas as disposições em contrario .

Porto Acre, 5 de Março de 1903. – (ass.) *J. Plácido le Castro.*

* * *

DECRETO Nº 7

O Coronel José Plácido de Castro, Governador do Estado Independente do Acre e Commandante em Chefe do Exercito acreano:

Considerando:

Que o Governo brasileiro mandou ocupar militarmente a zona comprehendida entre a linha “Cunha Gomes” e o paralelo de 10º20’.

Considerando:

Que é dever de patriotismo não embarçar as negociações do ministerio do Exterior em virtude das quaes se fez a referida occupação;

E tendo em vista

Que para reivindicção de nossos direitos conspurcados pelo Governo boliviano a lucta tem de continuar como até aqui,

Decreta:

Art. 1º Fica transferida para a cidade de Xapury a séde do Governo do Estado Independente do Acre.

Art. 2º Fica transferida provisoriamente a Alfandega do Estado para o logar “Capatará”, até que seja determinado o ponto onde o paralelo de 10º20’ corta o rio Acre.

Porto Acre, 10 de Abril de 1903. – (ass.) *J. Plácido de Castro.*

.....

Occupação do Acre pelo Governo Federal

A OCCUPAÇÃO do Acre septentrional, pelas forças federaes ao mando do General Antonio Olympio da Silveira, foi feita de assalto, da mesma forma que a do Acre meridional se fez um pouco mais tarde, por iniciativa do mesmo General.

Os principaes chefes do Exercito de occupação, ao que parece, estavam convencidos de que o Acre era “ultra-boliviano” e que o seu dever era submeter á soberania daquelle paiz o *paisano* que se arrogara ao papel de Bolivar, naquella inhospita região.

O leitor que tome conhecimento dos documentos que se seguem e julgue os protagonistas da *tragedia* que poz termo á “Revolução Acreana de 1902”.

* * *

CARTAS DO GENERAL OLYMPIO
DA SILVEIRA A Plácido

Governo Militar do Territorio Septentrional do Acre.

Quartel General, 6 de Abril de 1903.

Sr. Cel. Dr. J. Plácido de Castro.

Tendo, por determinação do Governo da União, dirigido em tres do corrente uma proclamação aos habitantes do Territorio Septen-

trional do Acre, annunciando tel-o occupado militarmente e assumido o seu governo, remetto-vos, inclusa, uma copia da referida proclamação.

Saude e fraternidade.

(ass.) Gal. *Olympio da Silveira*.

Cópia:

Governo Militar Provisorio do Territorio Septentrional do Acre. Quartel General na Empresa, tres de abril de mil novecentos e tres. Proclamação. Em nome do Governo dos Estados Unidos do Brasil, eu, O General de Divisão Antonio Olympio da Silveira, Commandante das forças expedicionarias do Acre, obedecendo ás ordens recebidas, Proclamo: O Territorio Septentrional do Acre, comprehendido entre a linha geodesica que do marco do Madeira vai á supposta nascente do rio Javary, o paralelo de (10°20') dez graos e vinte minutos e o rio Yaco, é occupado militarmente pela Republica brasileira, até que seja resolvido o litigio sobre os limites com a Bolivia. Assumo nesta data o Governo do dito territorio que fica sob o regimen das leis militares. (Assignado). Antonio Olympio da Silveira. Está conforme. Estanslao dos Santos Nunes, Primeiro Tenente Secretario.

* * *

Empresa, 16 de abril de 1903.

Am^o Snr. Dr. Plácido de Castro.

Saudações.

Brevemente partirão as commissões de Estado Maior e de Engenharia incumbidas de proceder ao reconhecimento e levantamento da região contestada, atravessada pelo paralelo 10°20', e determinação dos pontos em que tem de ser collocados os marcos designativos dos limites deste territorio com a Bolivia.

Do Vosso Am^o Ob^o

(ass.) *Olympio da Silveira*.

Governo Militar e Commando em Chefe das forças de occupação do Territorio Septentrional do Acre.

Quartel General na Empreza, 19 de abril de 1903.

Snr. Cel. Dr. José Plácido de Castro

Saudações

Pelo jornal *Amazonas*, de 26 de março findo, que vos remetti, tereis tido conhecimento do convenio diplomatico de 21 do dito mez, entre o nosso Governo e o da Bolivia.

Tive confirmação official do mesmo e de accordo com elle tenho de tomar varias medidas que vos serão communicadas verbalmente em Capatará pelo Coronel Torres Homem, Chefe do Estado Maior junto a este Governo, esperando que alli comparecereis para o alludido fim.

Renovo meus sentimentos de alto apreço e consideração.

Saude e fraternidade.

(A) Gal. *Olympio da Silveira*.

* * *

COMMANDO DO GOVERNO MILITAR DO ACRE

Boa Fé, 29 de abril de 1903.

RESERVADA

Am^o Sr. Coronel Plácido de Castro

Cumprimentos

Tenho a satisfação de accusar a recepção do vosso officio nº 8 de 26 do corrente em resposta ao de que foi portador meu enviado especial Major Gomes de Castro.

Como já esperava do vosso criterio e patriotismo, tive o prazer de inteirar-me da vossa deliberação de respeitar as deliberações do nosso Governo, concorrendo assim para, longe de entrar, esforçar-se pela solução amigável desta questão internacional, maneira hoje almejada por todas as nações cultas para resolverem as suas pendencias. Acabastes assim de augmentar mais ainda o lustre do vosso nome.

Como as instruções que me foram enviadas pelo Governo, ressam que devem ser evitados, a todo o transe, os choques e conflictos entra as forças brasileiras e bolivianas, até que seja resolvido o accordo estabelecido entre o Brasil e a Bolivia, peço ao amigo, que tão bem comprehende os motivos que levam o nosso Governo a assim proceder, para permanecer no local em que se acha afim de fazer respeitar as referidas ordens, mantendo os destacamentos Acreanos nos pontos em que se acham, visto não poder este Governo distrahir forças antes da chegada do emissario encarregado de entregar ao General Pando o meu officio propondo uma conferencia e, conforme a sua resposta, tratar-se das posições que respectivamente devem occupar as tropas do nosso paiz e bolivianas.

Será conveniente tambem conservar nas posições brasileiras occupadas, a bandeira branca enquanto durar a suspensão de hostilidades.

Do vosso Am^o e Ob^o.

(A.) Gal. *Antonio Olympio da Silveira.*

* * *

ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE

N^o 8 Gironda, 26 de Abril de 1903

Ao cidadão General de Divisão Olympio da Silveira
Rio Acre.

Com prazer accuso o recebimento das vossas cartas de 16 e 19 do corrente, de “Empresa”, que respondo:

Tomei conhecimento do convenio a que vos referis, entre o Brasil e a Bolivia e estou firmemente disposto a respeitá-lo integralmente, como todas as deliberações do Governo da minha patria.

Actualmente o Exercito acreano occupa toda a região comprehendida de Porto-Rico para oeste, pelo rio Thauamano acima, comprehendendo Costa Rica, Porvenir, etc., sendo que me achava disposto a occupar toda a fronteira do Estado Independente do Acre, sem contudo, ultrapassá-la um palmo. Em vista, porém, das communicações que

me fizestes do accordo, não irei além do ponto em que me acho, tendo hontem mesmo escripto um cartão ao Commandante da Guarnição de Porto Rico (pois já estava com essa praça quasi em sitio), pedindo-lhe suspensão de armas até a chegada do vosso officio.

Não me posso furtar ao dever de declarar-vos a agradável impressão que me causou a extraordinaria pontualidade do Sr. Major Gomes de Castro que com a mais nitida comprehensão da sua delicada missão, atravessou a distancia que nos separa do Acre em menos de tres dias, vindo chegar no momento mais propicio, pois com dez horas de tardança não teria evitado o assalto a Porto Rico, e, por conseguinte sério derramamento de sangue.

No momento que esse official chegou, acabava de ser dividida a força para seguir a tomar posições.

Ao Sr. Major Gomes de Castro, instrui sobre as nossas posições e terreno por nós occupado.

Queirais, pois, deliberar si é conveniente ou não minha ida, agora a “Boa-Fé”, antes da retirada do grosso das tropas acreanas para Xapury ponto de aquartelamento.

Saúde e fraternidade.

(A.) *J. Plácido de Castro.*

Confronte-se isso com a proclamação feita dahi a quinze dias. E para fazer melhor ideia de como agio o General Olympio, leia-se primeiramente, como corresponde á ordem cronologica, este officio que lhe dirigio o “commandante dos revoltosos”.

Quartel General em Boa Fé, 10 de Maio de 1903.

Ex^{mo}. Sr. General Antonio Olympio da Silveira,
D. Governador do Acre Septentrional.

Tendo as praças acreanas que se acham neste acampamento se revoltado contra o commando do Cel. Gentil Norberto e consequentemente contra o Cel. Plácido de Castro devido esta revolta ao pessimo tratamento as referidas praças as quaes faltava sempre alimento,

roupa e agasalho sendo pelo contrario levados pelo regimen do terror sendo muito commum o esbordoamento e as ameaças causadas a Revolução Acreana, assumo o commando dos acreanos revoltados em *numero de mais de duzentos formando um batalhão prompto para bater-se pela causa que defendemos sob as vossas ordens* que contra aquelles que prostituindo os justos intuitos primitivos da nossa revolução quer contra os bolivianos concorrendo portanto para que seja respeitado o convenio de 21 de março findo entre o nosso paiz e a Bolivia.

Ao cidadão João Felipe de Medeiros.

Saúde e fraternidade.

(A.) J. Antonio Duarte.
Commandante

Esse homem era um ebrio inveterado, que por Plácido havia sido destituído do commando por má conducta habitual.

PROCLAMAÇÃO

O General Antonio Olympio da Silveira, Governador do Acre Septentrional e Commandante em Chefe das Forças Federaes de occupação.

Considerando que a quasi totalidade do Exercito acreano revoltou-se contra o Coronel José Plácido de Castro e seus auxiliares;

Considerando-se que este chefe levado por sentimento de patriotismo que muito o recommenda á benemerência de sua patria, declarou retirar-se deste territorio e não querer tentar represálias a fim de evitar uma lucta fratricida, deixando ao Exercito Nacional a guarda do mesmo territorio, conforme ficou estabelecido no convenio de 21 de março findo;

Considerando que em vista desta declaração do Coronel Plácido de Castro e da apresentação a este Governo dos officiaes e praças de quase toda a força acreana, está considerada extincta a Revolução do Acre;

Considerando finalmente que a força federal é sufficiente para manter a ordem e cumprir as determinações do Governo da União

relativamente a este territorio fazendo respeitar o que foi estatuido no referido convenio de 21 de março ultimo:

Proclama em nome do Governo da União:

Primeiro: Terminada a Revolução acreana chefiada pelo Coronel Plácido de Castro ficando este territorio sob a jurisdicção unica deste Governo e licenciados todos os officiaes e praças do Exercito revolucionario; esperando este Governo que se por qualquer circumstancia houver necessidade de seus serviços de guerra todos estarão promptos para com o Exercito brasileiro cumprir o seu dever.

Segundo: Suspensas todas as contribuições inpostas pelo Governo revolucionario permanecendo sómente os admittidos pelo Governo da União e que deverão ser arrecadados pela Mesa de Rendas de Porto Acre.

Quartel General na Boa Fé, 13 de Maio de 1903.

(A.) Antonio Olympio da Silveira.

(Está conforme. — *Estanislau dos Santos Nunes*, 1º Tenente Secretario).

* * *

Eis o officio de Plácido em resposta:

Cidadão General de Divisão Olympio da Silveira, Governador do Acre Septentrional e do Estado Independente do Acre.

Venho por este meio protestar, como protesto, contra o saque que se está dando aos armazens que sob minha responsabilidade pessoal existem em diversos pontos deste rio, para reabastecimento da Revolução Acreana que chefei até o dia em que deste posto me depuzestes, emquanto eu combatia no Orton pela integridade da patria.

Não conheço nos annaes das guerras civis de nosso Paiz factos que tanto deprimam o character nacional como os que estão occorrendo nesses armazens saqueados, onde a embriaguez e o insulto a cada momento se abraçam.

Nessa grande feira que abristes com o que me pertencia, porque sou o responsável, ouvi-se a cada momento dentre lábios quasi amortecidos por essas libações, flutuar victoriosamente o vosso nome, como auctor dessas prodigalidades. Meu archivo particular e até roupa de meu uso não se salvaram dessa orgia; minha bibliotheca está sendo inutilizada a bordo do “Independencia”, onde existiam tambem sob minha responsabilidade pessoal mais de tres mil volumes de mercadorias diversas, sem falar do que era de meu uso pessoal, como mobilia, rancho, instrumentos mathematicos, etc.

Protesto tambem contra a apprehensão dos trophéos de guerra acreanos, e, sobretudo, da flotilha de guerra, que estando generosamente ao vosso serviço, della vos apossastes, fazendo substituir a bandeira do Acre pela bandeira brasileira, creando desta forma difficuldades para o Governo Federal. Com a flotilha tambem vos apossastes da artilharia e metralhadora que se achavam em minha base de operações, (Bôa Fé), que occupastes com o Batalhão 27 com o proposito de consumir todas essas misérias ao tempo em que escrevieis para o Orton recommendando-me que a todo transe mantivesse as posições conquistadas. *Cumulo da Lealdade!*...

Bem se comprehende que não possaes dar aos nossos trophéos de guerra o valor moral que nos merecem, porque nós não os adquirimos á custa de deslealdade e de traição, e sim, de muitas vidas preciosas de nossos irmãos e companheiros de luctas, cujas acções nunca servirão de vergonha ás suas familias nem á patria. Para vós esses trophéos de guerra nada mais valem do que o dinheiro por que se possam vender; para nós, representam a vida e a bravura dos nossos irmãos que desapareceram.

Os cidadãos que durante longo mezes luctaram pela integridade da patria como soldados (mas sem soldo), voltaram agora para os seus lares, não levando mais do que a honra que nunca foi polluida.

O ultimo dos meus soldados nunca tratou um soldado prisioneiro como tratastes os meus officiaes superiores prisioneiros em Bôa Fé (porque em bôa fé elles estavam), onde esquecendo-vos de que occupaes a posição de General brasileiro fizestes o papel de sargento de policia, indo prender a quem accusastes de assassino, como fizestes ao Coronel Gentil a quem em pessôa prendestes e injuriastes.

Em breve estaremos prestando contas á nossa Patria do papel que cada um representou nesta lucta.

Saúde e fraternidade.

Bemfica, 20 de Maio de 1903.

(A.) J. Plácido de Castro.

* * *

Para que fique ainda melhor caracterizada a extensão da *revolta* que motivou o *golpe de estado* do General Olympio, transcrevo agora a Ordem do Dia nº 2 com que Plácido dissolveu o seu Exercito:

ORDEM DO DIA Nº 2

Commando-em-Chefe do Exercito do Estado Independente do Acre, 13 de Maio de 1903.

Camaradas!

A presente Ordem do Dia é mais uma peça do luto que envolve os nossos corações do que um documento de guerra..

Dirijo-me áquelles que tiveram nobresa bastante para afrontar todos os soffrimentos que nos opprimiram durante toda a lucta que temos sustentado com suprema constância e altivez, sem nunca nos têmos degradado com a pratica da traição.

Ao chegar o Exercito Nacional nesta região lhe prestamos todo o concurso material ao nosso alcance, tendo o seu servico de correios, de observações e quasi todo o de transporte sido feito por gente nossa.

Á vossa frente invadi o Thauamano por “Gironda”, mandei sitiar “Porto Rico”, e já estávamos com cinco dias de lucta, com sacrificio da vida de alguns companheiros, quando recebi uma carta do Sr. General Olympio da Silveira communicando-me o accordo entre o Brasil e a Bolivia. Incontinenti mandei suspender as hostilidades, dando-lhe disso conhecimento em officio nº 8, de 26 do passado, declarando-me

firmemente disposto, como pessoalmente já lhe havia dito, a respeitar todas as disposições do Governo de nossa patria, embora fóra della.

O recebimento desse officio me foi accusado em carta elogiativa, na qual o General pedia que me mantivesse nas posições tomadas até que elle podesse para lá mandar forças.

Apezar das privações que soffriamos, passando até fome, escassamente nutridos a milho secco torrado, pela difficuldade de abastecimento através da distancia que nos separava dos nossos armazens á margem do Acre, lá fiquei mandando para a margem deste rio apenas os enfermos, ao mesmo tempo que mandava abrir o caminho, que era pessimo, para a passagem da Força Federal, naturalmente inferior a nossa quanto á presteza de marcha.

Quando tudo isso faziamos, supportando a fadiga e a fome, eis que recebo, com a maior surpresa, um officio de um nosso official superior communicando-me que o Major Carneiro, Commandante do 27º Batalhão acabava de recolher ao seu acampamento os soldados acreanos alli (Boa-Fé) destacados a pretexto de estarem soffrendo grandes privações.

Recebi o officio á meia noite do dia nove do corrente e uma hora depois dirigia-me em marcha forçada para o Acre, a fim de resolver essa grave questão. Em caminho fui sabendo por officiaes e soldados que fugiram do acampamento do 27º, que o ajudante general, Quartel-Mestre General, Coronel Hyppolito Moreira e outros officiaes do nosso Exercito se achavam presos, de sentinella á vista e incommunicaveis, tendo o General Olympio em pessoa feito a prisão do Coronel Gentil a quem insultou publicamente chamando-o de assassino.

Soube que as presas de guerra do Exercito acreano, bem como os armazens que sob minha responsabilidade pessoal existiam no Acre para abastecimento das nossas forças, toda a munição que tinhamos em avultada quantidade, mais de trezentos fuzis que tinhamos em deposito por falta de munição propria, um canhão e toda a Flotilha acreana, haviam sido apprehendidos por ordem do General que em má hora veio representar o Governo de nossa patria; que os officiaes e soldados acreanos que mandei para a margem do Acre eram logo desarmados como facinoras; que o General Olympio aproveitou para commandar um grupo de trahidores e a esses soldados cuja divisas acreanas fazia arrancar o

Tenente-Coronel José Antonio Duarte, que eu havia suspenso do commando por má conducta habitual (embriaguez); que o mesmo General abriera um inquerito, forçando alguns officiaes acreanos a depor, enquanto os traidores o faziam espontaneamente, recolhendo, em forma de documento, torpezas contra mim e meus officiaes superiores. Emfim, na tarde de 11 para 12 do corrente (a seis horas de viagem do Acre), meu piquete avançado deu sinal de aproximação de força. Era um Tenente do Exercito (a quem não imputo responsabilidade) commandando uma força de linha, apoiada por uma de soldados acreanos ao serviço do General e tambem commandada por um tenente. Ás cinco e meia da tarde a força fez alto e o Tenente do Exercito veio entender-se commigo, dizendo-me que vinha unicamente proteger o comboio que partira pela manhã do Acre (o qual ha tres horas antes já se encontrava no “Ina”). A força, evidentemente, era para prender-me, pensando naturalmente o General que a marcha rapida que, certamente, eu iria fazer, como a fiz, só seria possivel sem força. É essa a minha deducção.

Resolvi sahir no Acre por “Tracema” porque não estava disposto a ser desarmado como um bandido depois de tanto haver compartilhado dos soffrimentos dos meus leaes companheiros de lucta, officiaes e soldados.

Communiquei essa minha resolução ao General em um cartão que enviei por um rapaz acreano, que ficou preso apesar de ter ido no desempenho dessa commissão.

Hontem, 12, aqui se apresentou um Capitão do Exercito trazendo preso o meu Quartel-Mestre General para entender-se commigo, como se um preso, ameaçado de morte, pudesse ter liberdade para falar.

O capitão trazia-me um recado do General convidando-me para uma entrevista, offerecendo-me plenas garantias, sob sua palavra de honra, como se fosse licito acreditar que tivesse tal virtude quem havia feito o que venho de expor.

Respondi dizendo-lhe que não accitava o seu convite, que minha carreira militar e politica estava terminada com a minha deposição por elle feita.

Como vedes, fieis soldados, aquillo que o inimigo não conseguiu fazer pelas armas, o General brasileiro alcançou pela traição.

Como expus, confiscados os nossos elementos de guerra, nada mais podemos fazer nem na defesa dos nossos proprios lares; só nos resta um caminho: – soffrermos resignados a prepotencia do mandatário do Governo da nossa patria, em nossas casas, si tal ainda nos fôr permittido.

PROMOÇÕES

Usando das attribuições de que me acho investido por meus concidadãos, e como ultima deliberação do Exercito acreano, cuja personalidade hoje finda, sem falar na bravura que revelaram, promovo por merecimento, pelo profundo devotamento á causa que defendemos, pela disciplina que sempre revelaram, ao posto de Coronel os Tenentes-Coroneis José Brandão, Gastão de Oliveira, João Francisco Xavier, Gentil Norberto e Henrique Leão; a Tenente-Coronel o graduado João Ferreira do Amaral e os Majores Antonio Augusto de Araujo e Antonio Francisco Jacauna; a Capitão os Tenentes Cyriaco Joaquim de Oliveira e Faustino Lopes, e a Tenente o Alferes João Felipe da Silva.

EXCLUSÃO DO EXERCITO

Sejam excluidos do Exercito acreano pelo crime de traição ao Estado, e como traidores indignos de fazer parte da nossa corporação armada, o Tenente-Coronel José Antonio Duarte, o Major José Ribeiro, Tenente Theodosio Vieira, Capitão Francisco M. Evangelista e os Alferes Joaquím Chaves e Raymundo Chaves; recommendando aos meus dignos companheiros de hoje o nome execrando de José Antonio Duarte como o prototypo da traição que tão bem soube encarnar em sua pessôa.

CONCLUSÃO

Deante dos motivos expostos, determino que fique dissolvido hoje o Exercito acreano, esperando que cada soldado continue a ser um cidadão zeloso dos seus deveres, para que no dia em que esta nesga da patria fôr novamente devolvida ao invasor, possamos de novo cumprir o nosso dever.

É bem triste lembrar que o dia de hoje, que tão significativo é na Historia de nossa Patria; commemorando a proclamação da igualdade entre todos os brasileiros, para nós seja do mais degradante e lutuoso contraste: – de um captiveiro despótico, bem mais cruel do que o extinto ha cinco lustros, neste mesmo dia. E os nossos algozes são aquelles que oficialmente estão incumbidos de zelar pela nossa liberdade e pela honra da patria.

(a.) *J. Plácido de Castro.*

* * *

UMA LIÇÃO

Xapury, 16 de Maio de 1903.

Ex^{mo} Sr. General da Divisão Antonio Olympio da Silveira.

Tenho a honra de accusar o recebimento da proclamação de V. Ex^a com data de 13 do vigente e juntamente com a portaria da minha nomeação para o honroso cargo de delegado auxiliar do Governo de V. Ex^a na circumscripção de Xapury.

Peço venia a V. Ex^a para fazer algumas considerações que justificarão a minha excusa á distincção com que sou honrado pelo Governo de V. Ex^a.

Companheiro do Coronel Plácido de Castro desde o inicio da patriótica revolta que impedio o estabelecimento dos americanos no território da patria, eu me acho extenuado e carecendo de tratamento de saude. Além do que, si V. Ex^a me permite expor os meus sentimentos, eu não quero servir ao lado da pequena parcella de acreanos guiada tumultuosamente por um analphabeto e alcoolatra incorrigível. Peço com todo o respeito o acatamento á pessoa de V. Ex^a, licença para, em represália ao acto impatriótico da diminuta parcella de acreanos tão mal guiada, eu invoque o patriotismo pouco vulgar, peregrino mesmo, do denodado moço que em pouco tempo e com uma hoste de seringueiros, restituiu á patria uma parte do seu territorio ha quatro annos em poder de estrangeiros!

Como bem disse V. Ex^a no segundo considerando da proclamação que se serviu dirigirme, “*o Coronel Plácido de Castro, levado por sentimentos de patriotismo que o recommendam á benemerencia da sua patria*, para evitar uma lucta fraticida teve de renunciar. O que ficou estatuido no convenio de 21 de Março ultimo, por exigencia de um individuo sem uma só qualidade que o recomende, salvo si é recommendavel a traição, e sustentado exclusivamente pela força que devia manter o citado convenio. Peço a V. Ex^a não tomar como falta de consideração e respeito á pessoa de V. Ex^a a minha excusa e a manifestação de indignação contra quem tão vilmente esqueceu os serviços inestimáveis do Coronel Plácido de Castro.

Com pezar de não poder auxiliar o Governo de V. Ex^a pelo precário estado de minha saude, sobretudo, e sendo instado pelo medico para retirar-me, pretendo seguir para o sul do paiz onde uma vez restabelecido, regressarei contando então ser mais útil á nossa querida Patria. Faço votos para que a obra inestimavel do Coronel Plácido de Castro seja conservada pelo Governo de Vossa Excellencia.

Saude e fraternidade.

(a.) *Francisco Simplicio Ferreira de Castro.*

N. B. – Sobre o assumpto possuo tambem uma publica forma de um protesto feito pelo Engenheiro Gentil Norberto, mas não o publico porque o seu autor é muito homem de o repudiar hoje, pelo mes-

mo motivo que foi um corresponsavel pelo assassinato de Plácido: – pelo interesse, que é o unico Deus de hoje famoso director da Clevelandia.

Vejamos agora como o Governo brasileiro apreciou a attitude do General Olympio da Silveira em favor dos bolivianos:

Cópia. – Telegramma. Estação de origem – Rio. Data dezeseis. Nome e endereço do destinatário – Coronel Valadares. Manáos. Urgente.

Reservado. Ministro manda transmittaes com urgencia ao General Olympio seguinte telegramma: A demora que houve na conclusão *modus-vivendi* assignado La Paz vinte um março ultimo resultou empenho com que Governo Bolivia queria que forças brasileiras fossem desarmar acreanos os quaes sob commando Plácido de Castro, haviam vencido guarnições bolivianas e proclamado Independência Acre. Ainda seis março governo La Paz se oppunha nossa occupação temporaria Acre Meridional, pedindo ao Ministro Brasil que deixassemos General Pando subjugar de uma vez acreanos. Governo brasileiro respondeu terminantemente dia oito que não podia fazer desarmar nossos compatriotas acreanos attento proximidade tropas bolivianas nem concordar que estas penetrassem Acre Meridional durante negociações, sobretudo depois de se saber que o que se queria era ir alli exercer vinganças, idéa de desforra e castigo era inconveniente e impolitica. Com negociações que iniciou e estavam interrompidas, Brasil tinha por fim adquirir todo o Acre mediante compensações, não porque ligasse valor território, mas por ser brasileira toda população. É necessário acabar terminantemente desintelligencias e complicações que entre Brasil e Bolivia já tinha occasionado desde mil oitocentos e noventa e nove, revoltas desses brasileiros contra dominação boliviana. Em despacho telegraphico desoito março nosso Ministro Exterior encarregou legação brasileira explicar que pensamento principal Governo brasileiro quando propunha passagem tropas sul paralelo dez graos vinte minutos, isto é, Acre Meridional era evitar conflictos entre acreanos e bolivianos e manter statu quo Acre Meridional durante negociações. Em dezenove março telegraphava ao Ministro Brasil em La Paz: “Tem sido já sufficientemente estudado assumpto, peça solução no praso quarenta e oito horas e dê-me aviso immediato

da hora recebimento deste despacho. Repita ao Sr. Villazon o que declarei no meu numero vinte e tres, isto é, que não podemos concordar em que General Pando se empenhe em subjugar acreanos quando o que procuramos precisamente, desde principio, é evitar conflicto”.

Desnecessario é entrar discussão assumpto principal. Assignou vinte e um de março accôrdo que desejavamos admittindo assim Bolivia que acreanos ficassem armas. Esse accôrdo importava numa suspensão de hostilidades assegurada pelo Brasil entre acreanos e bolivianos durante negociações. Nas instrucções que vos foram expedidas quatorze de março declarei expressamente que autoridade governador aclamado pelos acreanos se exercia ao sul parallelo dez graos vinte minutos, isto é, Acre Meridional e que convinha se mantivessem em armas durante essas negociações. Nas instrucções supplementares que vos foram expedidas a vinte e cinco de março está também muito claro e expressamente declarado que autoridade Governador aclamado pelos acreanos se exercia sul citado parallelo Acre Meridional e que acreanos deviam continuar armas. Essas instrucções foram violadas pelo vosso procedimento e particularmente pelas resoluções que annunciastes na proclamação de trese maio. Si houve revolta parte forças acreanas o que convinha fazer era procurar chamal-os á razão e á disciplina lembrando-lhes que seus adversários estavam ali perto e até concorrer com Governador Acre Meridional para reprimir revolta. Consentir nella e até offerecer protecção indisciplinados e sediciosos era contribuir para que se modificasse a situação que alli havíamos encontrado. A declaração de que as forças federaes são sufficientes para manter ordem Acre Meridional mostra que infelizmente não comprehendestes pensamento Governo e as instrucções recebidas. Em virtude accôrdo vinte um março as forças federaes devem evacuar Acre Meridional e regressar para o norte dez graos vinte minutos findo curto preso estipulado desarmando acreanos e devendo nossas forças voltar brevemente para o Norte ficariam esses nossos compatriotas inermes e indefesos entregues ás tropas General Pando. Desejo Governo boliviano ficaria satisfeito, mas as ordens Governo Federal desattendidas. A consequencia da vossa proclamação seria para o Brasil a obrigação de entregar á Bolivia os brasileiros que até então sem a vossa intervenção combatiam victoriosamente contra ella e tambem a de entregar flotilha, armamentos, munições e tudo quanto

pelo seu esforço elles haviam conquistado em acções de guerra. A nação brasileira não podia comprehender que todos sacrificios feitos tinham por fim favorecer Bolivia contra acreanos brasileiros.. O Governo Federal, salvando vossas intenções, deplora desaccordos que se deram entre brasileiros deante de estrangeiros, não pode approvar actos praticados contra suas anteriores instrucções e determina que sejam repostas as cousas no estado anterior, restabelecida autoridade Governador aclamado pelos acreanos, chamados estes ás armas e restituída áquella autoridade tudo quanto foi apprehendido e arrecadado por vossa ordem. Não sendo isso possivel vosso intermédio, deveis regressar Manaos, ahi aguardando ordens assumindo commando forças Acre Coronel Cunha Mattos. Coronel Zenobio Commandante quarto artilharia deve tambem recolher-se Manaos, visto ser mais antigo que Coronel Cunha Mattos. Saudações. Na ausencia chefe, General Medeiros. Está conforme, 17 de Julho de 1903.

(a.) *Odilio Bacellar Randolpho de Mello*, Capitão Ajudante. Está com o visto do Cel. H. Valladares.

* * *

Para completar o assumpto, transcrevo ainda o Decreto nº 1, do Cel. Cunha Mattos.

“Governo Militar Interino do Acre Septentrional e Commando em Chefe das forças de occupação, Quartel General na Praça da Empreza, 3 de Agosto de 1903.

DECRETO Nº 1

Coronel Raphael Augusto da Cunha Mattos Governador Militar e Commandante em Chefe.

Considerando que o acto do seu illustre antecessor o General de Divisão Antonio Olympio da Silveira desarmando e licenciando as forças acreanas que sob o commando do Sr. Coronel Plácido de Castro occupavam militarmente o Territorio Meridional, foi antipolitico, menos conveniente e inopportuno;

Considerando tambien que a apprehensão de artigos bellicos, material fluctuante e generos alimenticios pertencentes ás mesmas forças que os adquiriram com sacrificios de preciosas vidas de centenas de valentes brasileiros tombados em mais de uma acção de combates travados em defesa do solo nacional, foi indevida;

Considerando finalmente que não podem nem devem continuar de pé as alludidas deliberações, resolve:

Chamar ás armas as forças dissolvidas que deverão se apresentar aos seus respectivos chefes.

Restituir ás mesmas Forças o que indevidamente foi apprehendido e, finalmente, reconhecer e manter no Governo do Territorio Meridional do Acre e no Commando-em-Chefe das mesmas forças acreanas o Sr. Coronel Plácido de Castro.

(a.) *Raphael Augusto da Cunha Mattos*, Coronel Governador. Está conforme o original. *Juvenal Espinola de França*, Alfs. Secretario interino.

Esforços do Coronel German Cortés para conseguir que Plácido retirasse as forças acreanas das posições que occupavam:

Ejercito Nacional
Jefatura del
Batallon 5º de linea

Barraca, Puerto-Rico, Abril 26 de 1902.

Al Señor Jefe de las fuerzas que atacan Puerto-Rico.

Banda del Rio

Señor

Comunico á U. que el Señor Capitan Gral, del Ejercito boliviano, me encarga decir á U. que por acuerdo de 21 de Março de 1903, suscrito en La Paz, entre el Exmo. Señor Eliodoro Villazon, Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia y el Ex^{mo} Señor Eduardo Lisbôa, Enviado Extraordinario del Brasil ante el Gobierno de Bolivia, ha quedado totalmente definida la situacion internacional creada entre ambos paises. Tengo

el honor de incluir á U. copia del mencionado acuerdo impresa en La Paz y recebida hoy.

Las tropas bolivianas no han avanzado del Orton, conforme el inciso b. de la clausula 3^a del acuerdo.

Corresponde á U. retirar las suyas, a no ser un movel distinto y por mi ignorado, el que guie sus procedimientos, de cuya ejecución U. será responsable.

Puede efectuar-se con plena seguridad la retirada de sus fuerzas a Gironda y Chapury – Hemos permanecido a la *defensiva* y en ella nos mantendremos, siguiendo instrucciones del General Pando, Capitan General del Ejercito.

Sin mas objeto, tengo el honor de suscribir-me su attento servidor.

Germán Cortés, Jefe del Batallon 5^a.

Estado Independente do Acre, Gironda, 27 de abril de 1903.

A Germán Cortés, Chefe do 5^o Batalhão e Commandante da Guarnição de Porto-Rico.

Ás 11 e meia horas da noite de hontem, recebi o vosso officio, datado tambem de hontem, communicando-me o accôrdo havido entre os governos do Brasil e Bolivia e do qual tivestes a gentileza de enviar-me uma copia. Hontem mesmo vos escrevi um cartão neste sentido, pois, tendo na tarde do dia anterior conhecimento do accôrdo, por communicação que me fez o Sr. General Olympio, Comte. das tropas brasileiras no Acre, mandei, incontinenti, á força acreana que occupa posições em frente de Porto-Rico, ordem para suspender as hostilidades, pedindo-vos no mesmo cartão identico procedimento.

Isso fiz assim que chegou á minha presença o emissario do General Olympio, que segue agora para ahi.

Dizeis competir-me retirar as forças acreanas de frente de Porto-Rico *a menos que um movel por vós ignorado guie a minha conducta e que neste caso serei eu o responsavel.*

Sinto que assim vos tenhaes exprimido em um documento de paz...

O movel que guia meus passos nesta lucta não deve ser por vós ignorado, mas si o é, vos declaro que lucto pela autonomia do Acre.

E, quanto á minha conducta, – tem sido julgada pelos vossos patricios vencidos como cavalheirosa. Quanto ao tornar-me responsavel pelos meus actos – sempre o fui, mormente na lucta que sustentamos.

Sobre a retirada das tropas acreanas das posições que occupam em frente de Porto Rico, só depois que me entender com o General brasileiro poderei resolver, apezar de agirmos independentemente, como é natural suppôr. Suspendendo as hostilidades, passamos como vós á defensiva, e vós e as vossas forças poderão confiar em nossa fidelidade.

Saude e fraternidade.

J. Plácido de Castro, Comte. em Chefe do E. acreano.

* * *

Jefatura Militar, Puerto-Rico, Maio 1º de 1903.

Al Señor Coronel Commandante en Jefe de las fuerzas acreanas.

Señor.

Tengo el honor de saludar a U. muy atentamente y pedirle la cópia escrita del Protocolo de 21 de Marzo ultimo, celebrado en La Paz, por los Representantes de nuestros Países, que tuve el honor de enviarle original. Teniendo este documento para nosotros autenticidad legal, pido á U. que se sirva volverlo a mi poder como documento correspondiente al archivo de esta Commandancia de Armas.

Sin mas motivo, tengo el placer de reiterarle las consideraciones mas distinguidas de su atento servidor

Germán Cortés.

* * *

Quem tomar conhecimento dos diversos actos de hostilidade do General Olympio da Silveira contra Plácido – compulsando em seguida o livro do Coronel Benjamin Azcui, *Campañas del Acre*, e lendo o tele-

gramma de 16 de julho, que destituiu o General Olympio do Commando, tem a impressão de que elle fez tacita alliança com o General Pando:

Á pagina 252, diz o Coronel Azcui: “El General Antonio Olympio da Silveira era un auciano militar de probidad y rectitud por todos reconocido, inflexible en el cumplimiento de su deber¹¹ *condenaba los desmanes de los insurgentes y no se prestaba a secunder los planes secretos del Baron de Rio Branco, como lo demostró en actuaciones ulteriores*” (Prendendo os officiaes e licenciando os soldados; apoderando-se da flotilha, saqueando os armazens, etc., e decretando extincta a Revolução acreana).

E á pagina 256, depois de atacar a “congenita falsia” do Barão do Rio Branco, diz: El ultimo convenio y la dissolution de las fuerzas insurgentes, ofreciam a los dueños de seringales la ocasión de reanudar sus trabajos en los centros desocupados por el enemigo; para garantizar su estabilidad marchó al Albuna un destacamento del mismo cuerpo á órdenes del Teniente-Coronel Adalid Tejada, (1) *no sin antes poner el hecho en conocimiento del Commandante en Jefe de las fuerzas federales afín de que bajo ningun pretexto se turbassen las armonicas relaciones que existiam entre los comandos superiores*”.

Esse positivo trecho frisa bem a harmonia de vistas existente entre o General Olympio e o General Pando e, ainda mais, que a occupação do territorio acreano pelas forças bolivianas se fez com sciencia e consciencia do General Olympio, depois que este dissolveu o Exercito acreano que militarmente o occupava.

A carta que se segue, dirigida pelo Major Alcino ao Coronel Brandão, do E. acreano, mostra bem o interesse que elle tinha pelas “armonicas relaciones que existian entre los comandos superiores”:

“Bella-Flor, 15-5-1903.

Sr. Coronel Brandão.

Os acreanos em armas estão sendo dispersados, cessou a missão dos patriotas para continuar sem entraves a do Exercito Nacional. Si tem combatido por

11 Griphado por mim.

patriotismo, como acredito, deve-se conformar com o facto consummado e com o seu pessoal retirar-se para Boa-Fé.

Para que sua conducta seja correcta, convém comunicar ao Commandante da praça de Porto Rico que recebeu ordem para retirar-se.¹²

Pode entregar sua munição ao Tenente Torres em Bella-Flor.

Sou com estima e consideração etc.”

O Commandante da praça de Porto-Rico – era o General Pando, quasi sitiado pelas forças ao commando do Cel. Brandão.

Agora, a interessante carta apprehendida por Plácido, que o General Pando dirigiu ao seu amigo e que explica o interesse do mesmo pelos bolivianos.

Palestina, 7 de Junio de 1903.

Sor Mayor

Felinto Alcino Braga Cavalcante

Empresa.

Debo marchar luego a la residencia del Gobierno de mi patria y me corresponde expresarle, con mi personal simpatia, la satisfacion que llevo á la Paz por el hecho de la pacificacion del Acre.

Tendré interés en adquirir noticias referentes a los progresos de su carrera y me será grato enviarle mi retrato desde Bolivia, como testimonio de mi estimación.

De V. Atenta Servidor y amigo. – (a.) *José M. Pando*.

12 Por que essa preocupação de fazer o General Pando sabedor de que o General Olimpio déra ordem para os acreanos retirarem-se da sua presença, satisfazendo assim o desejo expresso no officio dirigido a Plácido pelo Coronel Germán Cortés?...

Para completar o assumpto que já me parece sufficientemente elucidado, transcrevo mais o que diz o Cel. Azcui, pag. 262:

“... La oficialidad del Batallon Murillo hizo al Jefe brasileiro demonstraciones de cariñosa cultura y en las expansiones de fraternal camaraderia – el Mayor Gómez de Castro manifesto su contrariedad por el incorrecto proceder del Baron de Rio Branco, que solapadamente hostilizaba a nuestra patria y que, en proteccion a los facciosos habia dado reiteradas órdenes al General Silveira para que no se les toque y mas bien se les ayude em su empeño, con armas, municiones y soldados del Ejercito Federal, cuidando tan solo de que estos vayan al campo de lucha distrazados de acreanos; *instrucciones que habia rechazado el General Silveira*, por ser contrarias a la buena fé que demostrára su nación en todos los pactos internacionales, al contrario deseoso de mantener la tranquilidad en la zona ocupada, obligo a Gentil Norberto a suspender el reclutamento forzoso que hacia en algunos centros a la sombra de la autoridad federal; que la paz y tranquilidad del Acre estaba pendiente de la aceptación de nuestra cancilleria de las exigencias de la suya, pues en ningun caso el Gobierno y pueblo brasileiros permitirian que ésa zona vuelva a poder de su dueño.”

Si o Major Gomes de Castro, que foi dos que rodeavam o General Olympio, o que menos hostilisou a revolução – disse isso, imagine-se o que não diriam ou fariam os outros...

Como explicariam esses officiaes brasileiros a hostilidade que iniciaram logo contra Plácido e a amizade que cultivavam com os chefes bolivianos...

* * *

La Gaceta Del Norte, de Riberalta, Bolivia, publicou a 10 de Setembro de 1903, a interessante corres-

pondencia de um boliviano que esteve entre as forças do General Olympio da Silveira, como espião a meu ver, e que reforça as conjecturas a que dão lugar os precedentes documentos.

Sr. N. N.

Riberalta

Até que enfim aqui estou de regresso, depois de haver percorrido 110 leguas a pé e 20 montado. A distancia deste ponto á Empreza é de 65 leguas.

Caminho – D’aqui a “Exaltação” ha uma legua de caminho estreito e tortuoso. De “Exaltação” a “Genechiquiá”, seis leguas, – aberto pelo Sr. Arauz. Indubitavelmente é a melhor secção de todo o trajecto: Tem 5 metros de largura, toda sobre terrenos altos e firmes, magnificamente traçado e perfeitamente deslocado; é uma obra que honra o seu autor, recommendando a competencia technica de quem dirigio a construção de tão perfeito caminho. Como desde que foi concluído, ha mais de anno, ainda não foi transitado, quando fui estava um pouco tomado pela vegetação que já attingia a mais de um metro de altura. Lamentei o abandono em que ficára tão formoso caminho, o melhor de toda a selva do Oriente boliviano, que eu conhecia. Quando regressei, porém, tive o prazer de vel-o limpo numa extensão de duas e meia leguas, de *Genechiquia* para cá, por ordem do Sr. Nicolas Suarez. O resto do caminho continua invadido pela vegetação e penso que você deve influir ahi para que se proceda á limpeza do resto do caminho. Por exemplo: Dar ordem aos jovens Mariaca, que residem em *Genechiquia* com uns dez homens, ou melhor ainda, o Sr. Nicanor G. Salvatierra, que tem grande pessoal e que

nenhum serviço prestou ao paiz, para que executem esse trabalho. Com vinte homens, em uma semana o farão perfeitamente.

De “Palestina” a Santa Rosa, o caminho é bom: com 2 metros de largura e solidas pontes sobre os igarapés que atravessa, uma das quaes, a do *Curichon* tem 150 metros de extensão e a do Rhin, 40. Ambas foram destruidas pelos brasileiros, mas reconstruidas immediatamente pelo nosso excellente e querido amigo Vilajoli. Distancia, 17 leguas.

Do *Abunan*, segue-se por uma picada estreita e tortuosa durante cinco leguas, até encontrar o caminho dos brasileiros, uma legua antes do *Rapirran*. Da junção dos caminhos até á barraca *Tambaquy*, vai-se relativamente com largueza, pois o caminho dos brasileiros é um *pi-que* limpo, medindo na maior extensão 0m,50 de largura; em partes chegando a um metro. Os igarapés, na sua maior parte, têm pontes rusticas. – 11 leguas.

Perto de *Tambaquy* entra-se no famoso caminho do Governo brasileiro, que vae desse ponto até *Morada Nova*, duas leguas antes da *Empresa*, com a extensão de 11 leguas. Este caminho, um verdadeiro aleijão, foi construido pelas tropas do General Silveira (Olympio) sob a direcção da sua officialidade. Em alguns trechos tem 4 metros de largura, em outros 3, e noutros, 2; é summamente tortuoso; em suas 11 leguas de extensão não vi uma tangente de 200 metros. Nada mais é do que uma bem tortuosa *estrada de seringueiro*, alargada. As seringueiras foram cortadas 0m,20 acima do solo ou pouco mais, a 0m,30 e até a 0m,40; os arbustos, a 0m,8 e a 0m,10. Assim é que o pobre viandante marcha sobre espinhos, rasgando o calçado, quando não é a sola dos pés. Meus sapatos ficaram em

frangalhos e o meu pagem teve 203 avarias nos pés. Indubitavelmente, o caminho aberto pelo nosso amigo Vilajoli, embora mais estreito, é muito mais commodo e limpo que o do General brasileiro. O caminho do nosso distincto amigo Sr. Arauz, quando recém-aberto, deveria estar para esse na mesma relação que uma avenida de Washington está para uma rua de Potosi (para não dizer de La Paz). Quão pobrementemente aquelle caminho abona a capacidade technica dos officiaes que o construíram!...

As duas ultimas leguas da *Empresa* rivalisam com a senda que liga o *Rapirran* a “*Gavião*”.

*Em Empresa:*¹³ *Tive a desgraça de não encontrar o General Silveira, nem Braga Cavalcante, nem Gomes de Castro. Os primeiros se haviam recolhido ao Rio e o ultimo estava em Manãos. O unico que encontrei na Empresa foi o Coronel Cunha Mattos, ex-Commandante do 15º Batalhão e actual Governador do Acre, que me recebeu friamente.*

Por informações, soube que Plácido de Castro é esperado no Acre, mas em character particular e pacífico, segundo me garantiram. (O médico de que falei, batendo com a lingua nos dentes, deixou escapar que Plácido de Castro volta como Governador do Acre Septentrional enquanto Cunha Mattos passará a governar o Acre Meridional).

Sabia-se que os peruanos haviam feito sérias e consideraveis invasões militares no Purús, em territorio

13 Griphado por mim para chamar a atenção do leitor para o prestigio de que o General Olympio e aquelles officiaes gozavam em Bolívia...

incontestavelmente brasileiro, e que não seria de estranhar que as forças passassem da campanha do Acre contra a Bolívia, para a do Purús, contra o Perú. Dizendo-lhe eu que o povo do Acre estava alarmado com a volta de Castro porque suppunha-se que elle viesse continuar a guerra, elle (o medico cujo nome foi occulto nas reticencias acima) me garantiu que não havia perigo de nova guerra no Acre e que em nome do Governador eu poderia tranquillisar os trabalhadores que desejassem voltar aos seus afazeres.

Agora vamos ás minhas observações pessoais:

As forças no Acre montam a 1.400 homens: — 1.000 na *Empresa* e *Volta da Empresa* e 400 em *Porto Acre*. Tiveram 400 baixas: 120 mortos e o restante, enfermos, que foram obrigados a remetter para Manáos. Ha o 15º, 27º, 36º e 40º batalhões e o 4º de artilharia, que dispõem apenas de tres medicos.

Na *Empresa*, *Volta da Empresa* e na margem em frente a esta, ha uma profusão de canhões de montanha e de metralhadoras bem conservadas. São posições inexpugnáveis, graças a esses armamentos. Em igual condição deve estar Porto Acre. Ha lugares em que a cada 50 metros ha um canhão ou uma metralhadora, alternados. Ha uma desorganização palmar nas tropas e uma indisciplina e impericia militar verdadeiramente surprehendentes. Vi manobrem duas companhias do 15º, que fôra commandado pelo Governador actual, e não exagero dizendo que a quinta parte dos soldados ignorava os mais rudementares conhecimentos do soldado, pois, á voz de volver á direita, muitos volviam à esquerda, sobretudo os dos extremos. Em marcha, muitos pisavam os calcanhares dos outros, não sabiam marchar militarmente!... Eram soldados de linha, tropas do Exercito Federal!...

Que immensa, que notavel differença ha entre esses soldados maltrapilhos e desuniformisados no trajo e nas attitudes e os nossos do 1º (que foram os que vi). A mesma que existe entre um recruta e um veterano...

Só ha telegrapho até Manáos. Fizeram uma tentativa de o estender até o Acre e com esse objectivo puzeram cem homens a trabalhar na floresta, dos quaes pereceram logo oitenta e o trabalho foi suspenso.

As communicações entre o Rio e a *Empresa* são tão morosas e irregulares como as nossas de *La Paz* a *Riberalta*, ou mais ainda. Gastam dois meses a chegar, e ha casos de communicações impressas officiaes serem despachadas no Rio em Abril e chegarem a *Empresa* em agosto, ou a bagatela de quatro mezes!...

Agora, ouça: Segundo o meu leal modo de vêr, o Acre está todo absoluta e definitivamente perdido para a Bolivia.

Dada mesmo a hypothese pouco provavel da questão ser submettida a arbitragem e resolvida a nosso favor, devolvendo-nos esse elephante branco, *esse triumpho seria uma desgraça para a Bolivia* porque teriamos então que implantar novamente nossa administração e soberania nesse inferno; e o unico meio de tornal-as effectivas e perduráveis seria eliminar todo o elemento brasileiro do Acre. Isso seria desalojar 20 ou 25 mil habitantes que povoam o rio da borracha, que ficaria inteiramente deserto. O que tem acontecido no Acre estes ultimos annos e o conhecimento que adquiri do povo brasileiro, me autorizam a dizer que emquanto houver um filho do Brasil no Acre, será elle um revolucionario que, surda ou abertamente, conspirará contra a soberania boliviana.

Todos os povoadores do nefasto rio são brasileiros, dizia eu, e sabe o que me disse um bem installado e

influente proprietario do Acre? É simplesmente horrivel: “Faz 16 annos que em companhia de 40 ou 50 homens vim para este lugar, e desses já desappareceram 80%. E o que aconteceu aqui aconteceu em todo o Acre. Orçamos hoje em 25 mil, mas somos o remanescente de um avultado numero. Nada menos de 150.000 pereceram nestes 18 ou 20 annos que trabalhamos aqui. Todo o Acre é um cemiterio, e não conheço um só dos povoadores antigos que ainda conserve a saude. Ninguem se adapta ao clima do Acre, jámais. Hoje temos uma apparencia sadia, mas vem o inverno, a estação chuvosa, e todos adoecemos. – Ah! O Acre é um cemiterio e um purgatório” – accrescentou o meu interlocutor passando a mão pela fronte descorada e cerrando os olhos como para affastar de si a recordação de um passado de luctas que o aterravam.

– Realmente, repliquei depois de um curto e angustioso silencio: “si nós temos direitos geographicos sobre o Acre, os senhores teem innegavelmente grandes direitos moraes” – Essa é a verdade.

O Acre está perdido e não nos convem readquiril-o, porque seria recommençar uma lucta impossivel e inutil. Si até o presente nos tem custado tão avultados sacrificios, muito maiores nos custará para o futuro, e depois de haver corrido muito sangue, extenuados e impotentes teremos que abandonal-o, porque as campanhas do Acre para a Bolivia são as mais cruentas que conheço na historia dos povos: Nada ha que se compare a ellas, nem mesmo a heroica e sublime campanha dos *boers*. Isso é reconhecido e admirado pelos proprios brasileiros. Os *boers* luctavam no lugar em que nasceram, respirando o ar sadio que desde o berço respiravam; conheciam todos os recursos locais, todos os esconderijos, encruzilhadas, colinas e vales do território que tão valentemente defen-

deram; defendiam o que de mais sagrado tinham sobre a terra: o lar, a propriedade, o solo sagrado onde descansavam os seus avós; e o mundo inteiro os applaudia e admirava, e elles o sabiam; até os astros lhes sorriam em as noites de insomnia e de vigilia...

Ah! E os nossos? Tinham que deixar a mãe, a esposa, a noiva, tudo o que lhes pudesse sorrir nesta vida amarga e ascender os planaltos frios, os cumes nevados, a pé, com a pesada mochila ás costas, por leguas e leguas, subindo e descendo serranias, por caminhos de cabras, por terríveis desfiladeiros, atravessando torrentes na época das enchurradas, molhados pela chuva e atolados na lama. E isso por mais de cem leguas, sempre a pé, descansando pouco, dormindo mal e muitas vezes sobre a lama, até chegarem estropiados, aniquilados mas sempre com o brio do mais acendrado patriotismo, – ao primeiro porto do *Beni*. Dahi, seguirem dias e dias navegando sob um sol abrasador, devorado pelos mosquitos e *piuns*, sob outros céos inclementes, com alimentação muito differente da costumeira, e sempre, sempre para diante. Depois de mezes de uma terrifica viagem, chegados á margem do Orton, a peor das travessias os espera: quarenta ou cinqüenta leguas de floresta por veredas tortuosas e estreitas, mergulhados numa atmospherá abrasada por um sol candente, impregnada de miasmas pestilenciaes que negaceiam o homem como a pantera a sua presa; onde reinam as febres malignas e á medida que se avança para o Acre – o tremendo e mortal beriberi¹⁴ e recém-chegados alli, na região mais mortifera do mundo, affrontar o inimigo humano, muito mais numeroso e

14 Foi nesse Acre mortifero, nesse purgatorio, nesse inferno, que Plácido implantou a sua autoridade, creando o “Estado Independente do Acre”, – livre e futuroso – hoje “Territorio do Acre” – *escravo e decadente!*

poderoso (dez brasileiros para um boliviano), providos de magnificos canhões e de boas metralhadoras, como estão agora... Diga-me si conhece na historia das guerras uma campanha igual!...

Oh! O Acre quanto nos custa! Pelo menos seis milhões de bolivianos, mil vidas preciosas e um sem numero de sacrificios diversos. E quanto nos tem dado? Quando muito um milhão de bolivianos.

Que venha uma compensação territorial; a estrada de ferro Madeira-Mamoré; um porto no rio Paraguay; qualquer cousa e que se fique o malfadado Acre.

Soube que o Major Gomes de Castro que esteve em “Palestina” fazendo-lhes uma visita e que viu manobrar nosso bizarro batalhão, levou ao Acre gratissimas impressões do acolhimento que teve dos nossos e seguramente ficou admirado da disciplina, bizarria e pericia dos nossos soldados e da cultura, compostura e apparencia dos distinctissimos chefes e officiaes do 1º, que causariam inveja e assombro ás tropas federaes do Brasil, pelo menos si todas são como as que vi na Empresa.

.....

N.N.

* * *

Para contrabalançar o juizo que o intelligente e culto espião boliviano faz da disciplina do Exercito brasileiro, transcrevo uma carta de um official desse Exercito a Plácido externando-se sobre a disciplina acreana:

Bordo do Vapor Ajuricaba, em 8 de janeiro de 1904.

Sr. Coronel Plácido de Castro, D. D. Governador do Acre Meridional.

O exemplar comportamento que teve o vosso pessoal, que serviu á minha disposição durante o periodo em que commandei a fronteira do Tahuamano me obriga a chamar vossa attenção para elle que sempre e da melhor bôa vontade fazia o serviço que lhe era determinado.

Como sabeis, na época actual em que os caminhos tornam-se quasi intransitaveis devido ás grandes alagações dos terrenos marginaes dos rios, é por demais penoso o serviço de correios em que era empregado esse pessoal e no que notei sempre alegria quando isto lhe era determinado.

Affirmo-vos que tendes¹⁵ *disciplinadissimos soldados* aos quaes nunca tive occasião de fazer a menor observação e que são dignos e capazes de concorrerem com os dos exercitos mais disciplinados e supportarem as mais arduas campanhas.

Saude e fraternidade.

(a.) *João Paula de Miranda Nunes*, Alferes.

* * *

O Coronel Azcui mais de uma vez refere-se a fuzilamentos praticados pelas forças acreanas ao mando do Coronel José Galdino. Não encontrei documento algum que leve a admittir uma tal pratica entre os acreanos; ao contrario, mais de uma vez Plácido recrimina essa medida adoptada pelos seus contendores.

15 O grypho é meu.

Os documentos que se seguem provam, com confissão do proprio autor de “Campañas del Acre”, que entre os bolivianos era mais facil fuzilar meia duzia de prisioneiros inermes do que *incendiar um rancho*, que outra cousa não eram as casas daquella região, em 1902.

Nº 18 – Cuerpo Directivo de Operaciones en el Alto-Acre Porvenir Diciembre 4 de 1902.

Al Capitan F. Ramon y Sr. Arturo Laurence

Costa-Rica

Señores:

Inmediatamente de que llegue a esa el preso desertor Jesus Montero, que deben remitirle del Establecimiento “Carmen”, sirvase remitirlo a esta para juzgarlo conforme a las leyes indicadas en el codigo militar.

Aunque creo que Uds. deben saber noticias que transmiten del *Carmen*, no és por demas repetirles:

De La Paz vienen 1000 hombres – de Santa Cruz – 400, que deben estar proximos de Ribeiralta para la defensa de nuestra justa causa; la toma del comboy de municiones por los revolucionarios es falsa; Velarde que llebaba dicho comboy se dió media vuelta del Abuná.

Dios Gur. a Uds.

L. D. Moreira.

J. D. Nabon.

Á margem deste officio, Plácido escreveu: “Carmen era a Bastilha dos desgarrados”.

Á pag. 187 diz o Cel. Azcui, sobre o combate de Costa-Rica:

“Al cuidado del barracon dejaron al Teniente Moisés Artiaga con ocho hombres y la consigna de fusilar a los prisioneros y incendiar la barraca antes de que sea

ocupada pelo inimigo”. E á pagina 189: “El Teniente Arteago a la aproximación del enemigo, fusiló a los prisioneros y abandono a la barraca, sin atreverse a incendiarla, por temer, segun dijo, a los cargos que podiera abrirle el propietario”.

O Coronel Azcui, mais de uma vez, como referi, accusa o Coronel José Galdino de ordenar o fusilamento de prisioneiros bolivianos, entretanto as linhas que transcrevi não deixam a menor duvida sobre a facilidade com que essa medida excepcional era posta em pratica pelos seus patricios contra os acreanos. É possível que o Coronel José Galdino tenha hombreado com o Dr. Gentil Norberto no terreno do crime, entretanto, não encontrei documento algum que revelasse essa pratica no Exercito acreano, e Plácido a censura em carta que dirigiu ao Dr. Lino Romero, em Porto-Acre, como se póde verificar, e em officio que dirigiu ao Cel. Rojas exprobando assassinos praticados na “Empresa” apoz o combate de 18 de Setembro.

.....

Plácido reconhecido belligerante

O

GOVERNO Federal tudo fez para apagar o nome de Plácido da “Historia do Acre”, apresentando-o mais como um caudilho pernicioso do que como o seu maior auxiliar ou o seu melhor instrumento na conquista daquela vasta região.

No intuito de restabelecer a verdade, de mostrar a felonía do Governo para com o grande patriota, não vacillo em lançar mão dos documentos ao meu alcance. Entre elles, são valiosos os telegrammas que se seguem: o primeiro de 28 de Junho e o segundo de 2 de Julho de 1903.

“Queiroz Gentil. Hoje Ministros Exterior, Guerra, larga conferencia Presidente resolveram incidente. Officiaes hostis serão retirados. Olympio receberá ordens claras energicas terminantes apoiar revolução.

Ministro pede toda reserva não se divulgar escandalo. Manifestações Plácido evitar discursos allusão divergencia. Comprei enviado boliviano declarações, documentos alto valor entreguei Ministro. Mande cinco

contos pagamento. Não convem envolver politica Amazonas questão Acre.

(Ass.) *Alencar.*”

“Communique Queiroz Governo apoia revolução incondicionalmente. Chegada Ministro Guachalla Governo apresentará proposta compra territorio limites decreto Plácido. Caso recusa continuará Guerra. Seguem primeiro vapor armas munições. Recommendo reserva absoluta. Ministro recommenda insistencia augmento Exercito acreano. Fornecerá recursos forem precisos. Qualquer pedido ou noticias gravidade transmitta intermedio Governador aproveitar cifra Alencar.”

Ha ainda um telegramma cifrado que não pude traduzir com segurança na parte final:

“Rio Branco maior empenho sua volta immediata restalecer revolução. Brevemente chegará Guachalla negociar accôrdo. Brasil proporá compra territorio limites seu decreto. Caso recusa continuará revolução até bolivianos acceitarem proposta. Sustente luta tremenda. Ministerio Guerra queria apoiar acto Olympio. Tive recorrer Seabra Glicerio remover difficuldades real. ex. nun. Valladares contribuimos victoria. Ordens seguiram accôrdo seus desejos.”

Esses telegramas são confirmados de modo geral pelo que publico noutro lugar, no qual é destituido o General Olympio do Commando das forças, e são particular e minuciosamente confirmados em cartas que não quiz publicar, mas que opportunamente irão para o Archivo Publico do Rio de Janeiro ou de Porto Alegre. O trecho do discurso proferido pelo Major Gomes de Castro, transcripto pelo Coronel Azcui, e tambem *aproveitado* neste livro, é a confirmação completa deste ultimo telegramma.

Continuemos:

Confidencial.

Commando do 1º Districto Militar.

Manãos, 12 de Novembro de 1903.

Sr. Coronel José Plácido de Castro, Chefe das forças acreanas.

Recebi hontem do Sr. Ministro das Relações Exteriores comunicação muito reservada de que por estes dois ou tres dias será assignado no Rio de Janeiro o tratado com a Bolivia, ficando dentro dos limites do Brasil todo o Acre e, a oeste deste rio, todo o territorio ao norte do paralelo de onze grãos até a fronteira com o Perú.

Diz o mesmo Sr. Ministro que o Governo guarda sobre isso a mais completa reserva, talvez até principios de Dezembro, até que o tratado seja submettido ao Congresso Boliviano, recommendando-me que do conteudo do seu telegramma somente a vós e ao Coronel Cunha Mattos podia dar conhecimento.

Aproveito, pois, a opportunidade para congratullar-me comvosco pela terminação desse litigio, reservando para mais tarde as felicitações a que tendes direito pela parte muito activa que tomastes nessa lucha.

Saude e fraternidade.

Com estima e consideração.

Patro. e Ador.

(Ass.) *Gal. L. A. de Medeiros*

De uma carta do mesmo General, de 6 do mesmo mez, destaco o seguinte: “... Pelas noticias que receberá de successos na bocca dos *Chandless*, verá que talvez tenhamos *turumbamba* feio lá pelo Purús e que os seus preciosos serviços poderão então ser de toda efficacia.

Nada de alterar uma linha ahi, para que o Governo não tenha o menor embarço. Hontem houve a ultima conferencia sobre o Acre e creio que se decidirá, pois o Pinilla, nomeado Ministro do Exterior da Bolivia, já embarcou e recebeu banquete do Rio Branco.

Concorra no que puder para que haja calma no *Chandless* e não se precipitem os acontecimentos, o que pôde tudo prejudicar. Escrevo ao Coronel Siqueira dando-lhe instrucção.” etc.

Commando do 1º Districto Militar.
Manãos, 25 de Junho de 1904.

Secção do Material
Nº 568

Sr. Coronel José Plácido de Castro.

Requisito-vos transporte, por conta do ministerio da Guerra, do porto desta Capital á bocca do Acre, para 571 volumes contendo generos de alimentação que se destinam ás forças expedicionarias do Alto-Purus; bem assim para 110 grelhas, um leme, 4 travessões, uma engrenagem e um eixo que tambem se destinam ao Alto-Purus.

Saude e fraternidade.

(Ass.) *Gral. L. A. de Medeiros.*

Juizo Federal da Secção do Estado do Amazonas

Manãos, 23 de Julho de 1903.

Illm. Sr. Coronel Plácido de Castro.

Por este meu acto ficará V. S. nomeado depositario da lancha “Mãi d’Agua” que vos será entregue pelo Illm. Sr. Coronel Siqueira de Menezes, não podendo V. S. fazer entrega da lancha a outra pessoa que não seja o Juiz Seccional da Secção do Amazonas.

O Juiz Seccional em exercicio, (ass.) *Alfredo Alves Sampaio.*

* * *

Commando em Chefe das Forças de occupação, Quartel General na Praça da Empresa, 5 de Novembro de 1903.

Ao Ex^{mo} Sr. Coronel José Plácido de Castro, D. Governador do Acre Meridional.

Scientifico á V. Ex^a que em seu officio sob nº 94 de 24 de setembro ultimo, o Sr. General de Brigada Luiz Antonio de Medeiros, Commandante do 1º Districto Militar, communicou-me haver sido nomeado Governador do Acre Septemtrional, ficando eu servindo de seu delegado e Commandante-em-Chefe das forças, com plena autoridade para deliberar. Ainda o mesmo Sr. General deu-me ordem para, na primeira oportunidade fazer recolher a Manãos os batalhões 4º de Artilharia e 27º de Infantaria.

Saude e Fraternidade. – (ass.) *Coronel Raphael Augusto da Cunha Mattos*, Commandante em Chefe.

PLACIDO TOMA PROVIDENCIAS SOBRE A
INVASÃO PERUANA, NO CHANDLESS

Empresa, 7 de Novembro de 1903.

Ex^{mo} Sr. Coronel José Ferreira de Araujo

Liberdade – Alto-Purus.

Acabo de ter conhecimento por intermedio dos Srs. José Jorge Rangel e Emilio Tavares de Gouveia Barreto, da conducta que tivessem com os peruanos invasores desse pedaço do territorio patrio.

Penso que a vossa conducta foi a que se impunha pelos factos. Julgo, porém, que enquanto não estiver resolvido esse problema deveis usar de toda a precaução possivel, concentrar toda força de que possaes dispor no ponto que julgardes mais estrategico e conservar piquetes avançados, pelo menos sufficientes para obstar qualquer surpresa. Deveis fazer prender incontinenti todo peruano capaz de dirigir uma acção militar ou de prestigio capaz de arregimentar outros para esse fim. Nenhuma das minhas lanchas se acha aqui, de sorte que sómente em dezembro vos podereis ser util em caso de precisar o emprego da força.

Deveis fazer um rateio com os visinhos no sentido de fornecerem as mercadorias para a força do vosso commando, de forma que o

serviço de abastecimento seja mantido, pelo menos, até dezembro, e eu vos ajudarei pecuniariamente, também.

O que convém, sobretudo, é manter a todo o transe a posição que assumistes e tão depressa permittam-me as circumstancias la irei pessoalmente.

Nesta data forneço ao Sr. José Jorge Rangel alguns recursos para ir até Manáos.

De V. S. Am^o e Ob^o – (ass.) *Plácido de Castro*.

N^o 580.

Quartel General do Commando-em-Chefe das Forças de occupação e Delegacia do Governo Militar do Acre Septentrional – Empresa, 3 de Fevereiro de 1904.

Ex^{mo} Sr. Coronel José Plácido de Castro, Digno Governador do Acre Meridional.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que havendo-se aggravado os meus encommodos de saude, e não podendo por isso continuar á testa das forças de occupação deste territorio, passo o commando das mesmas forças ao Sr. Tenente-Coronel Febronio de Brito, Commandante do 15^o Batalhão de Infantaria. Desnecessario será affirmar que ao retirar-me bem a contra gosto para Manáos, espero que V. Ex^a me dispensará as faltas que por ventura houvesse eu commettido durante a minha modesta administração, quando nada, em attenção aos ardentes desejos que sempre alimentei de manter com o intrepido chefe acreano as mais cordeaes relações de amisade, consideração e respeito; não sendo menos certo que não só do mesmo Illustre Chefe como também dos seus bravos commandados, levo as mais saudosas e gratas recordações.

Saude e Fraternidade. – (ass.) *Coronel Raphael Augusto da Cunha Mattos*, Commandante-em-Chefe.

Nº 587 – Delegacia do Governo Militar do Acre Septentrional e Commando em Chefe das Forças de ocupação – Quartel General na Empresa, 5 de fevereiro de 1904.

Ao Sr. Coronel José Plácido de Castro, Commandante em Chefe das Forças Revolucionarias do Acre Meridional.

Havendo-se retirado para Manáos por motivo de sua precária saude, o Sr. Coronel Raphael Augusto da Cunha Mattos, passou-me, em 3 do corrente, os cargos da autoridade que aqui exercia.

Cumprindo o dever de comunicar-vos que me acho na investidura, pelo imperio das circumstancias, dos cargos alludidos, tenho satisfação em declarar-vos que este commando nutre a melhor disposição no sentido de cumprir e bem interpretar todas as ordens do Governo, no que se relaciona com a materia que determina a occupação militar deste territorio.

Significo-vos os meus protestos de estima e Consideração. –
(ass.) *Febronio de Brito*, Tnte. Coronel.

* * *

A transcripção desses documentos me parece mais do que bastante para convencer o leitor de que o Governo brasileiro encampou a Revolução Acreana, envidando todos os esforços para restabelecer a situação que o General Olympio da Silveira encontrara no Acre, e que por falta de comprehensão do seu papel, havia modificado de modo favoravel á Bolivia. E, ainda mais, que durante esse tempo, Plácido era tratado com verdadeiro carinho pelo Governo Federal que pela bocca do Barão do Rio Branco dizia precisar dos serviços do chefe acreano, pedindo-lhe que voltasse ao seu posto e intensificasse a guerra contra a Bolivia.

Sem a victoria acreana o nosso *chancellor* nada teria conseguido, porque não se meteria em uma guerra de conquista contra a Bolivia, *que vendeu ao Brasil uma joia perdida*, como bem diz, noutros termos, o ferido espião boliviano.

Nesse tempo, Plácido era *ouvido e cheirado* sobre tudo, no sentido de amparar os *direitos* do Brasil...

.....

Suprema injuria

O

QUE FOI a campanha do Acre para seu dirigente, bem poucas pessoas poderão avaliar; talvez ninguém, nem mesmo eu, que a julgo pelos documentos que encontrei, e pelos factos de que fui sabedor durante o tempo que privei no Acre com alguns dos seus esforçados auxiliares na guerra. Plácido não tinha repouso: — Com a nitida compreensão da sua grande responsabilidade e conhecedor da absoluta ignorancia militar dos seus companheiros de jornada, superintendia tudo, em toda a região conflagrada.

Basta que se diga, para avaliar a sua actividade, que só em correspondência de forma epistolar, escreveu cerca de duas mil paginas registradas em copiadores, durante um anno e pouco, e que durante toda a campanha o seu estado de saude foi sempre precário, ás vezes assustador, fazendo-se transportar em rêde durante terriveis accessos febris a fim de, pela rapidez de movimentos, surprehender o inimigo ou manter a iniciativa nos combates.

Nos 15 dias que mediaram entre a derrota inicial que soffreu na Volta da Empresa e o ataque que dirigiu contra as posições fortificadas do Coronel Rojas, no mesmo local, Plácido não dormiu nem repousou senão furtivamente, num continuo trabalho de recrutamento e procurando reanimar os seus companheiros descoroçados por aquella estréa adver-

sa. Dez dias depois da derrota, elle já ameaçava o inimigo em suas trincheiras com um *exercito* de 150 homens, recrutado e instruido, rudimentarmente, por elle, desenvolvendo uma actividade assombrosa, não obstante repetidos e violentos accessos de febre palustre.

Plácido foi politico, soldado, engenheiro e legislador.

Como político, deu solução immediata e completa á questão do Acre, desde o primeiro momento, proclamando-o independente e traçando as suas fronteiras de accôrdo com as do Brasil e Perú.

Como soldado, organisou e instruiu o seu improvisado mas disciplinado Exercito: foi estrategista na fixação das fronteiras com a Bolivia e na occupação militar dos seus pontos mais importantes, na invasão desse paiz, na abertura de caminhos no teatro da guerra, no plano geral de campanha, no aproveitamento dos poucos recursos de guerra existentes na região, na solução do problema de abastecimento de suas tropas atravez de caminhos rudimentares, etc., e foi tactico, até na escolha de vestuário e na adopção do *jamaxi*¹⁶ para os seus soldados; na solução do problema de neutralização do effeito das emboscadas, inevitáveis naquella região; no aproveitamento do terreno, etc.

Seis meses depois de proclamado o Estado Independente do Acre, Plácido já havia vencido todas as guarnições bolivianas e batido diversas forças irregulares; tinha organizado uma carta geographica do Acre para uso de revolução, aberto caminhos ligando os principiaes pontos estratégicos; organizado uma regular flotilha de guerra; fixado as fronteiras do estado, já livre de forças bolivianas; tinha organizado o estado, adoptando as leis brasileiras, etc. E quando foi assignado o *modus-vivendi* estava no Orton, no quinto dia de combate, com o General Pando quasi sitiado.

Trahido pelo General Olympio da Silveira, procedeu de modo a não crear embaraços ao Governo Federal: dissolveu o seu Exercito e retirou-se do Acre.

Instado pelo Barão do Rio Branco para retomar o seu posto, limitou-se a restabelecer o exercito em pé de guerra para justificar a intervenção do Brasil e para a eventualidade de uma acção militar contra o

16 *Jamaxi* – especie de mochila feita de cipó, usada naquellas paragens.

Perú, passando o Governo ao Coronel Simplicio Costa, desde o momento de sua reconducção, mas agindo sempre com a maxima dedicação e actividade no sentido de bem servir á Patria.

Assignado o Tratado de Petropolis veio ao Rio, prestar contas da sua gestão no Acre, visto que o Governo havia encampado a revolução e durante os dias que aqui esteve trabalhou incessantemente informando papeis que o Barão de Rio Branco lhe mandava sobre indemnizações reclamadas do Brasil e de Bolivia por alguns estrangeiros residentes no Acre. E tudo isso, em precarissimo estado de saude, desde o inicio da campanha.

Pois bem:

Quando estava para retirar-se desta capital, foi surprehendido pela visita de um emissario do Governo Federal que lhe communicou que em recompensa aos seus grandes serviços á patria ia ser nomeado Coronel da Guarda Nacional!!!...

* * *

Necessario é que se tenha presente o que a esse tempo significava o officialato dessa instituição; ella batia por então o apogeo do ridiculo e do desprestigio.

Plácido foi, felizmente, bem inspirado na maneira por que repelliu a “suprema injuria”, como a denominou quando me referiu o caso: – “Diga ao Dr. Rodrigues Alves que muito agradeço a sua bondade, mas que não tenho direito a honra com que me quer distinguir. Os postos da Guarda Nacional são privativos dos cabos eleitoraes e não lhes quero disputar o privilegio. Fizemos a revolução por conta propria, não temos direito a recompensas”...

.....

Prefeitura do Alto Acre

Relatorio apresentado ao Ex^{mo} Sr. Dr.
Augusto Tavares de Lyra,
DD. Ministro da Justiça, por
J. Plácido de Castro,
Prefeito Interino – 1906 – 1907

E

RELATORIO DO PREFEITO INTERINO

EX^{MO} Sr. Ministro. – Em obediencia aos deveres inherentes ao nosso cargo, vimos prestar conta dos factos mais dignos de reparo, occorridos durante o nosso periodo administrativo, de Julho do anno findo a esta data e, ao mesmo tempo, lembrar ao esclarecido espirito de V. Ex^a as medidas que se nos afiguram de grande necessidade para o desenvolvimento e prosperidade do departamento que temos administrado.

A 24 de Julho do anno próximo passado, assumimos o governo interino desta prefeitura, o qual nos foi confiado pelo Prefeito interino Major João de Oliveira Rôla, que por motivo de molestia teve de se retirar deste territorio; e de então para cá todos os nossos esforços convergiram para um fim exclusivamente de defesa dos interesses da União e do povo acreano.

Proprietario e residente neste departamento ao qual estamos tão intimamente ligado pelos proprios dias de amarguras e crueis incertezas por que passamos, não escrevemos este modesto relatorio simplesmente dictado por uma imposição de lei, senão tambem no intuito de prestar a esta região o relevante serviço de fazer conhecer, ainda que de maneira assás succinta, os seus costumes, a sua industria, o seu estado actual de desenvolvimento, e, até, as suas justissimas recriminações pela maneira por que teem sido tratados os seus habitantes, desde a installação da prefeitura até hoje.

Ao contrario da trilha habitualmente seguida pelos prefeitos do Territorio do Acre em seus relatorios, da descriminação em phrases bombasticas do desenvolvimento surprehendente das prefeituras a seu cargo – as cidades construidas em pouco tempo, a instruccão disseminada pela população. etc., ao envez das referencias entusiastas aos tantos melhoramentos que fizeram durante o tempo que supportaram “impelidos pelo patriotismo, o peso de tão alto posto”, deixaremos que se veja “a nudez forte da verdade”, o abandono extremo a que foram atirados, pela incuria de uns e pela deshonestidade de outros, os interesses da União; a depredação das suas rendas, a incapacidade administrativa de seus representantes.

Pouco fizemos, mas, ao menos, conseguimos manter os principios da segurança e liberdade publicas, até então constantemente menosprezados. Tanto diremos da ordem publica que se manteve sem a menor alteração, devido exclusivamente á boa vontade da população que, a despeito dos múltiplos boatos espalhados em Manáos e dahi por todo o Paiz, de graves movimentos revolucionarios, não desmentio os seus fóros de povo ordeiro.

Não fôra a pacatez extrema dos habitantes do Acre, e certamente teriam perecido, sob a impetuosidade de sua indomita colera, os autores dos bárbaros espancamentos dos infelizes deportados, alguns impiedosamente mortos a vergastadas durante a administração do Dr. Acauã Ribeiro, e enterrados com os diagnosticos disfarçados de um medico ao serviço infamante das autoridades policiaes.

Occorre-nos á memoria neste momento a Cisplatina de outr’ora, arrancada a nossa communhão pelos erros da politica imperial,

que entendia ser a tyrannia o meio de manter a cohesão politica dos povos. Com a Cisplatina tem o Acre de hoje profundissima semelhança.

A franqueza e a sinceridade de nossa linguagem, não traduzem de modo algum a preocupação de desconsiderar o Governo de nosso paiz; tão pouco significam uma ameaça velada.

A nossa responsabilidade nos destinos do Acre nos impelle a arrostar com as consequencias que muita vez acarreta a proclamação da verdade, e assim diremos em linguagem clara e segura o que muitos apenas ousam pensar em silencio.

Convenha V. Ex^a em que para ninguém é mais doloroso do que para nós vir dizer ao paiz que na qualidade de colonos do estrangeiro, cujo jugo sacudimos, tinhamos mais direitos do que temos hoje na communhão brasileira! Eramos nomeados para os empregos publicos. Tinhamos direito de voto embora não nos utilizassemos delle, porque antes de tudo eramos brasileiros; a nossa borracha, que constitue a nossa opulencia e que tem sido, talvez, a causa dos nossos soffrimentos, como o ouro foi a da desgraça do Transwaal, era taxada em 15%, com promessa a ser baixada a 12%, como é actualmente na Bolivia, e a nossa importação pagava apenas 15% *ad-valorem*.

Hoje que estamos sob a dominação da soberania brasileira, não temos direito de voto, nem tribunal, nem *habeas-corpus*, e por conseguinte não temos existencia politica na communhão nacional; o nosso producto de exportação paga 23% de imposto, os impostos de industrias e profissões são cobrados sem regulamentação especial, e, além de tudo, transformada a região dos nossos lares em um *corpo de Guarda*, cujos commandantes se succedem sem ao menos deixar o *rol dos utensilios* a seu cargo.

Arredados de todas as posições officiaes, tyrannizados pelos dirigentes de nossos destinos em nome do Governo da República, a nossa lastimavel situação nos traz a idéa de que somos um povo estranho, vencido pela força e cuja indole propensa ás revoltas, aconselhasse excepçionaes medidas de repressão.

Travada a luta do Acre com a Bolivia, interveio o Brasil em nome do direito dos acreanos e dos proprios sentimentos de nobreza occultares ao character da nossa nacionalidade, os acreanos se deixaram, então, invadir pela alegria e pela confiança de que seus soffrimentos es-

tavam terminados, e que após tantas incertezas teriam, emfim, de ser recebidos e amparados pelo Governo de sua patria, quaes idolatrados filhos. Esperavam-nos, entretanto, multiplos dissabores: a decepção, o martyrio, o sobresalto da possibilidade da annexação de seus lares queridos ao Estado do Amazonas – o que seria para elles o terrivel epilogo de suas desgraças.

Os acreanos, cujos sentimentos fielmente representamos neste momento, teem consciencia de sua afflictiva situação e sabem que ninguem melhor do que o Dr. Germano Hasslocher expressou as suas condições actuaes, dizendo que o que se vê no Acre “é a exploração da terra e a expoliação do homem.” É este tambem o nosso modo de ver e julgar a situação actual do Acre: entretanto, aquelles que hollverem assistido ao desenrolar dos acontecimentos nesta região, após o Tratado de Petropolis sobretudo ultimamente, durante a nossa administração nesta prefeitura, poderão attestar quão conciliador tem sido o nosso papel, o empenho e difficuldade que temos tido para sopitar os assomos de indignação, as manifestações de dor dos nossos infelizes concidadãos.

Á alta apreciação de V. Ex^a e do Governo da Republica, submettemos a idéa das medidas apontadas no decurso deste relatório, medidas urgentes e inadiaveis, cuja approvação, que esperamos virá demonstrar brilhantemente que a actual administração dos altos negocios nacionaes sabe melhor comprehender o momento politico desta região e os fins que lhe estão destinados no seio da Federação brasileira.

SECRETARIA

Pesa-nos sobremodo que as nossas primeiras palavras sejam a exposição, embora justa, da incuria que caracterizou as primeiras administrações deste departamento.

Era intenção nossa historiar toda a vida official da prefeitura, desde a sua installação até hoje, fazendo dest’arte o Governo de V. Ex^a conhecedor de muitos factos de que está, sabemos nós, completamente alheio, mas compulsando o archivo onde esperavamos encontrar os elementos sufficientes para a feitura de uma resenha delles, surgiram-nos multiplos embarços, avultando entre elles a inexistência de innumerous documentos referentes á administração de alguns prefeitos. Em todo o

caso, á força de muito esmiuçar, conseguimos colligir alguns dados que nos vão servir para as informações que se seguem:

A secretaria da prefeitura, a cujo cargo está affecto todo o serviço publico do departamento, foi creada pelo Coronel Cunha Mattos, em Manãos, ainda quando de viagem para este territorio. Os empregados de então dizia o Coronel Cunha Mattos em seu relatório, eram em numero defficiente e muito mal remunerados, remuneração que não elevára porque, dizia, entre elles havia um seu sobrinho carnal, excesso de zelo que o não privou, entretanto, de despender totalmente a verba da prefeitura.

Se por um lado os empregados eram em pequeno numero para as exigencias do serviço, por outro lado a secretaria os tinha perfeitamente dispensaveis, como um advogado, lugar de manifesta inutilidade, uma vez que as questões suscitadas pela prefeitura ou propostas contra ella correm em fôro especial .

Passaram-se as administrações do Capitão Pratygy e do Dr. Acauã Ribeiro sem que, pelo menos, que nos conste, fossem melhoradas as condições da secretaria da prefeitura; só ao assumir o Alferes Pinto Monteiro o exercicio interino de prefeito, foi ella reorganizada por decreto nº 8 de 25 de janeiro do anno proximo passado. Por esse decreto ficou a secretaria transformada em singularissimo ministerio, a cujas secções foram conferidas amplas faculdades, até em materia que entende com os Poderes Legislativo e Judiciário! Havia nessa extraordinaria repartição secções para tudo: para justiça e legislação, registro de rubricas de livros commerciaes, terras e minas, artes e manufacturas, immigração, civilização de indios, etc.!...

Correspondendo a essa *sui-generis* organização, havia uma caterva de desoccupados e somnolentos burocratas, atulhando o recinto da secretaria, sob a direcção de um secretario-geral, cuja ignorancia só desfarçava uma philaucia ridicula e inconcebivel. E a despeito de tudo isto, o Alferes Pinto jactava-se da ordem e boa organização da sua secretaria; entretanto, não tinha ella um protocollo para registro de officios, dirigidos á prefeitura, dando-lhe assim, margem franca para desviar aquelles que lhe não agradassem; os livros de portarias e decretos se achavam viciados com grandes borrões, rasuras e entrelinhas, e até o proprio archi-

vo, que não tinha um catalogo, se achava avassalado por extrema desordem.

Foi este o estado em que o Major João de Oliveira Rôla encontrou a secretaria da prefeitura, com a qual despendiam os cofres públicos para mais de cento e cinquenta contos annualmente.

Dias depois de haver assumido o cargo de prefeito interino, o Major Rola deu-lhe uma organização provisoria de accordo com os poucos recursos da prefeitura sem, todavia, prejudicar a boa marcha do serviço publico, e para tal fim reduzia a quasi um terço o numero de empregados, constituindo então uma secção unica entregue á direcção de um secretario que desde aquella data até hoje tem sido o Dr. Arthur Carneiro Leão de Vasconcellos, o qual tem sabido exercer estas funcções de maneira intelligente e honrosa, correspondendo, assim amplamente á illimitada confiança de que se fez depositario.

Quando assumimos o exercicio interino do nosso cargo, os negocios da secretaria corriam regulares, não se fazendo precisa modificação alguma na organização provisória que lhe dera o nosso antecessor. As necessidades de que ella ainda se resente só poderão desaparecer quando a prefeitura estiver em melhores condições financeiras, e para que V. Ex.^a tenha perfeita consciência da verdade das nossas palavras basta-nos dizer que o funcionalismo publico está, ha um anno, no desembolso dos seus vencimentos.

SÉDE DA PREFEITURA

Provisoriamente installada no lugar denominado Volta da Empresa, depois Villa Rio Branco, ahi se tem mantido até o presente, a sede da prefeitura sem que ninguem até hoje, tendo em consideração as más condições e a natureza do terreno, houvesse dado o menor passo no sentido de transferil-a para um local mais apropriado á edificação de uma cidade. Todos eram unanimes em proclamar a “Volta da Empresa”, como impropria á permanencia da séde da prefeitura; o Coronel Cunha Mattos que a reputava excessivamente insalubre, não trepidou, entretanto, em escolhel-a para servir de sede provisoria, o que fizera, dizia, por motivo de circumstancias imperiosas; mas uma vez desaparecidos os tropeços que encontrara, nada fez para executar o seu plano de remover

a prefeitura para Xapury, medida, ao nosso ver, sem alcance e sem vantagens, dada a extrema difficuldade de navegação e por conseguinte de communicações para aquella cidade durante o periodo de baixa das aguas.

Deixou o Coronel Cunha Mattos o Governo da prefeitura em abril de 1905, substituindo-o um capitão do Exercito cuja administração, neste particular, nada mais foi do que uma continuação da do seu antecessor. Veio, afinal a do Dr. José Marques Acauã Ribeiro, dizendo-se incumbido pelo então Ministro da Justiça e Negocios Interiores de organizar e salvar o Acre, tendo-se feito acompanhar de um *Desembargador* Franklin Washington da Silva e Almeida a quem o mesmo Ministro confiara a missão de salvar o Dr. Acauã.

Um dos primeiros actos do Dr. Acauã foi estabelecer definitivamente a sede da prefeitura, para cujo fim nomeou uma commissão composta do Engenheiro Jayme Coimbra, Dr. J. E. Freire de Carvalho, medico, e Dr. Salvador Rizzo, Medico italiano e Juiz de Districto naquela época. Esta commissão depois de *acurado* exame e na impossibilidade de encontrar talvez, outro local mais improprio e mais insalubre, apresentou o seu *luminoso* parecer escolhendo a malsinada “Volta da Empresa” para estabelecimento definitivo da séde da Prefeitura do Alto Acre. O Dr. Acauã resolveu-se pela opinião dos commissionedos, e logo após foram tomadas as primeiras providencias para a construcção da nova cidade; fizeram o levantamento topographico do lugar, locaram-n’o, mas no papel, confeccionaram plantas e abriram uma picada de 30 metros de largura, a que deram o nome de Avenida Sete de Setembro, despendendo a prefeitura com estes trabalhos, nada menos de 70 contos de réis.

Agora, veja V. Ex^a esta Volta da Empresa ou Villa do Rio Branco é um lugar que, exceptuando pequenos trechos, inunda todos os annos, havendo pontos em que o volume d’agua é tão consideravel, como na tal avenida, que o transito em certas occasiões só pode ser feito em canôas. A mudança da séde da prefeitura é, pois, uma necessidade, e não se poderá objectar que esta transferênci acarreta prejuizos para a União, porque o Governo Federal não tem capitaes empregados na actual Villa Rio Branco, apesar de tão grandes despesas; as duas casas encommendadas pelo ex-Prefeito Dr. Acauã Ribeiro, ainda estão em

Manãos, e tanto importa a União mandal-as transportar para este ou aquelle lugar.

Sendo de necessidade, como já dissemos, a transferencia da séde da prefeitura, entendemos que ella deverá ser installada definitivamente no que denominámos Brazilia, cuja situação V. Ex^a verá da planta junta (Annexo nº 1). Brazilia é um chapadão extenso, situado á margem esquerda do Acre, a 10 kilometros, approximadamente, acima da Villa Rio Branco e pouco abaixo da confluencia do Riosinho.

Todas as condições indispensaveis á edificação de uma cidade estão ahi reunidas.

OBRAS PUBLICAS

A desobstrucção do leito do rio, actualmente interrompido por enormes madeiros, pedras e embarcações naufragadas; a abertura de caminhos terrestres que facilitem não só as communicações entre diversos pontos do departamento durante o tempo de estiagem, senão tambem a entrada de gado *vaccum* procedente da Bolivia, construcção de edificios para funcionamento das repartições publicas, são medidas de capital importancia para o desenvolvimento desta futura região até hoje constantemente sacrificada nas suas justas aspirações, medidas de summa urgencia para as quaes não se dignou ainda o Governo da União volver a sua atenção.

Durante o tempo da Revolução Acreana a imperiosa necessidade de communicações estrategicas levou o Governo de então a fazer ligar por estreitas picadas os pontos mais importantes desta região, por onde transitavam os seus correios, expedições de reconhecimento e, algumas vezes mesmo, a despeito de multiplas difficuldades, forças regulares do Exercito. E uma vez concebido e convenientemente estudado um plano de viação terrestre, ligando o Porto Acre ao Igarapé do Bahia, para logo foi mandado pôr em execução, dando-se começo aos trabalhos simultaneamente da bocca do Riosinho para Capatará e Xapury; deste ponto para a bocca do Riosinho e, finalmente, de Capatará para Santa Rosa, do Abunã.

Ao tempo da assignatura do Tratado de Petropolis, estavam taes trabalhos, uns concluidos como o de Capatará á Santa Rosa, e outros

muitissimo adiantados como o do Riosinho ao Xapury, para cuja conclusão faltavam apenas uns 30 kilometros. Só o caminho da bocca do Riosinho ao Porto Acre não fôra iniciado.

Passando a administração do estado para a União, todos nós esperavamos, por certo, ser recebidos como filhos extremados nos braços maternas, e que ao envez dos soffrimentos e provações com que temos sido mimoseados pelo Governo Federal fosseamos antes carinhosamente satisfeitos em nossas palpitantes necessidades, aspiração – aliás justissima para aquelles que se apresentavam cheios de serviços prestados á Patria na integração de sua fronteira occidental.

Não se satisfez o Governo da Republica com o elevar para 23% o imposto já pesado de 15% sobre o nosso unico producto de exportação – a borracha; mandou cobrar os impostos de industrias e profissões sem previa regulamentação, submettendo-nos, assim, as mesmas taxas a que estão sujeitos os commerciantes da Avenida Central e rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro!

E depois de exhaurir desta maneira, gotta a gotta, o suor deste infeliz povo, nem ao menos lhe garantia a conservação dos caminhos já abertos, os quaes foram, a pouco e pouco se estragando, até se tornarem, como estão hoje muitos delles, absolutamente intransitaveis!

Vieram os prefeitos, legitimos representantes do Governo Federal, e medida alguma util foi tomada no sentido de facilitar as communições entre os pontos povoados do departamento. Para disfarçar sua negligencia em assumpto de tamanha importancia, mandou o primeiro prefeito que administrou este departamento fazer pelo Engenheiro Gastão Lobão o levantamento topographico de um caminho ligando o Acre ao Yaco, aberto pelos habitantes desta região e completado pelo Governo acreano, despendendo a prefeitura com este trabalho manifestamente inutil, cerca de 30 contos de réis. De outro caminho entre Xapury e Costa Rica, na Bolivia, em identicas condições, foi tambem mandado fazer o levantamento topographico pelo mesmo prefeito, mediante o preço de 40 contos de réis, sendo muito de notar que a quasi totalidade deste caminho se acha em territorio boliviano!

Ao deliberar tres medidas, parece-nos, moveu mais o espirito do representante do Governo a idéa lucrativa do que a preocupação de beneficiar o departamento com a bemfeitoria de onde pudesse o povo

auferir vantagens, pois fazer o levantamento de um caminho não é tor-nal-o transitável!

Mas, não ficaram ahí os desastres em assumpto de tão impor-tante ramo da administração publica: succederam-se os contractos para levantamentos topographicos de caminhos e varios trechos do Rio Acre; continuaram os desvios dos dinheiros públicos assim disfarçados, e nem uma utilidade pratica para o departamento. Assim é que, na ges-tão interina do Alferes do Exercito Francisco das Chagas Pinto Monteiro, o caminho ligando o Acre ao Yaco, cuja uma parte já havia consumido 30 contos de réis, foi mandado levantar no trecho restante pelo mesmo Engenheiro Lobão, mediante contracto no valor de 35 contos de réis. Depois, como fosse necessário *levantar* alguma cousa mais, contractou o referido prefeito interino com os Engenheiros Gentil Tristão Norberto e Jayme Coimbra o levantamento dos trechos do Rio Acre comprehen-didos entre Xapury e Riosinbo e deste ponto ao Caquetá, a razão de 120 réis por metro de caminhamento.

É de notar que taes trabalhos tenham sido feitos apenas com uma bussola prismatica de Casella para tomar os angulos e a velocidade de uma canôa, ora no eixo da corrente, ora em remansos, para determi-nar as distancias!...

Releva accrescentar ainda que um dos citados trechos do rio, aquelle comprehendido entre o Riosinho e Caquetá já havia sido anterior-mente levantado pelo Engenheiro Dias dos Santos, na administração Cunha Mattos.

Para V. Ex^a avaliar da precisão deste trabalho talhado sobre os mesmos moldes dos outros dois, basta-nos referir que a distancia entre a bocca do Riosinho e o Forte de Veneza, tendo sido avaliado á vista do trabalho citado em dez mil metros, em linha recta, ultimamente por occasião da abertura do caminho entre estes dois pontos, verificou-se ser pelo leito do caminho de 9.800 metros a despeito das innumer-as voltas impostas pela natureza do terreno. E assim tanto se tem levanta-do este pobre rio que as aguas, no malicioso dizer do povo, já desappa-receram!...

Acabaram-se os levantamentos, mas, como alguma coisa fosse preciso fazer que, revelando actividade, desse tambem sahida ao *dinheiro amontoado nos cofres*, idealizou o ex-Prefeito Pinto um plano de viação que,

a despeito dos contractos com os seus constructores, não conhecemos. Para executal-o, contractou com os Engenheiros Jayme Coimbra e Alberto Armano Ricci a abertura de uma picada – eixo de um futuro varadouro que ligasse Porto Acre ao Xapury mediante pagamento aos referidos engenheiros da importancia de 700 réis por metro corrente. Simultaneamente e com o primeiro daquelles engenheiros, contractou a abertura da parte do alludido varadouro, comprehendida entre a boca do Riosinho e Porto Acre, com 4 metros de largura pela importância de 22\$000 por metro corrente e 97\$700 por metro quadrado de ponte de madeira sobre igarapés, por ventura cortados pelo mesmo varadouro. Considerando que a distancia entre aquelles dois pontos é approximadamente de 100 kilometros, temos que só com este ultimo trabalho se dispoz o ex-Prefeito Pinto Monteiro a despender para mais de 2.200 contos de réis!!... Acrescente-se ainda que a abertura do varadouro abrangendo fatalmente a da picada do eixo, a prefeitura despenderia mais 700 reis por metro corrente ou 70:000\$000 em todo o trecho!

Tendo em vista a exorbitancia de semelhantes contractos que nos pareceram leoninos, e, considerando mais que o ex-Prefeito Pinto Monteiro dentro dos limites de suas attribuições não podia contractar taes trabalhos, uma vez que lhe não havia sido outorgada a permissão pedida ao então Ministro do Interior, em officios desta prefeitura sob n^{os} 372 e 375, de 16 de Janeiro do anno passado, conforme se evidencia do officio desse Ministerio n^o 903 datado de 2 de março do mesmo anno, resolvemos declarar nullos os contractos celebrados com aquelles engenheiros, resolução que tornamos effectiva por decreto n^{os} 13, de 25 de Junho do anno findo (annexo n^o 8).

Antes de terminar esta succinta exposição do que há occorrido neste ramo da administração publica, assumpto de grandissimo interesse para o povo acreano com o apoio do qual fallamos, devemos referir que muito antes de assumir-mos a administração interina deste departamento, nossas atensões se haviam voltado para um estudo de um plano de viação terrestre, que reunindo em si a economia e o máximo aproveitamento para a região, fosse tambem exequivel dentro de pouco tempo e neste sentido organizamos com o valioso auxilio do distincto Engenheiro Armando Ricci o projecto junto e respectivo orçamento (annexos n^{os} 1 e 2).

Delle concluirá V. Ex^a, que com um dispendio relativamente pequeno, poderá a União nos prestar um serviço inestimavel, ligando todos os pontos ribeirinhos importantes á sede da prefeitura, caminho que terá uma extensão de 243 kilometros, dos quaes 57 já estão construídos, caso a séde da administração do departamento seja em Brazilia, como é nosso entender e de 232 na hypothese contraria, isto é, se ella continuar neste pantano onde situaram a Villa Rio Branco; destes, 66 já estão concluidos.

A nossa demonstração orçamentaria mostra claramente que na execução deste plano, gastará o Governo da União 1.001:000\$000. verificada a primeira das hypotheses sobre a séde da prefeitura, trabalho que pela base dos contractos celebrados pelo ex-Prefeito Pinto Monteiro, despenderia cerca de cinco vezes mais. Insistimos sobre a segurança dos algarismos do nosso orçamento, pois foram o resultado de cuidadosos calculos feitos por nós que temos construido e mandado construir quasi todos os caminhos publicos desta região e tambem pelo Dr. Ricci, abalizado engenheiro, que conhece perfeitamente a topographia dos terrenos cortados por este caminho.

Ao demais, estamos perfeitamente certos que os habitantes deste departamento secundarão os esforços dos Poderes Publicos, facilitando todos os meios indispensaveis á execução deste trabalho.

VIAÇÃO FLUVIAL

Durante cinco meses no anno é o rio Acre perfeitamente navegavel, sendo facil o transito ás embarcações a vapor dos mais variados tamanhos; não assim, entretanto no periodo de estiagem, sempre muito longo, durante o qual a viação fluvial se torna impraticavel mesmo ás lanchas de pequeno calado, e algumas vezes, como aconteceu este anno, até ás canôas. Tão grande difficuldade de navegação não é sómente devida á falta de agua, como se poderá suppôr, senão aos multiplos obstaculos creados ora por enormes madeiros, ora por pedras e torrões (rochas friaveis), ora, finalmente, por vapores e lanchas naufragados.

Remover semelhantes embaraços á navegação do rio, facilitando dest'arte ao commercio de toda a região os meios de exportação

aos seus productos e importação de generos de que carece, é medida que está a impor-se com a urgencia das cousas inadiaveis.

Conhecemos e citamos as seguintes embarcações naufragadas: em Capatará, a lancha *Xapury*; no Paraizo, o vapor *Cidade de Marzagão*; na bocca do igarapé da Judia, a lancha *Teffé*; na Gloria, a grande lancha *Redilinda*: em Campina, o vapor *Carlos*, em Entrerios, o vapor *Aripuana*; na Prainha, o vapor *Elias* e sobre este as lanchas *Dilecta* e *Pato*. Estes pontos e outros de que não nos lembramos, constituem passagens perigosissimas onde não raro se dão desastres lamentaveis, como ainda ha pouco tempo aconteceu com os vapores *Cidade do Pará* e *Indio do Brasil*, este ultimo salvo do perigo que o ameaçava unicamente devido á grande pericia do seu commandante.

Além destes pontos de destruição que enumerámos, á mercê dos quaes vemos annualmente entregue a nossa fortuna, outros muitos conhecemos, quasi todos de facilima remoção, e dentre os quaes citamos os que de prompto nos occorrem á memoria, contando-os a partir da boca do Acre: Torrões e Praia do Cemiterio; Torrões do Janáry; Praia de São Felismino; Torrões do Madeirinha; Baixo do Antimary; Praia do Entre Rios; Páo da Lua Nova; Praia Grande do Andirá; Volta de S. Jeronymo; Volta da Gloria: Gameleira; Tres Chalets: Nova Olinda; Torrões do Panorama; Praia do Riosinho; Praia do Gavião; Torrões do Bemfica; Candoia; Corredeira de Capatará: Torrões do Remanso; Apertada Hora; Torrões do Europa; Villa Nova e Praia do Xapury; dahi até o igarapé do Bahia, conquanto sejam as mesmas as condições de navegabilidade, todavia o seu menor povoamento dispensa que o trabalho de desobstrução do rio seja feito com tanta urgencia.

Aproveitamos a oportunidade que se nos offerece para fazer ver a V. Ex^a que esta prefeitura não possui meio algum de transporte, seja terrestre seja fluvial o que acarreta para seus interesses grandes prejuizos. Avalie V. Ex^a que quando se faz mistér seguir uma diligencia para qualquer ponto do departamento, tem a prefeitura de esperar por uma embarcação, e se ha urgencia na medida, vê-se ella obrigada a fretar uma lancha com o que despense no minimo 500\$000 diarios.

Melhor e mais proveitoso seria que a prefeitura possuisse uma lancha apropriada para a navegação deste rio.

INDUSTRIAS
Industria Extractiva

É este certamente um dos capitulos deste modesto trabalho que merece maior importancia, pois a borracha só por si constitue a causa da actual existencia desta prefeitura. Ao demais, necessario se torna que justifiquemos as instrucções que fizemos baixar com o decreto n. 36 de 9 de Novembro do anno proximo findo, regulando a maneira de ser extrahida a borracha; a fim de ser evitada a exploração barbara e vampira da seringueira até hoje seguida em toda a Amazonia, exploração revoltante e iniqua que em pouco tempo reduz e transforma ricos seringaes em abandonadas florestas, como aconteceu no Baixo Purús, onde as propriedades chegaram ao extremo de desvalorização, graças á incuria do Estado do Amazonas que, como a União, neste territorio, esqueceu o dever de zelar pela fortuna publica.

É bem opportuna a occasião que se nos apresenta para com a nossa autoridade de um dos maiores productores de borracha do departamento, fazermos conhecer ao Governo da Republica o estado actual da nossa industria extractiva da gomma-elastica no intuito sobretudo de desfazer impressões erroneas e injustas que, ao espirito dos que desconhecem o assumpto tenham, porventura, deixado os dois ultimos trabalhos do Engenheiro e Escriptor Dr. Euclides da Cunha, publicado na revista *Kosmos*, e do nosso preclaro Ministro da Industria, Dr. Miguel Calmon, do qual publicou o *Jornal do Commercio* alguns excerptos.

Digamos antes de tudo que o trabalho do illustre autor d'Os *Sertões* não é (valha-nos isso) o resultado de uma observação pessoal... senão de informações colhidas aqui nesta região, informações que o illustre escriptor julgou dever adulterar com uma crueldade indizível.

Fomos nós, entre outros, quem lhe prestou o maior contingente para o trabalho depois publicado.

Em outubro de 1905, a bordo do vapor *Rio Branco*, da Companhia Amazonia, teve o Dr. Euclides da Cunha a franqueza de nos confessar a sua alheiação dos nossos costumes e, nessa occasião pedio-nos lhe fornecessems algumas informações, ao que nos promptificámos em acceder ao seu pedido, escrevendo em sua propria carteira de

notas uma ligeira monographia, onde procurámos discriminar, sem preocupação de fôrma, a vida do singello industrial – o extractor da borracha.

Mais tarde vimos as nossas despretenciosas notas publicadas na *Kosmos*; vinham, então, revestidas de flores de estylo, numa linguagem burilada e castiça, mas, muito a pezar nosso, profundamente truncadas e extremamente adulteradas. Torceu-nos por completo o Dr. Euclides da Cunha as nossas informações para vir despertar a piedade do publico com as vivas cores do quadro em que pretende descrever o proletariado, os individuos desfigurados, os cadaveres ambulantes torpemente explorados pelos proprietarios – crueis esbanjadores do suor dos desgraçados seringueiros. – Só o nosso *croquis* da caprichosa distribuição das *estradas de seringa* escapou illeso á maldade do illustre escriptor.

Quanto á publicação no *Jornal do Commercio*, o Dr. Miguel Calmon seja por influencia do trabalho do Dr. Euclides da Cunha, a quem faz referencias como autoridade no assumpto, seja porque não tenha conhecimentos especiaes sobre esta região, o que é certo é que incorreu nas mesmas faltas, dizendo “que o seringueiro é indignamente explorado.”

E tanto o Dr. Calmon escreveu sem conhecimento de causa, que seus calculos referentes a producção da borracha e mais idéas sobre o corte da seringueira, estão longe de corresponder a verdade; até a propria tecnologia desta industria no Brasil S. Ex^a desconhece como mostremos adiante.

Ao fazer taes considerações não temos a intenção de offuscar o brilho de tão preclara autoridade, o que seria pretender empanar o sol com uma peneira; é a consciência de um dever, diremos mesmo, o sentimento de amor proprio que nos leva a reconstituir a verdade.

Na explanação que pretendemos fazer contraponto com argumentos as idéas expandidas pelos Drs. Miguel Calmon e Euclides da Cunha, iremos mais longe: faremos a descripção detalhada dos costumes acreanos, meio unico de tornarmos conhecidas as peripecias da industria da nossa região, onde cada tonelada de producto resume um sacrificio inaudito, e tambem para que sejam vistos com mais respeito e mais misericordia aquelles que com um desprendimento admirável exploram as nossas matas virgens.

Reclamamos justiça para os que, sujeitos a todos os perigos, tendo contra si constantemente a natureza revoltada, só teem concor-

rido para augmentar a vastidão dos nossos dominios; mas se quizerem fechar os olhos ao valor delles, ao menos lhes não presenteiem com o labéu de indignos exploradores.

Se por um lado o assumpto devidamente desenvolvido é enfadonho, por outro, a sua relevancia na actualidade merece bem o sacrificio de ser lido meditadamente.

Começaremos pela aquisição de trabalhadores, o que se faz de costume no Ceará, no Pará ou em Manáos, e para maior facilidade de comprehensão exemplificaremos um seringal que annualmente necessita de quarenta homens para fazer face ás perdas dos que se vão embora e dos que morrem. Advertimos que nos referimos tão somente á industria do territorio do Acre, embora ella diffira pouco da dos diversos outros pontos da Amazonia.

No Acre, por exemplo, o seringueiro não vae todas as semanas levar a borracha produzida ao patrão e trazer os generos de que carece – os objectos de luxo, como disse o Dr. Calmon; isto se faz ainda nas ilhas do Pará, onde os seringaes não necessitam de muares para transporte de borracha e mercadorias, como succede no Acre.

Para fazer a aquisição de trabalhadores, manda o proprietario do seringal – o patrão, na linguagem vulgar, um encarregado, de ordinario tirado de entre os seringueiros mais intelligentes e mais aptos a se dirigirem por si mesmo, que numa das tres praças referidas procurem engajar o pessoal preciso e a medida que o vae encontrando para logo lhe adianta dinheiro para pagamento de suas dividas, dá-lhe hospedagem, veste-o e concorre, emfim, com tudo que é por elle exigido, e sem o que se torna impossivel angariar trabalhadores.

Anunciada ordinariamente para um dia antes, a partida do navio da casa aviadora, o encarregado já com os quarenta homens, alguns com familia, trata de embarcal-os verificando, então, que muitos delles teem fugido, furtando-se assim a satisfação dos compromissos decorrentes dos adiantamentos de dinheiro e despesas feitas.

É esta a occupação de muitos individuos naquellas tres praças, e se o encarregado, encontrando algum delles toma alvitre de queixar-se á policia, raramente logra fazer-se restituir das quantias antecipadamente despendidas; ao mais da vezes esquecem as autoridades policiaes o crime commettido por esses individuos que vivem de taes

expedientes, esquivando-se, sob futeis pretextos, a qualquer providencia justamente reclamada. E assim fica o pessoal reduzido de 20%, o que equivale a dizer que dos 40 engajados apenas embarcam 32.

Chegado o navio a Manáos, o pessoal quer desembarcar contra o que não consegue o encarregado oppôr embargo; os innumerables botes que cercam o navio levam-nos para terra de onde muitos se evadem.

Quando não é isto, são os agentes do Estado do Amazonas que vão a bordo de todos os navios em viagem para o Acre alliciar pessoal para os batalhões de policia; se o não conseguem convencer com o peso das falsas promessas de fabulosas vantagens, imaginam supplicios no Acre, a guerra e tudo mais que patenteia a preocupação dos governos daquele infeliz estado em fazer circular boatos de constantes perturbações da ordem nesta prefeitura.

As proprias autoridades federaes, algumas, infelizmente a serviço dos governos do Amazonas, se teem prestado fazer taes perseguições aos proprietarios do Acre; e para que se não diga que adiantamos proposições falsas, comprovaremos nossas asseverações neste particular, referindo o facto de ter o capitão do porto de Manáos, em 1904, retirado de bordo de um vapor um pessoal que nos era dirigido, sob pretexto de que os homens vinham *constrangidos e illudidos servir como soldados!*... Factos semelhantes repetem-se todos os annos; ainda ha pouco, em dias de Dezembro do anno findo a casa Souza & C., de Soledade, neste departamento, perdeu em Manáos todo o pessoal que lhe vinha destinado.

Interrompemos a nossa narrativa para fazer ver a V. Ex.^a a urgência de o Governo Federal tomar providencias no sentido de reprimir taes abusos commettidos pelos Poderes Publicos do Amazonas.

Os navios que sahem do Pará destinados ao Acre Federal não teem necessidade de fazer escala por Manáos, e o meio mais pratico que se nos afigura para o Governo nos proteger das muitas perseguições de que somos victimas, é mandar que a Capitania do porto de Belem dê liberdade aos proprietarios de navios para deixarem de fazer escala pelos portos amazonenses.

Levadas em linha de conta todas estas perdas, ainda mais de-crescidas com a dos que fallecem em viagem pela deficiencia extrema de alimentação, e sobretudo pelas diversas epidemias que commummente

se desenvolvem a bordo, pode-se calcular que o pessoal chega ao porto de destino reduzido a pouco mais de 60%.

Os 24 homens chegados ao seringal ahí são provisoriamente installados nos barracões da margem, de onde, decorridos alguns dias, são transportados para os diversos *centros* com as suas bagagens e mercadorias fornecidas, viagem que é sempre feita em animaes, pois os *igara-pés*, ao contrario do que se julga, não dão transito nem ás *montarias*. Em poucos dias todos estão collocados definitivamente nos *centros* que lhes foram indicados; ahí lhes são mostradas as bocas das estradas que os empregados do seringal fazem percorrer pelos brabos.

Começa, então, o trabalho do seringueiro que até aqui ainda não foi “indignamente explorado”: limpa as suas *estradas*, operação que faz approximadamente em um mez, isto é, quinze dias para cada uma das *estradas* em que tem de trabalhar, e dispõe-se assim a iniciar o *côrte da seringueira*.

O trabalho do *côrte* começa no máximo a primeiro de Maio e é feito alternadamente nas duas estradas. Cada *estrada* tem, em media, 150 seringueiras ou, para não nos afastarmos da tecnologia vulgar, tem 150 *madeiras*.

Ás quatro horas da manhã, desperta o *seringueiro*; prepara uma chicara de café que elle toma, algumas vezes *escoteiro*, outras vezes com macacheira, e não cachaça, como diz o Dr. Calmon, calça o *sapato de seringa*, pega o balde e a machadinha e apresta-se para sahir caminho da boca da *estrada* distante de trinta a cinquenta metros de sua barraca. Quasi sempre o trecho que vai da *barraca do seringueiro* á boca das *estradas*, constitue o raio da derrubada que elle tem a previdencia de fazer em torno de sua casa, a fim de se pôr ao abrigo da queda das arvores gigantescas por occasião das tempestades, o que contraria a observação do Dr. Candido Mariano, Prefeito do Alto Purus, que no seu primeiro relatório do anno findo, affirmou ser a barraca do *seringueiro inaccessivel* aos raios solares, *facto a que attribue a causa do impaludismo!*

Uma vez na boca da *estrada* onde está a primeira *madeira*, deixa o *seringueiro o balde*, faz as incisões sob as quaes embute as *tigelinhas* e assim percorre toda a *estrada*, repetindo em cada madeira a mesma operação. As incisões são feitas circularmente, mediando 44 centímetros entre ellas. Os golpes dos dias subsequêntes são dados abaixo dos primeiros, de modo a

constituir por fim uma serie de incisões em um mesmo plano vertical, serie de incisões a que dão os seringueiros o nome de *arreação*.

A *estrada* sendo uma curva fechada, cujas extremidades se tocam em sua boca, o seringueiro, terminada a operação do *corte*, encontra-se novamente no ponto de partida; feita ahi uma ligeira refeição, pega o *balde* e começa a colheita do *leite*, percorrendo de novo a *estrada*. Depois de colher o *leite*, elle deixa as tigelinhas ao pé de cada *seringueira* e não as leva para a barraca para trazel-as no dia seguinte, como affirma o Dr. Calmon, estribado na autoridade de Bonnechaux. Volta, então, para a barraca, ao lado da qual, protegido por um *papiry*, se acha o *defumador*, constituído por um *boião*, especie de forno com uma chaminí, em cujo interior crepita o fogo alimentado por particular combustível que lhe fornecem os caroços de algumas palmeiras, entre ellas preferido o *Urucury* e cavacos de algumas madeiras, taes como a carapanaúba, a massaranduba, o piquiá, etc.

Começa agora a defumação: o *seringueiro* sentado ao lado do *boião*, tendo ao seu pé uma grande bacia onde reunio todo o producto do dia, vai banhando com *leite* o *cavador*, longo cylindro de madeira collocado por sobre a chaminé, cuja fumaça, que della se desprende, o envolve determinando a coagulação do *leite*. Em seguida banha de novo o *cavador* e o expõe de subito á acção da fumaça e assim continua successivamente até acabar o leite da bacia. Faz a segunda refeição, ja á noite, e deita-se para no dia seguinte recommençar, pela madrugada, a sua afanosa lida.

Com as *defumações* successivas, a borracha coagulada vai-se avolumando sobre o *cavador*, até que, quando tem o seringueiro dispendido cerca de 50 a 55 *frascos* (um frasco corresponde a um kilo de borracha coagulada), fica constituída a *pelle*, nome realmente improprio para significar a sua forma quasi espherica, mas que é tradicionalmente conservado desde o tempo em que se *defumava* o *leite* sobre pás de remos, do que resultavam verdadeiras pelles de borracha.

Dizer que *pelle* é uma corrupção de péla, equivale a pretender que o seringueiro, homem sempre inculto, tenha noção do que seja uma pela. Se o seringueiro quizesse dar uma idéa da forma sob que apresenta o seu producto, diria uma bola de borracha, denominação muito mais ao alcance da ignorancia das classes inferiores da sociedade.

O seringueiro vai acumulando estas *pelles* de borracha em torno de sua barraca, e á medida que é possível são transportadas para a margem onde todas devem estar no periodo da subida dos vapores, que coincide com o fim do fabrico.

O transporte é sempre feito sobre animaes e, por isso mesmo difficilimo, dadas as enormes distancias dos centros que, em alguns seringaes como Capatará, Catuaba e Bagé, distam algumas vezes mais de 80 kilometros do barracão da margem.

Além de difficil, é ainda este meio de transporte excessivamente dispendioso: cada muar custa, em media, 900\$000, e devido á deficiencia de pastagem, principalmente devido á epizootia terrível que dizima annualmente, é o proprietário obrigado a estar constantemente fazendo aquisição de novos animaes, despesas sempre avultadas que vão-se reflectir directamente sobre a borracha. E assim, já excessivamente onerada, é ella embarcada para o Pará, onde vai ser sujeita aos innumerados impostos, ás explorações de toda a sorte, para, enfim, liquidar o producto que deve fazer face ás avultadas quantias despendidas com a sua extracção.

O Governo Federal retira 23% do seu valor; o frete até o Pará despende cerca de 6%, o seguro exige 2 por cento; o commissario de venda quer 3%, e por fim a borracha tem soffrido uma perda de 34%, sem levar em linha de conta as despesas de beneficiamento, entreposto, etc.!

Vendida pelo *aviador* ao preço do dia, é o producto liquido levado a credito do proprietário que, por sua vez, mediante as respectivas *contas de venda* credita ao seringueiro. É por occasião da venda da borracha nas praças do Pará e Manáos que tem lugar as mais revoltantes explorações.

O proprietario é torpemente roubado na classificação e na pesagem, e só depois de tantos e tão grandes assaltos, são confeccionadas as chamadas *contas de venda*, onde não ha declaração alguma de authenticidade da parte do comprador, de forma que, muitas vezes, como nos aconteceu recentemente, a borracha vendida a 6\$800,¹⁷ liquida apenas 4\$700 por kilo. Releva ainda accrescentar que deste producto devem ser ainda

17 Do preço da borracha já foi deduzido o imposto de exportação. Isso é feito assim para não dar na vista do contribuinte ignorante. Nota do impressor.

deduzidas as grandes despesas de transportes dos diversos *centros* para a margem.

Se o seringueiro ao fim de tudo, satisfeitas as despesas de sua manutenção durante o anno, tem algum saldo, o proprietario deve pagal-o, utilizando-se para isso do dinheiro que lhe remetem os aviadores com uma commissão de 10%.

Proprietario e seringueiros são realmente “indignamente explorados”, mas pelo Governo Federal que tão pesadamente taxa a exportação de seu producto e pelos commercios aviador e exportador de Manãos e do Pará, que impiedosamente sugam a ultima gotta de seu sangue !

Mas, a despeito de tudo, esta industria ainda não esta morta, o que é bem de admirar; ella continua a enriquecer os cofres nacionaes e o commercio, embora seja lamentável o estado financeiro de todos os seringaes do Acre, onde não se conta um só que não esteja em condições de insolvencia que lhe não permittem sacudir o jugo dos que o opprimem.

Até aqui temos tratado do que diz respeito simplesmente, a venda do nosso producto de exportação – borracha; vejamos agora o abastecimento dos seringaes, origem de outras tantas injustiças que nos foram feitas pelo illustre Dr. Calmon.

O aviamento é feito a credito em casas commerciaes de Manãos e do Pará, e consiste quasi que exclusivamente, em estivas; *os objectos de luxo*, que tanto deram o que faltar ao Dr. Calmon, não são por nós importados.

A mercadoria é vendida mais caro ao proprietario do Acre do que a outro qualquer e, além disto, é onerada de avultadas commissões, porque as casas aviadoras quasi sempre compram a terceiros, o que vai a pouco e pouco encarecendo cada vez mais o seu valor.

Para que V. Ex^a ajuize melhor dos elevados preços por que chegam as mercadorias ao Acre, basta-nos dizer que reunidas todas as despesas, inclusive frete e seguro, ellas nos veem com um onus de 70% do seu valor no Pará. Assim, um kilo de xarque comprado por 1\$200, preço da factura, chega no médio Acre por 2\$040; uma sacca de sal do custo de 4\$500, por 7\$500; uma sacca de milho de 12\$000 por 20\$400;

Um kilo de quinino, medicamento indispensavel nesta região, custa no Pará 200\$ e chega-nos por 340\$000!!...

Considere-se ainda mais as deteriorações que as mercadorias soffrem, neste clima, dentro de pouco tempo; que os productos para o nosso consumo desembarcados na praça do Pará, com quem temos maiores relações commerciaes, são contra todos os dispositivos de lei, sobrecarregados de pesados impostos interestaduaes, tanto pela intendencia como pelo estado, e facilmente se avaliará por que preço irão os proprietarios vendel-os aos seringueiros.

No anno proximo findo importámos do Rio Grande do Sul uma partida de xarque em latas, que, por ter de desembarcar no Pará, pagou mais imposto ao estado e á intendencia do que pagara de exportação ao estado productor.

Os Drs. Miguel Calmon e Euclides da Cunha, surprehendidos pelo que ha de fabuloso nos preços de nossas mercadorias, andaram mal em attribuir aos proprietarios a extorsão de que são victimas os seringueiros.

Convenhamos, pois, em que não conhecem o Acre e em que foram excessivamente injustos.

Um outro ponto do luminoso parecer do Dr. Miguel Calmon, que precisa de ser refutado, é a maneira vergonhosa de que diz lançarem mão os proprietarios para fazer “tentar o pobre seringueiro”, a quem quasi obrigam a comprar por falulosos preços objectos de luxo, frascos, armas, etc., que elles teem ardilosamente espalhados em desordem pela barraca, a fim de “decidil-o a maiores compras e a novo debito”.

Tudo isto, saiba o Dr. Calmon, é uma inverdade: ao proprietario, o seringueiro compra apenas o que é estrictamente necessario á sua manutenção.

Alguna cousa ha, entretanto, que na descripção do Dr. Calmon, neste particular, se assemelha aos costumes do seringueiro de indole muitissimo perdulario.

Terminado o fabrico do anno, os seringueiros, em avultado numero, veem para a margem, onde são sustentados a expensas dos proprietarios.

É ocasião da enchente do rio e da subida dos vapores. O seringueiro reclama do *patrão* o seu saldo e, se não o tem, pede dinheiro e vae para bordo dos navios onde em cada camarote de official, está improvisado naquelle desalinho de que nos falla o Dr. Calmon, um pequeno armarinho, uma *ciganagem*, no dizer do povo; ahi se encontram de preferencia os objectos de luxo, as bugigangas que tanto o fascinam e seduzem.

E assim é elle vergonhosamente explorado na sua ignorancia; assim contrahe novos e maiores compromissos, cujo resultado, ao fim de tudo, é o prejuizo do proprietario.

Antes de terminar este capitolo relativo á industria extractiva neste departamento, diremos algumas palavras sobre a exploração dos seringaeas, assumpto importante e interessante, cujas descrições publicadas pelos que se teem occupado dos nossos costumes nem sempre correspondem á verdade.

A exploração das mattas virgens exige inaudito sacrificio, verdadeiro desprendimento da vida, taes e tão grandes são os perigos e as provações por que passam os que se encarregam de fazel-a, por isso mesmo é ella entregue aos homens de animo retemperado pelos soffrimentos.

Segue o explorador para o seio da floresta; acompanham-n'os os tres rudes engenheiros da matta: o *matteiro*, o *piqueiro* e o *toqueiro* – de *jamachi* ás costas, singular mochila, onde levam a rêde, a munição de caça e os viveres.

Á medida que vão penetrando na matta ajuizam os exploradores do numero de *estradas* que podem abrir e escolhem logo o local para a construcção da barraca, de preferencia nas proximidades de um *igarapé*. Feito um *papiry*, onde devem repousar, procuram a primeira *seringueira* – boca da futura *estrada*; ahi ficam o *toqueiro* e o *piqueiro*, emquanto o *matteiro* segue em procura de outra *madeira* (distante algumas vezes de 10 metros, outras vezes de 60 e até de 100 metros), de onde faz um signal, seja por grito particular, seja por choque de terçado vibrado contra a seringueira, cujo som adverte o piqueiro de que segunda seringueira foi assignalada. Segue então nesse rumo, procurando o menor desenvolvimento do caminho, o que fazendo, vai indicando a sua passagem golpeando os ramos das arvores. Chegado a nova seringueira, espera segun-

do signal do *matteiro*, já a essa hora em procura de terceira arvore. O *toqueiro*, que ficara no local da primeira seringueira, segue o *piqueiro* abrindo uma ligeira picada, orientando-se pelos signaes por elle deixados; e assim continuam até que encontradas 150 seringueiras, mais ou menos, está o *matteiro* no ponto de partida, isto é, na boca da estrada.

O tempo para a abertura de uma estrada varia com as condições da matta: um dia de trabalho, de ordinario, é sufficiente para a abertura de uma estrada em boa matta, entretanto nos tabocaes levam os exploradores ás vezes mais de cinco dias.

Nas mattas limpas a abertura de estradas se faz servindo um só individuo de *piqueiro* e *toqueiro* ao mesmo tempo.

O Dr. Calmon trocou as bolas collocando o *toqueiro* na frente do *matteiro*, o que seria o caso do carro adiante dos bois.

É o *matteiro* quem dirige a comitiva; é elle a bussola da floresta, *el rumboador del monte*, na expressiva linguagem dos bolivianos. Tambem o *seringueiro* não abre estradas; o que elle faz é simplesmente alargar a *estrada em pique* e limpá-a convenientemente.

E aqui ficam pallidamente esboçados os costumes e a vida do Acre.

INDUSTRIA AGRICOLA

É ainda, por assim dizer, embryonario o estado actual da industria agricola no Acre.

A actividade do homem foi durante muitos annos completamente absorvida pela industria extractiva, que lhe não deixava tempo sufficiente para attender á cultura das terras; apenas se fazia limitadissimo plantio de milho e feijão nas praias descobertas pela vasante do rio.

Travada a luta com a Bolivia, o chefe do movimento revolucionario temendo que com a continuação da guerra as suas forças tivessem de se medir com um segundo inimigo muito mais temivel – a fome – tratou de desenvolver o cultivo regular das terras, embora limitado áquelles dois cereaes, e para isto isentou do serviço militar todos os que se quizessem dedicar á industria agricola.

Os resultados surprehendedentes por elles obtidos, attestado frizante da uberdade do nosso sólo, fizeram ver os beneficios que se

poderiam esperar de tão vantajosa pratica; os proprietarios dos seringaes secundaram a nossa propaganda, prestando valiosissimo concurso á idéa que haviamos lançado e em breve, terminada a guerra, a necessidade do cultivo das terras se havia de tal modo arraigado no espirito dos habitantes do Acre que não mais deixaram de fazer annualmente os pequenos roçados.

Por esse tempo introduzimos alguns exemplares deapparelhos agricolas, machinas de debulhar milho e picar forragem e algumas sementes novas que foram gratuitamente distribuidas.

A pouco e pouco a cultura das terras foi-se incrementando, e assim do milho e do feijão passaram a plantar nos seringaes as forragens diversas, em alguns dos quaes já se encontram, como nos de Capatará e Itü, varias especies de capim, taes como o colonia, o canarana (nos lugares humidos), o gordura roxo, o jaraguá, estes dois ultimos importados por nós do Rio de Janeiro.

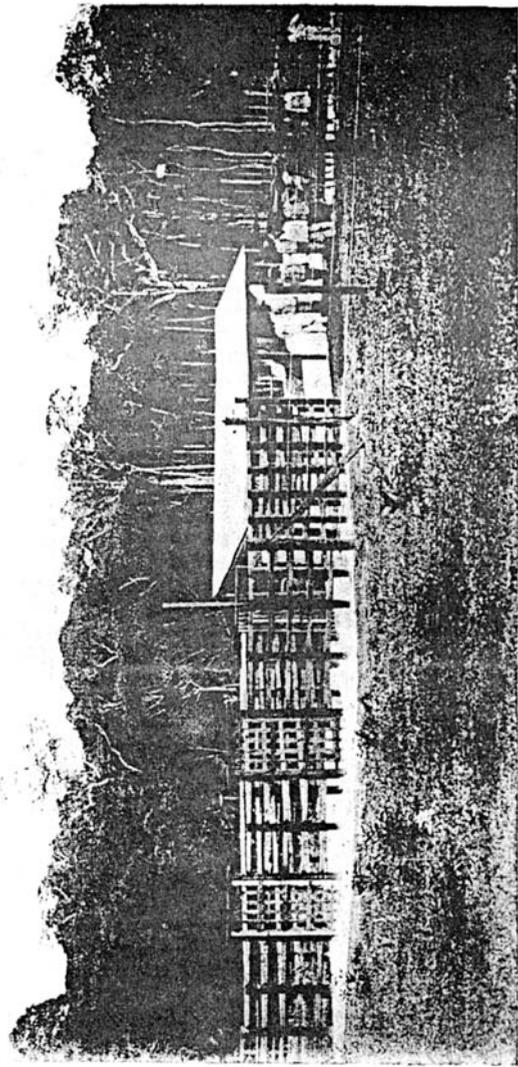
Pouco se tem feito no Acre em assumpto de agricultura e por isso mesmo dissemos de começo que ella estava ainda em embryão; tambem, em compensação, não há aqui espirito rotineiro que se insurja contra os bons conselhos dos mestres e a acção benefica do Governo.

É para esta industria nascente, fonte futura de grandes riquezas, que nós pedimos ao Governo que volva as suas atenções, amparando-a com a deliberação de medidas que promovam o seu desenvolvimento.

Amanhã, quando o problema da borracha estiver resolvido no laboratório e se esgotarem os nossos ricos mananciaes, será ella a mão protectora que nos ha de salvar de uma miseria fatal.

Permitta-nos V. Ex^ã que apontemos algumas providencias ao nosso ver de grande utilidade.

A distribuição annual de sementes de plantas mais adequadas ao nosso clima devidamente acompanhadas de jornaes agricolas, por onde possam ser divulgados os imprescindiveis conselhos para uma industria nacional e bem dirigida e em plano alto como a pedra fundamental da agricultura acreana, a installação de um pequeno e modesto campo de experiencia e demonstração, tendo um observatorio meteorológico – taes são, em summa, as medidas de que carecemos.



Currais cimentados e tanque carapatizada construídos em Capatará pelo meu atual procurador, Major Gulbermino Teixeira Bastos, para beneficiar o seu grande comércio de gado, como chefe da mais antiga e conceituada firma que explora esse ramo de negócio, N. Maia & C.; importa de Bolívia mais de 2.000 cabeças de gado vacum, anualmente

INDUSTRIA PASTORIL

Muito ao contrario do que se presume, é de grande importancia a industria pastoril no Acre, pois que é o muar o meio unico de transporte para os distantes lugares do centro dos seringaes. Eleva-se a muitas centenas o numero destes animaes importados annualmente, representando um capital bem avultado; tambem, por outro lado, é enorme a mortandade deste poderoso auxiliar do homem, victimado por uma terrível epizootia denominada entre nós de *peste* e que corresponde á *mangueira* ou *peste das cadeiras* conhecida em Mato Grosso e Minas Geraes.

Os navios que viajam para este rio nem sempre tem praça sufficiente para a conducção de animaes, necessários ao serviço de transporte terrestre, resultando dahi que os poucos existentes, á vista da urgencia do serviço, são naturalmente sobrecarregados de trabalho, situação que, aggravada com a defficiencia de pastagem, ainda mais os expõe ao flagello que os dizima. E cada muar vale em média 900\$000; dahi será fácil avaliar-se o grande prejuizo que todos os annos soffrem os proprietarios desta região.

Seria, pois, de grande utilidade que o Governo volvesse suas atenções para o estudo da prophylaxia e meios de tratamento da epizootia a que nos referimos.

Infelizmente sobre este assumpto jámais cogitaram os prefeitos, e a despeito da lamentavel situação da industria pastoril entre nós, tributaram ainda com pesados impostos tanto os animaes como os individuos que os vinham vender.

Gado vaccum – É realmente notável o desenvolvimento que nestes ultimos annos tem tido a industria pastoril no que diz respeito ao *gado vaccum*.

Em 1902, quando rompeu a Revolução Acreana, poucos eram os seringaes onde se pudesse encontrar um boi ou uma vacca; por esse tempo tambem uma rez do Baixo Amazonas, pesando raras vezes 120 kilos, representava um valor de mais de 800\$000 quantia por que era comprada com grande empenho.

Era, pois, impossivel a quem quer que fosse abater gado para o consumo publico.

Com as multiplas e beneficas providencias tomadas pelo Governo acreano no sentido de facilitar as communicações do então estado com a Bolivia, começou a importação mais ou menos regular do gado boliviano, de modo que actualmente o gado importado, embora ainda insufficiente para attender ás nossas necessidades, comtudo tem presta-do relevantes serviços á saude publica.

É fóra de duvida que a deficiencia de alimentação vem diminuindo notavelmente as resistencias organicas dos individuos, concorre com grande quota para tornar mais avultada a mortalidade; dahi a necessidade imperiosa de ser favorecida a importação de gado vaccum, para cujo fim bastaria a construcção de caminhos regulares, conforme indicamos no mappa annexo.

Seria ainda ao nosso ver de grande vantagem pratica a instituição de premios a conferir aos que importassem gado em maior escala.

JUSTIÇA

Não nos faltasse a precisa competencia para expender idéas sobre tal assumpto, e fariamos ver a V. Ex^a nestas ligeiras considerações a inconveniencia extrema da actual organização judiciaria do territorio do Acre.

Não se comprehende que um juiz prepare um processo para elle proprio dar sentença, o que equivale quasi a julgar em causa propria, pois é natural que elle o encaminhe de accordo com a sentença que de-seja proferir.

Outra cousa incomprehensivel que está constantemente a ferir os interesses acreanos, é não termos um tribunal que resolva as nossas questões em ultima instancia, attribuição singularmente conferida a um juiz em Manáos, ficando sujeitas, portanto, as suas decisões ultimas á influencia das paixões politicas.

E não é só isto. O decreto organizador do territorio do Acre negou ao Juiz de Districto a faculdade de conceder *Habeas-corpus*, privilegio exclusivo do Juiz de Comarca.

Se se considerar que durante o tempo mais favoravel ás communicações fluviaes, uma embarcação gasta dez dias de viagem ininter-

rupta desta villa a Manãos e dezeseis dias de volta, pode-se ajuizar approximadamente dos vexames e constrangimentos a que ficam fatalmente sujeitos os que precisam se abrigar á sombra da lei.

O disparate de nossa organização judiciaria neste particular, ainda mais se patenteia quando consideramos o caso de se fazer preciso ouvir o paciente!...

A situação que acabamos de expôr constitue, pois, uma recepção odiosa aos brasileiros que povoam esta idolatrada fronteira da patria, onde para os opprimir, bem bastaria a inclemencia da natureza

Entendemos que, sem alterar a actual divisão administrativa deste territorio, o que, aliás, é de necessidade, podia o Governo melhorar consideravelmente a condição da nossa justiça, bastando para isso fazer das Prefeituras do Alto Acre e Alto Purús, uma comarca com um tribunal, mesmo de tres membros, dois juizes de direito no Rio Acre, um no Yáco e outro no Purús, cada um dos quaes com um substituto que preparasse os processos.

Insistimos em dizer que nos falta por completo competencia para dictar medidas relativas á organização judiciaria que mais nos convenha; mas se são justas e razoaveis as que acabamos de apontar, o Governo que as aproveite. E assim passamos ás informações sobre a justiça do departamento.

Juiz de Districto – Em Agosto de 1904, tomou posse deste cargo o Dr. Toledo, que immediatamente deu parte de doente, retirando-se licenciado para o Estado de Minas-Geraes, em cujo ameno clima tem vivido até hoje, cumulando licenças sobre licenças e desfructando, assim, os pingues ordenados de um cargo que não exerce.

Em consequencia de semelhante abandono, o Governo não pode nomear quem o substitua e, no final de contas, é o povo do Acre prejudicado no mais sagrado dos seus direitos, porque os prefeitos se veem na dura contingencia de solicitar até de caixeiros o favor de exercerem as funções de supplente em exercicio pleno do cargo de juiz, pois as pessoas de competencia reconhecida não querem se sujeitar aos mingoados sobejos do Dr. Toledo.

Facil é, portanto, que se avalie do que seja entre nós a justiça, distribuida assim por pessoas incompetentes que, embora animadas das

melhores intenções, não podem de maneira alguma desempenhar com segurança e criterio as funções de tão delicado cargo.

Leigos em materia de justiça e de direito, são elles obrigados constantemente a pedir o auxilio dos entendidos, dando-se muita vez o caso singular de ser uma sentença escripta pelo proprio advogado da causa.

Promotoria Publica – Muito mais deploráveis são as condições da Promotoria Publica. Como o Juizado de Direito, está ella quasi sempre abandonada por seu proprietário, Bacharel Americo Augusto da Santa Rosa que, sob varios pretextos vive constantemente ausente deste departamento, e mesmo quando está no desempenho do seu cargo o exerce de maneira bem mais lamentavel que os leigos que o teem substituido.

Esquecido da decencia que lhe impunha a sua qualidade de representante do ministerio Publico, o Bacharel Santa Rosa, em plena séde da prefeitura, durante o periodo administrativo do Alferes Pinto Monteiro, mantinha, de parceria com um italiano, um pequeno hotel que elle proprio servia em trajos adequados, expondo-se assim ao mais cruel ridiculo dos habitantes desta villa.

Fóra das horas de refeições, transmudava-se o celebre *garçon* em Promotor Publico, em cujo exercicio, dominado por uma execravel *auri sacra fames*, commettia os mais repugnantes actos de improbidade.

Quaesquer papeis que lhe chegavam ás mãos, trazidos pelos interessados, o Bacharel Santa Rosa folheava-os cuidadosamente, á cata da gorda gorgeta que sempre exigia, e quando não a encontrava devolvia-os, dizendo, com uma falta de escrupulo revoltante – *faltar uma folha!*...

Ainda mais, o Bacharel Santa Rosa, em pleno desempenho de seu cargo, exercia as funções de advogado, tendo defendido varias causas até no crime, conforme V. Ex^a certificará da leitura do annexo 3.

O Bacharel Santa Rosa acha-se actualmente fóra deste departamento, donde se ausentou licenciado em data de 5 de Junho do anno proximo findo.

Tabellionato – O Tabellião effectivo Antonio Soares Chaves exerceu o seu cargo durante poucos mezes, tendo-se retirado para fora do departamento. Decorrido o tempo de licenca que lhe havia sido con-

cedida, o Sr. Chaves não se abalçou a vir tomar conta do seu officio, e depois de mais de um anno de ausencia sem motivo justificado, foi declarada a vacancia do lugar por abandono, do que demos sciencia a esse ministerio.

Quasi a findar a nossa administração, chegou-nos ás mãos um officio do delegado especial do Governo junto ás prefeituras do Acre, sob nº 127, de 23 de Fevereiro do anno corrente, pedindo informações sobre se havia sido cumprido o determinado no aviso desse ministerio nº 86, de 18 de Abril do anno proximo passado, dirigido por aquella Delegacia a esta prefeitura com o officio reservado nº 932, de 9 de Maio do mesmo anno.

Esse aviso, que mandava que o então prefeito interino Francisco das Chagas Pinto Monteiro intimasse ao Sr. Antonio Soares Chaves a tomar conta do seu cartorio e, quando o não fizesse, mandasse submeter aquelle serventuario a processo de responsabilidade, não chegou ao conhecimento desta prefeitura, seja porque se houvesse extraviado, seja porque, o que é bem possivel, o Sr. Pinto Monteiro não tivesse dado a entrada delle na secretaria.

Longa tem sido a lista dos tabelliães interinos, sendo muito de notar que na administração do Dr. Acauã Ribeiro foi nomeado para este cargo um individuo pronunciado no Estado do Amazonas por crime de homicidio.

Jury – Na administração do Alferes Pinto Monteiro reunio-se pela primeira vez o jury, que absolveu todos os réos apresentados a julgamento.

O escrivão que nelle funcionou era um pronunciado no Amazonas;¹⁸ o juiz em Alagoas e o advogado da defesa um sentenciado do Pará!...

É, pois, desnecessario qualquer commentario.

Agora deve o jury se reunir novamente, já estando para isto, tudo devidamente organizado.

18 Hoje absolvido por unanimidade de votos.

Na eleição dos jurados figuraram todos os moradores do departamento, tendo sido sorteados individuos que residem até no Alto Acre.

Comquanto seja um grande sacrificio o transporte de tão longinquas paragens para esta villa e a despeito da falta de obrigação dos habitantes deste territorio para servir de jurados, pois que aos acreanos foram totalmente negados todos os direitos politicos que a Constituição da Republica assegura aos brasileiros e dos quaes a condição de julgar é uma prerrogativa immediata, todavia é de esperar que a proxima reunião do jury não encontre embarços.

O numero de individuos lançados no rol dos culpados que vão ser submettidos a julgamento é, felizmente, para os bons fóros desta região, muitissimo pequeno e quasi todos accusados por crimes praticados involuntariamente.

Figura entre os culpados o 2º Tenente do Exercito Francisco das Chagas Pinto Monteiro, que a requerimento da Promotoria Publica foi processado e pronunciado por crime de homicidio praticado nas pessoas de dois infelizes deportados de 14 de Novembro, que succumbiram debaixo do azorrague no proprio quartel da antiga Companhia de Segurança, durante a administração do Dr. Acauã Ribeiro.

DIVISÃO JUDICIARIA

Desde o tempo de sua installação foi o departamento dividido em circumscripções judicarias, designadas por numeros que se seguiam em ordem do Alto ao Baixo Acre.

Com a successão constante de novos administradores o numero de circumscripções foi augmentado, tendo sido accrescidos durante o periodo de um anno de seis novas, que foram intercaladas a esmo entre as primitivas. Como era de esperar resultou dahi uma grande ballburdia: a decima circumscripção estava collocada entre a primeira e a segunda; a nona entre a segunda e a terceira e assim por diante.

Na reorganização da divisão judicaria, que julgámos dever fazer, nos deixamos orientar por um criterio mais consentaneo com as condições geographicas do departamento, divisão que, além do mais,

veio abranger algumas zonas, como a do Abunã, que haviam passado despercebidas nas divisões anteriores.

Dividimos o departamento, conforme V. Ex^a verá da planta junta (annexo nº 9), nas doze circumscripções seguintes: Bom Destino, Bagaço, Antimary, Abunã, Empreza, Riozinho, Capatará, Iracema, Sibéria, Xapury, Etruria e Alto Acre.

Em cada uma dellas, de accordo com o que dispõe o Decreto nº 5.188, de 7 de Abril de 1904, existem um juiz de paz, tres supplentes e inspectores de quartirão.

É de lamentar que as attribuições dos juizes de paz em matéria judiciaria sejam limitadas ás questões até 500\$000, pois nesta região rarissimas são as que não excedem esse valor.

Outro ponto do decreto de 7 de Abril que merece reparo diz respeito á celebração dos casamentos. O juiz de paz, dentro dos limites que lhe estão traçados em lei, não pode processar papeis de casamento, nem celebral-os, senão quando devidamente autorizado pelo juiz de districto.

Considere-se as enormes distancias neste departamento e sobretudo a extrema difficuldade de communicações durante o periodo de estiagem e concluir-se-ha que a nossa lei organica, em vez de facilitar, como era de suppor, a celebração dos casamentos, concorre antes para augmentar o desenvolvimento dos concubinatos disfarçados, ora sob a apparencia religiosa, ora sob a de contractos particulares. E tudo isto, saiba V. Ex^a, é impossivel evitar.

Um individuo morador no Alto Acre, por exemplo, não pode vir a esta villa tratar dos papeis do seu casamento porque só na viagem de ida e volta, de mais de 300 milhas, faz mais despezas do que se fosse do Rio de Janeiro processar seus papeis na fronteira de Jaguarão, para voltar a casar-se no Rio!

Na administração do Dr. Acauã Ribeiro permittio-se aos juizes de paz processar os papeis de casamento e celebral-os independente de autorização do juiz de districto, o que não consentimos continuasse por contrariar expressas disposições de lei.

Não perdemos, entretanto, a opportunidade para fazer ver a V. Ex^a os inconvenientes das disposições do decreto de organização deste territorio.

DELEGACIA FISCAL

Tanto mais nos preocupamos em revestir este modestissimo relatorio de um caracter de puras e ligeiras informações dos negocios publicos deste departamento, procurando a todo o transe fugir aos arrebatamentos impensados, mais nos sentimos empolgado por uma indignação tão legitima quanto natural e justissima.

Esta prefeitura, ainda quando sob a garantia da administração benefica e protectora do Major João de Oliveira Rôla, querendo saber, para seu governo, de que elementos ainda dispunha para fazer face ás suas futuras despesas e porque não se encontrassem aqui dados explicativos sufficientes sobre o destino que se havia dado á verba votada para o exercicio passado, officiou á Delegacia Fiscal em Manãos pedindo-lhe fornecesse as informações de que carecia.

É para pungir e deplorar a resposta a esse officio que posteriormente recebemos do serventuario que dirige aquella repartição em Manãos, na qual declarava que, não tendo recebido instrucções especiaes do Governo Federal, deixava de reconhecer a legitimidade dos nossos actos por não sermos militares !! . .

Os espiritos sadios e esclarecidos hão de certameme protestar contra tamanha insanía.

O Sr. Delegado Fiscal, contradictando a nossa autoridade no departamento, não attendeu sequer á temeridade de seus argumentos, que nos parecem revelar ou uma crassa ignorancia da limitada esphera das suas passivas attribuições, o que é realmente deplorável, ou um espirito de cêra extremamente maleavel, que, no corrupto meio em que vive, se deixou vencer ás primeiras investidas dos que, com honra ou sem ella, não escolhem meios para nos fazer guerra.

Em condições semelhantes, tendo nos faltado tudo, até o minguado recurso que ainda restava dos esbanjamentos criminosos das administrações passadas, era bem de esperar que a prefeitura a nosso cargo se tivesse encontrado em inauditas e extremas difficuldades.

O commercio tem sciencia dos grandes desfalques de que foram victimas os debilitados cofres da prefeitura; sabem que o pequeno saldo porventura restante na Delegacia Fiscal em Manãos, não nos será entregue porque o delegado fiscal não reconheceu a legitimi-

dade dos nossos actos e por todos estes motivos, bem razoáveis, nega-se a fazer qualquer fornecimento á prefeitura, actualmente fallida e sem credito para coisa alguma!

Tão grandes foram as difficuldades da prefeitura que para não dissolver a pequena força publica com que é feito o policiamento da villa, tivemos que mantel-a a nossas expensas particulares.

E, não obstante tantos revezes, a nossa administração tem sido um periodo de paz e de liberdade.

Tudo tem sua eloquencia.

MESA DE RENDAS E POSTOS FISCAES

Nos ultimos dias de sua administração, o Alferes Pinto Monteiro, tendo recebido uma denuncia escripta de que o Administrador da Mesa de Rendas do Acre, Coronel Raymundo Augusto Maranhão, estava a defraudar a Fazenda Nacional, mandou uma commissão a Porto Acre incumbida de examinar os livros daquella repartição e syndicar da veracidade dos factos imputados ao seu administrador.

O Alferes Pinto Monteiro, á vista do relatorio que lhe foi apresentado pela commissão nomeada, affirmando tudo quanto accusava a denuncia resolveu suspender do exercicio de suas funções o Coronel Maranhão, o que realmente fez por portaria de... de maio, remettendo nessa occasião as provas delictuosas ao ministerio respectivo.

Quando assumimos o Governo interino da prefeitura, tinhamos esperanza de ser substituido dentro de pouco tempo e por isso era natural que nos esquivássemos de intervir nos altos negocios da administração, deixando para fazel-o, quem para aqui viesse contando com melhor apoio e melhores elementos .

Máo grado nosso, entretanto, foram-se passando os dias de nossa interinidade, e para corresponder a confiança do Governo, cabalmente demonstrada na pouca pressa em nos fazer substituir, era mister tomar providencias que se nos afiguraram de urgencia, a fim de reprimir uns tantos abusos que se iam dando na Mesa de Rendas do Acre e principalmente nos postos fiscaes.

O Sr. Coronel Raymundo Maranhão, embora suspenso, continuava a exercer as funções do seu cargo, como se nada lhe houvera

acontecido; foi ao Alto Acre tributando, durante sua viagem, os contribuintes e recebendo impostos diversos, e de volta de sua excursão embolsou as importancias arrecadadas e retirou-se para essa Capital. E, quando o agente fiscal federal desta villa quiz cobrar os impostos de industrias e profissões, consumo, etc., surgiram reclamações dos interessados que nos vieram apresentar as provas comprobatorias do pagamento dos mesmos impostos ao Coronel Maranhão.

Tão graves factos nos fizeram officiar ao actual administrador interino da Mesa de Rendas, pedindo informações sobre se constava dos livros respectivos a entrada para os cofres publicos das importancias relativas aos recibos apresentados e mais ainda, se os mesmos recibos correspondiam em numero de ordem ao dos talões que deveriam se achar archivados naquella repartição.

Respondeu-nos aquelle funcionario que não constava na repartição a seu cargo a entrada das quantias mencionadas, accrescentando que o Coronel Maranhão havia declarado não ter conseguido arrecadar os impostos, porque os contribuintes, a conselho nosso, se haviam recusado a fazer os pagamentos devidos.

Duplo crime esse do Coronel Maranhão: desviou dinheiros públicos para seu bolso e nos assacou uma calúnia com o fim de acobertar o seu acto criminoso de quaesquer suspeitas!!...

A gestão do Coronel Raimundo Maranhão na Mesa de Rendas do Alto Acre foi além disto, um constante attentado ás attribuições dos prefeitos, a quem nem ao menos communicava os empregos creados de sua propria autoridade, as nomeações de toda a ordem e as alterações que fazia nos locaes préviamente designados para funcionamento de postos fiscaes, etc.

Ao mesmo tempo que o Coronel Maranhão depredava os cofres nacionaes, transformando a Mesa de Rendas em uma casa commercial de sua propriedade, os postos fiscaes se achavam no mais completo abandono. Os do Riosinho do Pontes e Iquiry, funcionavam em territorio amazonense em lugares onde não era absolutamente possivel exercer qualquer vigilancia: aquelle na bocca do Riosinho do Pontes, a 15 milhas mais ou menos abaixo do porto Acre, e este no barracão Macapá.

É, pois, facil comprehender de que maneira inutil para a Fazenda Federal, taes funcionarios desempenhavam as funcções de seus cargos.

Grande parte da borracha produzida neste territorio nas immediações daquelles postos foi passada como amazonense, expediente de que lançaram mão os proprietarios da fronteira, afim de evitar os multiplos embarços postos em pratica pelo Governo do Amazonas, já multando sob desarrazoados pretextos as embarcações procedentes deste territorio, já apprehendendo seus productos sem que o Governo Federal tenha tomado até hoje medida efficaz para pôr termo a tamanhas violencias.

De semelhantes iniquidades tivemos amplo conhecimento, mas, infelizmente, quasi ao findar os nossos dias de interinidade, quando já não podiamos tomar providencia alguma util.

Limitámo-nos, apenas, a transmittir ao administrador da Mesa de Rendas e aos comandantes dos vapores as ordens recebidas do ministerio da Fazenda relativamente ao facto das autoridades amazonenses exercerem actos de jurisdicção a bordo das embarcações e lançarem visto nos manifestos expedidos pelas repartições federaes.

O posto fiscal de Abunã, cuja sede, segundo ordens expressas do ministerio da Fazenda, devia ser á bocca do Rapirra, ahi foi installado; mas, decorridos poucos dias, os seus empregados mudaram de residencia, transferindo-se para o lugar denominado Recanto, no interior do seringal Catuaba, a seguramente 80 kilometros distante da margem do Abunã.

Considere V. Exa a enorme differença de taxação sobre a borracha entre o Brasil e a Bolivia e poderá avaliar quão numerosos deveriam ter sido os contrabandos impunemente passados neste posto fiscal.

Do posto fiscal do Antimary nada podemos informar; a carência de meios pecuniarios não nos permittia verificar as suas condições.

Resumindo as informações de que nos temos occupado, diremos que as rendas federaes estão grandemente prejudicadas nesta região, e para comprovar a exactidão de nossas palavras, basta-nos referir que o posto fiscal do Abunã, durante o anno findo, não expedio despa-

cho algum de exportação. Entretanto, a zona brasileira banhada por esse rio é riquíssima e o seu commercio muito grande.

Convém ainda assignalar que os postos fiscaes, mesmo quando os seus funcionarios não se tivessem ausentado delles, não poderiam de modo algum embarçar a acção dos contrabandistas, se não possuem, sequer, uma canôa para a vigilancia do rio! E a despeito disto os postos fiscaes não deixaram de ter sempre completos os quadros de remadores e mestres de remadores que *navegam* nos cofres publicos com uma despesa mensal de 4 a 5 contos de réis!...

Por outro lado tambem, é preciso fazer-se alguma justiça a esses infelizes encarregados de postos fiscaes que, até certo ponto, podem justificar o lamentavel abandono a que atiraram as suas repartições.

O Ministro da Fazenda designou diversos pontos em que os encarregados deveriam installar os postos fiscaes, mas não lhes deu instrucções nem lhes facilitou os indispensaveis recursos para a installação delles.

Por sua vez os administradores da Mesa de Rendas nada lhes adiantaram e assim lá se foram elles, uns para desertas margens de rios, outros para o seio da floresta, sem meios com que pudessem ao menos levantar uma barraca para a sua morada!

Com os empregados do Posto Fiscal de Abunã o caso ainda foi mais lamentável: o primeiro administrador da Mesa de Rendas mandou-os entrar por Caparatá, obrigando-os a penetrar 50 kilometros Bolivia a dentro para emfim poder chegar após tormentosa jornada ao ponto de seu destino.

Ao termos conhecimento de taes factos, ao mesmo tempo em que faziamos abrir inquerito para apurar responsabilidades, autorizávamos o administrador da Mesa de Rendas a fazer construir com urgencia barracas nos lugares determinados para os diversos postos fiscaes; mas contra esta medida inadiavel, unica que podiamos tomar salvaguardando os interesses nacionaes, grandemente desamparados, surgiu o Sr. Delegado Fiscal de Manãos prohibindo que a Mesa de Rendas fizesse “quaesquer despesas, por mais urgentes e indispensaveis que fossem.”

Peza-nos sobremodo limitarmo-nos a relatar o estado de desorganização em que se encontram as repartições da Fazenda desta pre-

feitura e, se nenhuma resolução tomámos no sentido de melhor amparal-as, foi exclusivamente devido á escassez absoluta de recursos pecuniarios e tambem á extrema indifferença e má vontade dos que deveriam antes se alliar a nós para a defesa de interesses communs.

Motivo de força maior nos impede de intercalar aqui informações necessarias relativamente ao movimento de exportação, entradas e sahidas de vapores, etc., o que deixamos de fazer porque, quando determinámos ao Administrador da Mesa de Rendas do Acre que nos enviasse os dados imprescindiveis, os livros respectivos haviam seguido para Manãos á requisição da Delegacia Fiscal.

GUARDA NACIONAL

A região que hoje constitue a Prefeitura do Alto Acre, tendo sido o theatro da heroica luta contra a Bolivia, cujo resultado foi a entrada do territorio do Acre para a comunhão brasileira, era natural esperar que o Governo procurasse premiar os serviços daquelles que tanto se haviam distinguido nos campos de combate, aproveitando-os na organização da milicia civica. Entretanto, tal não aconteceu e, contra a expectativa de todos, ao envez dos que souberam se impôr á admiração de seus compatriotas por muitos e gloriosos feitos de armas, quiz o Governo da Republica constituir a Guarda Nacional larçando mão de individuos completamente estranhos ao territorio, moradores uns no Rio Grande do Sul, outros no Rio de Janeiro, alguns em Pernambuco e muitos outros no Pará, sem fallar na lamentável infelicidade de haver escolhido para as patentes superiores individuos criminosos e inimigos ferrenhos dos acreanos, contra os quaes terçaram armas no periodo da revolução.

Essas desastradas nomeações foram eloquentemente verberadas pelo illustre Deputado rio-grandense Dr. Germano Hasslocher, cujas palavras repassadas de civismo e de indignação ainda nos ecôam aos ouvidos.

Este primeiro grito que no Parlamento se ergueu, a despeito de fortissima opposição, para annunciar ao paiz que aqui germinam milhares de brasileiros para quem “não há direitos, só há obrigações”, não logrou a justiça que o illustre filho da terra incomparavel dos pampas

julgava ter despertado “através da piedade da Camara”: apenas conseguiu que o Ministro suspendesse a expedição das patentes.

Agora chegam-nos ao conhecimento as novas nomeações feitas, naturalmente sob proposta de alguns dos nossos antecessores. Ainda aqui foram os acreanos postos de parte e com certeza, para se não afastar de uma politica até hoje seguida, as informações foram dictadas por um criterio bem mais inferior que o das primeiras. O homicida, o bêbedo, assiduo frequentador do xadrez da policia, os gatunos, lá estão generosamente premiados, em detrimento dos homens que tão bons servicos prestaram nos momentos difficeis.

FORÇA PUBLICA

Desde a época em que se retiraram as forças de occupação militar ficou o Acre sem elementos que garantissem a ordem publica; apenas aqui permaneceram estacionadas quatro ou cinco praças do Exercito commandadas por um capitão! – ridiculo e inutil destacamento que nem ao menos podia servir para os misteres de policiamento da villa.

Pouco tempo depois o ex-Prefeito, Dr. Acauã Ribeiro reconhecendo que a prefeitura carecia de meios materiaes, quando nada para a garantia das autoridades constituídas e captura de criminosos, resolveu crear uma força policial para cujo fim incumbio o seu Secretario Francisco das Chagas Pinto Monteiro .

Esta força, denominada Companhia de Segurança, teria vindo certamente preencher enorme lacuna, se na sua organização não tivesse presidido uma tão grande infelicidade., envez de fazer, como aliás era de suppôr, o alistamento voluntario, o Alferes Pinto Monteiro entendeu dever recrutar forçadamente quantos vagabundos e desordeiros chegaram ao alcance de suas mãos, e, por fim, ficou constituída a companhia a quem mais tarde deveria ser confiada a guarda da segurança publica.

As desastradas consequencias, da falta de critério na organização de uma semelhante companhia, não se fizeram esperar: as desordens por ella promovidas se multiplicava cada dia e, em breve, os soldados se haviam constituído o terror publico. Tambem, em compensação, a vergasta no quartel não descansava um instante; o espancamento brutal

levado até quanto possível, era o predilecto castigo imposto aos presos e aos soldados.

Assumindo o Governo da prefeitura, o Alferes Pinto Monteiro elevou a dita companhia a categoria de batalhão, com effectivo de 338 praças.

Não lhe sendo bastante a qualidade de chefe da milicia, conforme preceitua o art. 4º nº 13, do decreto que organiza o Acre, e para fazer jus a melhores ordenados, quiz o Alferes Pinto Monteiro ser tambem commandante do batalhão e, para isso, decretou a sua promoção ao posto de coronel! – mandando que o major da primitiva companhia lhe fizesse uma communicação de que elle, prefeito, havia sido incluído no effectivo do batalhão como coronel commandante!!... Este facto irrisório symptomatico de uma adiantada vesania, está exuberantemente comprovado pelos papeis existentes no archivo da prefeitura.

Ocioso é dizer que o referido batalhão não concorreu para modificar o conceito da antiga companhia; ao contrario, o augmento do seu estado effectivo ainda maior tornou o perigo a que estava exposta a segurança publica.

Para que V. Ex^a avalie do que foi este batalhão, basta-nos referir sem commentarios o facto seguinte: um individuo é preso por crime de furto e barbaramente espancado no quartel do referido batalhão; dias depois, pelo commettimento de outra falta, assentam-lhe praça; mais tarde e quando já furriel, reincidindo no crime de furto, é novamente espancado; passam-se alguns dias sem que o espancado furriel commetta faltas e em recompensa à sua *boa conducta*, promovem-n’o a *segundo tenente*!!...

O nosso digno antecessor, Major João de Oliveira Rôla, ao assumir interinamente o cargo de prefeito deste departamento, tendo em vista a manifesta inutilidade do batalhão, na sua maioria constituido por officiaes e a enorme despesa que elle acarretava, despesa de quasi mil contas annuaes! – deliberou extinguil-o por decreto de 5 de Junho do anno proximo passado, creando na mesma data uma companhia com um effectivo de 50 praças e quatro officiaes.

Esta medida tomada pelo Major Rôla já havia sido determinada pelo Ministro da Justiça Dr. J. J. Seabra, em aviso n. 412, de 13 de Março de 1906, dirigido a esta prefeitura em officio do delegado especial, sob nº

833, de 9 de Abril do mesmo anno; mas o Alferes Pinto, não querendo desfazer aquillo que fôra creado por suas próprias mãos, apoderou-se do alludido officio, não fazendo constar a sua entrada na secretaria.

Só muito posteriormente, por intermedio do Delegado Especial do Governo Federal, tivemos sciencia daquella determinação, o que muito orgulhou o povo acreano por ver o critério e o acerto de um seu representante legitimo sancionados pelo alto juizo desse ministerio.

A Companhia de Segurança creada pelo Major Rôla continúa a prestar os serviços que era licito se esperar della. Não obstante o seu estado effectivo ter-se mantido sempre incompleto devido á falta absoluta de recursos pecuniarios, comtudo ella tem sido sufficiente para garantir a ordem no departamento .

Entretanto, o Alferes Pinto Monteiro não sentio o rubor subir-lhe às faces ao escrever no seu relatório que o seu batalhão era ainda exiguo para o policiamento do departamento “onde se nota franca e pronunciada exaltação de animos pelo que diz respeito aos negócios attinentes á criação de Estado autonomo!”

RECENSEAMENTO

Posto que tivéssemos encontrado a melhor boa vontade da parte dos proprietarios em nos auxiliar na execução desta medida de tão grande alcance, todavia, a escassez, diremos antes, a falta absoluta de recursos pecuniarios, não nos permitio fazer o recenseamento da região.

Pela exportação da borracha podiamos fazer um calculo bem approximado da população do departamento, tendo conta a media da borracha produzida por um homem; mas ainda aqui nos faltam os dados precisos, porque a Mesa de Rendas do Acre, antes de nos fornecer informações relativas ao movimento geral de exportação, enviou os respectivos livros á Delegacia Fiscal em Manáos.

IMPOSTOS

É-nos summamente desagradavel e ingrata esta tarefa de estar a cada passo referindo e commentando actos abusivos de nossos antecessores; e o fazendo, creia-nos V. Ex^a, não nos move outro intento que

o de mostrar claramente aos altos poderes da Republica a extrema desgraça a que estiveram sujeitos os habitantes deste departamento.

Aos olhos dos prefeitos não pareceu bastante que o decreto organizador do Acre houvesse cerceado aos acreanos todos os direitos de cidadãos brasileiros; era preciso mais – chegar o ferro em brasa á chaga, e neste sentido em flagrante violação de todas as leis do paiz e de todas ás regras elementares de bom senso, crearam de sua propria autoridade impostos de toda a natureza, tributando até o homem!! . .

O ministerio que V. Ex^a dirige actualmente teve amplo conhecimento dessas violências, soube pelos relatorios que lhe foram apresentados que o Coronel Cunha Mattos tributou a exportação da borracha, creou e recebeu impostos de industrias e profissões, consumo, etc., a despeito de iguaes impostos já serem pagos pelos contribuintes a Fazenda Federal, soube ainda que o Dr. Acauã Ribeiro manteve a situação creada pelo seu antecessor, mandando cobrar os mesmos impostos; e soube também que o Alferes Pinto Monteiro, dias depois de sua posse no cargo de prefeito interino, baixou o celebre Decreto nº 9, de 29 de janeiro de 1906, que fixou a receita e despesa da Prefeitura.

Leia V. Ex^a este monstruoso decreto (annexo nº 5), e verá que nada lhe escapou; em tudo vio o ex-Prefeito Pinto uma fonte de fabulosas rendas; até o criminoso para ter entrada no cárcere devia pagar um imposto!...

Os seringaes pagavam impostos sem numero: o registro da propriedade, variável com a sua extensão de frente; a producção de borracha e caucho, a casa commercial; a firma e as marcas de borracha, tudo, enfim, foi pesadamente tributado! Este ultimo imposto sobre marca de borracha, taxada á razão de 1:000\$000 cada uma, era simplesmente revoltante!

Para que V. Ex^a ajuize com mais segurança do absurdo e da iniquidade desse decreto, vamos calcular quanto pagava um seringal á prefeitura, excluidos os impostos cobrados pela Mesa de Rendas e tendo em consideração, que, em média, os seringaes deste departamento têm 10.000 metros de frente, 80 homens ao trabalho, cada um com a sua marca, e uma producção de 40. 000 kilos de borracha e 8.000 de caucho.

Teríamos assim:

Registro	200\$000
Produção de borracha	900\$000
idem de caucho	400\$000
Licença	150\$000
Registro da firma	30\$000
Idem das marcas	80:000\$000
Captação	1:000\$000
Registro de nomeação de empregados	<u>100\$000</u>
Somma	82:780\$000

Todos estes attentados ás leis da Republica, todos estes crimes praticados á sombra das autoridades do Governo, já foram referidos e sufficientemente commentados do alto das tribunas da Camara dos Deputados; os representantes do povo ouviram a revelação delles entre risotas e exclamações de surpresa, a providencia logo após tomada, foi a elevação da taxa sobre a exportação de borracha de 18% a 23%.

O nosso antecessor, Major João de Oliveira Rôla, declarou inconstitucionaes os impostos creados por aquelle monstruoso decreto e como taes foram revogados por acto de 5 de junho do anno findo.

FRONTEIRA DA BOLIVIA

Seria ocioso procurarmos encarecer a importancia deste capitulo; todavia não nos furtamos ao desejo de chamar vivamente a attenção de V. Ex^a para as considerações que vão seguir:

Os prefeitos que têm administrado este departamento descuraram por completo do estudo deste assumpto e para aqui vieram sem noção alguma sobre a nossa fronteira com a Bolivia, recentemente assignalada pelo Tratado de Petropolis. Assim é que o Coronel Cunha Mattos processou demarcações e concedeu titulos de propriedade em plena Bolivia, sendo de notar que um desses titulos, passado a Fiusas & C., se estendia até o rio Caramano! Na mesma época autorizou o Dr. Armano Ricci a

demarcar terras na margem esquerda do Abunã, ao sul do paralelo 10°20'!

Posteriormente o Alferes Pinto Monteiro mandou que o promotor publico do departamento e um official de policia, em fórmula de *embaixada*, se dirigissem ao igarapé da Bahia onde deveriam intimar o sub-delegado do Beni a abandonar a região da margem direita do Acre por motivo de ser a sua presença allí attentatoria á soberania brasileira!

Os taes *embaixadores* cumpriram a missão que lhes foi confiada como se vê do esdruxulo relatório apresentado ao Alferes Pinto Monteiro pelo promotor publico. E enquanto os desta prefeitura se vangloriavam da desafronta tomada em nome dos brios nacionaes, os bolivianos permaneciam nos seus postos, rindo a bom rir da ignorancia das nossas autoridades.

Esse vergonhoso incidente nos foi referido pelo proprio sub-Delegado boliviano D. Henrico Cornejo, quando em visita á nossa propriedade de Capatará, e, posto que naquella occasião não tivéssemos posição official, affirmámos, comtudo, ao Sr. Cornejo, estar o Governo brasileiro completamente alheio ao incidente e que, certamente ao ter conhecimento delle, muito haveria de se contrariar.

E não nos enganámos: decorrido pouco tempo, o Ministro das Relações Exteriores, em nota trocada com o seu collega da Justiça e Negocios Interiores fez sentir que o General Pando se conservando á margem esquerda do igarapé da Bahia e da boca deste igarapé rio acima, á margem direita do Acre, estaria em territorio por nós considerado boliviano.

Pensamos que o Governo não deve esquecer a necessidade de ser procedida, quanto antes, a demarcação de nossa fronteira com a Bolivia, a fim de sanar as difficuldades que estão encontrando as autoridades locais de ambos os paizes, que em alguns pontos, como na bocca do Rapirrã, não podem absolutamente saber onde termina a zona de sua jurisdicção. Ahi, a duvida é tanto maior quanto estando perfeitamente verificado que o Rapirrã não pertence a vertente do Iquery e consequentemente do Purús, senão á do Abunã, onde desagua na latitude 10°26' 58" S. e na longitude 67°5'45" W. de Greenwich, segundo o distincto Engenheiro Lopo Netto, e de 10°20'6" segundo apontamentos que nos

foram fornecidos recentemente pelo Major Faiweel que a serviço da Bolívia acaba de percorrer a fronteira.

O que é certo é que o Rapirrã, longe de pertencer á vertente do Purús, como se vê no mappa do Tratado de Petropolis, desembocca em o rio Abunã, em ponto por demais conhecido.

Como se vê, é profundo o desaccôrdo e não se pode saber onde esteja a precisão das observações.

Admittindo como verdadeiro o ultimo resultado, a differença é insignificante; mas o Rapirrã correndo para nordeste, volta-se visivelmente para o sul procurando o Abunã, onde desagua.

Assim sendo, o paralelo 10°20'S. o encontra pela margem esquerda, hypothese que não fizeram os tratadistas.

Pelo exposto bem se vê a difficuldade que têm as autoridades desta prefeitura em assignalar a fronteira nesse ponto.

No intuito de prestarmos um serviço ao Governo e ao nosso paiz, antes de ter assumido accidentalmente a direcção desta prefeitura, fizemos com o Ag. Genesco de Oliveira Castro um extenso levantamento do rio Abunã, abaixo e acima da bocca do Rapirrã, como se vê do anexo nº 10.

MAPPA DO ACRE

Preoccupando-nos, desde alguns annos, a organização de uma carta geographica do Acre que servisse não só ao nosso uso particular quando dirigiamos a guerra contra a Bolívia, como tambem para tornar conhecido este vasto manancial de riquezas, temos publicado alguns trabalhos neste sentido, e sem fallar no mappa militar, aliás deficiente, já publicamos, após o Tratado de Petropolis, a edição de que se servio o illustre Ministro da Fazenda de então, para uso official das repartições publicas a seu cargo, e no anno findo, uma segunda edição impressa na Inglaterra e bastante melhorada.

Ultimamente, aproveitando os dados que gentilmente nos forneceu o Major Faiweel, da Sociedade Geographica de Londres, que a serviço da Bolívia levantara o rio Acre do igarapé da Bahia para cima, preenchemos as lacunas do nosso trabalho nesse ponto e organizamos o

mappa que ora remettemos a V. Ex^a (annexo nº 9), e que nos parece mais completo que os de muitos Estados da União.

INSTRUCCÃO PUBLICA

A falta de recursos, tão repetidas vezes citada neste relatório, não nos permittio desenvolver a instrucção primaria neste departamento, de accordo com as necessidades de uma população já numerosa; apenas, e com difficuldade, nos foi possivel manter as quatro escolas creadas pelos nossos antecessores.

Este assumpto tem sido tão descurado que se pode dizer mesmo, não existir instrucção publica no departamento do Alto Acre.

HYGIENE E SALUBRIDADE PUBLICAS

As nossas idéas, que se vão seguir, respeito ás condições de salubridade do Acre, hão de, naturalmente, deixar o esclarecido espirito de V. Ex^a tomado de grandissima surpresa.

De norte a sul do paiz propala-se que o Acre é o antro da morte, a região malsinada para onde muitos vão e de onde poucos tornam e, neste côro unanime em proclamar a insalubridade delle, não juntaremos a nossa opinião, também não exaltaremos, como tantos outros, “a excellencia do seu clima, a pureza das suas camadas atmosfericas” e considerações outras deste jaez.

Pretendemos, apenas, com o resultado da nossa observação de longos annos desmentir a terrivel fama de que goza esta região, conceito injusto que até hoje só tem concorrido para afastar della a possibilidade de seu desenvolvimento.

Não ha duvida, e seria sobremodo desarrazoado negal-o, que o coefferente de mortalidade no Acre é, relativamente, muito mais avultado do que em outra qualquer parte, mas para isto concorrem causas múltiplas, muitas dellas sempre desprezadas e que é preciso tel-as em linha de conta.

Em primeiro lugar deve-se considerar as condições de seus habitantes, os seus habitos, o seu espirito de rotina, a sua persistencia em idéas erroneas que impossibilitam o estabelecimento de regras ele-

mentares de hygiene, preliminar indispensavel ás conclusões a que pretendemos chegar.

Os habitantes do Acre em sua mór parte são individuos vindos das zonas flagelladas pelas seccas, que aqui nos chegam já em condições de extrema miseria physiologica.

Durante a longa viagem, desde a sua terra natal até aqui, vêm elles – os desgraçados cearenses, na prôa infecta de um navio, mal alimentados, em promiscuidade com animaes, atirados emfim ao mais revoltante abandono.

Ahi, a bordo desses navios, desenvolvem-se, de ordinario, varias epidemias, dentre as quaes se destacam como mais mortíferas, a variola, a dysenteria e o sarampão. E todos esses infelizes, victimas do desleixo que avassala o nosso serviço de navegação e do descuido injustificável das autoridades de hygiene dos portos do Pará e Manáos, todos esses infelizes, repetimos, vão figurar no obituario desta região, concorrendo assim para tornal-o sempre muito crescido.

Os que conseguem salvar-se do flagello de bordo – chegam-nos, como é facil de prever, com as suas resistencias organicas muitissimo diminuidas, quasi exgotadas e, portanto, em condições desfavoraveis para supportar a influencia peculiar aos climas tropicaes.

Oriundos das classes inferiores da sociedade, ignorantes e supersticiosos, os habitantes do Acre, na maioria dos casos, são completamente avessos ás regras elementares de prophylaxia que lhes são aconselhadas como meio seguro de se premunirem contra os rigores do clima; dahi, a facilidade extrema com que adquirem, logo aos primeiros dias, a infecção palustre.

Accrescente-se agora, que esses individuos doentes e já de pauperados resistem a qualquer tratamento racional a que se pretenda sujeital-os; preferem sempre as promessas aos santos, as rezas diversas e uma multidão de outros recursos inefficazes ás prescripções dos profissionaes.

É pois natural que a mortalidade seja sempre avultada, sem que por isso se possa incriminar o Acre como uma região perigosa pelas suas condições de insalubridade.

Ao contrario, o observador imparcial poderia concluir de maneira mais favoravel para o Acre, tendo em consideração a extrema exiguidade do seu quadro nosologico, que quasi se resume no impaludismo, e o impaludismo, sabe-se, é uma molestia eminentemente curavel e eminentemente evitavel.

Outras molestias proprias aos climas tropicaes, como beriberi, não existem aqui, e neste ponto estamos de pleno accôrdo com muitos medicos com quem temos privado, cujas observações, neste particular, deixam ver que os casos tidos como de beriberi não são mais que polynevrites paludicas e alcoolicas.

Os symptomas em ambos os casos – beriberi e polynevrite paludica ou alcoolica – dizem os profissionaes, são identicos, a differença sendo apenas de causa. Esta etiologia das polynevrites, principalmente no que respeita ao impaludismo, é tão eloquente que a sua observação já chegou ao alcance das classes inferiores.

O seringueiro, homem sempre inculto, diz, a cada passo “que o beriberi só ataca o amarellão”, o que equivale dizer em linguagem mais elevada, que só os individuos já em estado de profunda anemia, quasi cohexia paludica, estão sujeitos ao que se chama vulgarmente beriberi.

Outros muitos casos conhecidos pelo nome aterrador de beriberi galopante e que em poucas horas victima individuos até então em estado apparente de perfeita saude, não são outra cousa que accidentes perniciosos do impaludismo, e, portanto, ainda perfeitamente evitaveis.

Falta-nos por completo a competencia para illustrar nossa opinião, revestindo-a de um caracter puramente scientifico; mas o Governo, se se quer esforçar por esta região até hoje tão injustamente abandonada, que promova os meios de estudos necessarios ao esclarecimento destes pontos de duvida que tanto têm prejudicado os nossos interesses.

Permitta-nos, entretanto, V. Ex.^ã que aproveitemos a boa oportunidade para lembrar algumas medidas imprescindiveis ao bem-estar desta população, dentre as quaes avultam pela sua importância e urgência: a distribuição regular e gratuita de quinino de pureza garantida e a criação de um pequeno serviço clinico, onde possam os comprovadamente pobres encontrar os meios salutaes contra seus males.

Para esse humanitario fim bastaria que o Governo ordenasse a installação de um modesto estabelecimento medico cirurgico, a cargo de dois profissionaes, de preferencia aqui residentes, convenientemente remunerados e que em determinadas horas ahi dessem consultas gratuitas, tudo sob a immediata fiscalização da prefeitura.

A distribuição do quinino, á semelhança do que fazem os governos europeus, é uma medida de extraordinario alcance que deveria ser tomada desde logo, pois uma das principaes causas das grandes devastações do impaludismo entre nós é ser o quinino que importamos muitissimo falsificado.

E como complemento desta importante medida deveria o Governo promover os meios naturaes da propaganda das idéas modernas sobre a transmissão do impaludismo, a fim de pôr bem em destaque a proficuidade do uso systematico e intelligente do mosquiteiro.

APPLICAÇÃO DA VERBA

Quando pretendiamos conhecer o movimento do caixa desta prefeitura e mais papeis referentes aos pagamentos effectuados, se nos depararam algumas contas satisfeitas, que, processadas, muito nos impressionaram, deixando-nos ver eloquentes vestigios de deshonestidade. E no intuito de bem examinal-as resolvemos nomear uma commissão composta do Bacharel Octaviano Suzart, Advogados provisionados José Alves Maia e Octavio Couto, Oscar de Hollanda e Ananias Maia de Lima a quem incumbimos de verificar não só se as despezas feitas estavam autorizadas em lei, senão também a authenticidade dos documentos justificativos da applicação da verba material de exercicios passados.

A commissão alludida após as investigações julgadas necessarias apresentou-nos o seu parecer (annexo nº 6), cujas conclusões, comprovadas pelos documentos que juntou, submettemos á alta apreciação de V. Ex^a.

Em officio de 5 de Março datado demos conhecimento de tudo isso ao Tribunal de Contas que certamente julgará melhor do que nós da legalidade dos pagamentos effectuados.

Convém referir que das administrações Cunha Mattos e seu substituto, Capitão Odillon Pratagy, não póde a commissão ajuizar de

que maneira fôra despendida a verba material, uma vez que, ao se retirarem do departamento, levaram aquelles dois militares todos os documentos que diziam respeito aos pagamentos por elles effectuados.

Durante o nosso periodo administrativo procurámos fazer toda a economia possivel.

Assim, pela leitura do quadro demonstrativo de todas as despesas da prefeitura no decorrer do exercicio que findou (annexo nº 7), concluirá V. Ex^a que despendemos tão sómente aquillo que permittia a exiguidade da verba material votada pelo Congresso Nacional. Entretanto a prefeitura está a dever do exercicio passado, além da verba de 250:000\$000 que foi despendida pelo Alferes Pinto Monteiro, durante os dois primeiros mezes do anno findo, a importancia de réis 314:640\$152, sem fallar na divida de 81:278\$467 deixada pelas extinctas intendencias municipaes do Rio Branco e Xapury, conforme esse ministerio teve sciencia pelo nosso officio nº 229, de hontem datado.

Deduzido daquella quantia o que diz respeito á administração Pinto Monteiro, por cujos esbanjamentos não podemos responder restam 124:405\$043 que se referem á nossa gestão e a do nosso antecessor Major João de Oliveira Rola, importancia de despesas feitas dentro dos limites da dotação annual desta prefeitura.

O que nós não podiamos fazer era abandonar por completo a prefeitura, simplesmente porque um administrador irreflectido e desastrado já havia despendido a sua verba material em dois mezes de administração.

Reiteramos a V. Ex^a o pedido de providencias no sentido de serem satisfeitos os compromissos que tomamos em nome do Governo da Republica.

CONCLUSÃO

Ahi ficam ligeiramente expostos os diversos ramos do serviço publico, os principaes factos occorridos durante nossa administração, os nossos habitos acreanos, a nossa industria, as nossas aspirações politicas e, ainda, o que nos foi possivel fazer para dar ao Governo Federal uma idéa clara da geographia desta região – um mappa do Acre.

Se as informações que damos com a autoridade de que estamos investido como prefeito, bem como pela que representamos por parte dos nossos concidadãos sem voto – os acreanos – forem de alguma utilidade para o Acre e para Republica nos julgaremos feliz e bem pago pelo esforço que despendemos para chegar a tal fim.

Acre Federal, Villa Rio Branco; 27 de Março de 1907.

J. Plácido de Castro,
Prefeito interino.

Esse relatório dá uma palida ideia das misérias do Acre, falando muito superficial e laconicamente dos protegidos do Governo Federal, e das suas tropelias e desatinos, por isso transcrevo o seguinte documento que, além do mais, serve para mostrar que o criterio no recrutamento de *homens de valor* para a administração do Acre, não sofreu modificação sinão depois que retiraram dela o perigoso *ophidio* que tanto mal causou aquella infeliz terra:

Eil-os:

PROCURADORIA GERAL

O Dr. Procurador Geral denuncia o Dr. Salvador Augusto de Araujo Jorge, ex-Chefe de Policia deste territorio, como incurso no art. 331, § 2º, do Codigo Penal, combinado com o art. 330, § 4º, do mesmo codigo.

A denuncia do procurador geral está assim redigida:

Ex^{mo} Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Appellação.

O Procurador Geral do Territorio, no exercicio de suas attribuições de orgam do ministerio Publico nessa superior instancia, promotor da acção publica da justiça contra todas as violações de direito praticadas por funcionarios públicos com fôro privativo, e em cumpri-

mento ao accordam do Supremo Tribunal Federal sob nº 17.148, de 10 de Janeiro do corrente anno, que firmou, em definitivo, a competência do Presidente do Tribunal de Appellação do Territorio para formar culpa dos crimes communs e de responsabilidade do chefe de policia, mas incompetente para pronuncial-o, cabendo esta attribuição ao tribunal, vem apresentar a V. Ex^a denuncia contra o ex-Chefe de Policia do Territorio – Dr. Salvador Augusto de Araujo Jorge, para o fim de ser devidamente processado pelo facto delictuoso seguinte:

Sendo Genesco de Oliveira Castro, brasileiro, proprietario dos seringaes Capatará, Tambaquy e Campos, todos conhecidos pela denominação generica de “Capatará”, situados neste municipio e comarca de Rio Branco constituiu o ex-Chefe de Policia Dr. Araujo Jorge, seu advogado, a fim de defender os interesses de proprietario, pelo esbulho que soffrêra por parte da firma Ferreira & Jobim, firma essa composta de Daniel Ferreira Lima e Armando Jobim.

De posse do procuratorio, que lhe fôra outorgado em 16 de Fevereiro de 1923, por instrumento publico lavrado em as notas do Tabellião Francisco Antonio Machado, do Rio de Janeiro – doc. nº 1 – onde o outorgante é residente actualmente, o denunciado Dr. Araujo Jorge, veio para este territorio, onde em data de 26 de Maio do mesmo anno, propoz, por substabelecido seu, Dr. José Alves Maia, a competente acção ordinaria de esbulho contra a firma Ferreira & Jobim requerendo, *initio litis* a devida reintegração de posse dos seringaes esbulhados, a qual foi concedida pela autoridade judiciaria competente, sendo o mandado expedido em 7 de Junho do mesmo anno e por data de 18 do mesmo mez entregues os seringues, por ter sido reintegrado na posse

e proprietário, ao cidadão Theodorico Serapião Lopes, como preposto e indicação do Dr. José Alves Maia, advogado substabelecido – doc. nº 2.

Tomando conta naquela data das referidas propriedades o denunciado por intermédio do advogado substabelecido, logo as arrendou, isto em data de 14 de Agosto de 1923, ao mesmo Theodorico Serapião Lopes, de que em consequencia do arrendamento e na mesma data, recebeu a importancia de cinco contos de réis (5:000\$000) – a que se refere o contracto – (doc. nº 3).

Mezes depois, não tendo podido o arrendatário continuar com a locação, foi celebrada a rescisão daquelle contracto, dando-se locador e locatário mutuas e reciprocas quitações (doc. nº 4). Em 16 de Fevereiro de 1924, foi celebrado pelo denunciado, por seu substabelecido, um novo contracto de arrendamento com o Coronel João Honorio Alves (doc. nº 5) e que pela assignatura do mesmo, o denunciado recebeu em pessoa, do novo arrendatario e a titulo de – “luva” – a importância de dez contos de réis (10:000\$000), e logo um mez depois, mais cinco contos de réis por adiantamento do preço do arrendamento (doc. nº 5).

Vencido o prazo para o pagamento da primeira prestação do arrendamento acima referido, isto em 18 de Agosto de 1924, pelo arrendatario Coronel João Honorio Alves, já então constituido em sociedade commercial com Jaime Peixoto de Alencar, foi paga a renda respectiva no total de tres mil kilos de borracha e tara de dez por cento, producto esse que foi embarcado para a casa J. Carneiro da Motta, de Manãos, rendendo a importancia liquida de treze contos e duzentos mil réis (13:200\$000).

Havendo Genesco de Oliveira Castro recebido no Rio de Janeiro, onde se achava, noticias de que o

denunciado tinha em seu poder todas as quantias acima discriminadas e como o Dr. Araujo Jorge nada lhe houvesse communicado acerca do estado dos negocios e interesses que lhe foram confiados, solicitou do denunciado a remessa dos dinheiros recebidos, não sendo entretanto, attendido, apesar de já haver em seu poder nada menos de trinta e tres contos e duzentos mil reis (33:200\$000), producto das rendas, vantagens oriundas dos seringaes de Capatará.

Com o fim de se locupletar de tal importancia, o denunciado Dr. Araujo Jorge, em novembro de 1914, effectuou por um novo substabelecido seu, o Dr. Vicente Liberalino de Albuquerque (doc. nº 6) a venda dos tres seringues de Genesco de Oliveira Castro pela quantia de cincoenta contos de réis (50:000\$000), representada por duas promissorias de vinte e cinco contos de réis (doc. nº 7) venciveis em 1929, sendo compradores Jayme Peixoto de Alencar e Miguel Corrêa de Mello, pessoas de intimidade e confiança do denunciado. Essa alienação, alta e manifestamente lesiva aos interesses de Genesco de Oliveira Castro, está perfeitamente comprovada, não só porque não fôra autorizada, mas até mesmo contrariando recommendações expressas contidas na carta de instrucção dirigida pelo mesmo Genesco ao denunciado (doc. nº 8), carta esta que faz parte integrante do instrumento procuratorio (doc. nº 1).

De todas essas occurrencias tivera Genesco de Oliveira Castro conhecimento por terceiros, inclusive o substabelecido do denunciado – Dr. José Alves Maia, sem que o Dr. Araujo Jorge lhe desse conhecimento do que havia recebido, caracterizando com o seu silencio a perpetração do crime de apropriação indebita.

Taes foram as murmurações em torno dos negócios feitos pelo denunciado que Genesco de Oliveira Castro o destituiu do procuratorio, chamando-o, finalmente, por intermédio de novo procurador constituído, á prestação de contas, o que o denunciado deixou correr á revelia (doc. nº 9).

No Rio de Janeiro, Genesco de Oliveira Castro procurou o denunciado para que lhe prestasse contas do mandato que lhe outorgara e em virtude do qual recebera dinheiro e productos: respondeu o denunciado com ameaças, até de que se continuasse Genesco em pedir tal prestação o chamaria juizo, o que, de facto, levou a effeito (doc. nº 10).

Em virtude de tais acontecimentos, Genesco de Oliveira Castro levou ao conhecimento de altas autoridades administrativas da Republica o modo de proceder do denunciado, chegando, finalmente, o Dr. Araujo Jorge a declarar na presença do advogado de Genesco e de um irmão do proprio denunciado, que effectivamente vendêra as propriedades de Capatará ficticiamente, possuindo uma resalva dos compradores e que estava prompto a desmanchar a supposta venda, logo que tivesse chegado a esta cidade de Rio Branco.

A promessa feita não foi cumprida nem tão pouco exhibida a resalva dos compradores; o que, entretanto, ficou patente foi a venda feita das propriedades e a intenção do apossamento das mesmas e valiosa e firme a supposta compra feita ao denunciado.

Para que fosse garantida a venda, os compradores propuzeram um interdicto prohibitorio contra Genesco de Oliveira Castro, a fim de impedir-lhe a entrada nos seringaes Capatará, comminando-lhe a pena de dez contos de réis pela transgressão do preceito (doc. nº

14), para depois requererem, perante o juiz de Direito desta comarca, outra medida juridica demonstradora de intenções que muito desabonam a conducta do denunciado (doc. nº 12), servindo-se para isso de seus amigos Jayme Peixoto de Alencar e Miguel Corrêa de Mello.

Em vista do exposto, e porque com tal procedimento, tenha o denunciado Dr. Salvador Augusto de Araujo Jorge, commettido o delicto previsto no art. 331, nº 2, do Codigo Penal da Republica, offerece esta Procuradoria a presente denuncia que espera seja recebida e, afinal, julgada provada para o fim de ser o mesmo denunciado punido com o gráo médio das penas comminadas no cit. art., combinado com o art. 330, § 4º, attendendo-se ao disposto no art. 62, paragrapho 1º do cit. Codigo Penal, requerendo mais, que autuada esta e documentos que instruem a presente denuncia se proceda aos necessarios termos do processo, citando-se por precatoria o denunciado, que hoje reside no Districto Federal, e notificando-se as testemunhas arroladas para deporem em dia e hora designadas por V. Ex., pena de desobediencia, cumprindo-se antes, o disposto no art. 91 do Decreto nº 5.618, de 1874.

Rio Branco, 25 de Março de 1927.

José de Castro Monte,
Procurador Geral em exercicio.

A denuncia supra dá, apenas, uma vaga ideia de quem é o ex-Chefe de Policia do Territorio do Acre, mas o processo que contra elle instaurei encerra factos que não deviam ficar sepultados na cova do *habeas-corpus* com que o Supremo Tribunal Federal o livrou do carcere.

Para rehavér parte da minha propriedade, tive que compral-a de novo: dei vinte contos de réis a Miguel Corrêa *pela sua parte*; trinta contos a Jayme de Alencar, *pela sua*, depois de muitas peripecias; gastei

cerca de trinta contos com o processo, diligencias, etc., e fiquei endividado em setenta e cinco contos com o advogado!... Tomei um outro advogado e processei o meu infiel procurador, mas, depois de custosas diligencias e bem pago o advogado, quando esperava a condemnação do criminoso que indebitamente se havia apoderado de 33:200\$000 meus e vendido sem minha autorisação todas as minhas propriedades a comensaes seus; quando esperava o justo castigo para um tão esclarecido quão importante delinquente – eis que o Supremo Tribunal Federal, sem ouvir o juiz processante, concede uma ordem de *habeas-corpus* em favor do illustre Chefe de Policia do Territorio do Acre, do eminente preposto do Governo Federal que tão bem sabe comprehender o paiz em que vive e a alta protecção dispensada aos ladrões e aos assassinos, que sabem viver.

Para augmentar os titulos meritórios desse illustre protegido da nossa justiça, mais de uma vez aproveitado no exercicio de altos cargos no desgraçado Acre, transcrevo uma carta de um dos seus comensaes:

Rio Branco, 31 de Outubro de 1925.

Attendendo ao que me foi solicitado por V. S^a, apresso-me a responder que, effectivamente, por occasião de ser firmado, a 16 de Fevereiro do anno passado, o contracto de arrendamento do seringal Capatará, por parte do Coronel João Honorio Alves, obrigou-se este a pagar ao Dr. Salvador Augusto Araujo Jorge, então procurador de V. S^a neste territorio, a quantia de dez contos de réis (10:000\$000), a titulo de “luva”, pelo mesmo arrendamento, assignando-lhes duas promissorias de cinco contos de réis cada uma, as quaes foram, posteriormente, pagas, sendo eu, na qualidade de socio do Coronel João Honorio Alves, o intermediario do mesmo pagamento, feito em parcelas. Devo accrescentar, ainda que resgatada a primeira daquellas cambias, e quasi totalmente liquidada a segunda, o Dr. Salvador Augusto de Araujo Jorge não só exigiu, recentemente, do Coronel João Honorio Alves, o pagamento integral da ultima promissória, pois não lhe déra recibo das importâncias recebidas por conta della, como ainda uma declaração de que o mesmo Coronel Honorio nenhuma importancia lhe déra, a elle Dr. Salvador, a titulo de “luva” tudo sob ameaça de este não dar aquella alludida cambial apesar de liquidada. Autorizando-o a fazer desta o uso que lhe convier,

subscrevo-me, de V. S^a Att. Venr. – *Jayme Peixoto de Alencar* (A). Firma reconhecida.

O depoimento do Coronel João Honorio Alves, no processo que movi contra o honrado Chefe de Policia do Acre, diz que essas promissórias foram assignadas para pagar *sello de verba*, por falta de estampilha na ocasião, e que, com grande surpresa do signatário, quando foram resgatadas estavam estampilhadas e o seu nome firmado sobre as estampilhas com letra que não era de seu punho...

.....

*“O espirito revolucionario de Plácido”
e seus esforços em prol da paz*

PARA justificar a perpetua hostilidade do Governo Federal contra Plácido e a decidida protecção prestada aos seus assassinos pelo Dr. Affonso Penna, muitas invencionices surgiram: “O espirito revolucionario de Plácido” era explorado tanto pela imprensa como pelo Governo e, ainda mais, pelos seus prepostos que viam na pessoa de Plácido um sério obstaculo á livre expansão dos seus pendoros *economistas*, sobretudo depois da publicação do relatório que faz parte deste livro e que foi o seu decreto de morte.

Desde o Tratado de Petropolis que o Governo despachava para o infeliz Acre todos os importunos que não podia acomodar na Capital e que desejava proteger.

Os acreanos, por mais que trabalhassem não tinham o direito de enriquecer, como não enriqueciam, eram escorchados pelos impostos, submettidos pela violencia a todos os caprichos das autoridades federaes, assassinados e roubados impunemente, com o applauso da imprensa e a indiferença do Governo – mas os que iam do Rio eram respeitados até pelo paludismo, porque nunca se expunham. Por mais insignificantes que fossem os salarios, dos amigos dos prefeitos, elles faziam *economias* vultuosas, voltavam ricos. (Refiro-me à Prefeitura do Alto Acre, aquella com que estive sempre em contacto). Que terra bôa para os prefeitos e

seus auxiliares!... Viviam à tripa forra e *economisavam* dez vezes mais do que ganhavam. Alguns passavam no Acre apenas alguns meses e voltavam ao Rio na opulência, compravam palacetes, tornavam-se capitalistas e quando os *jornaes da Opposição* duvidavam da sua probidade ou dos seus pendores economistas, respondiam com o desprezo do silencio, só não levando à cadeia os *calumniadores* porque naquelle tempo ainda não havia a lei de imprensa. Mas assim que essa lei protectora da *honestidade* appareceu, ninguém mais pode admirar-se dos prodigios economicos das autoridades federaes no Acre.

Para nós que trabalhavamos longe das arcas do Thesouro Federal, um frango custava vinte e vinte cinco mil réis; ao cambio de 12 e de 15 dinheiros; uma procuração cem mil réis; um reconhecimento de firma 20 mil réis!... Não podiamos fazer *economias*, nem que quizessemos porque estavamos cercados de *financistas traquejados* e protegidos pelo Governo Federal.

O apparecimento do *Correio da Noite*, justamente na occasião em que Plácido se encontrava nesta capital tratando de interesses do Acre, fez com que a propriedade desse jornal lhe fosse attribuida, mormente por ter elle exercido a sua influencia na criação desse organo de publicidade, por estar certo de que o seu proprietário e Director, Dr. Orlando Corrêa Lopes, de saudosa memoria, seria inflexivel na defesa da causa acreana.

A conducta implacável do nosso dedicado amigo contra os desmandos do Governo Federal no Acre, denunciando com vehemencia alguns crimes dos muitos commettidos naquellas longinquas paragens pelos dignissimos representantes da União – era attribuida a Plácido e irritou o Chefe da Nação.

O taciturno Coronel Bezouro, já celebre pela *bondade* com que tratára os seus inimigos politicos, quando Governador de Alagoas, foi o escolhido para desempenhar a honrosa commissão politica de assassinar Plácido.

O celebre Tenente Sombra, o assassino do commerciante Teixeira Jumento, de Tarauacá, a alma damnada de muitos prefeitos deshonestos, forçador de intrigas e instigador de crimes no sequito do Prefeito Bezouro e no do seu antecessor, disse publicamente em Manáos, em um Café, para quem quiz ouvir, que o Coronel Gabino ia para o Acre no firme proposito de provocar Plácido até desmoralisal-o e obrigar-o a sair

do territorio, e de assassinal-o, si reagisse. E o Coronel Gabino desempenhou perfeita e covardemente o seu miserável papel, com o mais franco e decidido apoio do Dr. Affonso Penna, que não perdoava os ataques do *Correio da Noite*, á sua política de bacamarte no Acre.

Com a eliminação de Plácido, verificou-se que o *amaldiçoado* jornal não lhe pertencia, mas as accusações de que vivia tramando a deposição dos prefeitos e a autonomia do Acre pela violencia, continuavam a circular.

Quando o passado de Plácido não fosse o bastante para desmascarar esse canalha assassino, bastaria a publicação dos documentos que se seguem:

PRESIDENTE DA REPUBLICA

O povo acreano repleto do jubilo e justas esperanças vem apresentar sinceras felicitações vossa elevação primeiro magistrado Republica e com a devida *venia* solicitar vosso inestimavel concurso em favor da autonomia do territorio que conquistou com seu sangue e está pagando com o imposto sobre productos extrahidos a custa de vidas.

Seria iniquo sob pretexto, silencio ou omissão da lei entregar um povo inteiro envolvido nas malhas de allegações theoricas ás garras do abutre devorador.

Quando a lei silencia o juiz applica o direito subsidiario, denega justiça se deixa de julgar sob aquelle pretexto. Como pois denegar justiça a um povo que conquistou seus lares, expulsou estrangeiro, ampliou os limites da patria, entregando-o indefeso a um governo julgado pela opinião nacional?

O povo acreano é calmo e sereno. Tem confiança nos poderes da nação e em vós espera poderoso amparo a sua causa, aos seus direitos. Protesta, pois, apoio vosso Governo, que por força ha de ser da lei e da justiça. Sereis fundador Estado do Acre, e, agradecidos, nós e as gerações porvindouras bemdiremos o vosso nome.¹⁹

19 Este telegramma foi subscripto por Plácido, Dr. Arthur Vanconcellos, Dr. Suzart e grande numero de proprietarios do rio Acre.

* * *

Villa Rio Branco, de 8 Setembro de 1907.

Recebi dos Srs. J. Plácido & Comp., por empréstimo a esta prefeitura e para armar a Companhia de Segurança, cento e vinte carabinas *Manlicher* com sabres-punhaes, dez cunhetes de munição para as mesmas e um tambor, que serão devolvidos quando reclamados.

(Ass.) *Francisco das Chagas Pinto Monteiro*, Capitão.

* * *

Até hoje essas armas não nos foram devolvidas nem as reclamamos, e serviram para armar muitos sicarios mantidos pela prefeitura.

Ninguém dirá, de boa-fé, que Plácido, despojando-se de todo o armamento de que dispunha e com elle armando a “Companhia de Segurança” mantida pela prefeitura, quizesse depor os prefeitos.

Leia-se agora: Aos vinte e quatro dias do mez de Maio de mil novecentos e seis, reunidos os abaixo assignados no seringal “Bagé” como legitimos representantes do povo acreano, por convocação anteriormente feita, para tratar de altos interesses tendentes á região, aberta a sessão pelo Major João Donato de Oliveira, foi em seguida aclamado presidente da mesma o Sr. Coronel Plácido de Castro, que, convidando os Srs. Drs. Luiz Ribeiro Gonçalves e Arthur Vasconcellos para primeiro e segundo secretarios, expoz os motivos da reunião.

Immediatamente pedindo a palavra o Sr. Coronel Plácido de Castro apresentou á aprovação da Casa uma moção para ser enviada ao Congresso, na qual pedia a rejeição do projecto em discussão no Senado, mandando annexar o territorio do Acre ao Estado do Amazonas e ao mesmo tempo pedindo a sua elevação a estado autônomo.

Posta em discussão é approvada por unanimidade de votos.

Em seguida pede a palavra o Sr. Dr. Luiz Ribeiro Gonçalves que em discurso vibrante e entusiasta apresentou a proposta para desde logo ser proclamada a autonomia do territorio, como Estado da Federação Brasileira.

Na discussão da proposta, pediu a palavra o Coronel Plácido de Castro que em ideias reflectidas e ponderadas esclareceu a situação, mostrando que tudo se deveria esperar do Congresso Nacional em cujo seio se agita neste momento a questão de tornar o Acre autônomo e que só depois de conhecida a sua decisão é que lhes cabe o dever de tomar essa extrema resolução.

Posta em votação é approvada a emenda do Coronel Plácido de Castro, contra os votos dos Srs. Neutel Maia, Theophilo Maia, Francisco de Oliveira, Vicente Alves Mirandella, José Ribeiro, José Martins Ferreira, João José Zamorano, Arthuro Maradiegue, Rufino Ribeiro, Heitor Jorge Dias, Domingos Leitão, Celso Vieira de Azevedo, Manoel Pereira Vianna, Juvencio Maia, Quintino Araujo, Angelo Drumond e Salvador de Oliveira.

O Sr. Coronel Plácido de Castro apresentou ainda as seguintes propostas que foram unanimemente approvadas: Nomear uma comissão composta de tres membros para, de accôrdo com a que queiram nomear os habitantes do Alto Acre, representar o povo acreano e resolver qualquer cousa que lhe diga respeito; e de mandar lançar na acta um voto de pezar pelo modo indifferente por que os acreanos teem sido tratados pelo Governo da União, atirando-os a um revoltante abandono.

Nada mais havendo a tratar, declarou o Sr. Presidente encerrada a sessão.

Bagé, 24 de Maio de 1906. (Seguem-se as seguintes assignaturas: J. Plácido de Castro, Luiz Ribeiro Gonçalves, Dr. Arthur Vasconcellos, Francisco de Oliveira, Neutel Nevtton Maia, Jayme Coimbra, João Donato de Oliveira, Alexandrino José da Silva, Theophilo Maia, Tobias Hollanda, Vicente Mirandella, Lafayette Rodrigues dos Santos, Luiz Affonso Maia, Oscar de Hollanda, José Augusto Maia, Quintino de Araujo, R. Barroso de Carvalho, Victor C. dos Santos Porto, Libanio de Macedo, Luiz Pinto Duarte, Antonio Moreira, Adolpho Barbosa Leite, Octavio Steiner do Couto, João de Oliveira Rola, Apolinario Guedes de Lisbôa, Luiz dos Santos Ferreira, Francisco Baptista de Lima, João José Zamorano, Domingos Caetano Pinheiro Leitão, Manoel Rufino de Oliveira, Alfredo de Oliveira, Porfirio da Purificação Sá, José Maria Dias Pereira, Pedro Pinto S. Gomes, Basilio Gomes de Lyra, José Pedro Soares Bulcão, Francisco de Araujo Costa, Luiz Moreira, José Rigeiro e Luiz Affonso Maia.

Mezes depois dessa reunião politica, ignorando ou esquecendo que o armamento de que dispunha a prefeitura pertencia a Plácido, o Prefeito Domingos Jesuino de Albuquerque o denunciava ao Ministro da Justiça como chefe de uma revolução que elle Jesuino abafara á frente da parte sã da sociedade acreana. . .

O documento que se segue, com o respectivo despacho do punho do phantasiado prefeito, me parece mais do que bastante para caracterisar os homens accetos para governar o Acre, ou para perturbar a vida laboriosa de seu doador ao Brasil:

Ao Ex^{mo} Sr. Prefeito do Departamento do Alto Acre.

Chegando ao meu conhecimento por carta que recebi do Sr. José Plácido de Castro que vós o denunciastes, ao Ex^{mo} Sr. Ministro da Justiça, como chefe de uma “Revolução” que foi abafada POR VÓS Á FRENTE DA PARTE SÃ da sociedade acreana, venho, na qualidade de seu procurador geral, pedir que me informeis si essa noticia é verdadeira e no caso affirmativo que me declareis a época em que se deu tão extraordinario acontecimento, bem como qual o theatro dessa “Revolução” e como foi abafada. Nestes termos. E. D. Villa Rio Branco, 2 de Julho de 1907. — *Genesco de Oliveira Castro.*

Plácido, poucos mezes depois que o Capitão Jesuino assumiu o commando da prefeitura, desceu o Acre com destino ao Rio de Janeiro, e foi ao chegar em Manáos que teve noticia desse feito de armas do novo prefeito.

Esse requerimento registrado sob nº 456 – 8-7-907, teve o seguinte despacho do proprio punho do *denunciante*, escripto nervosamente, com uma letra que parece ter compromettido a integridade da pena: “Habilite-se e volte se quiser, 28-9-1907” seguido de uma assignatura completamente indecifrável, mas que eu affirmo ser do Capitão Jesuino, bem como do seu punho foi o despacho escripto na minha presença quando encolerizado e confuso resolveu solucionar a minha petição.

Ex^{mo} Sr. Prefeito do Departamento
do Alto Acre
Habitação - de + volta
de guerra - 25-5-1908
J. Plácido de Castro

Alvaro Mendes de Almeida

Autógrafos do Capitão Domingos Jesuino de Albuquerque, reprodução do despacho que deu ao requerimento que acabo de transcrever, e o do seu digníssimo diretor das obras públicas, mais tarde sub-delegado do Prefeito Besouro e chefe do bando que compôs a emboscada que vitimou J. Plácido de Castro.

Neste sentido escrevi diversas cartas a pessoas insuspeitas perguntando si tinham conhecimento do facto criminoso que o prefeito imputava a meu irmão e todos responderam negando-o, como se pôde vêr das cartas que transcrevo.

Ex^{mo} Sr. Theophilo Maia.

Empresa.

Chegando ao meu conhecimento que o actual prefeito deste departamento officiára ao Ex^{mo} Sr. Ministro da Justiça dizendo haver abafado, aqui, uma revolução chefiada pelo Sr. J. Plácido de Castro, venho, na qualidade de seu procurador geral e a bem da verdade pedir-vos me respondais os quesitos seguintes:

1º Sabeis de algum movimento armado dirigido pelo Sr. J. Plácido de Castro, que não seja o que terminou com o Tratado de Petropolis ?

2º Sabeis de alguma revolta no Acre abafada pelo actual prefeito?

3º A prefeitura dispõe de elementos que a ponham a salvo de qualquer violencia?

De Vmce. Crº Obrº

Genesco de Oliveira Castro.

Capatará, 26 de Julho de 1907.

* * *

Agora a resposta:

Ex^{mo} Sr. Genesco de Oliveira Castro

Nesta.

Em resposta aos quesitos supra, tenho a declarar-vos o seguinte: que o Coronel J. Plácido de Castro, nesta região, nunca dirigia outro movimento armado, a não ser o que terminou com o Tratado de Petropolis;

Que a prefeitura não dispõe de elementos que a ponham a salvo de qualquer violencia, e finalmente, que nunca houve movimento algum contra a autoridade dos prefeitos.

De V. Crº Obrº – (ass.) *Theophilo Maia.*

Esse Senhor Theophilo Maia, era o socio gerente da mais forte casa commercial da Empresa, N. Maia & Comp. e era pessoa do Prefeito Jesuino, como de todos os outros, hostile a Placido, não tendo por isso relações pessoas commigo.

O teôr das minhas cartas sôbre esse assumpto é pouco mais ou menos o mesmo, por isso limito-me a transcrever as respostas:

Ex^{mo} Sr. Dr. Genesco de Oliveira Castro.

Em resposta a vossa carta supra tenho a dizer: á primeira pergunta: que não me consta ter havido revolução alguma chefiada pelo Coronel Plácido de Gastro ou quem quer que seja, a não ser as conhecidas e que terminaram tornando o Acre brasileiro.

A segunda: prejudicada com a resposta da primeira. Quanto á terceira: não vi até esta data, durante a administração do actual prefeito um só homem de força publica, a não ser um cabo do Exercito, ordenança do Sr. Capitão Pratagy, digno delegado auxiliar, e que só raramente se farda.

Sem mais, subscrevo-me como

Vosso admirador

Dr. Alberto Martin.

* * *

Villa Rio Branco

12 de Julho de 1907

O signatario da resposta supra é hoje o mais antigo e conceituado medico do Acre, nesse tempo clínicava na séde da prefeitura e hoje em Xapury, onde reafirmará o que escreveu.

Para não tornar fatigante ao leitor, transcrevo mais uma resposta:

Senhor Genesco.

Respondendo a vossa carta supra, declaro:

1º O Coronel Placido não chefiou nem tomou parte sinão na revolução que terminou pelo Tratado de Petropolis.

2º Nunca houve revolta no Acre, logo o feito não podia abafar revolta alguma nesta região.

3º A prefeitura não dispõe de uma só praça. A Companhia de Segurança, que havia dantes, não quiz continuar quando este prefeito entrou em exercício.

Itú, 18 de Julho de 1907. – *João Alves das Neves.*

Convem dizer que a força publica do Acre consistia na “Companhia de Segurança” que a muito tempo não era paga de seus vencimentos, que durante os meses de interinidade de Plácido foi sustentada por elle, e que não quiz continuar a ser caloteada pelo Governo ou por seus mandatarios.

Si a leitura dos documentos que transcrevi não bastarem para convencer o leitor de que Plácido foi o mais pacifico dos habitantes do Acre e que os prepostos do Governo Federal desceram á pratica das maiores infamias, das mais torpes calumnias para justificar o seu assassinato, 30% da população acreana daquelle tempo ainda vive para dar o seu testemunho em favor de quem viveu para o Acre e pelo Acre morreu.

Os officios que se seguem são ainda valiosos documentos para comprovar a falsidade da denuncia e ainda mais para evidenciar a honradez profissional do Engenheiro Gentil Norberto, ex-Intendente do Xapury, ex-Coronel acreano, ex-prisioneiro boliviano, etc.:

Prefeitura do Alto Acre

Villa Rio Branco, em 12 de Junho de 1907.

Illm. Sr. Coronel José Plácido de Castro.

Rogo a ²⁰ V. S.^a informar-me si durante *vossa* administração nesta prefeitura recebeu do Sr. Engenheiro Gentil Norberto a planta do rio Acre, entre Xapury e Riosinho, cujo levantamento foi contractado pelo mes-

20 O Capitão Jesuino era professor de Portuguez no Collegio Militar, por isso gyphei o V. S. e o *vossa*.

mo com o ex-Prefeito interino 2º Tenente Pinto Monteiro, conforme consta do relatório que este apresentou ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Saudações – (ass.) *Jesuino de Albuquerque.*

* * *

Ex.^{mo} Sr. Prefeito do Departamento do Alto Acre.

Respondendo o vosso officio sem numero de hoje datado, informo que durante a minha administração essa prefeitura não recebeu do Engenheiro Gentil Norberto planta ou documento algum relativo ao levantamento do rio Acre, no trecho compreendido entre Xapury e Riosinho.

Devo informar-vos, tambem, que ao assumir a administração, não encontrei na secretaria dessa prefeitura outro documento a tal respeito que não fosse uma copia do contracto celebrado entre o dito Engenheiro e o ex-Prefeito Francisco das Chagas Pinto Monteiro.

S. F.

Villa Rio Branco, 12 de Junho de 1907 – (ass.)

J. Plácido de Castro.

Como vê o leitor, os dois officios que acabo de transcrever são datados do mesmo dia e local: – “Villa Rio Branco, 12 de Junho de 1907”, e ambos são redigidos em termos corteses, que não demonstram o menor resentimento de um dos signatarios para com o outro. Nessa ocasião, Plácido estava de passagem pela séde da prefeitura, em viagem para a Capital da Republica. Pois bem, foi nas proximidades de Manãos, que Plácido soube, com indizível espanto, que o Capitão Domingos Jesuino de Albuquerque o havia denunciado, ao Ministro da Justiça, como chefe de uma revolução que, elle prefeito, abafara á *frente da parte sã da sociedade acreana!*...

Mas, foi só depois da apresentação, ou melhor, do despacho da minha petição na auzencia de Plácido, que o Capitão Jesuino se lembrou de passar a sua revolução do papel para o terreno: – quando armou os detentos da cadeia, alguns dos quaes eram criminosos de morte, e com elles tripulou a canôa que poz fora do Acre o seu collega, Capitão Odilon Pratagy.

Em todo esse tempo o Capitão Jesuino só me incommodou com os factos que relato no capitulo – Provação – muito embora eu apparecesse com alguma frequencia na séde da prefeitura, a negocio, como podem dar testemunho o Coronel Djalma Ulrich de Oliveira, e toda a população da Villa.

Essa denuncia falsa foi a causa da discussão que tive em um bonde, com o General Jesuino, em fevereiro de 1923, no Rio de Janeiro e foi essa discussão que deu origem á aggressão que soffri por parte de seus filhos, em abril do mesmo anno. E tanto um facto como o outro foram noticiados com as cores mais negras pela imprensa desta Capital, attribuindo-me palavras que nunca proferi, chamando sobre mim a antipathia publica, e até apontando-me como aggressor. Os policiaes que me prenderam, bem como os passageiros do bonde de que descemos, testemunharam justamente o contrario do que foi dito.

O facto dos meus aggressores terem sahido feridos, indicava apenas a propriedade do rifão: “O perigo que corre o pau corre o machado” ou a generalidade da lei mecanica *da acção e reacção*, com que aquelles moços instruidos, engenheiros, deveriam contar. Censuravel foi o procedimento da policia que poz a mão sobre mim, levando-me preso, e consentiu que os meus aggressores depois de medicados, na “Assistencia Publica”, se recolhessem livres aos seus lares. . .

Passo sobre episodios bem interessantes que se deram no logar da refrega, desde a maneira por que fui aggredido e o que se passou no dia seguinte, na policia, entre mim e o Dr. Jesuino, porque, infelizmente, a verdade nem sempre pode ser dita sem provocar *dissabores* e discussões, que desejo evitar, porque o meu fim é, apenas, rectificar publicações tendenciosas feitas contra mim pelos jornaes da Capital Federal e dos estados.

Quando na presença do delegado de policia e de outras pessoas, o Capitão Luiz Felipe me propoz que dessemos o incidente por

terminado eu lhe respondi que por minha parte tudo estava acabado porque eu não agredia a quem quer que fosse, sob pretexto algum. Mas, quando esse mesmo official quiz *impressionar-me* com os perigos que eu corria tendo contra mim a sua pessoa e os seus irmãos, eu lhe respondi: “Suas ameaças não me impressionam; não gosto de brigar, mas não tenho medo...”

Alguns dias depois, quando eu já havia voltado aos meus habitos pacíficos, fiado no compromisso solemne assumido voluntariamente para commigo, na presença de varias pessoas, pelo Capitão Luiz Felipe em nome de toda a familia Jesuino de Albuquerque – eis que surge em meu consultorio o Capitão Gustavo Adolpho Ramos de Mello, perguntando-me o que mais havia occorrido entre mim e os filhos do General Jesuino. Respondi-lhe que absolutamente nada. – Mas eu soube que a situação entre voces se aggravara muito, e estou apprehensivo com um chamado que acabo de receber, e que vou attender, de pessoas interessadas na solução dessa contenda.

– “Se eu houvesse consentido em ser espancado, tudo estaria acabado”, lhe disse. Compreendo o que se passa: Se não estou enganado, trata-se de duello. Eu não me bato em duello, mas onde me encontrarem podem os meus contendores repetir a aggressão porque reagirei.

O Capitão Gustavo Adolpho já havia descido alguns degraus da escada, quando eu o chamei e disse: “Mudei meu modo de pensar; se isso for o que penso ser, e se falarem em duello, você póde responder por mim, dizendo que o acceito á americana, os 5 contra mim, na mata, cada um delles com cinco tiros e eu com 25. Não acceito duello individual porque já me faltaram com a palavra uma vez, não merecem mais a minha confiança.”

Algun tempo depois o Capitão Gustavo Adolpho voltava á minha presença, acompanhado do Sr. Guilherme M. Malheiros, Capitão José Augusto de Medeiros e Tenente Arnold Marques Mancebo.

Fil-os entrar para o meu consultario e o Sr. Malheiros foi o primeiro a falar. Disse-me que eram amigos da familia Albuquerque, que se interessavam vivamente pela solução do conflicto em que estavamos envolvidos; conflicto suscitado por mim, dizia, visto ter sido eu quem interpelei o General Jesuino sobre factos que se relacionavam com o assassinato de meu irmão, e que foram fartamente divulgados pela imprensa

desta capital. Disse-me mais, que agiam por iniciativa propria e que esperavam que eu concorresse para pôr termo ao sobresalto em que estavam vivendo as familias dos seus amigos e a minha.

Respondi-lhe recordando o compromisso voluntariamente assumido pelo Capitão Luiz Felipe, e quebrado sem motivo algum.

Soube então que um outro filho do General Jesuino que estava auzente desta capital, havia chegado e desaprovado o accôrdo proposto pelo seu irmão, etc. Em vista disso lhes fiz saber que eu tanto estava disposto a uma solução pacifica como ao recurso da violencia, *caso elles trouxessem poderes para tanto*.

Todos protestaram agir de moto proprio para uma solução pacifica da contenda, e eu lhes disse: “não fui ouvido pela imprensa; as palavras que me são attribuidas não foram proferidas por mim. Accusei o General Jesuino de haver dado uma denuncia falsa contra o meu irmão J. Plácido de Castro e o General me disse que meu irmão praticara assassinatos no Acre. Proponho o praso de dez dias para provarmos essas accusações.”

O Sr. Malheiros me respondeu que isso era questão liquidada, que a unica parte a resolver era concernente á culpa do General Jesuino no assassinato de Plácido, que os jornaes todos divulgavam e com a qual nem o General Jesuino, nem os seus filhos podiam corformar-se.

Repeti o que já havia dito: que nada tinha com as noticias publicadas, que não tinha sido ouvido por quem quer que fosse do jornalismo.

– “Mas o Senhor é a unica pessoa que tem autoridade para desmentir essas noticias, e uma só palavra sua basta para pôr termo a tudo isso.

– Bem. Irei com os senhores á presença dos meus antagonistas e lhes repetirei o que acabei de afirmar.

– Não convém. Os nossos amigos não têm a calma que o Sr. apparenta. Resolvamos nós, e elles não deixarão de acatar as nossas decisões.

– Nada posso fazer em relação á imprensa, mas não tenho difficuldade em reafirmar a verdade. Se os senhores acham que essa

declaração põe termo á contenda, escreverei uma carta ao General Jesuino dizendo o que já lhes affirmei.

– Perfeitamente, disse o Sr. Malheiros, penso que isso será o bastante; mas precisamos falar com o General e seus filhos, porque, como dissemos, agimos por conta propria.

Todos acceitaram a minha proposta e saíram para entenderem-se com a familia Albuquerque, e, algum tempo depois, voltaram para dizer-me que os seus amigos estavam de accôrdo com a minha proposta, e marcamos um encontro para o dia seguinte no Club Militar, a fim de resolvermos o caso.

Á hora combinada, todos estávamos presentes e depois de ligeira palestra o Tenente Mancebo me apresentou o rascunho de uma carta, como uma sugestão á redacção da que eu promettera escrever. Era uma carta bem escripta e leal, mas foi impugnada por mim. Declarei-lhe que não me convinha acceitar a sua amistosa suggestão porque, mais tarde, poderiam julgar ou dizer que eu tivesse sido obrigado a assignar uma carta redigida por elles. Mostrei-lhes, então, o rascunho da seguinte carta: “Rio, 11 de Abril de 1923. – Sr. General Jesuino de Albuquerque. Nesta. – Sr. General – Tendo sido procurado em meu consultorio pelos nossos communs amigos Guilherme Martins Malheiros, negociante nesta praça, Capitão Gustavo Adolpho Ramos de Mello, Tenente Dr. Arnold Marques Mancebo e Capitão José Augusto de Medeiros, que desejavam uma solução honrosa e pacifica para pôr termo ao incidente entre nós havido, após explicações reciprocamente dadas e por todos cordealmente acceitas – julguei de meu dever affirmar-vos que não tenho responsabilidade alguma nas publicações que vos culpabilizam pelo assassinio de meu irmão Plácido de Castro. Nunca vos poderia eu attribuir a autoria de um crime cujos heróes, bem conhecidos, foram por mim denunciados ao Governo de então.

Autorisando-vos a fazer desta o uso que convier, subscrevo-me, *Genesco de Castro.*”

Minha carta foi acceita, depois de serem ouvidos os interessados; passei-a a limpo e lhes entreguei no dia seguinte, pondo termo ao incidente.

Esta explicação não teria logar neste livro se não fosse o modo por que a minha carta foi transcripta em São Gabriel, logar onde

me criei e onde tinha toda a minha familia e amigos. Transcreveram-na precedida de considerações taes que deixaram a impressão de que eu fôra obrigado a uma retratação; o que causou pessimo effeito entre os meus parentes e amigos.

O que acabei de expor é o resumo da minha conversa com aquelles cavalheiros, e o dialogo que reproduzo é quasi exacto nas palavras empregadas e perfeito no sentido. Elles que digam si me fizeram qualquer ameaça, qualquer pressão para chegarmos ao accordo a que chegamos. Elles que digam se me encontraram apprehensivo ou se demonstrei algum temor pelo que pudesse acontecer...

Quem me lêr ha de vêr quem são os responsáveis pelo assassinato de Plácido, accusados de maneira clara e ostensiva do principio ao fim deste livro.

A accusação que fiz ao General Jesuino esta confirmada pela propria solução que elle deu ao meu requerimento de 2 de Julho de 1907 e pelas cartas que transcrevo. Nem que eu a quizesse retirar, ella continuaria existindo nos documentos que exhibo. É estultice ou má fé, dizer que me retratei de uma cousa que nunca eu disse.

Meus contendores, mais arrebatados do que eu, acceitaram a solução pacifica em consideração aos seus amigos, e eu a acceitei por amor a paz; mas com o mesmo espirito que acceitaria a solução violenta.

Se o que acabo de relatar não fôr a verdade, os meus antagonistas de então e os nossos amigos estão vivos e poderão desmentir-me...

No meu modo de ver e de julgar as cousas, a cordura e o espirito de ordem de Plácido ressaltam naturalmente da leitura deste livro. A resposta que elle deu ás offensas e á aggressão do General Olympio da Silveira, considerando-se deposto por esta autoridade federal, abrindo mão da posição que havia conquistado a custa dos mais rudes e sublimes sacrificios e abandonando o Acre – fala talvez mais alto do que os documentos expostos neste capitulo.

Entretanto, obrigado sou a *pulverizar* essas imputações falsas, amontoando provas, porque o Governo Federal creou uma atmospheria mentirosa em torno da maior victima dos seus mandatarios no Acre. Por effeito dessa extranha e inexoravel conducta do Governo contra Plácido, perseguindo-o até no túmulo, elle apparece para a mocidade de

hoje como um demagogo de quem o Barão do Rio Branco se utilizou para criar a situação de que tão inteligentemente se aproveitou para aumentar o seu renome.

Nem podia a geração contemporânea pensar de outro modo, sabendo que após a conquista do Acre, Plácido foi mandado assassinar pelo Prefeito do Alto-Acre e que o Governo Federal protegeu e galardoou o assassino e seus cúmplices, e não consentiu que se fizesse o menor inquerito sobre o barbaro crime. Entretanto, os demagogos eram os individuos que o Governo Federal mandava para o Acre. Eram esses individuos que, não conseguindo esgotar a paciência nirvanica dos acreanos, promoviam desordens, *circumscriptas* á séde da Prefeitura do Alto-Acre, para justificar a limpeza que faziam nos cofres da União.

Entremos na segunda parte deste capitulo:

“Alto Acre, 17 de julho de 1908, – Illmo. Sr. coronel José Plácido de Castro. – Queira aceitar as minhas affectuosas saudações.

Na qualidade de juiz de direito desta comarca do Alto Acre, tomei a deliberação de dirigir a presente carta a V. S^a para tratar de assumptos que dizem respeito a este departamento, por cujo progresso tanto tem mostrado se interessar.

Não influiu em meu animo senão muito interesse que tenho pela paz e progresso deste futuroso departamento, que hoje faz parte do territorio nacional, devido em grande parte aos esforços de V. S^a. É bem de ver portanto, que a ninguem mais do que a V. S^a cujas responsabilidades, pelo papel saliente que representou como chefe da Revolução Acreana e pelos grandes interesses que aqui tem, devem interessar o progresso e desenvolvimento desta zona.

Confiante nisto e sabendo quanto deseja o desenvolvimento do Alto Acre, por amor do qual não duvidou jogar a vida, e, não me fazendo portador de boa-

tos, é que venho pedir a V. S^a, no sentido de fazer desaparecer o sobresalto em que se acha grande parte da população, receiosa de uma lucta armada.

Em todos os tempos e em todos os logares, os vultos mais salientes estão sempre sujeitos a apreciações, das quaes não podem escapar. Os proprios amigos, muitas vezes, emprestam-lhes opiniões e dizeres, que nunca lhes passaram pela mente. Nos meios pequenos, essas opiniões, attribuidas ás pessoas salientes, são exploradas por todos os meios e sob todas as formas. Não é de estranhar, portanto, que o nome de V. S^a tenha apparecido nos boatos que circulam nesta villa.

Convicto, porém, de que de modo algum os auctorizou, é que me animo a pedir a V. Ex^a para empregar o prestigio e influencia de que dispõe, no sentido de fazer voltarem a calma e a tranquillidade ao espirito publico.

Na certeza de que prestará este servico á causa publica, subscrevo-me com estima e consideração, admr. e crdo. (Assignado) – *João Rodrigues do Lago*.

* * *

“Capatará, 19 de julho de 1908. Ex^{mo} Sr. Dr. João Rodrigues do Lago, M. D. Juiz de Direito da Comarca do Alto Acre. – Chegando neste momento á casa, deparei com a carta de V. Ex^a que passo a responder:

Ainda que não tivesse o prazer de ser particularmente conhecido por V. Ex^a tenho a vida publica pela qual posso ser julgado.

Entrando o territorio do Acre para a commu-nhão brasileira, recolhi-me á vida industrial e commercial, que absorve quasi toda a minha actividade.

A duvida e o temor que diz V. Ex^a pairarem sobre esta região, para mim tão querida e talvez na imminencia de uma conflagração geral, deve ser mais intensa ainda no meu espirito, que sou alvo do ódio e talvez dos punhaes daquelles que chegados aqui hontem se julgam com mais direitos de viver nesta terra do que eu e os que como eu regam-na com suor honesto.

Como disse, tenho vida publica, e por ella posso, talvez, afirmar que si alguem nesta terra entrou pela porta da honra e do sacrificio, esse alguem, desculpe-me a falta de modestia, fui eu.

Com que indignação e com que dor não devo assistir, como agora, os representantes do Governo de minha patria calcando sob coturnos os mais sagrados direitos de pessoas que me são tão caras – irmão e amigos.

Meu irmão, arrancado alta noite de casa pela soldadesca de armas embaladas, os meus amigos com a casa indefesa, assaltados em pleno dia por essa mesma soldadesca, a tiros de Mauser, vendo-se obrigados a abandonal-a para não serem assassinados.

O appello não deve ser feito ás victimas para impedir a lucta, sim ao aggressor.

Esses factos são eloquentes de mais para não se ignorar quem é o perturbador da ordem publica, o responsável por essa nuvem lutuosa que se estende sobre o territorio do Acre.

Quem vai enlutar esta terra pela qual tenho tanto carinho, não sou eu, Ex^{mo} Sr.: é o representante do Governo de nossa patria, é o depositario do poder publico!

Quando penso que os que praticam essas violências são os mesmos de Canudos, que o autor dos “Sertões”, pintou com tão vivas côres, vejo que bem contra minha expectativa e vontade é chegada para mim a hora suprema da suprema resolução.

Entretanto, se o depositario do poder publico entender que não deve continuar a mandar assaltar a casa de meus amigos inermes e suspender esse aparato bellico dentro da propria paz que elle acaba de perturbar, não serei eu quem vá interromper a marcha pacifica da vida acreana, na qual a minha responsabilidade moral é maior que a delle.

Si cessar a aggressão, terei o prazer de ir pessoalmente apertar as mãos de V. Ex^a Do crd. admirador. (assignado) – *Plácido de Castro*”.

“Caparatá, 19 de julho de 1908 – Amigo Francisco de Oliveira – Recebi tua carta de 17 do corrente que respondo. Tu que estás bem ao par da minha vida nesta terra, e onde pela qual tanto temos trabalhado, bem sabes qual a posição que tenho mantido e qual o meu espirito de ordem. Não te podes esquecer de que, quando vi que o prefeito desceu á arena de odios e luctas mesquinhas onde sôa unicamente o echo da intriga, eu te pedi que te approximasses delle, esforçando-te por abrir-lhe os olhos. Pois bem, não mudei, ainda penso assim e não faço questão de transigir em beneficio publico. Sómente para minha honra e a minha vida me reservo o direito de fazer preço, e eu seria indigno de mim mesmo se nesta hora não soubesse o meu lugar. Devo dizer-te que entranhei que ao envez de me pedires uma conferencia não tivesses vindo em minha propria casa, onde tu não poderias duvidar de tua segurança pessoal. Amanhã estarei no Bemfica ás tuas ordens; mas se de

facto não queres ver sangue de irmãos, não leves força armada contigo nessa entrevista de amigo. (Assignado) – *Plácido de Castro*”.

* * *

Na fronteira de Capatará o Coronel Plácido de Castro recebeu pela ultima vez o coronel Francisco de Oliveira, com quem acertou as condições de paz que lhe ia propôr.

O Coronel Gabino Besouro, voltando o Coronel Francisco de Oliveira com a segurança de que o Coronel Plácido de Castro nada intentaria e de que mais não desejava do que a garantia de seus direitos constitucionaes, desarmou a força e mandou retirar os paisanos.

.....

Provocações

P

ONDO de parte a insolita aggressão do General Olympio da Silveira e de alguns dos seus officiaes contra Plácido, passo a relatar algumas mesquinhas e graves provocações dos prefeitos acceitos pelo Governo Federal para opprimir o povo acreano.

Como disse em outro capitulo, o invejoso *Coronel Engenheiro Dr. Intendente de Xapury, Gentil Norberto*, não tendo conseguido o *lugarzinho* de sub-prefeito, apegou-se ao Coronel Cunha Mattos, a quem, dias antes, pretendia trair, e conseguiu logo intrigar-o com Plácido, que, pouco tempo depois, em sua propria casa, era victima de uma tentativa de assassinato, por um individuo procedente da Empresa.

Logo depois, um engenheiro, á frente de alguns homens armados, invadiu “Capatará”, tentando demarcar uma parte daquelle seringal, que dizia haver sido doada pelo prefeito a uma filha de um Sr. Melgaço, residente na séde da prefeitura.

Plácido não consentiu na mutilação da sua propriedade, e por isso foi processado. Por sorte o processo morreu na casca.

Em seguida, um trabalhador assassinou covardemente um seu companheiro em Capatará, e Plácido o fez conduzir preso á presença do prefeito. Quatro dias depois, o criminoso era posto em liberdade pelo Coronel Cunha Mattos, com a condição de não mais trabalhar em Capatará.

Meses mais tarde, na administração do Capitão Pratygy, o seringal “Capatará” foi *promovido* a villa, com o nome do Ministro da Justiça, José Joaquim Seabra, e Plácido se viu atrapalhado para conservar a sua propriedade. Os prefeitos confundiam soberania com propriedade, entendiam que o Brasil havia comprado as terras do Acre e que, portanto, os particulares eram intrusos, sem direito a coisa alguma.

Na administração do Capitão Jesuino de Albuquerque, pondo de parte a denuncia falsa que deu ao Ministro da Justiça contra Plácido, muitas foram as mesquinhas que supportamos, instigadas, principalmente, pelo assassino do Commerciante Teixeira Jumento. Na ausencia de Plácido, seduziram um patife a quem ha muito tempo davamos casa para morar, matas para fazer lenha para vender e terras para cultivar, tudo gratuitamente, e mandaram-no requerer a prefeitura o lugar que occupava. Para encurtar: graças ao Capitão Pratygy, que estava como delegado auxiliar, pude remover a séria perturbação que nos pretendiam causar, pagando cerca de 4 contos de réis, para que elle, o instrumento de que serviam contra nós, abandonasse a casa, que era nossa, e uma lavoura de milho e de aipim que havia plantado. A casa era situada na barranca do rio e assim que ficou desoccupada uns *regatões* aboletaram-se nella. Tive novos incommodos para desalojar-os e, assim que a vi desoccupada, mandei reduzil-a a cinzas, para evitar novas contrariedades. Dias depois eu era chamado á policia: queriam processar-me como incendiario!..

Ainda nessa nefasta administração, por uma questão de honra, um dos nossos mais antigos e estimados trabalhadores feriu gravemente a tiros e a facão o gerente da nossa casa de Capatará, que, além de ser um devotado no cumprimento dos seus deveres, era meu amigo particular. Fiz conduzir a victima para a séde da prefeitura, onde havia recursos medicos, e mandei apresentar o criminoso ás autoridades.

Quatro dias depois, o ferido ainda em risco de vida, o criminoso voltava á nossa casa para tomar sua bagagem, dizendo que o Prefeito o havia mandado embora, com a condição de não trabalhar mais connosco...

Na administração Besouro, tudo cresceu: já sabiam que as pequenas coisas não nos inflammavam, passaram ás offensas. Comtudo, relato uma das mesquinhas *classicas*: durante uma festa de *seringueiros*,

no interior do seringal Bagaço, deu-se um formidável conflicto, no qual foram assassinados dois homens e muitos ficaram feridos. Presos os criminosos e remettidos á minha presença, fil-os seguir para a Villa Rio Branco, onde foram entregues ás autoridades. Cinco dias depois voltavam todos (eram quatro), livres de quaesquer incommodos, com a recommendação de abandonarem a nossa casa...

Saiba o leitor que eu só tenho citado os factos mais importantes que ainda me perduram na memoria. Si fosse relatar todas as miserias desses *administradores* contra nós praticadas, este livro não teria fim. Os agentes que mandavam ao interior dos nossos seringaes comprar borracha furtada ou seduzir os nossos trabalhadores, essas recommendações para não trabalharem mais connosco, só são bem comprehendidas por quem trabalhou no Acre daquella época: acarretavam-nos prejuizos enormes!... Convencidos de que taes infâmias não nos lançavam á lucta, recorreram á violência: Á meia noite do dia 14 de Julho, a casa onde eu dormia, na Villa Rio Branco, onde fôra a negocio, foi posta em cerco por um troço de bandidos de armas embaladas, *por estar vestido de mescla azul*, que o prefeito considerou um disfarce, e fui preso, para ser solto ás 6 horas da manhã seguinte.

Na noite de 16 para 17 do mesmo mez, assaltaram e saquearam a casa do nosso amigo José Maria Dias Pereira, que não morreu porque não estava em casa, mas assassinaram uma creança de cinco annos. No dia 16 de Julho, o Dr. Sylvio Gentio de Lima era victima de uma tentativa de morte pelo proprio sub-prefeito, que, ao reconhecer o agredido, pediu desculpas, dizendo havel-o confundido com o “Coronel Plácido”.

Dias depois, o Sub-Delegado Alexandrino tentava contra a vida do Sr. Octavio de Gusmão Fontoura, tambem por engano, confundindo-o com o “Coronel Plácido”, etc.

Só depois da minha prisão e do assalto, assassinato e saque praticados á casa de José Maria Dias Peireira, eu resolvi reagir e, quando Plácido, que estava ausente, chegou a casa, nada mais fez do que continuar o que eu havia começado. Então o Coronel Gabino propoz paz e Plácido a acceitou logo. O prefeito dissolveu o *Exercito* que havia reunido, mas distribuiu emboscadas pelo caminho, para assassinare Plácido, realizando o plano exposto pelo Tenente Luiz Sombra em um café, em

Manãos: “O Coronel Gabino ha de perseguir Plácido até obrigar-o a reagir; então será assassinado.”

A 14 de Julho de 1908 fui á séde da Prefeitura do Alto-Acre alterar, por escriptura publica, uma das clausulas do contracto social que tinhamos com Daniel Ferreira Lima, sobre o seringal “Bagaço”.

Cheguei á villa á tardinha e fui hospedar-me em casa do Dr. Leorne Menescal.

O Coronel Gabino estava á janella, em companhia de Augusto Bacuráu, e me viu chegar, mas não o cumprimentei, porque, duas vezes que, por insinuacão de Plácido, tentei aproximar-me de sua pessoa, recebeu-me de tal modo que me obrigou a retirar-me quasi que immediatamente; e porque, nesse tempo já as hostilidades contra Plácido eram tão ostensivas que não deixavam margem para fingir que não as comprehendiamos.

Eu andava só, e assim que me livreí da poeira de uma viagem de muitas horas de bom trotar, fui ao cartorio dar ao Tabellião Cardoso a nota da alteração a fazer no contracto, porque desejava regressar no dia seguinte, o mais cedo possível.

Ao deixar o tabellionato, fui ao hotel “24 de Janeiro” tomar uma refeição e voltei para a casa do Dr. Leorne, que regorgittava de hospedes. Armei minha rêde de viagem junto á porta dos fundos, atrapalhando a passagem, porque não havia mais espaço adequado. Tive algumas visitas e fiquei palestrando até tarde da noite.

Por volta das 23 e meia horas, tornou á minha presença o nosso dedicado amigo Antonio Rebello, coproprietario do hotel onde jantei, hoje Tabellião de Notas de Rio Branco, para prevenir-me que alguma coisa de grave se tramava contra mim áquella hora da noite, na prefeitura, aconselhando-me a abandonar immediatamente a villa. Affirmou-me que um seu empregado de confiança surprehendera o Tenente Luiz Sombra ordenando a minha prisão e que elle em pessoa verificara ser isso verdade, si bem que não tivesse ouvido pronunciar o meu nome.

Tão absurdo julguei o emprego de qualquer violencia do prefeito contra mim, que não houve argumento do meu dedicado amigo que eu não refutasse. E tão sincero lhe estava sendo que, quando desa-

nimado pelo insucesso da entrevista commigo, retirou-se, não procurei, sequer, saber onde havia deixado minha Winchester.

Pouco depois de meia noite, chegou o Sr. José Corrêa de Mello, tambem interessado pela minha pessoa, e que, por não sermos intimos, procurou o seu co-estadoano Dr. Leorne, pedindo-lhe que, sem perda de tempo, me prevenisse que eu ia ser preso, havendo grande reboição contra mim na prefeitura, chefiado pelo Tenente Sombra.

Conversavam ainda do lado de fóra, poucos passos afastados da porta onde eu estava, quando um estranho tropel dominou o silencio da noite, pelos quatro pontos cardeaes. Era um troço de homens armados, composto de soldados do Exército, remadores de embarcações surtas no porto, violentamente recrutados, e de bandidos ao serviço de Alexandrino José da Silva, sub-delegado de policia, sustentados pela prefeitura.

O alarido que fizeram, as grosseiras chalaças que se misturavam ao retinir dos ferrolhos de algumas dezenas de carabinas que recebiam carga, me fizeram reconhecer a gravidade do momento que atravessava, justamente por não ter crime algum que me fizesse acreditar no emprego de qualquer violencia contra mim, por parte da primeira autoridade daquella tão vasta quão infeliz região.

A casa foi posta em apertado cerco e os palavrões da soldadesca desenfreada me fizeram suppor que forçariam a entrada.

Saltei sobre uma adaga curta que me acompanhava e um pequeno revolver que estavam no chão, ao lado da rêde, e esperei o assalto. Este não se realizou.

O luar era excepcionalmente bello e do ponto escuro por mim escolhido para a resistencia, eu podia distinguir perfeitamente os traços physionomicos dos que mais proximos estavam da porta.

Depois de curta, mas angustiosa expectativa, me convenci de que não forçariam a entrada e tratei de me juntar com a Winchester, que eu não sabia em que ponto do compartimento contiguo havia deixado. Appellos á memoria e palpações pelos cantos me conduziram á posse da arma e da munição.

Convencido de que me queriam assassinar, como um preambulo ao assassinato de Plácido, resolvi forçar a sahida, quebrando a bala

os élos daquela cadeia humana. Eu era exímio atirador e me parecia impossível perder um tiro sobre os meus agressores.

Levei a arma ao rosto para arrebentar a cabeça de um dos que mais próximos estavam da porta, tres ou quatro metros de mim, mas tive repugnancia de abater um ser humano, completamente irresponsavel, com o mesmo sangue frio com que abateria uma onça; e como tivesse ouvido pronunciarem o nome de um *chefe* resolvi começar a *caçada* por este. Foi nessa ocasião que um dos hospedes, percebendo a minha disposição, agarrou-se commigo, pedindo que não atirasse sobre os assaltantes, porque poria em sério perigo a vida de todos os que se encontravam dentro do predio, todo de madeira. Elle tinha razão e outros o secundaram.

Nesse momento angustioso, entrou o Dr. Leorne Menescal, que, em companhia de José Correa de Mello foram detidos do lado de fóra, e me disse que se tratava da minha prisão por ordem do Coronel Gabino Besouro. Respondi-lhe que não me entregava áquella gente, mas que me entregaria ao Tenente Alvaro Conrado Niemeyer, que fóra meu collega na Escola de Guerra. O Dr. Leorne sahio e, logo depois, voltava acompanhado do Tenente Niemeyer, que parecia fazer parte do grupo e que, immediatamente, fez cessar o apparatus bellico que me cercava, concordando que eu deixasse apenas a Winchester e levasse commigo as armas de cintura que me acompanhavam.

Fui conduzido por elle á casa onde funciona a secretaria da prefeitura, que regorgitava de *gente valente* e dos intrigantes que viviam apegados ás ilhargas do prefeito, a quem fui apresentado.

Contrafeito, desempenhando mal o seu papel de farçante, o digno preposto do Dr. Affonso Penna me perguntou gaguejadamente o que ia eu fazer na prefeitura áquella hora da noite!... Ao que lhe respondi:

– Então, o senhor não sabe que, por sua ordem, acabo de ser arrancado violentamente de casa por uma força de armas embaladas?!...

– Mas o senhor entrou disfarçado (vestido de roupa de azulão, como sempre andei no Acre), á noite, aqui na villa...

– Disfarçado, Coronel? Porque visto esta roupa! (E, agarrando com a dextra o punho da manga esquerda, levei-o até junto do rosto

do meu interlocutor). Isto é roupa de quem trabalha, de quem não lhe vem incomodar com pedidos de emprego, Coronel! . . .

O prefeito recuou dois ou tres passos, dirigindo-me algumas palavras de elogio com referencia ao meu tempo de Escola Militar, de-sapparecendo em seguida.

Continuei preso, cercado de homens armados, de multiplos aspectos, salientando-se entre todos o celebre Tenente Aranha, tambem meu contemporaneo na E. Militar. Foi devido ás desenvolturas desse digno companheiro do Tenente Luiz Sombra que fiquei sabendo do assalto que premeditavam á casa de José Maria Dias Pereira, podendo, assim, impedir o seu assassinato, prevenindo-o do perigo que corria, em tempo de se ausentar de casa.

Este moço, talvez o peor character que maculou o Acre naquelle tempo (pondo de parte o Tenente Luiz Sombra, que não tem competidor nos annaes do crime, da intriga, da deshonestidade e da concupiscencia), quiz divertir-se á minha custa, e irritado pela maneira por que o repelli, propoz aos *outros chefes* que eu fosse desarmado. Felizmente, entre elles estava Augusto Bacuráu, que diziam ser um bandido, mas que entre os que rodeavam o prefeito era um Bayard, e se oppoz á vilania do meu ex-collega que, dois dias depois, ia assassinar em casa de Dias Pereira o menino Patricio, de 5 annos de idade.

Passando sobre muitos factos occorridos durante a minha prisão, ao redor de mim, encerro este capitulo, dizendo ter sido posto em liberdade ás 6 horas da manhã do dia 15, sem ter sido submettido ao menor interrogatório, que justificasse a violência que acabava de soffrer.

Segui immediatamente para Capatará e, ao passar na foz do Riosinho, transpus o Acre, fui a casa de José Maria Dias Pereira, fazendo-o conhecedor de tudo quanto havia dito o Tenente Aranha, na minha presença.

Chegando á casa, despachei immediatamente um homem á procura de Plácido, e por agua uma canôa tripulada, dando-lhe conhecimento de tudo o que se havia passado commigo.

No mesmo dia reuni e armei uns vinte homens, que dispuz de modo conveniente para evitar qualquer surpresa contra a nossa casa.

No dia 17, ainda cedo, recebi um enviado de José Maria Dias Pereira, comunicando-me o assalto a sua casa e saque...

Immediatamente tomei providencias para armar todos os nossos homens que trabalhavam no Brasil e fiquei aguardando a chegada de Plácido, que só teve lugar no dia 19, pela manhã.

A minha prisão e o assalto e saque á casa de nosso amigo Dias Pereira não deixavam mais duvidas sobre as intenções do prefeito, de modo que, á chegada de Plácido, não foi longo o nosso commentario sobre a ameaça que pesava sobre nós e decidimos reagir, tomando por nossa vez a offensiva contra o nosso desabusado aggressor. E, duas horas depois, eu deixava o porto de Capatará, incumbido de ir até “Illimani”, á margem direita do Abunan, e dahi descer por agua até “Bathavia”, onde tomaria um *vaqueano* e, penetrando novamente no Brasil, demandaria “Bagaço”, onde organizaria uma força para atacar a Empresa, ou, melhor, a prefeitura, pelo lado de baixo do Acre, enquanto Plácido o faria pelo lado de cima.

Tres dias e tres noites viajei sem descanso, a cavallo, de canôa e a pé. Á meia noite do terceiro dia eu já estava nas proximidades do “Bagaço”, a 20 kilometros do “Iquiry”, quando fui encontrado pelo nosso então socio Daniel Ferreira Lima, com um pagem conduzindo um cavallo ensilhado para mim e uma carta de Plácido, participando-me a pacificação e chamando-me com urgencia a Capatará.

Eu e o meu guia, um rapaz de 18 annos, doente, estavam sem comer desde a partida de Bathavia, e, por isso, resolvi descansar durante uma hora, enquanto comiamos o que me trouxeram e prosegui em companhia de Daniel e seu pagem, deixando o meu guia para traz. Caminhamos o resto da noite e o dia seguinte, indo chegar, á noite, á margem do Acre, onde repousei durante algumas horas, para continuar viagem no dia seguinte até Capatará.

De passagem na Empresa, entendi de fazer uma visita ao prefeito, procurando dissuadil-o da obsessão de sermos nós seus inimigos.

Fui recebido com muita affabilidade, confessando-se muito arrependido do que havia feito e dizendo-se victima da gente que o cercava, etc. Procurou dar-me muitas demonstrações de amizade e chorou mostrando-me os retratos de sua esposa e filha, que eu conhecia. Retirei-me esperançado de que uma era de paz fosse começar para nós...

Cheguei á casa de Dias Pereira, que me mostrou os estragos feitos pela gente da prefeitura, e me relatou o vandalismo com que se houveram durante o assalto.

Cheguei a Capatará no dia 23, á noite, depois de haver percorrido cerca de cem kilometros em canôa, e tres vezes mais de caminhos terrestres, alguns pessimos e perigosos, como o de Bathavia a Bagaço.

As minhas primeiras palavras sobre a *pacificação* foram reprovando-a, porque achava que, uma vez que havíamos armado gente para reagir, forçados pela conducta do prefeito, devíamos ir até o fim.

Mas, Plácido me ponderou: – “Lembra-te de que elles são irresponsaveis e queimam polvora alheia. Elles nada têm a perder, e nós, tudo. Elles nos fazem guerra á custa dos cofres publicos, e nós a temos que fazer á nossa custa... Eu tenho responsabilidade, estou ligado a esta terra e, a attitude que eramos forçados a tomar, seria a nossa ruina... Offereceram-me uma taboa de salvação, peguei-a com ambas as mãos. A esta hora a nossa gente já voltou ao trabalho...”

Elle tinha muita razão: tudo era contra nós.

Passamos a noite quasi em claro, discutindo a situação em que nos encontrávamos, de constantes sobresaltos e de continuos prejuizos commerciaes, devidos á tenaz perseguição que lhe moviam todos os prefeitos do Acre, e meu irmão concordou em abandonar a terra que elle entregara livre á communhão brasileira e que, desde então, gemia sob a mais deshumana escravidão.

Plácido me fazia a venda a credito do activo e passivo de sua casa commercial. E eu fui á Empresa mandar lavrar a escriptura, onde declaravamos que o direito de transmissão de propriedade seria pago depois de completado o pagamento da propriedade. O tabellião entendeu que assim não deveria ser, que a escriptura só poderia ser lavrada depois de pagos os referidos direitos, e não pudemos, por esse motivo, realizar immediatamente a operação ou o negocio combinado, porque não dispunhamos da importancia necessaria para o pagamento dos direitos, e combinamos deixal-o para o fim da safra. Infelizmente, nessas occasião já o digno mandatario do Dr. Affonso Augusto Moreira Penna trabalhava na organização da emboscada em que, dias depois, Plácido era victimado.

ASSALTO Á CASA DE JOSÉ MARIA DIAS PEREIRA

Faz mais de 21 annos que entrei, pela ultima vez, na casa de José Maria Dias Pereira, na confluencia do Riosinho com o Acre. Já não me recordo bem dos detalhes do pacato *barracão* que serviu de theatro a uma das mais revoltantes scenas de vandalismo, praticadas pelos representantes do Governo Federal no Acre, mas tenho ainda bem vivas na memoria a sua forma, orientação e principaes divisões, o bastante para descrever o episodio que terminou com o assassinato do menino Patriçio, o esbordoamento de alguns enfermos e o saque aos armazens daquelle commerciante...

É sob um angulo relativamente pequeno que o Riosinho e o Acre reúnem as suas aguas, apertando entre os seus leitos barrancosos uma longa faixa de terras, cujas arvores, em grande parte, foram abatidas na formação de um campo de cerca de meio kilometro de comprimento, com a forma aproximada de um triangulo isocetes, de base muito pequena em relação á altura.

O barracão, de dois andares, todo de madeira e coberto de zinco, de base rectangular, aproximando-se do quadrado, apresentando tres frentes – era construido dentro desse triângulo, cerca de cem metros do seu ápice. A fachada principal dominava um pequeno campo, em ligeiro declive, em parte accidentado, que ia morrer nas areias depositadas por aquelles rios em seus flancos recortados. Uma das fachadas lateraes, a da direita, está voltada para o Riosinho, e a outra para o Acre, bem proxima á escarpada barranca. Os fundos são voltados para a base do triangulo, com ampla vista sobre um campo de cerca de 400 metros de profundidade.

A parte terrea do vasto predio era occupada com armazens, *casa de corqueiros*, etc., e a superior, com o escriptorio, moradia, etc., servindo tambem de deposito de mercadorias leves e das que temem a humidade.

No angulo da frente principal com a do Riosinho ficava o escriptorio e, no canto dos fundos do mesmo lado do Riosinho, o quarto de dormir de J. Maria Dias Pereira. Na parte central havia uma ampla sala com janellas e porta para a fachada principal e outra com aberturas para os fundos. Do lado do Acre as divisões do predio eram perfeita-

mente symetricas ás da face do Riosinho, sendo que o quarto que correspondia ao de Dias Pereira estava, nessa occasião, servindo de deposito de mercadorias, apresentando, entretanto, algum espaço desoccupado, do lado dos fundos, por onde dava acesso á cozinha contigua.

Na madrugada de 17 de Julho de 1908, atracou em “Riosinho” uma lancha fretada pela prefeitura, desembarcando um forte contingente de homens armados, composto, em sua maioria, de soldados do Exercito, sob o commando do celebre Tenente Figueiredo Aranha, reforçados por um troço de facinoras que a prefeitura sustentava, conhecidos como os “*cabras* do Coronel Alexandrino” e que estavam sob as ordens immediatas de seu digno chefe, nessa memoravel noite de horror. E todos estavam á disposição de Josias Lima, Delegado de Policia do Sr. Besouro, estellionatario refugiado no Acre, e pronunciado pelo crime de tentativa de homicidio contra a pessoa que elle tinha, essa noite, licença ou ordem para assassinar *officialmente*, servindo-se da força publica e até de um official do Exercito Nacional.

Essa tentativa de homicidio era bem recente. Certo dia, quando aquelle commerciante estava tomando uma refeição no restaurante do “Hotel 24 de Janeiro”, levantou a cabeça sob a presença de Josias Lima, que descarregava sobre elle a sua celebre *matadeira*, a mesma pistola com que, pouco depois, assassinou Oscar de Hollanda, em Manãos. Graças ao furor que o dominava, errou os primeiros tiros e as pessoas presentes o impediram de consummar o crime. Esse *amigo* de José Maria Dias Pereira foi o escolhido pelo Coronel Besouro para commandar a pacifica força que deveria assassinar aquelle inoffensivo commerciante e depredar a sua importante casa industrial.

A sinistra quadrilha galgou as barrancas, venceu o declive e, chegando ao barracão, arrombou a porta do armazem, sem ser presentida, e foi concentrar debaixo do quarto que suppunham ser o da victima escolhida, mas que de facto era o symetrico ao desejado, com frente para o Acre, onde pernoitava, apenas, uma creança de cinco annos, de nome Patricio.

Os *commandantes* e o medico que os acompanhava, com a respectiva carteira cirurgica, ficaram do lado de fora, e assim que tiveram communicação de que a força já havia tomado *disposição de combate*, isto é, já estava em baixo do quarto de Dias Pereira, o Delegado Josias Lima

deu signal de fogo, que foi um tiro da sua perigosa *matadeira*. As armas foram voltadas para o tecto, que era tambem o assoalho do pavimento superior, e a fusilaria quebrou o silencio da noite, numa cerrada descarga que se prolongou depois por alguns minutos. O assoalho do pavimento superior ficou crivado das balas que, na sua maioria, transpuzeram os obstaculos, fizeram percurso atravez das telhas de zinco e fugiram do bando sanguinario. As mercadorias ficaram pesadas de chumbo e a parede commum á cozinha, bordada de orificios. Essa parede, do lado da cozinha, era munida de pregos onde penduravam utensilios culinarios que ficaram inutilizados, na sua maior parte, sendo que alguns receberam mais de um *ferimento*.

Neste quarto, ao lado das mercadorias, no canto interno dos fundos, pendia uma pequena rêde, onde pernoitava o menino Patricio de cinco annos de idade. Dormia *decubitus dorsalis*, quando foi despertado por um projectil que penetrando na região lombar, foi sair do lado opposto, abrindo um tal rombo que deu franca passagem ás visceras abdominaes.

A esse preambulo, *seguiu o assalto geral*, a invasão do andar superior onde pernoitaram alguns empregados da casa, quatro ou cinco mulheres e alguns enfermos, em estado grave, um dos quaes, portuguez de origem, foi barbaramente espancado, morrendo dias depois.

Foi no momento em que os *chefes* invadiram o quarto de Dias Pereira então occupado pelas mulheres que se achavam no estabelecimento – que o innocente Patricio deu entrada por entre elles, com as mãosinhas ensanguentadas, sopesando os próprios intestinos e dizendo:

“ – Mamãe, estou ferido. Olha as minhas tripas, mamãe! . . . ”

E, quando a desventurada mãe fitou o desgraçado filhinho, reduzido a *frangalhos*, voltou-se para o medico que fazia parte dos assaltantes – o celebre Dr Freire Cavallo – gritou:

“ – Salve meu filhinho, pelo amor de Deus, doutor!...” este se limitou a dizer: “Isto não tem importancia...”

O saque ao estabelecimento completou a obra dos representantes do Governo Federal...

Tempos depois, disseram-me que o Coronel Gabino Besouro relatou esse acontecimento ao Governo Federal, mais ou menos nos

seguintes termos: Na madrugada de 17-8-908, mandei uma lancha com algumas praças em diligencia no Riosinho e, ao passar pelo barracão de José Maria Dias Pereira, a embarcação foi alvejada por uma descarga partida daquelle estabelecimento. As praças reagiram e os aggressores abandonaram o barracão, deixando 80 rêdes armadas. Não houve desgraças a lamentar.

Quando tive conhecimento desse ludibrio, escrevi ao Dr. Affonso Penna, dizendo-lhe a verdade e pedindo-lhe que mandasse alguem verificar quem estava mentindo, mas o Dr. Affonso Penna não tinha interesse nisso...

.....

O assassinato de J. Plácido de Castro

A

8 DE AGOSTO de 1908, estava eu na Villa Rio Branco, hoje cidade, antiga “Volta da Empresa”, onde fôra a negocio.

Antes de meio dia, chegou Plácido, que eu havia deixado em “Capatará”, dirigindo-se para a casa do Dr. João Rodrigues do Lago, e, depois de algum repouso, para o “Hotel 24 de Janeiro”.

Por um dos proprietarios desse estabelecimento, Antonio da Silva Rebello, hoje tabellião, e por outras pessoas, elle soube que o Sub-Delegado de Policia, Alexandrino José da Silva, lá estivera, muito embriagado, como de costume, acompanhado do Tenente Luis Sombra e de alguns *capangas*, e que, ao sair, dissera, na presença de varias pessoas, que o Coronel Gabino Besouro lhe havia dado carta branca para matar o Coronel Plácido, comtanto que fosse fóra da villa.

Á tardinha, retomámos o caminho de “Capatará”, acompanhados dos Drs. Barros Campello e José Alves Maia e de um pagem, Francisco de Mello.

Pouco antes de alcançarmos a bocca do varadouro, Plácido foi detido por uma mulher, minha desconhecida, que lhe preveniu que o “Coronel” Alexandrino havia deixado a villa muito embriagado, acompanhado de seus cabras e dizendo que ia matar o “*pae do Acre*”.

Proseguindo, Plácido nada nos disse sobre os avisos que recebera e, quando chegamos á bocca do Riosinho, pernoitamos em uma *barraca* abandonada, porque já era noite e os nossos companheiros não estavam affeitos ás perigosas travessias nocturnas.

No dia seguinte, muito cedo, Plácido fez seguir a pé o nosso pagem, cuja cavalgadura havia sido emprestada ao Dr. José Alves Maia, e nós continuamos, depois de evaporado o orvalho.

Logo que o nosso pagem transpoz a ponte do igarapé “Distração”, foi detido por dois dos facinoras que acompanhavam o sub-delegado, o celebre negro Eugenio e o conhecido “Matteiro”, que, armados de rifles e sob ameaça de morte, indagavam a hora em que Plácido deveria passar naquelle local.

Livre dos seus detentores, que o intimaram a proseguir, Francisco Mello passou pelo local da emboscada, poucos metros adiante, sem perceber, e correu até “Bemfica”, a fim de pedir ao Coronel Rôla que, como amigo de Alexandrino, fosse impedir o assassinato.

Rola ficou aturdido, amedrontado e nada deliberou, e isso fez com que Francisco perdesse um tempo precioso, porque, quando se convenceu da apathia do nosso amigo Rôla e se decidiu a voltar ao nosso encontro, fazendo um desvio pelo mato, já era tarde demais, e quando nos encontrou já estava consummado o crime que procurara evitar...

A atmospheria de traição que reinava na séde da prefeitura gerara em mim o presentimento de que algum perigo nos ameaçava, e como era eu o unico que estava realmente armado, tomei, desde a Empresa, a deanteira do grupo que, devido á natureza do caminho, desfilava unidade por unidade.

Plácido secundava-me, seguido pelo Dr. Barros Campello e este pelo Dr. José Maia.

Assim que transpoz a ponte do igarapé “Distração”, Plácido, que conhecia a palmo o terreno onde estavam, fronteiro á residência do sub-delegado do Coronel Besouro, e que estava duplamente avisado do risco que corria, embora nada nos houvesse dito, deteve o cavallo e, voltando-se para os Drs. Campello e José Maia, disse:

“ – Este é o lugar das emboscadas...”

Eu, nessa ocasião, occulto pelas voltas do caminho, havia transposto o local da emboscada, poucos passos adiante, e encontrava-me adiantado de uns 80 ou 100 metros de meu irmão.

Do lado direito da picada, em lugar bastante estreito, havia uma grande arvore que dominava inteiramente as que a rodeavam. Seu tronco era envolvido por uma densa trepadeira, cujos tentaculos se estendiam sobre as vegetações circumvizinhas, entrelaçados em todas as direcções, formando um pesado véo que, do lado do caminho, cahia em fórma de cortina, até repousar sobre o espesso tapete de arbustos que cobria o solo. Essa cortina verdejante foi aparada até á altura da cinta de um homem a cavallo e, respeitadas apenas os arbustos que marginavam o caminho, uma verdadeira gruta ou caverna foi aberta naquelle massiço de verduras.

O roçado que fizeram ao redor daquelle grosso madeiro e o tecto formado pela trepadeira apropriadamente aparada, davam a idéa de um grande chapéo de sol aberto, quasi impenetravel á luz.

Nessa gruta, estavam postados o Sub-Delegado Alexandrino José da Silva, o “negro Eugenio”, o “Mateiro” e um caboclo que Plácido confundiu com João da Matta, morador naquellas immediações. Os restantes, que completavam 14 bandidos, estavam distribuidos do mesmo lado do caminho, ao longo da orla de uma pequena clareira, que se abria na mata, denunciando algum roçado antigo, invadido pela vegetação florestal.

Passei quasi ao alcance da mão dos do grupo Alexandrino, sem nada perceber, porque de nada havia vestigio; transpus inteiramente a zona perigosa e ganhei a curva que o caminho apresentava para o lado esquerdo de quem seguia para “Capatará”.

Nesse momento, Plácido defrontava-se com a caverna dos bandidos e recebia o primeiro tiro, disparado pelo *braço direito* do *Coronel Besouro* (pelo Sub-Delegado Alexandrino José da Silva) – que lhe attingiu o braço esquerdo, pouco acima do cotovello; um segundo tiro, quasi ao mesmo tempo, o alcançou do lado esquerdo da columna vertebral, penetrando de baixo para cima e da direita para a esquerda na raiz da segunda falsa costella e sahindo na altura da primeira que, como a outra, ficou reduzida a fragmentos.

Ambos os tiros foram disparados a queima-roupa: vestes e carnes ficaram chamuscadas. O primeiro ferimento não teve importância: produzido por arma de guerra, atravessou o tecido muscular sem prejuízo funcional, salvo no primeiro momento. O segundo, foi grave pelo aspecto, pelo tamanho, pelo traumatismo, muito embora não tivesse alcançado a pleura: produzido por bala de chumbo, de Winchester 440, tinha um grande orifício de entrada e um enorme de saída, que parecia um rosa de carnes, no centro de um amplo painel violáceo. Parte da blusa de azulão foi arrastada pelo projectil, e eram visíveis os pedaços de panno misturados com os fragmentos osseos cravados na carne. Ao receber o primeiro tiro, Plácido quiz fazer uso da pistola que trazia, ao mesmo tempo que abaixou-se sobre o cavallo para ver os seus aggressores, mas por um momento sentiu escaparem-se-lhe as redéas da mão e foi obrigado a segurar-as com a mão direita. Nesse momento, quando recebia o segundo ferimento, viu e reconheceu o Sub-Delegado Alexandrino, o negro Eugenio, o “Mateiro” e outro que elle pensou ser João da Mata. Impossibilitado de reagir, chegou a espora ao brioso cavallo que montava, atravessou a zona perigosa sob um chuveiro de balas e alcançou a curva do caminho, onde nos encontramos, sem que outros projectis o attingissem.

Como tive occasião de dizer, atravessei o terreno occupado pelos prepostos do Prefeito Besouro, sem nada perceber e, na occasião do crime, levava uma deanteira de 80 a 100 metros sobre Plácido.

Quando ouvi o primeiro tiro, detive instantaneamente o cavallo, porque reconheci ser produzido por arma de guerra (Mannlicher), que nenhum dos meus companheiros possuia, e, tomado de surpresa e duvida, prestei ouvidos ao que se passava.

Um outro tiro de Winchester 440, bem conhecido, a exclamação: – “bandidos!” – que Plácido deixara escapar e a cerrada fusilaria que se fez ouvir, tiraram-me inteiramente da duvida.

Lancei-me instantaneamente á terra e, com a arma prompta para atirar, corri ao local onde se desenrolava a tragedia, mas antes de entrar na zona perigosa, encontrei-me com Plácido que, detendo o cavallo, me fez regressar para o logar onde eu deixara a minha cavalgadura. Nesse ponto, a 80 ou 100 metros dos prepostos do Coronel Gabino, examinei os ferimentos de meu irmão e opinei pela não gravidade, visto

não haverem penetrado a cavidade thoraxica nem interessado vaso algum de inportancia. Esperamos ainda pela chegada dos nossos companheiros, um dos quaes, o Dr. Barros Campello, pouco se fez esperar. Quando já nos impacientavamos com a demora, chegou a besta do Dr. José Alves Maia, sem a sua intelligente carga. Foi então que Plácido me disse: “mataram o Zé Maia. Não temos mais o que fazer aqui. Monta a cavallo que estou sentindo-me mal e desejo alcançar “Bemfica”. Montei e seguimos, acompanhados pelo Dr. Campello, mantendo os animaes em galope curto.

Haveríamos percorrido kilometro e meio, si tanto, quando meu irmão foi tomado de uma vertigem, que mal me deu tempo para amparal-o na quéda que ia dando. Sustada a marcha, amparei-o como pude, recostando-o sobre o grosso tronco de uma arvore abatida.

Nessa occasião, chegou o nosso pagem Francisco que, desanimado de qualquer providencia por parte de Rôla, voltava ao nosso encontro com o fim de evitar o crime. Fil-o regressar immediatamente a “Bemfica”, a fim de pedir uma rêde e gente para conduzir Plácido, e com instrucções para ir até “Capatará” communicar o acontecido e pedir alguns homens armados, que julguei necessarios a nossa garantia pessoal.

Plácido não perdeu os sentidos e assim que se recostou ao tronco de que falei, me disse: “Preciso que te salves. Esses bandidos temem que eu fique vivo e virão completar a obra. Deixa-me a Winchester e escapa-te...” Deu-me ainda nessa occasião algumas instrucções sobre os seus negocios e disse-me o que pensava sobre os mandantes e mandatarios do seu assassinato. Fiz-lhe ver o impossivel que elle me pedia, e chamando o Dr. Campello, pedi que ficasse com o ferido, enquanto eu cortava uma vara para supportar a rede, para evitar qualquer demora quando chegassem os homens que eu mandara pedir em “Bemfica”.

Com uns 30 minutos de espera, vimos chegar o nosso amigo João Rôla, acompanhado de uma vintena de homens que se encontravam em seu barracão. Sem perda de um minuto, a rêde que trouxeram foi suspensa á vara por mim cortada e o ferido retomou o caminho, seguido de um sequito que, pela disposição e pelo estado de alma dos que o compunham, dava a idéa de uma procissão ou de um enterro: na frente, dois homens conduziam a rêde, um em cada extremo da vara que a sustinha. Quatro ou seis pessôas ladeavam o ferido e as demais desfilavam

em ordem binaria, todos silenciosos, tristes, apprehensivos; alguns chorando.

Quando chegamos a “Bemfica” já encontramos preparado o leito para o enfermo, e Dona Jocunda, esposa do nosso amigo Rôla, tudo fez para cercal-o do máximo conforto que, naquella época, no Acre, se podia razoavelmente desejar. Plácido, assim que se viu em repouso, ficou livre das dores que os movimentos lhe causavam, por causa dos fragmentos de costellas que lhe penetravam as carnes, encravados no musculo tombar, e retomou o seu habitual bom humor.

O numero dos que o rodeavam cresceu logo e, nos primeiros momentos, as lagrimas de alguns casavam-se ás lamentações de muitos. Empregando o maximo esforço para estancar as lagrimas dos seus amigos e fazer calar os lamentos dos mais expansivos, Plácido dizia: “Meus amigos, a morte é um phenomeno tão natural como a vida, e quem tem sabido viver, melhor saberá morrer. Eu só lamento é que, havendo tanta occasião gloriosa para morrer, esses heróes me matem pelas costas. Mas, em Canudos, fizeram peor...”, etc.

Duas horas depois da nossa chegada a “Bemfica”, a calma já se havia restalecido, porque a victima do Prefeito Besouro não parecia mais um doente, a não ser pela immobilidade forçada a que estava reduzida, para evitar as dores determinadas pelos fragmentos osseos penetrando as carnes.

* * *

Ao redor da casa, desenvolvia-se um formidavel incendio, cobrindo uma area de mais de um kilometro quadrado.

Como disse noutro ponto, a besta do Dr. José Alves Maia foi ao nosso encontro sómente com a sella e freio, com o rabicho arrebeitado pelo susto; de modo que já consideravamos perdida a sua intelligente carga, quando fomos alegrados com a presença do nosso valoroso amigo, cujo cadaver, pouco antes, eu havia mandado procurar no lugar do crime para dar á sepultura com as honras a que fizera jús. Então, soubemos que o abalizado caudico havia *chicanado* o grupo do Coronel Besouro, abandonando o animal que o conduzia e, como *rumbeador del monte*, atravessado pela mata a distancia que nos separava de Bemfica.

O que venho de relatar e o proprio depoimento do nosso illustre companheiro de viagem, publicado noutro ponto, mostram o alto criterio que revelou na entrevista que deu a um jornal de Manáos, que publicou o seu retrato, descrevendo o que se passara connosco durante o tempo em que elle luctava com as *japecangas* que procuravam retardar a sua marcha atravez do cipocal e das *tabocas* que incavam o caminho que escolheu para chegar a “Bemfica”.

Depois de um criterioso banho, o Dr. Zé Maia mudou as vestes damnificadas pelos espinhos e acompanhou o Juiz de Paz Albuquerque Soldan ao local do crime, juntamente com outras pessoas, a fim de averiguar as posições occupadas pela gente do Coronel Besouro. A argucia do provector advogado muito concorreu para o bom exito da diligencia. No lugar onde o sub-delegado do Coronel Besouro foi visto, foram encontrados dois cartuchos detonados do seu mosquetão “Mannlicher” e uma ou duas garrafas vastas de um vinho de genipapo, que um commerciante de Empresa lhe havia vendido. E desse ponto havia um *pi-que* (ligeiro caminho na matta), que ia terminar na praia fronteira ao porto de “Flor do Ouro”, (onde residia Alexandrino José da Silva), em cujas areias estavam as pegadas do grupo assassino, impressas quando se recolheu a casa donde sahira para a perpetração do monstruoso crime.

O juiz de paz levou ao conhecimento do Coronel Gabino Besouro o resultado dessa diligencia e pediu força para prender os assassinos que se haviam refugiado no seringal “Flor de Ouro”, de Alexandrino José da Silva, mas o prefeito negou a força pedida.

Á tardinha mandei quatro homens armados prenderem João da Matta, que Plácido julgou ter reconhecido entre os que rodeavam o sub-delegado do Coronel Besouro, e que residia não mais de um kilometro e meio de distancia do local do crime. Ás 7 horas da noite este personagem era conduzido á minha presença, devidamente amarrado. Interroguei-o sobre o crime e as suas respostas categoricas, negando qualquer participação no delicto, me convenceram de que Plácido se havia enganado. Deixei-o ainda *sob cordas* e fui á presença de meu irmão, perguntando-lhe si estava certo de haver reconhecido João da Matta entre os que cercavam Alexandrino. Plácido respondeu affirmativamente. Dei-lhe então conhecimento da sua prisão e da convicção em que eu estava da sua innocencia, e perguntei-lhe o que devia fazer do prisioneiro.

“Solta-o – disse Plácido – posso estar enganado. O lugar era muito sombrio e o tempo foi escasso”. João da Matta era *caboclo* e usava a barba toda raspada, mas estava crescida como si ha duas semanas não a fizesse, tal como Plácido o havia descripto; mas o bandido era outro, inteiramente semelhante, como tive occasião de certificar-me.

Nesse entrementes, chegaram oito homens armados, que mandei buscar em “Capatará”, conduzidos pelo intemerato Armando Jobim, então nosso empregado.

* * *

Como já tive occasião de dizer, ao redor de nós, bem perto, lavrava um formidavel incêndio, que nesse dia, ao cair da noite, já cobria uma área de mais de um milhão de metros quadrados e que depois dilatou-se de modo assustador, invadindo a floresta dominadora.

Aquella orgia de calor, de luz e de fumo, que ainda serviu de camara ardente ao libertador do Acre, resultou de uma hecatombe florestal, commettida com o fim de ampliar o campo de “Bemfica”: era a combustão rapida de milhares de arvores de todos os portes, victimas de impiedosos machados, e de milhões de arbustos, cipós e trepadeiras que haviam servido de pasto a reluzentes foices, manejada por adestrados braços.

Apenas os troncos mais vigorosos foram respeitados pelo machado nivelador, de modo que, aqui e ali, como gigantes immoveis, atarrachados ao sólo destacavam-se enormes representantes da nossa opulenta flora equatorial, que no seu isolamento ainda mais avultavam, e que, como viúvas catholicas, ostentavam um pesado véo, tecido de cipós e de trepadeiras, que tombando de sua frente virente, desciam até a altura attingida pelo braço do *brocador*. Quando as labaredas circumvizinhas alcançavam esses monstros já a folhagem alheia que os guarnecia crepitava de secca e as chammas subiam com a vertigem de uma explosão até á corôa verde que fitava o céu, trinta ou quarenta metros acima do sólo... Logo depois desse *fogo de palhas*, ficavam ainda, aquelles opulentos madeiros, aquelles arcabouços titanicos revestidos de fogo da propria casca que ardia e dos compridos cipós que, mais resistentes que a folhagem, pareciam cordas luminosas da rede que envolvia o gigante. E,

assim, sobre aquelle vasto lençol de fogo, agitado, ondulante, erguiam-se algumas dezenas de torres luminosas, cujas baforadas candentes offuscavam as estrellas.

Já entrei no porto de Nova Iorque em uma noite sem bruma. Experimentei a profunda emoção de ver aquella densa nebulosa de lampadas electricas atravessada pelo fusilar de potentes pharóes. Mas, em Nova Iorque como em Chicago, no Rio de Janeiro como em Paris, nada mais havia do que uma ostentação de progresso subordinada ao sentimento esthetico da época... A apotheose á vida de Plácido, em Bemfica, era uma perfeita bacchanal de fogos palpitantes, que deshydratavam, carbonizavam, calcinavam tudo; que se moviam em todas as direcções, numa vertigem mortifera e destruidora; era uma hecatombe de centenas de milhões de seres vivos – arvores, arbustos, insectos, roedores e reptis – que desapareciam para sempre em regressão forçada ao reino mineral, reduzidos a cinzas e a gases...

Esse monumental incendio foi a barragem que Deus collocou entre nós e os janizaros capitaneados pelo Sub-Prefeito Simplicio Costa, como vão ver os leitores.

Ás 11 horas do dia, isto é, 3 horas depois do attentado, já o Coronel Gabino Besouro punha as suas forças de promptidão e recrutava gente para reforçal-a, porque Alexandrino lhe mandara communicar que Plácido havia escapado com vida, embora ferido. E, á tardinha, partiu da Empresa, Acre acima, uma lancha atulhada de homens armados, sob as ordens do Sub-Prefeito Simplicio Costa, um dos organizadores da emboscada. Essa lancha passou silenciosamente, já á noite, em Bemfica e foi encostar em “Nichteroy”, onde o sub-prefeito desembarcou com o seu facinoroso bando.

Essa gente, ao que parecia, era para novas emboscadas nos caminhos que ligavam “Bemfica” a “Capatará”, prevendo o caso do ferido ser transportado para a sua residencia...

Informado, seguramente, de que Plácido não poderia sair de “Bemfica” e de que grande numero de pessoas cercavam o ferido, o substituto do Coronel Besouro, e dignissimo cumplice, resolveu inquietar-nos, alarmando, aterrorizando os nossos amigos e curiosos que se acotovelavam no *barracão* – mantendo uma especie de guerrilha, á dis-

tância, contra nós, que só não teve lamentáveis consequências graças á barragem do incendio que cada vez mais o distanciava da casa que nos abrigava.

Simplicio Costa distribuiu sua gente pelo *aceiro* do roçado, em diversos grupos encarregados de atirarem sobre o barracão onde estávamos e, ás 8 e tanto da noite, começou o tiroteio. O incendio, porém, lavrava com a sua maxima intensidade, e o clarão offuscava inteiramente o bando criminoso, impossibilitando-o de fixar o alvo que desejavam: apenas alguns projectis sibilaram muitos metros acima e nas proximidades da casa; mas o panico foi geral e indescriptivel.

Os homens armados, que tinham vindo de “Capatará” estavam prevenidos de que alguma coisa ainda podiamos esperar de parte dos sequazes do Coronel Gabino Besouro, encarregados da sinistra incumbencia, e assim que os primeiros disparos se fizeram ouvir, todos estavam a postos, obedientes ás instrucções de mim recebidas, e nesse momento tomavam as posições que eu lhes estava indicando, de accordo com aquella situação excepcional de um panico generalizado entre as pessoas que atulhavam o barracão e dependencias. E de todas as pessoas estranhas a “Capatará”, só encontrei dois homens que não se deixaram dominar pelo terror, e que muito me auxiliaram nos momentos de incerteza e de angustia que me opprimiram durante as cincoenta e poucas horas que Plácido viveu, depois de ferido. Foram elles, Manoel Helleno e Octavio de Gusmão Fontoura.

Eu ainda não tinha conseguido restabelecer a calma entre os que estavam do lado de fóra do barracão, quando recebi um chamado de Plácido. Subi. Que coisa horrivel se passava naquelle ambiente! Impressionado pelo que podia ver do leito, Plácido pensava que o panico tivesse dominado tudo e que a casa já estivesse sendo atacada: alguns choravam, lastimavam-se; outros, em maior numero, estavam petrificados, estarrecidos, mumificados: estancadas as glandulas salivares por effeito do medo, os lábios estavam collados aos dentes e as physionomias decompostas e atordoadas... Não me pude conter deante daquelle quadro e, em voz alta, disse: – “É preciso que os senhores se decidam a reagir, porque si este barracão for assaltado, hão de morrer nas mesmas condições que eu e os que me acompanham. Nós resistiremos até o ultimo

momento e si formos dominados pelo numero, os senhores tambem serão envolvidos na chacina!”

Fui até a presença de Plácido, que me esperava com anciedade, e que me recebeu com estas palavras: – “Já te disse que preciso que te salves! Eu já me considero morto. Deixa-me o revolver que defenderei do leito este resto de vida. O ultimo tiro será para mim, pois não lhes darei o prazer de completar a obra. Escapa-te. É preciso que te salves...”

As vibrações dessas palavras ainda me atravessam a alma como laminas candentes vomitadas pela cratera de um vulcão humano, num desses momentos raros em que nos decidimos a entregar a Deus aquillo que de Deus nos veio... Fiz-lhe ver que si tratava de um *acesso* de medo daquella multidão que nada havia que justificasse o que elle estava presenciando, e que a disposição da nossa gente (os que vieram de Capatará) era bem outra; disse-lhe as providencias que havia tomado para a defesa do *barracão*, etc., e regressei ao exterior, ao campo.

O tiroteio, reconhecido inefficaz pelos proprios bandidos, tornou-se de mais a mais espaçado, cessando por completo ao amanhecer.

Na madrugada do dia seguinte chegaram-nos mais vinte e poucos homens armados, procedentes de Capatará, que, ao passarem em Nict-heroy, descobriram a lancha que conduzira Simplicio Costa e o seu bando, encostada á barranca do rio, e verificaram que o substituto do Coronel Besouro estava occupando uma barraca abandonada, um pouco afastada do caminho, em companhia de dois homens armados. O encarregado dessa gente poz o auxiliar do Coronel Besouro em discreto cerco e me mandou pedir instrucções.

A situação era critica e a prudencia era a directriz por mim adoptada: mandei ordem para ficar um homem vigiando os movimentos do sub-prefeito e da sua gente, enquanto os restantes proseguiriam para Bemfica.

Na noite seguinte, os tiroteio repetiu-se em menor escala e sem resultado algum, mesmo porque o incendio havia alcançado a floresta e mais nos afastava dos aggressores. Essa gente só regressou á prefeitura depois da morte de Plácido.

Ás 4 horas da tarde do dia 11, Placido deixou de existir. Cerca de meia hora antes do seu passamento, a dyspnéa que o affligia começou a de-

sapparecer e a sua morte foi tão calma que o Dr. Caribé da Rocha chegou a pensar que elle estivesse melhorando e me disse: “agora elle está melhorando”, ao que lhe repliquei: “agora elle está morto, doutor...”

Eu estava exausto de fadiga e de insomnia. Assim que Plácido fechou os olhos, dispus o seu cadáver de modo conveniente no leito em que descançava e estirei o meu corpo ao seu lado, dormindo, creio que 10 ou 12 horas consecutivas. Quando despertei já o nosso amigo Rôla havia providenciado sobre a confecção de um esquife, de modo que, muito cedo fizemos o enterro, no dia seguinte.

Plácido me havia pedido para tirar-lhe o coração, assim que fallecesse, e partir ao meio, levando metade para sua noiva e metade para nossa mãe, como ultimas lembranças. E eu não esqueci o seu pedido, procurando executar a incumbencia, minutos após o seu passamento, mas tal opposição encontrei de quantos o rodeavam; taes considerações me fizeram, que faltei com o cumprimento do meu dever.

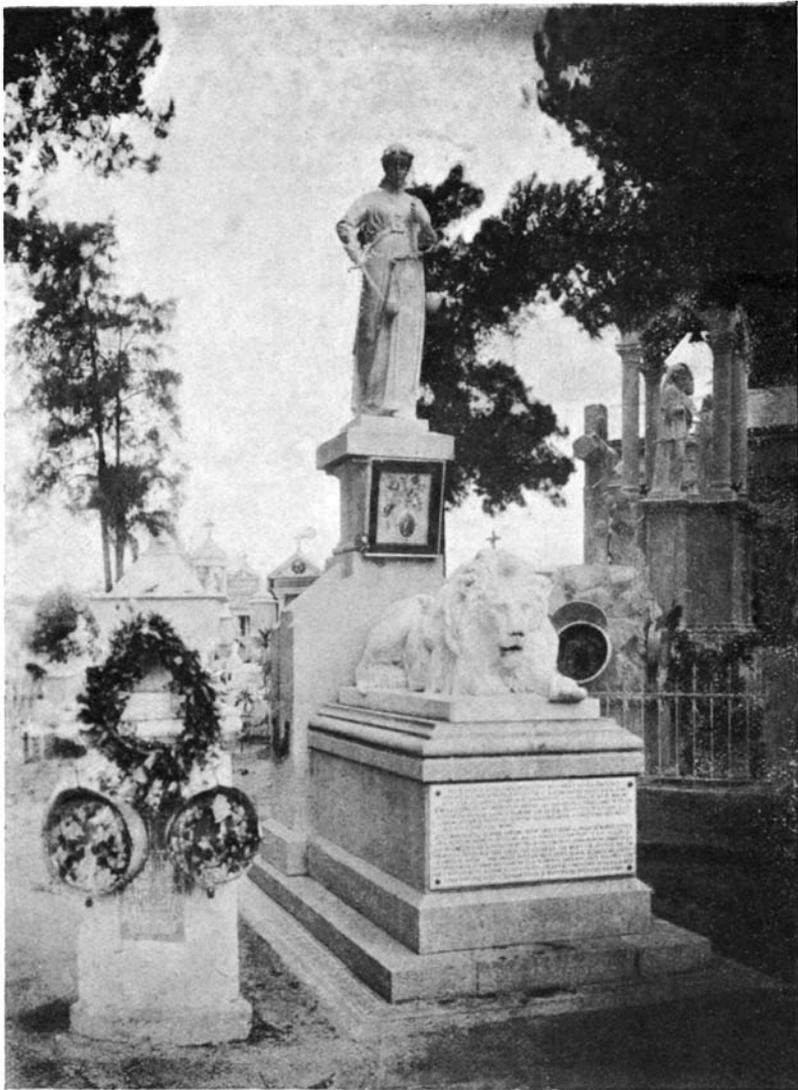
O tumulo de J. Plácido de Castro é um monumento symbolico.

Como se vê da photographia, consta de um pedestal de fórma parallepipédica recta, de base rectangular, encimado pela figura de um leão e pela de mulher que se eleva sobre uma columna composta de quatro columnatas. As estatuas são de tamanho natural e executadas em marmore de Carrara, e o corpo do monumento e a columna, são de granito roseo.

O leão, ferido pelas costas, com uma setta cravada no flanco direito, representa o Fundador do Estado Independente do Acre, e lembra como foi elle assassinado pelos homens do Prefeito Gabino Besouro.

A mulher sustenta uma balança na mão esquerda e um punhal na direita. Em um dos pratos da balança, ha um livro representando as leis brasileiras e no outro, um sacco *cheio de ouro*, sobre o qual ella firma o olhar concupiscente e a ponta do punhal sanguinario, fazendo inclinar o prato para o lado da conveniencia, do *ouro*. Assim quiz eu representar a justiça que por muitos annos dominou o Acre, protegendo os ladrões e os assassinos e perseguindo os justos.

Na face da frente, ha uma longa inscripção onde os nomes dos principaes mandantes do crime se confundem com o do executor.



Túmulo de J. Plácido de Castro no cemitério de Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Do lado opposto, ha um mappa do “Estado Independente do Acre” gravado em marmore negro, onde graphicamente se destaca a área perdida com o Tratado de Petropolis.

.....

Palavras albeias

A

VEHEMENCIA da linguagem empregada nos artigos que se seguem tem sido censurada e, de facto, não condiz com a feição que desejo dar a este livro; mas quem conheceu o director e proprietário do *Correio da Noite*, o nosso hoje pranteado amigo Dr. Orlando Corrêa Lopes, sabe que a franqueza e a impetuosidade eram as características principaes da sua grande alma. E quem conhecer os laços de amizade que o ligavam a Plácido, justa achará a indignação com que aggride os responsaveis pelo assassinato do seu comprovado amigo.

Pergunto: Os que censuram o Dr. Orlando pelo uso desse látigo candente para castigar a malta assassina que sob a protecção ostensiva do Governo Federal se apoderou do Acre, applaudem todos os crimes que elle punia com sua palavra inflammada?...

A exaltação que o empolgava como jornalista era propria da sua extrema sensibilidade, do seu modo intenso de sentir e de vibrar. A sua virilidade era expansiva e arrebatada, explosiva e cavalheiresca: jámais se utilizou da calúnia ou do anonymato para ferir os seus adversarios, mesmo os mais desleaes. Orlando Corrêa Lopes era um puro e um forte.

Em attenção a esse Bayard do jornalismo, peço ao benevolo leitor que leia sem animosidade os artigos que se seguem, certo de que são profundamente sinceros.

Para justificar e perdoar a linguagem do impetuoso jornalista na defesa de uma causa justa, basta lembrar que o tempo se encarregou de confirmar todas as acusações por elle formuladas contra o Dr. Affonso Penna e seus mandatarios: *O assassinato de Plácido ficou impune; o crime prescreveu sem que ao menos a força de um inquerito fosse ordenada para descobrir os criminosos...*

* * *

Quando *suicidaram* o Commerciante Borlido Niemeyer lembrei-me que o seu irmão, o meu ex-collega Alvaro, havia assistido complacentemente as demarches feitas, na Prefeitura do Alto Acre, para o *suicidio* de Plácido.

Hoje o meu ex-collega ha de estar perfeitamente convencido de que os que commettem o *suicidio* alheio por conta do Governo não estão sujeitos á justiça terrena.

Do Correio da Noite:

ESPERAMOS...

O silencio do Governo do Sr. Dr. Affonso Penna, em face do infame assassinato do bravo libertador do Acre, está a impressionar a opinião publica, que não póde comprehender a protecção dispensada ao prefeito bandido, senão pela connivencia no crime do proprio Presidente da Republica.

Todos os dias chegam novos detalhes do theatro dos acontecimentos, todos os dias de Manaus e do Pará vêm telegrammas para a imprensa carioca em que são transmittidas informações de pessoas que lá vão chegando do Acre e que foram testemunhas das scenas vandalicas desse scelerado que está a deshorrar os galões de coronel do nosso glorioso Exercito .

Entretanto, só o Governo allega ignorar os acontecimentos que tiveram logar na Prefeitura do Alto Acre!

O juiz da comarca e o promotor publico passaram já por Manaus e pelo Pará em viagem para esta capital, dessas cidades telegrapharam ao Governo, de tudo dando conta. Entretanto, o Sr. Dr. Affonso Penna allega ainda ignorar o assassinato do Coronel Plácido de Castro!

Ora, tudo isto não está a indicar que é o proprio chefe da nação quem se empenha para que essas miserias não sejam postas a limpo?

Pois não parece perfeitamente claro que é S. Ex^a quem maior interesse está a demonstrar que esse attentado infame caia no ról dos factos consummados?

Não creia, porém, o Sr. Dr. Affonso Penna que ha de conseguir tão facilmente o seu proposito.

Sobre S. Ex^a está recahindo a maldição nacional.

Não é impunemente que se pratica uma infâmia como essa que S. Ex^a permittio ao bandido que está no Acre a representar o seu Governo. Quando a justiça da época mente como estranhar que o mandante do covarde assassinato, lhe envie informações officiaes, isto é que mande dizer que tudo está em perfeita calma, que a ordem publica continua inateravel; e termina pedindo mais força do Exercito!

Para apurar a responsabilidade dos assassinos da infeliz criança, victimada no assalto á casa do Negociante Dias, nenhuma providencia foi ordenada pelo prefeito malfeitor. E para que inquerito?

Elle havia ordenado o assalto, elle soube de tudo pela bocca dos proprios assassinos que nada mais fizeram do que cumprir as suas ordens!

O mesmo aconteceu em relação ao assassinato do Coronel Plácido de Castro. Elle fôra ordenado pelo prefeito ao seu sub-delegado de policia e este nada mais fez do que cumprir as ordens recebidas.

O que se afigura a todo o mundo é que o proprio Governo da Republica está a espera, não de informações, mas que o espirito publico se acalme e que esse crime vá figurar no rôl de outros muitos, contra os quaes a opinião publica reclamou também, mas que passaram a viver apenas nas saudades das familias e dos amigos das victimas.

O exemplo da suppressão do desventurado Fausto Cardoso é eloquente e vai fructificando. Mas, esse mesmo caso demonstra que quando a justiça publica falha, o desespero de um filho, de um irmão ou de um amigo póde suppril-a com vantagem.

E se é o proprio Presidente da Republica quem acoroça a vingança, se é o proprio chefe da nação quem admite como legitimo o assassinato politico, não estranhe se amanhã cahir victima dos mesmos processos de spressão.

Esse mesmo prefeito assassino que hoje mandou matar Plácido de Castro, amanhã poderá ser o assassino do Presidente da Republica, uma vez que, como hoje, conte com a impunidade

Lembré-se o Sr. Dr. Affonso Penna que tem mulher e que tem filhos, e que a sua época de grandeza está a findar. Lembre-se que, se a instituição do assassinato politico crescer á sombra do seu governo, S. Ex^a mesmo não será capaz de prever a que extremos ella poderá attingir. Quem semeia ventos só pode colher tempestades.

Hoje a nação inteira chora a perda de um dos seus mais dignos filhos; amanhã esta mesma nação,

habituada a esses processos de supressão, póde nem deplorar o assassinato do Presidente da Republica.

Quem faz politica é S. Ex^a. Foi S. Ex^a mesmo quem ufano o proclamou. Mas, se S. Ex^a entende que pode fazer politica sem justiça, o povo pode entender que deve fazer justiça sem política.

As solicitações, os lamentos desesperados, os gemidos de agonia do povo que hoje lhe chegam aos ouvidos transformados em hymnos triumphaes pelas vibrações dessa atmospha engrossativa que cerca a todos os governos, podem amanhã se transformar em rugidos de uma colera feroz.

E se S. Ex^a não conseguir sobreviver ao naufragio do seu prestígio, ahí ficará a sua familia a colher as tempestades dos ventos que o sou chefe semeiou.

Nós ainda não temos Pantheon, como também não temos cemiterios para os reprobos. Elles serão instituidos um dia. Para o primeiro só entrarão os servidores da patria como Plácido de Castro; para o segundo os que, acoçoam e protegem assassinatos.

* * *

O Governo da Republica não quiz ouvir o *Correio da Noite*. Se o tivesse ouvido, a historia republicana não contaria mais esta pagina sangrenta e dolorosamente assignaladora da triste situação moral dos dias escuros que vão passando.

Pois seja. A nossa voz, pela sua humildade bem pode não ter logrado chegar ao Olympo. Agora, porém, fala a imprensa, toda, num completo accorde, no mesmo diapasão indignado.

Não é mais o *Correio da Noite*, solitário, quem diz ao Sr. Presidente da Republica que da miseravel conducta de todos os seus delegados

no Acre, resultou essa triste condição que ainda não culminou na tocaia, que victimou o seu libertador.

Os jornaes mais cautos e serenos ao apreciarem os factos, concluem todos pela mais inilludível responsabilidade do Governo Federal. E todos elles confessam afinal, estranhando e condemnando essa inspiração hostile contra Plácido de Castro, que sempre o Governo transmittiu a todas as autoridades que tem enviado para o Acre.

Os nossos illustres collegas do *O Paiz*, que neste momento prestigiam com o seu apoio o Governo do Sr. Affonso Penna, escreveram hoje o seguinte:

“No meio de todas essas complicações, que traziam o espirito publico intranquillo e cheio das mais graves apprehensões, surge Plácido de Castro no Acre e á frente dos valorosos compatriotas que habitavam esses sertões, proclama a Independência do Acre, bate a forças bolivianas e fica senhor do campo.

Nunca a intenção do valente guerrilheiro foi outra senão a de conquistar esse territorio, valorizado pelo suor de tantos brasileiros, para o annexar á sua patria e a prova dos seus patrioticos intuitos ficou patente após a celebração do Tratado de Petropolis, que foi mais uma das grandes victorias do Barão do Rio Branco, quando as auctoridades brasileiras nomeadas pelo Governo Federal para estabelecer a primitiva organização do Acre, encontraram em Plácido de Castro o mais leal, e mais util, o mais desinteressado dos auxiliares”.

A Gazeta de Noticias:

.....

“Infelizmente o Acre está muito longe de nós para que tenhamos informações minuciosas sobre esse assassinato.

Ultimamente, porém, chegavam noticias constantes de protestos contra violencias de um governador militar daquela terra.

Onde houvesse lucta contra o arbitrio, era de prever o nome de Plácido de Castro. Dahi a revolta, dahi o assassinato.

Nada se sabe de positivo. O facto, porém, que nos chega é que o mataram. E nós não duvidamos um só momento de que o Sr. Ministro da Justiça saberá fazer justiça.

Esse caso é grave demais para que nos bastem umas simples declarações das auctoridades de lá, lamentando a morte.

É preciso achar responsaveis”.

O Diario do Commercio:

.....

“Não se póde ainda bem e com inteira imparcialidade dizer qual a causa do assassinato do heroico e digno moço, cuja figura sympatica enchia todo o scenario das regiões maravilhosas do Acre, mas pelas ultimas noticias recebidos de lá é de presumir que dêsse logar ao crime a situação de divergencias administrativas que existia entre Plácido de Castro e o actual prefeito daquelle territorio, e que era de tal forma tensa que já se falava que uma revolução arrebentaria naquella paragem”.

A Folha do Dia, em vibrante editorial, assim considera:

.....

Pois, se a laurea das victorias cabe aos capitães, aos commandantes, nenhum delles merece mais o amor e a gratidão de seus compatricios do que Plácido de Castro. O Brasil inteiro tinha para com elle uma divida de honra, porque elle, defendendo o Brasil, augmen-

tara-lhe a grandeza territorial, marcando os novos limites com o seu sangue vencedor”.

Da *Imprensa*:

A TOCAIA

“Foi com profunda magua, posto que não com grande surpresa, que lemos, hontem um telegramma do nosso collega do *Jornal do Commercio*, informando-nos de que, numa tocaia miserável, foi covardemente assassinado o reivindicador da honra, do nome e das terras do Brasil na região do Acre: o bravo Coronel Plácido de Castro.

Não foram o desassombrado patriotismo desse moço valente, a sua abnegação, parelha do seu heroismo, e aquellas terras, descobertas, desbravadas, valorizadas e povoadas por brasileiros, estariam, hoje sob estrangeiro dominio. Foi depois que o Sr. Olyntho de Magalhães, então ministro das Relações Exteriores, inexplicavelmente cego á evidencia do nosso direito, havia já reconhecido á Bolivia o dominio de toda essa região, que Plácido de Castro, num gesto cavalheiresco de amor á pátria, pregou a guerra santa, moveu e levantou as populações, armou-a como pôde, improvisou-se General, deu combates, expulso daquella terra que o Brasil já havia reconhecido boliviana, as tropas regulares da Bolivia, implantou nella a sua autoridade de facto e veio, pressuroso, trazel-a ao seu paiz, pondo-a de novo, á sombra do pavilhão estrellado, por cujo amor a tanto se abalançou! O espirito clarividente do Sr. Barão do Rio Branco completou essa obra; mas a victoria da diplomacia seria difficilma, si não impossivel, pelos erros anteriores sem essa prévia victoria das armas.

Quando se medita sobre o momento em que a individualidade de Plácido de Castro irrompeu das

brumas do anonymato, para redimir o Acre do jugo estrangeiro, acode ao espirito a reminiscencia das leituras bíblicas, e, involuntariamente, se pensa naquelles juizes que Deus suscitava no seio do povo de Israel, para libertal-o da escravidão ou para conduzil-o as terras da Promissão. Era uma situação para levar o desanimo ao espirito mais forte. As varias tentativas de reacção armada haviam lamentavelmente naufragado. O Governo Federal movia a esquadra, para amparar os bolivianos, contra a reacção das populações do Acre, tudo fazia crer que a linha Cunha Gomes seria definitivamente o limite do Brasil sem embargo do erro reconhecido, sem embargo do tratado de 1867, sem embargo da nossa posse antiga e não turbada, sem embargo de terem sido essas terras povoadas por brasileiros. Foi nesse momento que Plácido de Castro surgiu, arrebatou espiritos e corações, impoz-se, dirigiu, lutou e venceu. Nessa hora, elle encarnava bem o sentimento nacional, era o instrumento consciente da vontade de toda a nação, era um admirável expoente da nossa energia e da nossa força. Agiu como um patriota; não como um caudilho selvagem ou *um condottière* ousado e feliz. Vencedor, não teve um momento de hesitação na sua conducta consequente á victoria; collocou-se ao lado do Governo do Brasil, auxiliando-o e servindo-o, cooperando, quanto pôde, para o Tratado de Petropolis que incorporaria definitivamente toda essa região ao territorio brasileiro. Isto feito, o guerreiro audacioso desappareceu, para dar lugar ao espirito calmo, conciliador, ponderado, naturalmente preocupado com o futuro dessa região, em que vivia, mas interessado em encaminhal-a pelo trilho da lei.

Infelizmente, o Governo do Brasil não teve a noção exacta e justa dos seus deveres para com aquella região, relegada á condição secundaria de territorio e,

desgraçadamente, governada por individuos destituídos de criterio, sem amor por ella, não a vendo, quiçá, senão como presa para satisfação de sua ambição, de sua voracidade, de sua cupidez. Gente estranha á terra, ida daqui, sem outro prestigio além do da autoridade official que encarnava, só se poderia impor por uma conducta austera, que era, justamente, no que não pensava.

O conflicto entre esses proconsules e as populações que iam governar, era fatal e inevitavel; como o era, igualmente, que fosse o Coronel Plácido de Castro o órgão dos protestos e reclamações das populações violentadas e perseguidas. Plácido de Castro convenceu-se de que era indispensavel, para a normalisação da vida dessas populações, que se completasse a integração do Acre na esphera politica do Brasil, sendo-lhe reconhecida a categoria de estado autonomo, sendo-lhe licito governar-se por si próprio, dentro das limitações da Constituição Federal. Não havia, não ha, aspiração mais justa e legitima. De sua capacidade para a vida autonoma, dera o Acre, testemunho que nenhum outro estado deu: fôra a sua população desajudada e só, que o incorporara ao Brasil! Travou-se então, entre elle e os prefeitos, uma lucta sem treguas, lucta em que a razão estava com elle, lucta que elle trazia regularmente ao conhecimento do Governo Federal, em todas as suas minucias, lucta que se encerra, afinal agora, por essas balas assassinas, covardemente disparadas de surpresa.

Não ha meio de dissimular a responsabilidade do Governo Federal nesse lance trágico. Ha já meses que o nosso colega do *Correio da Noite*, onde trabalha o Sr. Orlando Lopes, ligado fraternalmente a Plácido de Castro, denuncia, com factos precisos, a gravidade da situação, a que o Sr. Tenente-Coronel Gabino Besouro, Pre-

feito do Acre conduzira. Taes factos foram levados ao conhecimento do Governo, por outros meios. Isso não obstante, não deu o Sr. Presidente da Republica providencia alguma, manteve-se na commoda abstenção de quem não cura de coisas minimas, entregou o Acre aos seus tristes destinos, permittindo, assim, que se consumasse a execução do bravo patriota, tão sincera e tão nobremente empenhado no propósito de arrancar a terra que conquistou com a vida ás garras dos seus exploradores!

Rendendo, hontem, a essa memoria, querida de todo paiz, as homenagens que ella merece e que o Congresso Nacional, interprete do sentimento de todos os brasileiros, lhe não regateou, disse na Camara o illustre Sr. Germano Hasslocher que, se falhar a justiça, não falhará a vingança, para desaggravo desse estúpido e cruel assassinato, annuciado largamente, como uma intimidação, e consummado como uma desforra .

Tristes tempos atravessamos! Tristes dias nos reserva o futuro! Perdida nas cumiadas do Governo, a noção de justiça, substituido o religioso respeito á lei por esse despotismo frouxo, viscoso e molle, na phrase do Sr. Senador Francisco Sá, perdida está a segurança das propriedades e a ninguem sorprehende que, effectivamente, venha a vingança occupar o lugar de onde deserta a justiça. Que, ao menos, o sangue desse justo, iniquamente derramado, faça a consciencia do Sr. Presidente da Republica surgir para as suas altas responsabilidades e entrever todo o horror da situação que está creando para este paiz, com esse governo de capricho, de favoritismo, surdo ao clamor justo, pelo empenho de servir a interesses que se não justificam. O sangue de Plácido de Castro brada por justiça, e ai de nós si, effectivamente, por fraqueza ou por interesse, consentir o Sr. Presidente da

Republica que, em vez della, seja a furia da vingança que desencadeie as suas coleras nessa região”.

O Seculo diz:

“CORONEL PLÁCIDO DE CASTRO. – Os boatos de revolução no Acre estão infelizmente confirmados.²¹

Deante do assassinato do Coronel Plácido de Castro, esforçado patriota que se póde cognominar o heróe do Acre, não é licito duvidar-se mais da acção dis-solvente e revolucionaria do Coronel Gabino Besouro.

A política atrabiliaria e violenta deste funcionario não podia deixar de desgostar os acreanos e a sua deposição só não se effectuou graças á intervenção e influencia do Coronel Plácido de Castro. Foi elle o intermediário da paz entre o Coronel Besouro e o povo do Acre. Trocaram cartas, firmaram pactos, e quando aquelle pedaço de territorio nacional parecia revertido ás luctas do trabalho, desfructando os beneficios da ordem restabelecida, traiçoeiramente, numa emboscada covarde, cae Plácido de Castro aos golpes de repetidas descargas, a alguns passos de casa.

O Prefeito do Acre mostrou-se estupefacto e dizem os telegrammas que S. S^a. mandou abrir rigoroso inquerito. Isso chega a ser uma farça revoltante. O Governo Federal é o responsavel moral deste assassinato.

Ninguem mais do que o Coronel Prefeito do Acre, reúne indicios tão vehementes da autoria intellectual da morte do Coronel Plácido, que o inibem de

21 Não houve revolução alguma no Acre. Eram os ecos das notícias forjicadas na prefeitura para justificar o assassinato de Plácido.

continuar á testa daquella prefeitura e de ser o director de um inquerito cujos resultados o attingirão de certo, deste ou daquelle modo.

É dever do Governo, antes de qualquer medida, tomar a resolução immediata de dar substituto ao Coronel Besouro e pôr á frente do inquerito, não esse Coronel ou algum preposto seu, mas pessoa de insuspeição, capaz de restabelecer naquella região o imperio, si não da lei, dos principios de humanidade.

Este é o dever do governo, a menos que não queira pactuar com as scenas cannibalescas daquelle funcionario violento e criminoso”.

* * *

Os nossos dignos e presados collegas da *A Tribuna* assim re-matam os commentarios que hoje fazem em torno do desgraçado acontecimento.

“A coincidencia desse crime com a attitude de Plácido de Castro vem de algum modo tornar pesadas as responsabilidades na administração do Acre e mais ainda a da administração central, que deixou de tomar providencias para resolver uma situação intensa e perigosa com medidas preventivas para evitar tão grave e triste desfecho.

Emquanto taes factos se davam no Alto Acre, eram cor de rosa as informações do ministério do interior que deixou de intervir como lhe cumpria, no momento opportuno”.

* * *

NO SENADO

DISCURSO DO SENADOR COELHO LISBOA

Foi o seguinte o discurso proferido hoje no Senado pelo illustre Senador Coelho Lisboa:

Os jornaes da Capital da Republica noticiam por telegrammas de Manãos o assassinato do Coronel Plácido de Castro, por uma emboscada. A impressão produzida por essa noticia é por demais dolorosa porquanto o Brasil inteiro pronuncia o nome de Plácido de Castro, como o de um aventureiro sublime que conseguira dilatar os horizontes da patria conquistando o Acre para o Brasil, acostumou-se a render homenagens ao valor e patriotismo daquelle brasileiro illustre, cujo vulto ficará em nossa historia, crescendo de mais em mais, impondo-se ao respeito e á admiração dos posteros.

Pode-se suppor que o bom senso recommendando á aquisição das posições commodas numa republica prospera, aconselha esquecer os denodados filhos de um povo que durante sua existência dedicavam todos os momentos de sua vida ao engrandecimento da patria.

Aventureiro sublime!

O Novo-Mundo, que assombra com suas riquezas a marcha do progresso moderno, que é senão a obra dos aventureiros?

Que foram Colombo, Cabral e os bandeirantes?

Que foram os conquistadores da India, do Cabo da Boa Esperança, do Brasil, etc., sendo aventureiros que se decidiram á descoberta dos mundos novos que deviam completar o engrandecimento mundial?

Plácido de Castro, assassinado no periodo de degenerescencia da Republica brasileira, quando, como já demonstrei desta tribuna, já conseguiu dilatar as suas fronteiras ao sul, pelo arbitramento de Washington, e a N. O. pela conquista do Acre que, economicamente, já indemnizou o thesouro das quantias despendidas.

E não fôra a desorientação do Governo de Campos Salles, na escolha do arbitro para resolver o litigio no extremo norte, não teriamos visto retalhada a patria, nem as naos bretãs ameaçando as nossas costas.

Plácido de Castro figurará em estátuas nas praças publicas que serão marcos a demonstrar aos posteros a grandeza do Acre.

Plácido de Castro figurará na historia patria como figurou Viriato da Lusitania; como figuraram Rodrigo Cid na historia de Hespanha e Vidal de Negreiros na brasileira.

E então, já terão desaparecido os liliputianos que monopolizam as oligarchias brasileiras, já terão desaparecido os homunculos que se apossam dos logares faceis e commodos e o vulto de Plácido de Castro ha de fulgir na historia patria.

É por isso que ao Senado requeiro que se insira na acta dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo assassinato do grande patriota.

* * *

NA CÂMARA

DISCURSO DO DEPUTADO GERMANO HASSLOCHER

O Sr. Germano Hasslocher começou dizendo que se levantara da tribuna verdadeiramente emocionado para transmittir á Camara a morte de um dos mais leaes servidores da nação, o Coronel Plácido de Castro. A este heroe deve o Brasil graças á audaciosa bravura de que deu sempre provas a aquisição do territorio do Acre. Foi elle que nos evitou os grandes dissabores e amarguras possíveis no conflicto do Brasil com a Bolivia. É um serviço que immortalisou o patriotismo daquelle grande patricio.

O orador traça, em phrases rapidas as peripecias da vida accidentada de Plácido de Castro, desde sua entrada nas fileiras do Exercito até o começo dessa epopéa que foi a conquista do Acre.

Lembra a posição excepcional a que attingiu, conseguindo uma situação realmente unica, isto é, obrigando a Bolivia a tratar com elle como de potencia a potencia constringendo-a reconhecer o *statu quo* – o Acre como territorio independente e livre – emquanto durassem as negociações daquelle territorio com o governo boliviano.

Lembra a acção do heróe naquella região, sempre na vanguarda dos direitos de milhares de brasileiros que pagam impostos e a quem se negam os direitos politicos.

O Sr. Hasslocher terminou o seu bello discurso por estas palavras:

Plácido de Castro para que aos acreanos, brasileiros como nós, residentes no territorio nacional, fossem dados todos os direitos que a todos nós são assegurados pela Constituição bateu-se pela Independência do Acre, annexado ao territorio nacional da União. Esta sua attitude provocou os rancores daquelles que viviam explorando aquellas immensas riquezas longe da fiscalização directa do Governo da União.

Não foi propriamente uma surpresa o assassinato desse homem, porque elle nos era annunciado quasi por todos correios .

Elle proprio previa que mais dia menos dia havia de succumbir victima desses interesses contra os quaes ousava se levantar, pugnan-do por direitos tão legitmos quanto são aquelles em cuja posse nos achamos nós outros.

Elle annunciava a seus amigos que estava tramado um plano contra a sua existencia, em que intervieram pessoas que fatalmente hão de dar contas á justiça dessa conducta criminosa.

Não sei, senhores, se podemos contar com essa justiça como consequencia do attentado a um dos maiores servidores da nossa patria.

Mas podeis ter certeza de uma cousa: se essa justiça falhar, não falhará a vingança. Esta ha de vir! inevitavelmente satisfazer-se sobre o cadáver de Plácido de Castro indiscutivelmente mais digno do que todos esses miseráveis que tramaram contra a sua vida.

A Camara já teve occasião de bater palmas de entusiasmo pela solução do Tratado de Petropolis. A Camara endeosou merecidamente o Governo que tão sabiamente soube se conduzir em tão difficil emergência; a nação inteira que apontou á gratidão nacional o Sr. Barão do Rio Branco, como o admiravel negociador desse tratado; a nação tem plena consciencia de que o primeiro e o mais efficaz collaborador, no terreno dos factos para a solução do conflicto foi Plácido de Castro .

Nessas condições não é demais que eu peça a V. Ex^a e a Camara que se faça inscrever, neste momento de amargura para nós, um voto de profundo pesar por esse triste desenlace de uma vida que tão util foi á sua patria, manifestando nós ainda todo o odio, todo o desprezo, toda a natural repulsa diante desse assassinato que tanto tem de covarde quanto de miseravel.

Espero da Camara que ella sancione a proposta que acabo de fazer, de registrar nos annaes desta Camara o profundo sentir que a nação brasileira experimentou com a morte desse preclaro patriota.

(Muito bem! Apoiados geraes).

.....

Accuso

TENHO por varias vezes accusado o Governo Federal como o principal responsavel pelo assassinato de meu irmão e, por isso mesmo, pela impunidade em que ficaram os criminosos até á prescripção do crime. E particularmente accusei os Drs. Affonso Augusto Moreira Penna e Nilo Peçanha.

A imputação que faço ao Dr. Nilo Peçanha está claramente formulada em outro capitulo.

Para justificar a que faço ao Dr. Affonso Penna transcrevo a carta aberta que lhe dirigi na ante-vespera do assassinato de Plácido, e os documentos que lhe foram entregues.

Para não offender a memória do accusado, limito-me a dizer, ou a lembrar, que o Dr. Affonso Penna manteve o Coronel Gabino Besouro no cargo de prefeito e morreu *esperando que o indigitado homicida lhe participasse quem fôra o assassino do Coronel J. Plácido de Castro*, victima da emboscada da “Flôr do Ouro”, organisada com os *recursos pessaes* da prefeitura e chefiada pelo Sub-Delegado Alexandrino José da Silva.

CARTA ABERTA

Reconhecida por um tabellião, na data de 7 de Agosto vespera do assassinato de Plácido de Castro.

“Sr. Presidente da República.

Si os crimes que venho denunciar ameaçassem simplesmente a minha vida, eu não viria, crêde, á vossa presença denunciá-los, porque daria um attestado de covardia de minha parte, ou mostraria estar soffrendo da mesma enfermidade, (mania de perseguição), que o vosso escolhido para administrar este infeliz departamento.

Nos primeiros dias do mez passado fomos prevenidos de que o prefeito deste departamento havia presidido um *concilio* de assassinos onde se resolveu fossem assassinados Plácido de Castro, José Maria Dias Pereira e Dr. João Rodrigues do Lago, coincidindo essa noticia com a nova aqui espalhada pelo sub-prefeito, que o “*Coronel Gabino Besouro havia recebido, do Governo, reservadas e severas instruções sobre a pessoa do Coronel Plácido por causa da attitude do Correio da Noite*”.

Quinze dias apenas, depois de havermos recebido aviso da resolução do prefeito, já se havia inventado uma *revolução* na prefeitura, tentado duas vezes contra a vida de Plácido de Castro e uma contra a de Dias Pereira, sem que providencia alguma fosse tomada!... mesmo porque os heróes dessas façanhas, são o Sub-Prefeito Simplicio de tal, o Delegado Josias Lima, e o Sub-Delegado Alexandrino José da Silva, bebedo contumaz, criminoso relapso e intimo do Coronel Besouro!

Esse estado de coisas pareceu serenado por alguns dias, mas o facto de mais um conhecido assassino ser chamado para a administração Besouro, levanta uma atmospherá de traição e de perversidade em torno da sua autoridade como prefeito deste infeliz departamento, cuja séde se acha transformada num covil de bandidos, e faz suppor que, de facto, alguma coisa muito grave, si não muito perversa, está sendo executada a sombra do repre-

sentante do vosso Governo, Sr. Presidente! Tanto assim que, na qualidade de irmão de Plácido de Castro, sentindo o peso desta atmospheria sanguinolenta, indo eu á presença do Sr. Gabino relatar-lhe os graves acontecimentos que me impressionam, elle justificou esses attentados traiçoeiros e absolveu os criminosos!

É nessa contingência, Sr. Presidente da Republica, que vos peço providencias que ponham a pessoa de meu irmão a salvo do punhal da primeira autoridade deste departamento.

Empreza, 7 de Agosto de 1908. – *Genesco de Castro*”.

JUSTIFICAÇÃO – CINCO TESTEMUNHAS

Depoimento de Genesco – Disse: que está convencido de que o autor da tentativa de assassinato de seu irmão, Coronel Plácido de Castro é o individuo Alexandrino José da Silva, actual sub-delegado de policia do Sr. Gabino Besouro, prefeito deste departamento, auxiliado pelos innumerados bandidos que tem a seu dispôr e que com elles tem servido em todas as diligencias perigosas, que os ultimos prefeitos de departamento têm entendido fazer. Que desde a administração Jesuino, esse individuo Alexandrino declara publicamente as suas tenções homicidas contra a pessoa ora victimada e que todos os moradores deste departamento têm conhecimento deste facto. Que nos primeiros dias do mez passado tanto o depoente como o seu irmão foram avisados que em reunião realizada na Empreza, com a presença do Sr. Prefeito fôra resolvido o assassinato de Plácido de Castro para se apoderarem de uma precatoria que estava em seu poder expedida contra o individuo de nome Manoel Leopoldino Pereira Leitão Cacella e para “*tranquilizar* a administração deste departamento”; – e que na mesma reunião fôra resolvido o assassinato do Commerciante José Maria Dias Pereira, contra quem o Delegado Josias Lima já praticou um attentado de homicidio, e ainda o Dr. Juiz de Direito deste departamento. Que a resolução deste triplice assassinato, com ou sem o consentimento ou a cumplicidade do Coronel Bezouro, é

desde ha muitos dias a convicção do depoente, tanto assim que ousou externar ao Sr. Presidente da Republica em carta aberta, que lhe dirigio por intermedio do *Correio da Noite*, pedindo providencia, que pusesse o seu irmão a salvo do punhal dos seus representantes aqui. Que a sua convicção se firmou com o attentado praticado em Xapury contra a pessoa do Dr. Sylvio Gentio de Lima, pelo sub-prefeito chefiando tres ou quatro gatos pingados, na noite de dezeseis de Julho findo, julgando que assaltava a pessoa de Plácido como declarou, pedindo desculpas quando reconheceu haver se enganado. Que ainda pelo facto de haver o individuo Alexandrino José da Silva, num encontro que teve com Octavio Fontoura, no varadouro que vem da Empreza a Bemfica, ao enxergar aquelle senhor, puxado bala para a agulha de uma Winchester (rifle), declarando ao reconhecer-lhe que tinha feito aquillo porque suppunha fosse o Coronel Plácido a quem pretendia matar, porque o Coronel Gabino Besouro lhe declarara que o Coronel Plácido pretendia assassinal-o, bem como ao Coronel Simplicio Costa, para tomar conta do Acre”. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado mandou a dita autoridade encerrar este auto depois de lido e achado conforme, que assigna com o respondente. E eu, Antonio Rebello, Escrivão *ad hoc*, o escrevi. Em tempo. Disse mais que interrompeu o seu depoimento para assistir o passamento do seu irmão, mas continua agora dizendo que a ultima tentativa de assassinato do Commerciante José Maria Dias Pereira, praticada por força do Exercito sob as ordens do Delegado Josias Lima, que uma vez já tentara assassinal-o; que essa hedionda tentativa, onde succumbiu uma criança e ficou gravemente ferido um empregado, impune como ficou, é mais uma prova da cumplicidade do Sr. Prefeito nesta tragédia que o macula. Que o facto do Sr. Prefeito haver negado força a este juiz de paz para effectuar a prisão dos criminosos e collocar os seus soldados de promptidão e de piquete assim que soube do assassinato de Plácido de Castro, é mais um facto que muito depõe contra a sua pessoa e muito reforça a supposição da sua culpabilidade; que o facto do Tenente Luiz Sombra, empregado da prefeitura, haver dito aos Srs. Manoel Henrique de Lima e José Martins Ferreira que o Coronel Plácido não tinha sido victima de uma emboscada, como se dizia, mas sim de “uma armadilha para anta e com uma bala podre tão safada que nem deu para matar” é a prova mais evidente da revoltante culpabilidade dos repre-

sentantes do poder publico deste Departamento. Que na ante-vespera da pratica do crime de que se occupa ainda o respondente levou ao conhecimento do prefeito uma serie de factos, que fazem crêr a premeditação desse crime conhecido e official, e a imminencia em que estava de realizar-se e que o prefeito ao envez de tomar medidas para evital-o, parece haver acelerado a sua execução, porque assim que seu irmão Plácido chegou á Villa Rio Branco o Sr. Gabino Besouro mandou chamar o seu Sub-Delegado Alexandrino que foi a sua presença, mesmo bebado, como costuma andar, e sahiu dizendo que ia para fora da villa, onde o prefeito lhe disse que ficaria com toda liberdade. Em vista do exposto e de muitos outros factos está convencido de que o principal assassino de seu irmão é o Sub-Delegado Alexandrino José da Silva, com a cumplicidade do actual prefeito que nem ao menos se dignou disfarçar o seu crime, tomando as scenographicas providencias, que outros menos confiantes da sua impunidade praticariam em igual circumstancia. Que agora no modo de ver do respondente resta ao Sr. Prefeito mandar quanto antes executar o assassinato do Sr. Dr. Juiz de Direito, do Commerciante Dias e do respondente, que certamente já entrou para o ról dos que embaraçam com o trabalho honrado a sua nefasta administração. E como mais não disse nem lhe foi perguntado mandou a dita autoridade encerrar este auto, que depois de lido e achado conforme assigna com o respondente. E eu, Antonio Rebello. Escrivão *ad hoc*, o escrevi.

Primeira testemunha – Antonio da Silva Rebello disse que mais de uma vez no seu hotel 24 de Janeiro, na villa do Rio Branco, vio e ouviu Alexandrino José da Silva declarar publicamente que mataria o Coronel José Plácido de Castro, que quasi sempre Alexandrino appareceria na villa com uns cabras reconhecidamente criminosos, entre os quaes a testemunha conhece os de nome Francisco França, apontado como assassino, Porfirio de tal, Antonio de tal e Luiz Paula, aquelle seringueiro de J. Dias e um parecido com João da Matta, uma das pessoas que o fallecido Coronel Plácido pensou ser um dos que se achavam em emboscada e os dous ultimos que faqueando uma mesa do hotel da testemunha no dia 23 de Julho passado, declararam em estado de embriaguez que matariam o Coronel Plácido de Castro e qualquer *placista que alli apparecesse*, isto dizendo um delles, o de nome Antonio puxava a bala para a agulha de uma carabina com a qual se achava munido; que conhe-

ce tambem o sicário de nome Eugenio, tirado da cadeia por Alexandrino de quem raramente se separava, criminoso esse de toda a confiança de Alexandrino: que Renato de Souza, escrivão de Alexandrino tambem fez muitos distúrbios no hotel da testemunha e, em uma das vezes declarou que vendia a vida do Coronel Plácido de Castro a quem a quizesse comprar, asserção essa que foi presenciada pelo Tenente do Exercito Nilo Guerra, que sabe, por ter ouvido em seu hotel, do proprio Alexandrino que elle ou Plácido tinha de morrer; que soube do Advogado José Maria que Francisco Corrêa havia dito a este ter de morrer ou o Coronel Plácido ou o Coronel Alexandrino; que sabe ter o Dr. Genesco de Castro estado com o prefeito e feito queixa a este de Alexandrino que o andava a provocar por diversos modos; que no dia 8 de Agosto corrente o Coronel Plácido esteve a negocio na villa do Rio Branco onde se achava Alexandrino que se retirou poucas horas depois da chegada do Coronel Plácido; que nesse mesmo dia á noite o Coronel Plácido se retirava da Villa do Rio Branco para regressar a seu seringal *Capatará* em companhia do Promotor Público Dr. Barros Campello, do Dr. Genesco de Castro e do Advogado José Maia, que no dia seguinte, á 1 hora da tarde, soube em seu hotel que o Coronel Plácido havia sido atirado de emboscada na altura do seringal *Flor de Ouro*, onde negocia o Coronel Alexandrino; que como todos na villa, já esperava a emboscada de Alexandrino José da Silva e tanto assim é que a testemunha verificou no local do crime o esconderijo onde se achavam os assassinos, que é atraz de um grosso páo do qual sahe uma pequena vereda que, seguindo a praia do rio, vai ter até em frente ao porto do seringal *Flor de Ouro* onde reside Alexandrino; que ha uns dez dias se acha Alexandrino na casa do prefeito; que sempre que sahe é rua é desfarçadamente acompanhado de seus sequazes, atrás referidos; que não ha nenhuma duvida na impunidade dos assassinos do Coronel Plácido de Castro, fallecido a 11 do corrente e se fosse na séde da prefeitura a testemunha não se atreveria a depor por temer ser pelos mesmos espancado, pois o Coronel Roberto Moraes, que depoz no inquerito aberto pelo Juiz de Paz Manoel de Albuquerque Saldon fugio da Villa do Rio Branco onde até ante-hontem era procurado a fim de levar uma surra; que o justificante Genesco de Castro está bem arriscado de ser assassinado pelo mesmo Alexandrino, que gozando da protecção do prefeito conta com a impunidade dos crimes que

tem feito, que a testemunha servio de escrivão num inquerito aberto pelo juiz de paz referido e por isso sabe de sciencia proprio que o prefeito em officio dirigido áquelle negou força para prender os criminosos: que até a presente data o Dr. Gabino Besouro conserva seus soldados armados e paisanos de piquete nos varadouros, tendo assim transformado a Villa do Rio Branco numa praça de guerra.

Segunda testemunha – José Alves Maia disse que for mais de uma vez vio o Sub-Delegado Alexandrino José da Silva, conhecido da testemunha como assassino, que no anno de mil e novecentos matou um trabalhador do seringal *Humaytá*, cortando o cadaver em pedaços, dizer publicamente que assassinaria o Coronel Plácido de Castro; que diversas vezes apparecia Alexandrino na Villa Rio Branco, sempre acompanhado de uns cinco ou seis desordeiros, dentre os quaes a testemunha ouviu dizer haver um por nome Eugenio, que fôra arrancado da cadeia pelo Sub-Delegado Alexandrino, e uma vez absolvido pelo Jury; que de seu primo José Augusto Maia, co-proprietário do *Hotel Vinte e Quatro de Janeiro*, ouviu que Luiz de Paula e Antonio de tal, capangas do referido Sub-Delegado, entraram em um dos dias do mez de Julho findo, no alludido hotel, e alli fizeram toda a sorte de desordens, ficando ambos tão enfurecidos por não apparecer uma pessoa que se dissesse amiga do Coronel Plácido, a ponto de crivar de faca uma das mesas do estabelecimento, gritando ambos que matariam o Coronel José Plácido de Castro; que rara vez vira Alexandrino sem ser embriagado, e assim, nesse estado, em todas as tascas onde entrava na Villa do Rio Branco, dizia em alto e bom tom, que mataria o irmão do Dr. Genesco; que na vespera da emboscada, que soffreu o Coronel Plácido, Francisco Corrêa, casado com uma sobrinha de Alexandrino disse a testemunha que, ou o Coronel Plácido ou Alexandrino tinha de morrer; que vio quando o Dr. Genesco de Castro foi se queixar ao Prefeito Gabino Besouro, de diversas provocações feitas pelo Sub-Delegado Alexandrino que a testemunha assistio a uma dessas provocações de Alexandrino ao Dr. Genesco; que no dia 8 de Agosto corrente chegaram a Villa do Rio Branco o Coronel Plácido, onde tambem se achava Alexandrino, que logo esbravejou por toda a parte matar o Coronel Plácido; que nesse mesmo dia a testemunha vio o cavallo de sella de Alexandrino ensanguentado e soube que elle havia dado uma facada naquelle animal, dizendo não podel-o fazer na mesma

hora ao Coronel Plácido; que nesse mesmo dia 8, Alexandrino retirou-se da villa, declarando a todo mundo que mataria o Coronel Plácido; que a testemunha doente, foi convidado pelo Coronel Plácido a ir se restabelecer nos seus campos denominados *Esperança*, convite este que a testemunha aceitou, mas com a condição de não ir com o dito Coronel, que sahia da villa na noite do mesmo dia 8, por temer assistir a uma descarga de bala no caminho; que o Coronel Plácido insistia com a testemunha para irem juntos, allegando que o Promotor Dr. Barros Campello, tambem ia se tratar, e, em face disso, a testemunha resolveu fazer a viagem juntos e partio na noite do alludido dia 8 de Agosto indo pernoitar na fôz do Riosinho, onde dormiram; que ao amanhecer do dia 9, partio com seus companheiros com destino ao *Capatará*, para dahi seguir para os *Campos*, seguindo na frente o Dr. Genesco, em seguida o Coronel Plácido, logo após o Promotor, Dr. Barros Campello, e, por ultimo a testemunha; que durante a viagem não se cançou de fallar sobre emboscadas, temendo a cada instante, uma descarga de balas detonadas de dentro do matto por Alexandrino e seus sequazes; que ao passar com seus companheiros de viagem o igarapé *Distração*, um pouco adiante, uma descarga de balas partio de dentro do matto, indo dous dos projectis ferir mortalmente o Coronel Plácido de Castro; que nessa occasião a testemunha apeiou do animal em que ia montado e internou-se no matto, onde se perdeu, conseguindo sómente chegar a *Bemfica*, onde se achava o ferido, uma hora depois; que em *Bemfica* esteve até o dia 11 de Agosto, data em que falleceu o referido Coronel Plácido; que passados sete dias da emboscada, Alexandrino e seus sequazes, com assombro do povo da villa, entrou cynicamente pelas ruas, indo hospedar-se no mesmo predio onde habita o Prefeito Dr. Gabino Besouro, que, segundo dizem é cúmplice no assassinato do referido Coronel Plácido; e tanto isso parece ser verdade quanto é certo que até agora não houve providencia alguma para capturar os criminosos e mais negou força ao Juiz de Paz, Manoel de Albuquerque Soldon, para prender os deliquentes; que desde o attentado contra o Coronel Plácido, o Prefeito poz a Villa do Rio Branco em pé de guerra; que absolutamente não fazia o presente de poimento na Villa do Rio Branco, pois arriscar-se-hia pelo menos a ser aggredido a golpes de espada pelos officiaes do alludido prefeito.

Terceira testemunha – Tenente do Exercito, agrimensor de terras publicas e advogado, Nilo Guerra disse que Alexandrino José da Silva, que tempos atraz commettera um assassinato em *Humaytá*, manifestara desejos de assassinar o Coronel José Plácido de Castro, como elle proprio declarou no Hotel Vinte e Quatro de Janeiro, na manhã de um dos ultimos dias do mez passado, na presença do Capitão Antonio da Silva Rebello, do Coronel José Augusto Maia, proprietarios do mesmo hotel, e da testemunha, que Alexandrino José da Silva andava acompanhado de individuos de má nota, dentre os quaes o individuo Eugenio de tal, que no anno passado fora submettido a jury, por crime de homicidio; que esses individuos, publica e notoriamente sabido, de maus costumes, tinham como mais salientes, no desejo de assassinar o Coronel Plácido de Castro, o de nome Renato de Souza, Escrivão do Sub-Delegado de Policia, Alexandrino José da Silva, Luiz Paulo e Antonio de tal, os mesmos que no dia 23 de Julho passado, em almoço no Hotel Vinte e Quatro de Janeiro, armado de faca e rifle, desafiavam com improperios a quem quer que se manifestasse amigo ou partidário do Coronel Plácido, sendo que o mais audacioso dos facinoras era o referido escrivão do sub-delegado, que não obstante amigo do conhecido desordeiro Bruno Barbosa, mereceu ser este advertido; que ouvio dizer do Advogado José Alves Maia haver-lhe declarado Francisco Corrêa, empregado na prefeitura e aparentado do alludido Alexandrino, que o Coronel Plácido ou Alexandrino tinha que morrer, isso na vespera da conhecida emboscada de Bemfica, de que foi victima o mesmo Coronel Plácido; que em um dos primeiros dias do corrente mez vio o Tenente Genesco de Oliveira Castro communicar ao Prefeito Gabino Besouro que Alexandrino José da Silva insultara seu empregado Francisco em casa do Dr. Leorne Menescal ameaçando-o para brigar; que no dia 8 do corrente, estando em companhia do Coronel Plácido, vio passar Alexandrino a cavallo, alcoolizado, que vinha de conversar com Francisco Simplicio F. Costa, Sub-Prefeito do Acre e Delegado de Policia no Xapury, que se achava hospedado em casa do prefeito devendo nesse mesmo dia 8, á tarde, partir com rumo pelo local da emboscada, que é perto de sua residência em Flor de Ouro; que o referido Simplicio é o mesmo que pretendeu assassinar, a tiros de rifle, no porto do Xapury, em um dos ultimos dias do mez de Julho, ao Coronel Plácido, segundo publicou e ficou sem

contestação o nº 1 do jornal *Estado do Acre*, que se publica na Villa Rio Branco; que no dia 9 de Agosto, pela manhã, foi victima dos tiros partidos da emboscada de Bemfica, de que falleceu no dia 11 do corrente; que dentro da lei os indicios de que Alexandrino é o assassino de Plácido de Castro, são mais que vehementes, como poderá averiguar a policia, no inquerito que lhe cumpre fazer, que o indigitado assassino Alexandrino, com seus comparsas criminosos continuam como anteriormente, em plena liberdade, a receber especiaes considerações do Coronel Gabino, prefeito do departamento e do Delegado Auxiliar de Policia Antonio João de Barros Alencar, o mesmo que, sob o protectorado do Governo do Amazonas, commetteu um infame assassinato de um seu companheiro de casa na Villa Floriano Peixoto, de onde fora, pouco antes do assassinato do Coronel Plácido, chamado pelo Prefeito Coronel Gabino para exercer a actual funcção de delegado; que o conhecido assassino Alexandrino continua a exercer a funcção de delegado de policia do Riosinho e campeia ostentivamente pelas ruas da séde da prefeitura, acompanhado de conhecidos criminosos, dentre os quaes o já referido Eugenio; que até o presente a acção da policia, só tem sido benefica para os assassinos do Coronel Plácido e muito perseguidora não só das testemunhas que depuzeram no inquerito feito perante o juiz de paz da localidade da emboscada, como dos amigos e admiradores do Coronel Plácido, sendo que a testemunha Tenente-Coronel Roberto Severiano de Moraes *soffre* ameaças de morte, sendo obrigado, para conservação de sua vida, a fugir da Villa Rio Branco; que evidentemente, com máos intuitos, está o Prefeito Coronel Gabino Besouro, porquanto desde o meiado do mez passado até o presente, tem mobilizado Força Armada, mantida com dinheiro que lhe fora confiado para o melhoramento do Acre, não só em desperdicios com as compras de armas e munições como com a alimentação e pagamento exaggerado de diarias para os civis desencaminhados de seus empregos, que se acham ao seu serviço e que se com máos intuitos, é ou não, a prova está em tudo quanto ahi fica referido, prova mais que clara e indicios mais que vehementes de que o alludido Coronel Gabino, o mesmo que já se levantara contra o poder constituido do paiz, o mesmo ainda que fora recusado por sua terra natal, é o insuflador e conivente em todos os distúrbios que ora fazem paralyzar o commercio do Acre e levantar panico em sua popula-

ção. Em aditamento, disse mais: que nos primeiros dias do corrente mez levava ao conhecimento do Coronel Gabino Besouro, que no Hotel Vinte Quatro de Janeiro, onde mora a testemunha, estava elle, testemunha, constantemente provocado de morte por assassinos, companheiros de Alexandrino José da Silva, pelo simples facto de não acompanhar nem approvar as violências que contra o Coronel Plácido pretendia o referido prefeito praticar, fazendo-lhe mesmo ver que algumas dessas provocações publicamente feitas no hotel eram presenciadas pelo delegado de policia; e que o Coronel Gabino nenhuma providencia deu para cessar essas ameaças que dia a dia mais avultaram e como elle, testemunha se sentisse sem garantias legaes retirou-se da séde da prefeitura para se pôr a salvo aqui onde faz este depoimento.

Quarta testemunha – João Damasceno Cavalcante disse que é publico e notorio na Villa Rio Branco, que foi o autor da emboscada que victimou o Coronel Plácido de Castro, o cearense Alexandrino José da Silva e seus capangas; que logo que a testemunha soube da emboscada não teve duvida alguma de attribuir a Alexandrino, porquanto este quando embriagado, nunca deixou de dizer horrores do Coronel Plácido em sua ausencia, jurando de, um dia com elle, Coronel Plácido, se encontrar; que no penultimo domingo Alexandrino entrou na Villa Rio Branco com seus capangas e se hospedou no mesmo predio onde habita o prefeito; que a testemunha tendo de voltar para a Villa Rio Branco, de onde se ausentou para prestar este depoimento, teme ser aggreddido por ter narrado a verdade dos factos, e por isso nada mais adianta.

Quinta testemunha – Bemvindo Soares de Oliveira disse que é publico e notorio na Villa do Rio Branco o facto de Alexandrino José da Silva declarar que no Acre haveria de habitar ou elle ou o Coronel Plácido; que todas as vezes em que apparecia na villa era sempre acompanhado de seus capangas, entre os quaes o de nome Eugenio Francisco da França que respondeu ao jury no anno passado; que no dia nove de Julho passado, fôra ao Purús e por isso não sabe de sciencia propria das desordens feitas no Hotel 24 de Janeiro, mas em chegando no dia 19 do corrente á Villa do Rio Branco; soube que Luiz Paulo e Antonio de tal bem como Renato de Souza fizeram disturbios naquelle estabelecimento onde gritavam que se apparecesse um amigo do Coronel Plácido, que matariam; que soube do Advogado José Maia, que Francisco Corrêa,

casado com uma sobrinha de Alexandrino dissera que o Coronel Plácido ou Alexandrino desapareceria; que em caminho de Senna Madureira para cá, soube do assassinato do Coronel Plácido, e a propósito tem importantes revelações a fazer; que João Dantas, irmão de Raymundo Dantas, arrendatario do seringal *Bagé*, e Angelo Dumont, ambos encarregados das estradas de seringueiras do mesmo seringal, encontraram-se com a testemunha e confidencialmente narraram que Alexandrino José da Silva tinha entregue uma carta a um preto de nome Victal, morador no seringal *Amapá* a fim deste levar-a a Maurillo de tal, seringueiro do *Bagé* a Raymundo Dantas, vendo aquelle preto no centro do seringal foi ao seu encontro e fel-o voltar, sendo-lhe pedido pelo mesmo preto que ao menos dissesse que Alexandrino mandara chamar Maurillo; que este ao saber do recado disse que já sabia para que era o recado; que elle, Alexandrino, mandara chamal-o para perseguir o Coronel Plácido de Castro até tirar-lhe a cabeça; que isto contando a testemunha a João Dantas e a Angelo, accrescentara mais que antes de qualquer pessoa saber do assassinato do Coronel Plácido, já Maurillo narra o acontecimento, sendo de notar que no domingo, nove de Agosto corrente, dia em que se deu a emboscada, Maurillo não se achava em casa, e tendo della sahido montado em burro, voltou a pé, segunda-feira, dez do corrente, indo pelo centro do seringal *Bagé*, narrando que havia sido assassinado o Coronel Plácido; que João Dantas e Angelo findaram a sua narração dizendo que não havia duvida de Maurillo ter tomado parte no crime, tanto mais quanto este individuo vivia aos serviços infamantes de Alexandrino José da Silva; que actualmente se acham morando na Villa do Rio Branco Alexandrino José da Silva e seus sequazes; que ha muito a testemunha sabia da emboscada que Alexandrino preparava pois, tendo mandado a Manoel Nobre de Lima e Antonio Nunes seus empregados, buscarem umas rezes nos campos de *Capatará*, em caminho, no varadouro do *Riosinho* para *Bemfica*, no igarape *Distração*, quando aquelles seus empregados tratavam de estivar a ponte do mesmo, para dar passagem ao gado, viram dentro do matto passarem dous homens armados que attribuiram ser caçadores mas depois, quando procuravam paos bons de cortar, para fazer a estiva da ponte viram Francisco França e Eugenio Francisco da França armados de Manulicher e um outro que não conheceram, armado de rifle; que os dous primeiros conversavam

com Manoel Nobre e Antonio Nunes, dizendo muito desconfiadamente que andavam a procura do varadouro que ia para a *Flor do Ouro*; que os empregados da testemunha accrescentaram quando narraram o facto acima que aquelles conhecidos criminosos estavam alli de emboscada para alguém, pois, conhecedores como elles são de todos esses varadouros era aquella historia muito mal contada; que em face do exposto, a testemunha esteve no dia trinta de Julho passado, tres dias ou quatro depois do encontro a que já se referiu, com o Coronel Plácido de Castro, em Capatará e fez-lhe ver o perigo que corria sua vida nas emboscadas preparadas nas mattas que ficam fronteiras ao seringal *Flor de Ouro*, onde se achava Alexandrino José da Silva; que a autoria do crime perpetrado contra o coronel Plácido, nao ha duvida alguma que recahe na pessoa de Alexandrino, Francisco França, Eugenio Francisco da Franca, Maurillo de tal e outros sicarios ás ordens do primeiro: que a vista da impunidade dos delinquentes, que estão descobertos, a testemunha presume ser convivente no crime o prefeito do departamento, coronel Gabino Besouro; que sabe de sciencia propria que Alexandrino goza da protecção do prefeito, tanto assim é que não sabendo Alexandrino ler nem escrever foi nomeado Sub-Delegado de Policia do *Riosinho*, cargo que ainda continua a exercer.

O JUIZ AMEAÇADO

Damos a seguir a copia de um officio do Juiz de Direito Dr. João Rodrigues do Lago:

“Ex^{mo} Sr. Coronel Dr. Gabino Besouro, Dignissimo Prefeito do Alto Acre. – Levo ao conhecimento de V. Ex^a que nesta data passo o exercicio do cargo que occupo ao Dr. Procurador do 1^o termo e que me retiro da comarca.

Assim procedo não só pela absoluta falta de garantia que existe em todo departamento, mas tambem pelas ameaças que pesam sobre a minha cabeça, ameaças de que se fazem eco auxiliares de V. Ex^a, sem que encontrem da parte da policia repressão alguma. Não é

mysterio para ninguem que pessoas da intimidade de V. Ex^a declaram em toda parte que do Coronel José Plácido de Castro já estavam livres, e que agora se fazia mistér o meu desaparecimento. Diante da inercia de V. Ex^a. eu não podia nem devia confiar em promessas de garantias, que costuma fazer, quando via a propriedade alheia assaltada á mão armada, assassinadas crianças, prohibido o direito de locomoção, eliminados de emboscada cidadãos prestigiosos e tantos outros factos que bem caracterizam a administração de V. Ex^a Sirva, pois, este meu officio de protesto contra a pressão que V. Ex^a quer exercer sobre o Poder Judiciario, não escolhendo os meios para attingir o fins. Saudações. – *João Rodrigues do Lago*”.

REPRESENTAÇÃO DO DR. SYLVIO GENTIO DE LIMA

“Ex^{mo} Sr. Dr. Affonso Augusto Moreira Penna – M. D. Presidente da Republica. – Usando do direito que me confere o art. 72 § 9º da Constituição, venho, na dupla qualidade de cidadão e magistrado, representar a V. Ex^a contra os actos de prepotência praticados pelo Sr. Coronel Gabino Besouro, Prefeito do Departamento do Alto Acre, e os seus prepostos, attitude que sou forçado a assumir, fazendo, aliás, não pequena violencia no meu temperamento, sempre inclinado ao esquecimento das offensas e ao perdão das injurias.

Farei uma succinta descripção dos actos que se me affigurarão illegaes e attentatorios dos direitos do cidadão, praticados, uns directamente pelo Sr. Prefeito, outros por funcionarios de sua immediata confiança, e com o seu assentimento tacito, e para ella solicito, imploro e supplico a preciosa attenção de V. Ex^a de ante-mão assegurando a V. Ex^a, com os olhos em Deus de que tudo quanto allego é a expressão genuina da verdade.

Nomeado por V. Ex^a para exercer o cargo de Juiz Preparador do 2º Termo da Comarca do Alto Acre, cuja séde é “Xapury”, para lá segui em companhia de minha familia, tendo, antes de entrar em exercicio desse cargo, occupado por alguns dias (de 9 a 15 de Maio) o juizado

de direito vago pela ausencia do respectivo Juiz, Dr. João Rodrigues do Lago. Comparecendo esse magistrado deixei a vara de direito, e só entrei no exercicio do cargo de juiz preparador no dia 14 de Junho, por ter ficado na Empresa (Rio Branco), séde da Comarca, 15 dias a espera de conducção para o Xapury.

Poucos dias depois de ter passado o exercicio ao Dr. Juiz de Direito da Comarca, deu-se entre S. Ex^a e o Sr. Prefeito o attrito que deu causa ao rompimento das relações officiaes entre os dois, e cuja origem foi a seguinte: tendo o Dr. Lago necessidade de informações policiaes para orientar-se a respeito de determinado processo sujeito a seu julgamento, officiou nesse sentido ao Sr. Gabino Besouro para que lh'as fornecesse, fazendo-lhe sentir que não as solicitava do Delegado Auxiliar em exercicio Josias Lima, porque este individuo figurava como réo de *crimes infamantes* em *processos que corriam pelo seu juizo*, além de já se achar *pronunciado por tentativa de homicidio*.

Essa attitude do Dr. Juiz de Direito, absolutamente digna e moralizadora, irritou por tal forma o Sr. Prefeito que em officio dirigido áquelle magistrado verberou em linguagem descortez e cheia de insidiosas indirectas o seu correcto procedimento.

Devo dizer a S. Ex^a com franqueza e lealdade o motivo pelo qual o Dr. Lago considerava o Delegado Josias Lima ainda sob a acção da pronuncia.

Tendo sido esse sr. processado e pronunciado pelo crime de tentativa de homicidio na pessoa do Negociante J. Dias Pereira, conseguiu ser julgado e absolvido por um *jury adrede preparado*, presidido por um supplente de juiz de districto nomeado *pelo encarregado do expediente da prefeitura, na ausência do prefeito*. Releva notar que o Promotor Publico Sr. Santa Rosa, depois de ter interposto o recurso de appellação da sentença absolutoria, desistira do mesmo *illegal e criminosamente*. O Dr. Juiz de Direito considerou, e muito legalmente, insubsistente um tal julgamento, não somente por ter sido o jury de camaradagem organizado com preterição de formalidades essenciaes, como porque o dito supplente não podia ser nomeado pelo encarregado do expediente da prefeitura.

Que o juiz de direito procedera com acerto, prova a decisão do Tribunal de Appellação, annullando o julgamento e mandando submeter o réo *a novo jury*, o que até á data da minha partida não havia sido

feito, nem sequer recolhido o mesmo á prisão. Deixei o Sr. Josias *exercendo* como rabula a advocacia na Empresa e no Xapury e blasonando a protecção, neste ponto simplesmente criminosa, que lhe dispensa o Sr. Prefeito.

* * *

Ao começo da lucta entre o Dr. Juiz de Direito e Dr. Gabino Besouro, as minhas relações com este ultimo eram as melhores. Sabedor da troca de officios a que venho de me referir, procurei evitar que o attrito tomasse maiores proporções, e nesse sentido, em amistosa conversa com o sr. Prefeito procurei demonstrar-lhe a correcção do procedimento do juiz de direito que *absolutamente não podia, sem québra da sua dignidade*, corresponder-se com um individuo que, além d'elle juiz, considerar ainda e *com fundamentos juridicos*, sob a accção da pronuncia por tentativa de morte, respondia a mais dous processos no seu Juizo, sendo um delles *por crime de furto*. S. S^a não me attendeu, e mais de uma vez declarou-me que o Dr. Lago com o seu procedimento estava servindo á politica do Sr. Plácido de Castro que, seja dito de passagem, foi em vida e continua a ser depois de morto, o espantallo do Sr. Prefeito. Não podendo acceitar como procedentes os argumentos do Coronel Gabino contra o juiz de direito, pois tratava-se de uma questão de direito, do que S. S^a não entende, fiz ver-lhe que o Tribunal de Appellação não podia deixar de annullar o julgamento do Sr. Josias, que na minha opinião *não devia continuar investido das funções de delegado auxiliar*. S. S^a declarou-me que era infructifera a minha intervenção, porque estava convencido da politicagem do Dr. Lago.

Convem notar, que Josias, sabedor de que os autos do tal processo, que já estavam archivados, seriam submettidos, a requerimento do offendido J. Dias, ao Tribunal de Appellação, incutia no espirito credulo do Sr. Prefeito (si é que não procederam de combinação) que esse Sr. Dias, aliás um dos mais importantes exportadores de borracha do territorio do Acre, tido e havido como homem probro e honesto, absolutamente alheio á politicagem, estava obstruindo o “Riosinho”, affluente do Acre e *que só é útil ao proprio Sr. Dias*, e tambem que á frente de 800 homens armados pretendia depol-o do logar de prefeito, segundo me disse o proprio Sr. Gabino a 17 de Agosto. Este sinistro plano produziu

em parte os effeitos desejados. O Sr. Prefeito sem ligar a minima importancia ao facto de ser o Sr. Josias *inimigo pessoal* do Sr. Dias, acreditou piamente na sua premeditada intriga e armou 30 paisanos que poz á disposição do dito Josias, os quaes com mais 30 soldados commandados pelo Tenente Aranha e todos sob as ordens do Coronel Alexandrino da Silva, Subdelegado de Policia do Sr. Gabino, e heroe já laureado em façanhas desta natureza, assaltaram e saquearam o estabelecimento commercial do referido Dias, felizmente ausente, sendo então assassinada uma pobre creanca de cinco annos que dormia em uma rede e esbordado um empregado que ficou com um braço quebrado. Mais de dois mil disparos foram feitos contra o citado estabelecimento, que ainda hoje conserva os vestigios desse acto de verdadeira selvageria.

Ainda estão impunes os assassinos dessa pobre creança!

Posteriormente recebi do Dr. Juiz de Direito da comarca uma precatoria em que a justiça do Estado do Pará pedia a prisão do Advogado provisionado M. L. Pereira Leitão Cacella, condemnado pelo Juiz de Direito da Comarca de Chaves a tres annos e seis mezes de prisão por crime de furto – (documento de fls. a fls.) precatoria esta despachada nos seguintes termos:

“Achando-se o réo de que trata a presente precatoria 2^a termo da comarca, de accordo com o disposto no art. 46 parte 7 e 8 das attribuições dos preparadores no crime, mando que a presente precatoria seja remetida ao juiz do termo alludido, para ser tomada na consideração que merece, devendo ficar traslado em cartorio. Rio Branco, 30 de Junho de 1908. – J. R. do Lago”.

Como era do meu estricto dever, dei cumprimento a citada precatoria fazendo prender o criminoso e remetendo-o com os officios que junto por cópia de fls. a fls. ao juiz da comarca para os fins de direito.

Esse meu procedimento, perfeitamente legal, incommodou, extraordinariamente, o Sr. Prefeito, pois o individuo cuja prisão se reclamava, já condemnado *por crime de furto* pela justiça de outro estado (sentença a fls.) *a qual certamente não fora influenciada pela politica do Sr. Plácido* – esse individuo, Sr. Presidente, era commensal do Sr. Prefeito, o seu oraculo em questões de direito e do qual S. S^a ouvia as heresias juridicas de que

estão cheios os seus officios dirigidos aos magistrados do Alto Acre. *Corum populum.*

Começou desde essa data a campanha de diffamação promovida pelo Sr. Coronel Gabino Besouro contra a magistratura do Alto Acre junto ao Tribunal de Appellação, servindo-se para isso da intriga e da calumnia habilmente manejadas, com o intuito exclusivo de chamar para sua pessoa as sympathias daquele tribunal. Até mesmo para a imprensa desta capital S. S^a escreveu, e, occupando-se entre outras cousas da minha pessoa, asseverou levemente que havia sido demittido pelo Governo de V. Ex^a do cargo de delegado de policia por me achar envolvido *em traficancias com jogadores e bicheiros*, asseveração simplesmente calumniosa, pois nunca exerci cargo policial no Governo de V. Ex^a e quando delegado na administração do Ex^{mo} Dr. Rodrigues Alves, fiz sempre a maior guerra aos jogadores, tendo sahido da policia por motivos que só me podem honrar. Devo declarar a V. Ex. que logo após a minha dimissão do cargo policial, fui nomeado 1^o supplente do juiz da 2^a Pretoria, tendo exercido interinamente o cargo de pretor, e de como sempre procedi poderão informar os Drs. Raimundo Corrêa e Augusto de Lima, com os quaes servi. Deixo de juntar as certidões dos dois officios a que acima alludo trocados entre o Sr. Prefeito e o Dr. Lago, porque elles foram publicados no relatorio apresentado a V. Ex^a por este ultimo.

* * *

Abstenho-me propositalmente de entrar em longas considerações a respeito do premeditado assassinato do Sr. Plácido de Castro, porque a imprensa daqui della se occupou minuciosamente. Apenas di-rei a V. Ex^a que logo após aquelle acto, cuja autoria é attribuida ao Sr. Besouro, como mandante, e a pessoas que gosam da sua confiança e amisade, como mandatarias, conforme ficou constatado na justificação produzida no juizo de Porto-Acre, S. S^a ordenou que se retirassem do Alto-Acre as pessoas que mais intimamente privavam com o assassinado, ameaçando-as de morte por intermedio dos seus prepostos, se não obdessem á intimação.

Algumas pessoas procuraram-me e de mim solicitaram garantias para as suas vidas ameaçadas, no que lhes não pude attender, pois

indagando do Delegado de Policia do Xapury, Symplicio Costa, se de facto havia recebido do Sr. Prefeito uma tal ordem, delle obtive resposta affirmativa, mais ainda – *que faria cumpril-a custasse o que custasse pois para isso dispunha de toda força!*

Os documentos de fls. firmados, um, por um advogado e outro por um negociante, que abandonaram o Alto Acre provam o que allego.

Os odios do Sr. Prefeito e suas auctoridades accumulavam-se assim sobre minha pessoa pois os perseguidos procuravam-me como primeira auctoridade do lugar, fazendo eu por elles o pouco que podia fazer um magistrado que se sentia sem garantias, não sómente para os seus actos, como tambem para a sua própria existencia.

Para que V. Ex^a, possa fazer ideia da anarchia que reina no departamento do Alto Acre, basta dizer que o Sr. Prefeito pretende intervir por meio de officios nos processos judiciaes, e que as auctoridades policiaes e o mesmo Sr. Prefeito arrogam-se o direito de exercer funcções *privativas das auctoridades judiciárias*. Exemplifiquemos: o cidadão Francisco Duarte Quintino requereu no meu juizo manutenção de posse de uma casa e terreno que dizia pertencerem-lhe, e que iam ser vendidos em leilão, sem justa causa, por ordem do Sr. Prefeito. Mandei intimar o encarregado do leilão, o mencionado Simplicio Costa, que tambem era e é representante do prefeito, para sustar a venda da casa e terreno, e dela recebi as declarações constantes da certidão de fls. da qual se vê, que elle; *representante* do prefeito, já havia reconhecido a legalidade da posse do reclamante, que lhe exhibira os documentos legaes, e que mandara excluir do leilão os referidos immoveis. Isto se passou em 15 de Julho de 1908. Pois bem, em 8 de Setembro do mesmo anno recebi do Sr. Prefeito o officio nº 383, (documento de fls.) no qual S. S^a permite-se a faculdade de dar-me lições de direito, e pede-me a reconsideração do despacho fazendo allegações tão banaes e futeis que não vale a pena rebatel-as. Solicito a attenção de V. Ex^a para o Officio nº 375, (documento de fls.) no qual o Sr. Prefeito diz *terminantemente que o mandato por mim expedido não merece acatamento além de pretender* convencer-me de que uma intendência extincta por doc. nº 12, de 5 de Fevereiro de 1906; do prefeito de então podia comprar e contractar *depois desse acto*.

O facto de exercer o Sr. Prefeito funcções privativas da auto-ridade judiciaria, está provado com o documento de fls. do qual consta

que S. S^a nomeou contra expressa disposição de lei (Decreto nº 6.901 de 1908, art. 35) o contador do meu juízo, nomeação que aliás fui obrigado a ractificar para não prejudicar os feitos em que o mesmo serventuario havia officiado, como já o fizera anteriormente com a do escrivão Art. 2 L. 1820 – 19-12-07.

Mas onde a anarchia ultrapassa as raias da tolerancia se é que ella pode ser tolerada em qualquer occasião, é no facto de exercer a auctoridade policial, que no Alto Acre é sempre confiada a leigos, e mais que isso, a individuos de má reputação e boçaes, as funcções que a lei só confere *únicamente á auctoridade judiciaria*. O documento de fls. prova que o Delegado de Policia de Xapury *despacha petições que lhe são dirigidas nas quaes se requer demarcações de terrenos e se contesta a posse de terceiros!*

Solicito para esse documento a valiosa attenção de V. Ex^a, e muito especialmente para a ultima parte do despacho do inepto delegado.

Releva notar, que nos processos em que a auctoridade policial exerce as funcções de juiz figuram sempre como réos os seus desaffectedos, sendo que no caso a que allude o documento que junto, figurava uma pobre viúva de quem pretendiam extorquir o que lhe pertencia.

O documento de fls. a fls. certidão de um officio dirigido pelo meu illustrado collega Dr. Souza Leão, Juiz do 1^o Termo e então no exercicio da vara de Direito, ao Tribunal de Appellação, merece ser lido por V. Ex^a pois neste estão descriptas as scenas vandalicas passadas em plena audiencia daquelle juiz, e das quaes foram protagonistas o *secretario*, amigos afeiçoados e protegidos do Sr. Prefeito, inclusive, o *Juiz Substituto em exercicio do referido Juiz!*

A leitura desse documento é bastante para que V. Ex^a possa julgar do que se passa no departamento do Alto Acre.

Mas certamente V. Ex^a inquirirá: qual a causa determinante de um tão anormal estado de cousas? Por que nos demais departamentos reina a paz e só no Alto Acre impera a anarchia?

Não sabemos, ou para melhor dizer, parece-nos que o actual prefeito, aparentemente um homem calmo, como a principio se me afigurou, não pode tolerar, talvez devido ao seu grande estadio na carreira que abraçou e na qual a disciplina não permite que as ordens sejam contrariadas – que um juiz ouse declarar illegaes os actos emanados da

sua auctoridade, e contra elles ponha as injuncções da lei e os principios de direito que regem os povos policiados e politicamente organizados, principios que S. S^a conhece finge desconhecer. O facto é, Ex^{mo} Sr. presidente, que a população do Alto Acre, nem mesmo sob o dominio dos aventureiros bolivianos já soffreu as perseguições, os vexames e as atrocidades injustiças que actualmente a infelicitam!

O Sr. Prefeito entregou o policiamento da comarca e dos termos a individuos da peor espécie, alguns conhecidos ladrões, outros réos pronunciados e assassinos perversos, aos quaes dispensa não somente a sua confiança, como a força publica necessária para fazerem valer as suas diatribes, as suas extorsões e com ella *menoscabarem, ridicularizarem, humilbarem e ameaçarem* a auctoridade judiciaria fraca e indefesa, e que como arma unica só possui a lei, que para taes bandidos de nada vale.

Essas auctoridades contando com o apoio incondicional do Sr. Prefeito, e não possuindo sequer os sentimentos de humanidade que distinguem o homem do bruto, nem tão pouco o mais trivial conhecimento das leis que nos regem, arrogam-se o direito de por sua conta e risco punirem na praça publica a vista da população aterrorizada, os infelizes que cahem no seu desagrado *a sabre e varas de goiabeira*. E ai daquelle que ousar intervir! Será recolhido á cadeia e submettido ao supplicio aviltante do tronco, esta prisão ignominiosa que já não existe em nenhum paiz civilizado, e sujeito ao martyrio inquisitorial da sêde e outros meios de tortura, nos quaes se revela a deshumanidade dos seus executores!

Fui testemunha mais de uma vez desses actos de selvageria que os meus sentimentos de homem civilizado condemnavam, mas aos quaes a minha auctoridade de juiz não podia pôr cobro. Limitava-me a pensar-lhe as feridas produzidas pelos açoites, affrontando, ainda assim, a ira canibalesca dos algozes.

O meu procedimento humanitario como homem, e justo como juiz, não podia por forma alguma agradar a taes auctoridades, e assim o meu assassinato foi posto em Ordem do Dia.

Varias foram as tentativas e os meios para tal fim empregados. Mencionarei a ultima.

Em dias do mez de Outubro hospedei, gravemente enfermo, o cidadão Manoel Heleno, que de passagem para o logar denominado

“Porvir” procurou a minha residência. Era meu antigo conhecido desta capital. O infeliz ardia em febre e soffria atrocemente. Entreguei-o por minha conta aos cuidados medicos do Dr. Magalhães Filho, que reputou grave o seu estado. O Delegado Simplicio Costa, que procurava um pretexto qualquer para ou assassinar-me ou me obrigar a commetter algum assassinato em legitima defesa, julgou chegada a occasião opportuna, e mandou a soldadesca invadir a minha casa e della arrancar vivo ou morto o infeliz Heleno que *nenhum crime houvera commettido* – dando ordem aos soldados para fazerem fogo contra o juiz se se oppuzesse á prisão!!

Ex^{mo} Sr., ha situações que a penna não descreve, e a em que me encontrei nessa ocasião, pertence a este numero. Não fôra o estado de proposital embriaguez em que se achavam os soldados e o auxilio dos Srs. Godofredo Motta e o Official do meu juizo, Joaquim Francisco dos Santos, eu teria sido miseravelmente assassinado. Um sargento de nome J. Bacurau que passava na occasião, ouvindo o alarido produzido pelos gritos de minha esposa e cunhada, interveio, prendendo os soldados. Chegando no quartel foi o referido sargento preso por cinco dias e depois demittido. Um dos soldados, o que mais se salientou, recebeu como castigo *a sua promoção a anspeçada!*

* * *

O Tribunal de Appellação tendo conhecimento, por intermedio de terceiros, da minha situação, officiou nesse sentido ao Sr. Prefeito e este por sua vez mandou que o principal autor de tudo, o Delegado de Xapury, abrisse inquerito a respeito. Não poderá V. Ex^a fazer uma pallida idéa do que foi esse inquerito presidido pela auctoridade accusada. Direi apenas que o Delegado Simplicio mandou escrever os depoimentos como bem entendeu e sob ameaças mandou as testemunhas assignalos! A maior torpesa que se pôde praticar em taes assumptos! Uma dessas testemunhas, o Advogado José Alves Maia, lavrou em juizo o seu protesto contra o acto do delegado obrigando-o a assignar um depoimento que absolutamente não prestou, e em seguida retirou-se da comarca. Das outras duas testemunhas junto os documentos de fls. comprobatorios de tão ousado e criminoso procedimento de Simplicio Costa, Dele-

gado de Policia, representante e 1º Supplente do Sr. Prefeito e pessoa de sua inteira confiança!

Por minha parte officiei varias vezes ao Tribunal de Appellação pondo-o ao par da minha afflictiva situação, pedindo-lhe providencias, e nem um só desses officios logrou chegar ao seu destino, porque o Sr. Gabino reteve-os todos em seu poder, fazendo o mesmo com a minha correspondencia particular daqui dirigida impossibilitando-me assim *perversamente* de saber noticias da minha familia aqui residente (mãe, irmãos e dous filhos que aqui ficaram), desde a data em que sem nenhum motivo justo entendeu hostilizar-me a todo o transe.

Não cessaram, porém, e ao contrario recrudesciam as ameaças, e diariamente chegavam aos meus ouvidos noticias de que a minha casa seria assaltada.

Ex^{mo} Senhor, certamente, e felizmente desconheceis a situação que em taes casos se vê collocado um pae de familia; mas o vosso espirito culto, a vossa indole de homem civilizado, o amor que dedicaes aos que vos são caros dar-vos-ão uma idéa do indescrivivel estado de alma em que então me encontrei. Velei durante trinta e tres noites de rifle em punho, em companhia de um empregado, esperando a cada momento o anunciado assalto que eu nunca duvidei deixasse de se executar, planejado como era por individuos capazes de todas as violencias. Tão sómente eu pedia a Deus que me fizesse a grande mercê de permittir que a minha familia não fosse victima do desrespeito e da chacina da soldadesca ebria, ao serviço de uma autoridade sanguinaria. Felizmente a Providencia Divina ouviu a quem nunca descreu da sua misericórdia. Pude ás pressas vender o pouco que tinha, isto é, uma pequena casa de palha (barraca), feita pelas minhas proprias mãos, e na qual residia, e transportar-me para aqui com a minha familia após uma viagem penosissima de setenta dias, cheia de dissabores e sobresaltos, e rendo graças ao Creador por ter chegado aqui com vida e com a lucidez de espirito necessaria para dizer ao primeiro magistrado do meu paiz: “Senhor, no Alto Acre a honra, a vida, a propriedade, os direitos mais sagrados do cidadão não são respeitadas!”

A lei de nada vale, porque os meios repressivos indispensaveis á sua execução, estão entregues em mãos de assassinos e ladrões que go-

zam da protecção ostensiva e criminosa do prefeito daquelle infeliz departamento.

Appello das minhas palavras para todos os homens de bem do departamento do Alto Acre, os quaes estou profundamente convencido de que, se lhes forem asseguradas as necessarias garantias de vida e propriedade, confirmarão tudo quanto venho de dizer.

V. Ex^a, como homem civilizado, como juriconsulto e muito especialmente como chefe da nação dará á presente representação a importância que ella merecer – *Sylvio Gentio de Lima*’.

Do *Correio da Noite*:

PLÁCIDO DE CASTRO

O Sr. Desembargador Vieira Ferreira, membro do Tribunal de Relação do Territorio do Acre, dirigiu a carta abaixo ao *Jornal do Commercio*, que a publicou.

O Sr. Dr. Vieira Ferreira com a sua carta veio confirmar o juizo que sempre fizemos, sobre a attitude criminosa do Governo passado, em face do assassinato do Coronel Plácido de Castro.

.....

Eis a carta:

“Sr. Redactor – Para que não se pense que a magistratura do Acre foi indifferente ao assassinato de Plácido de Castro, suppondo-se que só agora coube e ao Governo o movimento inicial para se apurar a responsabilidade dos criminosos cumpre-me dizer-vos, que como desembargador do Tribunal de Appellação do territorio, a 21 de Novembro do anno passado apresentei em sessão os numeros do *Jornal do Commercio*, de Manáos, que continham depoimentos e declarações quanto ao assassi-

nato de Plácido e propuz que fossem comunicados ao desembargador procurador geral do territorio, como ponto de partida para as averiguações necessarias, visto ser accusado por alguns declarantes o Dr. Gabino Besouro, Prefeito do Alto Acre, para cuja responsabilidade tem o tribunal competencia.

A proposta foi unanimemente approvada e o Desembargador Alberto Diniz, então na Procuradoria Geral interino, officiou ao promotor publico do Alto Acre, para que procurasse colher e lhe enviasse as informações colhidas sobre o crime e seus auctores.

Não me consta que fossem colhidas e enviadas.

Devo dizer-vos que nessa época os magistrados da Comarca do Alto Acre, diziam achar-se completamente sem garantias contra as hostilidades do prefeito, que por sua vez officiaava ao tribunal protestando o contrario.

O certo é que, não obstante esses protestos, houve um verdadeiro exodo de juizes do Acre e foi ter ao tribunal com outros documentos, um officio que o prefeito dirigiu a um juiz preparador, censurando uma sentença por este proferida.

Não havendo elementos bastantes para se responsabilizar o prefeito perante o tribunal, cabia contra semelhante irregularidade a intervenção administrativa por parte do Governo.

Reuni, por isso, os papeis recebidos do Alto Acre e redigi um officio ao Ministro da Justiça, communicando-lhe tudo e mostrando que a acção do Poder Judiciario, não podia continuar por mais tempo a ser assim tão insolitamente perturbada.

Esse officio foi assignado pelo tribunal em peso e enviado com todos os documentos ao ministro

da justiça, ignorando eu que medida se haja resolvido sobre o caso de tanta gravidade.

Nada se deve extranhar quanto a desarmonia dos poderes no Acre. Um prefeito já escreveu no seu relatório ao Governo, e lê-se em letras de forma, que tinha todos os Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

E textual... Pois não recebeu, por isso, um simples aviso instructivo, nem mesmo pondo em duvida tão incrível constitucionalismo.”

.....

Muitas outras provas desta ordem poderia eu adduzir contra o Dr. Affonso Penna, mas a posteridade se satisfará com essas, estou certo, visto o *Governo não ter recebido comunicação alguma* do Coronel Gabino Besouro.

.....

“*Os inimigos do Coronel Plácido de Castro*”

ERA NAQUELLA época sinistra uma formula usual entre os elementos officiaes do Acre: “Os inimigos do Coronel Plácido”.

Qual verdadeira moeda corrente na *Empresa* e em Manáos, extendia o seu curso forçado até o Rio e ás relações com o Governo Federal.

Não tardou, infelizmente, o tempo a trazer esclarecimentos sobre a origem e intenções de tão clandestino cunho e incançavel derrame: Punham-na em circulação Gentil Norberto, Rodrigo de Carvalho, Antonio Antunes de Alencar, Simplicio Costa, etc., ajudados pela quadrilha de *homens de bem*, que ia fazer economias no Acre.

Desde as memoraveis reuniões na “Pensão Beethoven” e no “Restaurant Britto”, nos primeiros dias de Junho de 1904, no Rio, Gentil Norberto, Rodrigo de Carvalho e outros preparavam incessantemente o terreno para o assassinato de Plácido, e como artificio subsidiario recorriam aquelle estribilho, repetido por todo o côro de celebridades, cujos crimes, velada ou abertamente, Plácido apontara em seu relatório.

“Os inimigos do Coronel Plácido” eram os aproveitadores do Acre, os heróes da ultima hora como Gentil Norberto; os criminosos escapados á justiça, como Gentil Norberto, Josias Lima, Leitão Cacella, Luiz Sombra, etc.; os invejosos e despeitados, como Gentil Norberto,

Rodrigo de Carvalho, Antonio Antunes de Alencar, etc.; eram, emfim, os Gentil, os Carvalho Alencar, os Jesuino, os Besouro, etc.

“Os inimigos do Coronel Plácido” eram os abutres que corvejavam na Prefeitura do Alto-Acre; e se o Governo Federal tivesse permitido que se fizesse luz sobre o assassinato do Libertador do Acre, é certo que ao lado de Gabino Besouro e de Alexandrino José da Silva, viriam Gentil Norberto, Rodrigo de Carvalho, Antunes de Alencar, Simplicio Costa, Antonio João de Barros Alencar, Josias Lima, Manoel Leopoldino Leitão Cacella, Luiz Sombra, Figueiredo Aranha, Freire de Carvalho e outros comensaes do Prefeito Besouro, que viam em Plácido um João Baptista moderno, sempre disposto a vergastar o crime.

Um desses heróes, o Dr Gentil Norberto, vai occupar a minha attenção, a proposito do que diz o Coronel Azcui, á pagina 152 de seu livro *Campañas del Acre*, publicado em 1925.

Eis o que diz o illustre publicista, apreciando a conducta de Plácido subseqüente ao primeiro combate da Volta da Empresa:

“

Por su inflexible caracter se impuso a los demás cabecillas y afianzó la subordinación de su tropa con rigurosos castigos, fusilando despiadadamente a los desertores y a los convictos de tener relaciones con el enemigo.

Capturado uno de los portadores de las comunicaciones al Delegado sufrió la pena de muerte en la forma referida a Rojas por Gentil Norberto. — “El infeliz fué encadenado al tronco de un arbol y fusilado, mas la suerte hizo que los proyectiles cortaran la cadena; libre el fusilado y herido, huyó por el bosque donde perseguido por los insurrectos fué alzado cerca de *Bella Vista*; de ali conducido a Caquetá, Collecturia del Estado de Amazonas, donde fué fusilado por la segunda vez.”

El Coronel Rojas al consignar el echo de su parte oficial, dice: “No abria creído esa narración si el se-

ñor Gentil Norberto no me hubiera puesto de manifesto la correspondencia que mandé al puerto”.

Essa entrevista do Dr. Gentil Norberto com o Coronel Rosendo Rojas teve lugar quando este vinha de capitular na Volta da Empresa e se dirigia para Manáos acompanhado pelo Major acreano Dr. Paiva e Mello.

Nesse tempo o Dr. Gentil ainda estava em *dissidencia*, fazendo negócios com a “Revolução”: vendendo balas de rifle, até a mil réis cada uma e munições de boca; operando entre Bom Destino e Caquetá.

Não foi, entretanto, como commerciante, que o actual donatario da *Clevelandia* procurou o Coronel Rojas, foi dominado pela inveja e como intrigante, porque o Dr. Gentil Norberto, *mais do que ninguém*, sabia quem commettera o assassinato que denunciara ao coronel boliviano como sendo de responsabilidade de Plácido. Felizmente, o Dr. Gentil Norberto mostrou ao Coronel Rojas a correspondencia *que havia tomado á sua victima*.

Leitor, esse crime, esse *fuzilamento*, foi praticado em territorio amazonense pelo Dr. Gentil; e, diziam no Acre que depois da victima estar estendida por terra, cadaver, ainda o notavel engenheiro deu-lhe um tiro no ouvido, *dizendo ser o tiro de misericordia!*...

Quiz Deus que o Dr. Gentil ficasse com a correspondencia que arrebatou ao *fuzilado* para servir de prova contra o *fusilador*.

É bem possivel que o Dr. Gentil tenha tambem attribuido a Plácido o assassinio de Manoel Felicio, mas as barrancas escarpadas do Acre ainda conservam as pégadas dos criminosos...

Leitor, si o assassinato referido pelo Coronel Rojas tivesse sido praticado pelos acreanos, aquella correspondencia não estaria em mãos do Dr. Gentil,²² entretanto, diz aquelle official: “No habria creído esa narración si el señor Gentil Norberto no me hubiera puesto a manifesto la correspondência que mandé al puerto”.

22 O Dr. Gentil nesse tempo, ainda não era **coronel**, repito, ainda não fazia parte do Exercito acreano, e occupava-se de diffamar o Chefe da Revolução Acreana, segundo cartas do Coronel Rodrigo de Carvalho.

Em 1909, o Dr. Orlando Corrêa Lopes publicou um artigo devidamente assignado no *Correio da Noite*, do Rio, sob a epigrapha: “Jogador, libertino e gatuno, dizendo que o Dr. Gentil Norberto lhe havia attribuido, em artigos de jornal daquella época, autoria de factos praticados pelo mesmo Dr. Gentil”! Esse artigo do Dr. Orlando Corrêa Lopes faz parte do apusculo intitulado: “Os assassinos do Coronel Plácido de Castro e o *Correio da Noite*, que publiquei em 1916, com permissão daquelle hoje pranteado amigo. Isso mostra que o Dr. Gentil era useiro e veseiro em attribuir aos outros as suas *boas* acções.

Não obstante esse esforço do Dr. Gentil para se fazer sympathico dos bolivianos, ao mesmo tempo que procurava comprometter a reputação alheia, eis o que diz o Coronel Azcui a seu respeito:

“Gentil Norberto era ambicioso y desleal, sin ninguna aspiración patriótica, y entre los bolivianos su nombre no inspiraba ese respeto que los enemigos leales saben despertar desde la linea de combate.”

.....

Ha actualmente no Senado Federal um projecto de lei de autoria do Senador Marechal Pires Ferreira, segundo me informaram, concedendo a J. Plácido de Castro o posto de General Honorario, e ao Dr. Gentil Norberto e a Antonio Antunes de Alencar, dois dos cumplices do Coronel Besouro, honras de coronel.

Minha Mãi, que conta hoje 92 annos de idade, no goso integral de suas funcções cerebraes, do fundo de seu leito de dôr, pediu-me para escrever áquelle parlamentar a seguinte carta: “Ex^{mo} Snr. Marechal J. Pires Ferreira. DD. Senador da Republica. Senado Federal. Chegando ao meu conhecimento que transita pelo Senado um projecto de lei, de autoria de V. Ex^a, dando honras de General ao meu pranteado filho, J. Placido de Castro, e de coronel a dois dos principaes cumplices no seu assassinato – Gentil Tristão Norberto e Antonio Antunes de Alencar – venho pedir a V. Ex^a o grande favor de retirar o nome do meu filho do mesmo projecto.

Em vida, elle nada pediu á sua patria e nada recebeu além da perseguição, da injuria, da calumnia e da morte por mão das principaes

autoridades federaes. É justo que depois de morto, quando de nada precisa, também nada receba. Os governos já tripudiaram muito sobre o seu nome e sobre a sua memória...

Que elle repouse na paz da conspiração de silencio em que envolveram o seu nome, desde o momento em que não necessitaram mais dos seus serviços – desde a assignatura do *Tratado de Petropolis*.

O bárbaro crime que victimou meu filho prescreveu sem que o mais ligeiro inquerito fosse aberto a respeito; sem que ao menos os nomes dos miseráveis assassinos fossem apontados pela justiça á execução publica!

E preciso que a patria seja coherente: Com honrarias posthumas ella não ressuscita a victima nem lava as maculas do passado. Continue ella a proteger, amparar e distinguir os assassinos, procurando apagar os vestigios da covarde tragédia de 9 de Agosto de 1908 e a transformar os criminosos em heróes. Isso é *justo*; mas que aos 92 annos de idade eu veja o nome de meu filho servir de escada para a ascenção dos seus matadores – isso é demais...

A posteridade julgará meu filho, e é bastante.

Creio que V. Ex^a ignore que Gentil Norberto e Antunes de Alencar sejam dois dos implicados no assassinato de Plácido, mas o meu fim é apenas arredar o nome de meu filho de tão más companhias, e grata ficarei se V. Ex^a. me attender.

Convém dizer que não estou caducando: “ainda sou mais sadia de espirito do que de corpo, e só não vou pessoalmente falar-lhe porque ha 8 mezes guardo o leito com uma perna fracturada”.

Rio, 24-7-929.

De V. Ex^a, etc.

Ass. Zeferina de Oliveira Castro.

* * *

Essa *honra posthuma que querem dar a Plácido* é um ludibrio feito á sua memoria pelos implicados no seu assassinato; talvez seja, mesmo, para commemorar a prescrição do crime açulado pelos *coroneis* que pleiteiam mais uma recompensa pelos grandes serviços prestados á patria.

E o que é mais notável na *distribuição* desses premios é que os heróes *visados* com exclusão dos que reaes servicios prestaram á patria são, justamente, os accusados de covardia; ou por Plácido, ou pelo Coronel Azcui.

Das notas de Plácido, vê-se que o Coronel Antonio Antunes de Alencar foi atacado de “*cagacite aguda*” desde o começo da revolução acreana, quando quiz dispersar as forças que commandava, em Riosinho, por ter sabido da derrota de Plácido no 1º combate da Empresa, e que essa molestia chegou ao ponto critico por occasião do combate de porto Acre, quando o mesmo *coronel* foi indicado para forçar a passagem daquelle porto, a bordo do “Independencia”. E os documentos que transcrevo em outro capitulo mostram indirectamente que a molestia tornou-se chronica e que o mesmo *coronel* foi retirado do 2º combate da Volta da Empresa para a guarnição de Capatará, e que nem ao menos mandava proceder aos reconhecimentos sobre o terreno inimigo ordenados pelo commando-em-chefe, etc.

Quanto ao Coronel Gentil Norberto, diz o Coronel Azcui em seu livro *Campañas del Acre*, que elle juntamente com outros, assignou um pedido de annistia ao Delegado Lucio Peres Velasco protestando absoluta submissão ás leis bolivianas e dias depois já havia quebrado *su compromisso*; que da prisão, o Dr. Gentil Norberto escrevia aos seus patriotics aconselhando submissão ás autoridades bolivianas, porque estava convencido de que sómente *as leis bolivianas poderiam promover o engrandecimento do Acre*, etc.

Para não ir mais longe, transcrevo mais uma refferencia na propria lingua em que foi feita:

“... *Gentil Norberto, que a cada instante temia ser fusilado por su conducta falaz y reprochable, mostrabase arrepentido de sus pasadas fechorias y LLORANDO A LÁGRIMA VIVA MENDIGABA SU LIBERTAD*²³ con el apoyo del Consul del Brasil que garantisaba por ou emienda y futura conducta; libertad que le fué concedida el día 30

23 O grypho é meu. O Coronel Azcui acha essa *fechoria* muito propria para o Dr. Gentil.

de Noviembre por un exceso de indulgência que tuvimos que lamentar pocas horas después.”

Quem lêr o livro do Coronel Azcui e as cartas de Rodrigo de Carvalho que enriquecem o *Archivo da Revolução Acreana*, terá uma idéa pallida de quem é Gentil Norberto e verá que a inveja o arrastou cegamente até o assassinato de seu companheiro de infancia e protector.

Para encerrar este capitulo, transcrevo o que em Janeiro de 1903 o Coronel Rodrigo de Carvalho dizia do seu hoje muito amigo:

“... De novo te lembro que não debes facilitar com o Gentil, é homem para desorganizar tudo e intrigar-nos, todo o cuidado com elle é pouco, nenhum commando debes dar-lhe; sou da opinião que deve andar longe de ti, etc.”

E o Coronel Carvalho conhecia tanto o seu gentil amigo que, quando membro da Junta Revolucionaria, fel-o escrever de proprio punho e assignar uma declaração *multiplicata* de que estava disposto a obedecer as determinações da mesma Junta e do Commando-em-chefe do Exercito acreano, como simples soldado da revolução. (O Dr. Gentil foi o unico revolucionario que mereceu essa honra).

Mesmo depois de haver escripto e firmado essas declarações, o *homem da Clevelandia* de hoje continuou na dissidência porque não lhe fôra dado logo um papel de destaque, que favorecesse a satisfação de sua ambição...

O livro do Coronel Azcui e o *Archivo Acreano* são fecundos em referencias ao notável engenheiro que, segundo dizem, há dois annos, do Rio de Janeiro, está *digerindo*, patrioticamente, a *Clevelandia*... e trabalhando *altruisticamente* para que o Congresso Nacional conceda honras de General ao *chefe acreano*.

Ninguem me convencerá de que o Marechal Pires Ferreira tenha expontaneamente apresentado um tal projecto de lei, em beneficio de Plácido e seus *amigos*, somente o Dr. Gentil com os extraordinarios dotes de coração e de character acima registrados e o seu companheiro de *glórias* poderiam ter um tão elevado pensamento em favor do *esquecido*, do *excommungado* Coronel Plácido de Castro...

.....

“A Fortuna do Coronel Plácido de Castro”

A FABULOSA fortuna de Plácido, apregoada por Gentil Norberto, Rodrigo de Carvalho e demais implicados no seu assassinato, consta de uma carta de adjudicação passada em meu favor e que está á disposição de quem a quizer ver.

Plácido se iniciou no commercio e industria extractiva da borracha em 1904, adquirindo o seringal “Capatará” e suas dependências, em sociedade com P. Braga & Cia., por cento e vinte contos, pagáveis em tres annos, e quando foi assassinado ainda devia quarenta e oito contos dessa importância, que foram pagos por mim a Leite & Cia., de Pará, conforme quitação em meu poder.

Em 1906, a firma P. Braga & Cia. foi liquidada em consequencia da morte de seu chefe Pedro Braga, e Plácido ficou só em “Capatará”.

Em 1905 e 1906, comprou as posses de “La Lorena”, “Buen Jardin” e “Rapirran”, e o seringal “Montevideú”, tudo a credito, e apossou-se de uma vasta zona devoluta á margem direita do “Curichon Vial”, tudo em Bolivia. Os pagamentos dessas compras ainda estavam por completar e a propriedade das terras devolutas por legitimar, quando Plácido foi assassinado.

Em 1907, comprou o seringal Bagaço a Basilio Gomes de Lyra, por cem contos de réis, pagaveis em prestações, e quando o eliminaram ainda restava pagar vinte e nove contos dessa importância, conforme consta de um recibo e quitação que me foram passados por Guilherme Augusto de Miranda Filho.

Possuía tambem um campo que descobriu á margem esquerda do rio “Purús” e que lhe foi concedido pelo Governo do Amazonas, com o nome de “Carioacanga”.

Esses bens que haviam custado cerca de trezentos contos e que ainda não estavam pagos, foram avaliados pelo filho do promotor publico que obrigou o meu procurador a dar bens a inventario na minha ausência, e outros – em 1.313 contos de réis!

O passivo arrolado foi de 1.237:630\$000, excluindo 147 contos de promissorias assignadas e 55 contos da divida de Luiz de Mendonça & Cia., que reduziram a 319 contos.

As dividas activas que incluíram no inventario foram só para o effeito de cobrança de percentagem de avaliadores e antes mesmo de meu regresso ao Acre, foram excluidas, a requerimento de meu ex-socio Sebastião Dantas de Oliveira.

Os nossos maiores credores eram: Luiz de Mendonca & Cia., 375 contos; Alves Braga & Cia., 295 contos; Mello Rubber & Cia., 311 contos; R. Suarez, de “Santa Rosa”, 100 contos; Leite & Cia., 48 contos; Honorio Alves & Cia., 36 contos; Delfim Antello, 33 contos; Luiz Echazú, 30 contos; Guilherrne Augusto de Miranda Filho, 29 contos; e outros muitos de menor vulto.

O preço excepcional alcançado pela borracha logo depois do assassinato de Plácido e a valorisação que experimentaram as propriedades *gomeiras* no Acre, me permittiram, no curto espaço de tres annos, pagar todas essas dividas sem abatimento de um real, cumprindo fielmente a promessa que fiz ao meu irmão minutos depois que fôra attingido pelas balas dos auxiliares do Dr. Affonso Penna.

A relativa prosperidade commercial de Plácido resultava de sua incomparavel actividade e de dois factores de ordem moral: – a lisura do seu procedimento e a propaganda que os seus *amigos* Gentil Nor-

berto, Rodrigo de Carvalho, A. Antunes de Alencar e outros faziam da sua *grande fortuna*.

Tenho uma carta de Rodrigo de Carvalho a Plácido, pedindo licença para *roubar um pouquinho* e dizendo saber que Plácido já havia adquirido valiosas propriedades no Rio Grande do Sul e feito depositos nos bancos...

Eu fui o unico herdeiro de Plácido e nunca procurei essa fortuna; se alguém souber onde ella existe, ou tenha existido, fôra do que relatei, que se apodere do *thesouro*..

.....

Em conclusão

É

FORA de duvida que o Acre foi descoberto pelo cearense Urbano da Encarnação e que foram os cearenses que o desbravaram e povoaram em alguns lustros de penosos trabalhos, á custa de milhares de vidas.

Por força do “Tratado de 1867”, celebrado com a Bolívia, no tempo de Melgarejo, o Brasil reconheceu tacitamente a soberania desse país sobre as terras situadas ao sul da “Linha Cunha Gomes”, muito embora uns e outros ignorassem a existencia do Acre.

A Bolívia cedeu ao Brasil, por aquelle tratado, um territorio que não lhe pertencia, porque a obra de Dalance não é um titulo de propriedade; e em troca disso o Brasil admittiu a soberania da Bolívia sobre terras que nesse tempo eram mais desconhecidas do que a face da lua voltada para nós. Por esse motivo, por coherencia, o Brasil nunca se interessou pelos filhos que mais tarde dilataram a sua fronteira com a Bolívia, até o Abunán, Rapirrán, etc. Nem mesmo quando o actual donatario da Clevelandia, o Dr Gentil Norberto, “llorava á lagrima viva” como prisioneiro dos bolivianos, o Brasil se lembrou de contestar os direitos da Bolívia sobre o Acre.

Os cearenses não emigraram para a Bolívia – mas para um pedaço do Continente Sul-Americano até então ignorado e inculto,

onde fundaram uma civilização puramente sua, donde o precioso latex da *hevea-brasiliensis* era por elles derramado na grande bacia do Amazonas, despertando a cobiça dos paizes limitrophes, inclusive do Brasil, dignamente representado pelo Estado do Amazonas.

Não accetamos os titulos de propriedade com que se apresentam a Bolivia e o Perú sobre o Acre, pelo mesmo motivo que recusariamos reconhecer a propriedade de qualquer paiz sobre um pedaço da Lua: “Porque aquelles paizes só vieram a saber da existência do Acre depois que os cearenses começaram a exportar borracha das terras que descobriram e *povoaram* sem auxilio de governos e á custa de sacrificios que paiz algum seria capaz de fazer sem a certeza do lucro immediato”.

Depois do “Tratado de 1867”, ainda o Brasil declarou pe-remptoriamente pela bocca do Dr. Olyntho de Magalhães, que o Acre era incontestavelmente boliviano e que á Bolivia cabia o direito de submeter os acreanos á sua soberania...

Foi essa a situação encontrada por J. Plácido de Castro, em 1902, quando a Bolivia arrendou o Acre ao *Bolivian Syndicate* sem o menor protesto do Brasil. Foi esse arrendamento feito pela Bolivia *de um territorio que não lhe pertencia*, PURAMENTE CEARENSE, muito embora com a cumplicidade do Brasil, que por amor ao tratado referido deixava usurpar os seus filhos – que Plácido aproveitou para levantar os acreanos contra a Bolivia e contra a dominação dos Estados Unidos. E foi sómente depois de sua completa victoria sobre as guarnições bolivianas que aquartelavam no Acre; foi sómente depois de quasi um anno de existência de facto do “Estado Independente do Acre”, que o Brasil se lembrou de conquistar o ephemero estado que Plácido havia creado.

Plácido não quiz abrir lucta com o Governo de sua patria, considerou-se deposto pelo General brasileiro e abandonou o estado. O Brasil apoderou-se de tudo e submetteu logo os acreanos a um severo regimen militar.

A conducta de Plácido, abandonando o Acre ao General invasor, foi um acto imprevisto que não satisfez a proverbial sinceridade da diplomacia, tão avessa ás attitudes meridianas, e deixou o Brasil em difficuldades, porque cessou bruscamente o motivo da sua intervenção em *favor* dos acreanos. Plácido foi então chamado a voltar ao seu posto a bem dos interesses da patria... Voltou, desempenhou da melhor forma

que pôde o papel que o Brasil lhe pediu para representar, e retirou-se á vida privada assim que foi assignado o “Tratado de Petropolis”.

O tripudio, a bacchanal das autoridades brasileiras sobre os despojos do “Estado Independente do Acre”, mommentaneamente interrompida, retomou a sua phrenetica desenvoltura anterior...

A coherencia fez com que o Brasil *comprasse* o Acre a Bolivia por dois milhões de libras esterlinas e outras vantagens mais, não obstante esse pedaço da America do Sul já existir como estado independente quando o Brasil o occupou militarmente. A Bolivia fez, pois, um optimo negocio, porque vendeu uma cousa que lhe não pertencia, e o Brasil, uma excellente transacção, porque obrigou immediatamente o Acre a pagar a liberalidade do Tratado de Petropolis, obrigando os acreanos a um tributo de 23% sobre sua producção; de modo que, em menos de dez annos a opulenta industria acreana da borracha estava inteiramente aniquilada.

O nosso Grande Chancellor, o Barão do Rio Branco, teve mais uma oportunidade de revelar as suas excelsas qualidades de estadista – attingindo o zenith de sua justa fama; os Acreanos continuaram sob um regimen militar, cada vez mais oppressivo e Plácido foi condemnado á morte por haver protestado contra o negregado captiveiro a que foi reduzido o Acre.

Perseguido e injuriado, Plácido assistiu ainda o Governo Federal distribuir com os seus famulos o fructo de quasi dois annos de uma lucta titanica dos acreanos contra a Bolivia e contra os rigores de um clima lethal; viu o Governo Federal cingir alheia cabeça com os louros colhidos pelos acreanos em uma série de sangrentos combates, e, finalmente, cahiu traspassado pelas balas assassinas, em uma emboscada composta de um troço de bandidos sustentados pela Prefeitura do Alto Acre, e capitaneados pelo Sub-Delegado de Policia Alexandrino José da Silva, commensal e homem da confiança do Prefeito Gabino Besouro.

Com a decidida e ostensiva protecção do Dr. Affonso Penna e dos seus successores ao logo depois General Gabino Besouro, os assassinos de Plácido ficaram impunes e foram, mesmo gratificados uns e galardoados outros pelo *serviço* que prestaram á Republica e a politica do Dr. Affonso Augusto Moreira Penna....

O crime prescreveu sem que as autoridades federaes consentissem na abertura do mais ligeiro inquerito a respeito...

Plácido era filho de um modesto rio-grandense que, ao declarar-se a guerra do Paraguai, esqueceu a esposa e seis filhos pequenos, apresentando-se voluntariamente para seguir para a guerra donde só regressou depois de firmada a paz, e que ao morrer nada mais deixou aos seus 15 filhos do que um nome honrado – não tinha ascendentes cujos nomes pudessem emprestar brilho aos seus feitos, ou impedir que a conspiração de silencio em que o envolveram deslustrasse a epopeia que escrevera aos 27 annos de idade, á frente de um punhado de bravos oriundos dos adustos sertões do Nordeste brasileiro. E morreu como os seus companheiros de jornada, sem haver merecido o menor favor da sua madrastra patria, que com elle não despendeu um real.

.....
Lista incompleta dos Officiaes do Exercito acreano

LISTA incompleta dos officiaes do Exercito acreano: Alexandre Kiuri, Alexandre Silva; Alexandrino José da Silva, Antonio de Lima, Antonio da Silva Rabello, Aladim Mamedes, Dr. A. de Paiva e Mello, Alfredo Pires, Antonio Rodrigues Pinto, Adolpho Barbosa Leite, Antonio de Souza Coelho, Arthur Miquelino, Augusto Escossio Drummom, Benedicto Prata, Basilio Gomes de Lyra, Bachir José Chaul, Braz Alberto, Cassiano José da Silva, Cecilio Marques de Oliveira, Elynio Tavares Brandão, Cyriaco Joaquim de Oliveira, Delphino Bento, Daniel Ferreira Lima, Elias da Silva, Faustino Lopes de Souza, Francisco Castello Branco, Francisco Chagas P. Monteiro, Francisco Jorge, Francisco Balaio, Francisco de Souza Cavalcante, Francisco Soares, Francisco Nigro, Francisco Mourão, Francelino Antonio Cosa, Francisco Mattoso, Geraldo Gameiro, Hyppolito Moreira, Hildebrando Cabral Duarte, José Brandão, José Ignacio, José Raymundo Brillhante, José Faustino da Silva, José Velloso de Assis Marinho, J. Cardoso Junior, José da Costa Filho, J. Cunha, João Elias Barbosa, João Pedro Martins, João Madeiros, João Vieira da Costa, João Ferreira, Jeronymo de Azevedo, Joaquim Quintino, Joaquim Duarte, Joaquim Chaves, João de Oliveira Rôla, José Francisco Barbosa, Julio Cota Pessôa, Leoncio Moreira, Luiz Moreira,

Luiz Nogueira, Luiz de Araujo França, Luiz França Torres, Ladislau Gomes Baptista, Liberalino Alves de Souza, Manoel França, Raymundo Chaves, Raymundo Corrêa, Thimoteo Gomes, Theodorico Gomes de Faria, Thomaz Joaquim da Silva, Octavio Steiner do Couto, Gentil Norberto, que só partilhou do combate de Porto Acre, mas sem commando, e Antonio Antunes de Alencar.

O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro,
de Genesco de Castro, foi composto em Garamond, corpo 12,
e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria
Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se
de imprimir em maio de 2005, de acordo com o programa editorial
e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal